

PUCRS

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

WAGNER MACHADO DA SILVA

**A COR DO CONHECIMENTO: AFRONARRATIVAS, RACISMOS, REEXISTÊNCIAS E
(IN)VISIBILIDADE DOS DOUTORANDOS E DOUTORES NEGROS NOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL**

PORTO ALEGRE
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

WAGNER MACHADO DA SILVA

**A COR DO CONHECIMENTO: AFRONARRATIVAS, RACISMOS,
REEXISTÊNCIAS E (IN)VISIBILIDADE DOS DOUTORANDOS E DOUTORES
NEGROS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DO
RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Comunicação Social do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Juremir Machado da Silva

Porto Alegre

2023

Ficha Catalográfica

S586c Silva, Wagner Machado

A cor do conhecimento : afronarrativas, racismos, reexistências e (in)visibilidade dos doutorandos e doutores negros nos programas de pós-graduação em comunicação do Rio Grande do Sul / Wagner Machado Silva. – 2023.

279 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Juremir Machado Silva.

1. Comunicação. 2. Raça. 3. Educação. 4. Doutores. I. Silva, Juremir Machado. II. Título.



Ata de Defesa de tese nº 01/2023

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, foi lavrada esta ata para registrar que o aluno **Wagner Machado da Silva** defendeu a Tese intitulada **"A cor do conhecimento: Afronarrativas, racismos e (in)visibilidade dos doutorandos negros nos programas de pós-graduação em comunicação do Rio Grande do Sul"**, apresentada em sessão pública de defesa. A Comissão Avaliadora foi constituída pelo Professor Dr. Juremir Machado da Silva, Presidente da Comissão, pelo Professor Dr. Deivison Moacir Cezar de Campos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelo Professor Dr. Jairo Getúlio Ferreira, da Universidade Federal de Santa Maria; pela Professora Dra. Sara Alves Feitosa, da Universidade Federal do PAMPA e pela Professora Dra. Melina Aparecida dos Santos, que deliberou o seguinte conceito: ()Aprovado; (X)Aprovado com Louvor; () Reprovado.

O presidente da Comissão de Avaliação encerrou a sessão pública de defesa. Para constar, lavrou-se esta ata que será assinada pelos integrantes da Comissão Avaliadora.

Parecer justificando o conceito deliberado:

Pela importância do tema e do problema e pela riqueza das afronarrativas.


Prof. Dr. Juremir Machado da Silva (Orientador)


Prof. Dr. Deivison Moacir Cezar de Campos (PUCRS)

Prof. Dr. Jairo Getúlio Ferreira (UFSM)


Profa. Dra. Sara Alves Feitosa (UNIPAMPA)


Profa. Dra. Melina Aparecida dos Santos

AGRADECIMENTOS

Acredito que gratidão é uma dívida que não prescreve. Por isso, não existem palavras capazes de transmitir os sentimentos que sobressaem ao final desses quatro anos de doutorado. Contudo escrever esses agradecimentos possibilita recordar todos que ao longo dessa jornada estiveram comigo para tornar esse sonho realidade.

À minha Laís, que nasceu uma semana antes de eu iniciar o doutorado e que terá o pai doutor em Comunicação e a mãe doutora em Epidemiologia. Bem mais que a tese, você é minha melhor produção. Não cabe no *lattes* e nem será citada na Plataforma Sucupira, mas me ensina cotidianamente o que é amor em plenitude.

À família que escolhi e que me escolheu, Lidiane, companheira de amor e da vida, sem a qual esse estudo não existiria. Você tornou possível que a escrita da tese e uma família saudável coexistissem em harmonia. Além de ter sido a primeira leitora desses escritos.

Ao meu pai, Pedro Arnaldo da Silva, e minha mãe, Carmem Claudete Machado, pelo suporte, incentivo e amor que, ao jeito deles, tornaram a pessoa que sou hoje e deram motivos para acreditar na educação.

Por todos e todas que vieram antes de mim e que tornaram o presente possível e apontam para um futuro promissor. Aqueles que, subvertendo a lógica de um país racista, ascenderam, ingressaram no ensino superior, venceram a barreira do mestrado e concluíram o doutorado. Mais do que isso, aqueles que não tiveram oportunidade de estudar, mas possuem um saber que desacomoda, acalenta e ensina. Assim como os que lutaram para que o benefício da educação se torne um direito para todos.

Ao meu orientador, professor Juremir Machado da Silva, pela sensibilidade em reconhecer que a pós-graduação é também um espaço para quem trabalha e vive o objeto de estudo na concretude do cotidiano. Gratidão pelos aprendizados, apoio, confiança, ajuda, seriedade e rigor acadêmico, compromisso acadêmico-social, amizade e partilha de vida. Enfim, pela importância que teve e tem ao longo de toda a minha formação, especialmente como professor e orientador na graduação, mestrado e doutorado. Sobretudo por ter acreditado na proposta desta pesquisa, sempre dando liberdade e estímulo para a produção da tese.

Aos professores da educação básica ao doutorado. Saibam que, embora eu tenha demorado para compreender, fui positivamente influenciado pelos diálogos,

debates ou projetos que tive o privilégio de participar com vocês.

Enquanto filho de um motorista e de uma faxineira (ambos estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental), fruto da educação pública e beneficiário de ação afirmativa na graduação, mestrado e doutorado, torna-se indispensável agradecer e valorizar as políticas públicas educacionais. Faço parte das estatísticas (ProUni e bolsa de estudos da Capes) daqueles que tiveram novas oportunidades e essas permitiram que eu chegasse até aqui. Sou feliz por fazer parte dessa parcela de brasileiros, pois, por meio da educação, vamos construir dias melhores, apesar de tudo. Tem muito do público na iniciativa privada, ainda mais em uma instituição comunitária e confessional como é a PUCRS.

Aos sujeitos desta pesquisa que, com histórias únicas e cruzadas, agregaram conhecimento e pertencimento à minha trajetória. Por meio dessas afronarrativas, ficam perceptíveis os desafios étnicos, educacionais e comunicacionais que precisam ser enfrentados. Ler sobre vocês permite pensar alternativas de construção de uma sociedade que valorize e estimule a diversidade.

Aos mestrandos e doutorandos da Famecos, com muita ênfase a turma de 2017, obrigado por confirmarem a importância do estudo e do conhecimento como instrumento de libertação. Obrigado por tudo que me ensinaram e pelo tanto que me apoiaram: se a pós *stricto sensu* pode ser um período complexo e solitário para muitos, ao lado de vocês, o percurso ficou mais leve e coletivo.

Aos colegas do grupo de pesquisa Tecnologia do Imaginário (GTI), por, ao longo de seis anos, ajudarem a pensar coletivamente, não só nos aspectos acadêmicos, mas de vida. Obrigado pelos saberes compartilhados e pelas contribuições teóricas e metodológicas. Que possamos manter esses vínculos na academia e em outros espaços.

Ao Daniel Quadros e Gabriel Bandeira, então estudantes de jornalismo da Famecos, que encontrei já no final da graduação, mas foram essenciais para a escrita desta tese. Não foram sujeitos da pesquisa, mas ensinaram muito, sobretudo a importância do afeto, da escuta e da necessidade de aquilombamento para o fortalecimento mútuo. Uma pena não ter conhecido vocês há 15 anos, quando eu me sentia sozinho na PUCRS e que bom que achei vocês agora, pois fizeram a diferença.

Aos companheiros do Núcleo de Apoio a Eventos da Faculdade de Educação da UFRGS, Alessandra Petry, Eduardo Sperb, Kundry Klippel e Josué Goulart, pelo partilhar dos dias e apoio ao afastamento do trabalho para estudos. Bem como à

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição de excelência, pública e gratuita, que possibilitou, por dois anos e 8 meses, a dedicação integral ao doutorado, como forma de valorização do corpo técnico e qualificação dos comunicadores da instituição.

Aos amigos que conhecem minhas origens, mesmo que não tenhamos mais o mesmo contato, compartilharam essa e outras etapas da minha formação, acreditaram em meu trabalho e tornaram minha vida mais tranquila. Em especial ao Tiago Pedruzzi, que traduziu o resumo, assim como ao Eduardo Nunes, que transcreveu as entrevistas dos sujeitos da pesquisa, e à Valéria Machado que fez a revisão de texto e formatação da ABNT.

Aos membros da banca, cuja presença nesta tese foi além da própria avaliação, pois ter um grupo de docentes pretos foi representativo, especial e ficará marcado na minha história. Sei que por meio do rigor científico, da paixão pela pesquisa e da correção dos excessos, o resultado ficou bem melhor e isso é reflexo do olhar atento de vocês. Deivison Campos, com quem, ao final do doutorado, tive a grata alegria de conviver na Famecos, mas que muito antes já admirava pela carreira acadêmica e presença no movimento negro. Lembro com carinho da escrita do artigo para o Congresso dos Pesquisadores Negros em Uberlândia. Mais que uma postura de professor diferenciado, foi amigo ao instruir, estimular e ampliar horizontes. Jairo Ferreira, embora não tenha sido meu docente nos dois semestres que estudei na Unisinos e não estivesse na banca de seleção do mestrado e doutorado, despertou meu interesse por temáticas que desconhecía. E motivou a ida, por duas vezes, até São Leopoldo para participar do Seminário Internacional em Mídia e Comunicação. Na qualificação da tese, sugeriu novos e melhores rumos para a pesquisa, cujo resultado está nestas páginas. Melina Santos, primeira e única docente negra que tive em duas graduações, três especializações, mestrado e doutorado, efetivou a descolonização do pensamento comunicacional em minha vida. Com reflexões carinhosas e ácidas, não poupou esforços para ajudar e tornar meu percurso acadêmico mais eficaz e não menos combativo. Sara Feitosa, que sem me conhecer aceitou participar da banca de doutoramento e auxiliou no aprimoramento da tese. Os nossos caminhos não se cruzaram antes, mas nossos passos vêm de longe e tenho a certeza de que surgiste na hora certa para fechar ou reiniciar com chave de ouro esse fragmento da minha história.

Tenho certeza que chegar ao nível de doutorado em uma das mais prestigiadas

instituições de ensino superior a América Latina não seria possível se não houvesse uma cumplicidade de pessoas que concorreram para que esse sonho se tornasse realidade. Portanto, agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), instituição que vivi por uma década, na graduação, de 2006 a 2010, mestrado, entre 2017 e 2018 e no doutorado, de 2019 a 2023, pela estrutura oferecida, especialmente profissionais qualificados da Biblioteca Central e Restaurante Universitário, locais que muito frequentei.

Especialmente à Escola de Comunicação, Artes e Design, de modo especial aos funcionários que dão todo suporte para que a Famecos seja um expoente de circulação de conhecimento e validação do saber. Aos professores e técnicos que dividiram comigo a experiência de estar como representante discente no colegiado da unidade e, também, no Comitê Plural.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, por toda tecnologia e capital humano disponibilizados para a minha formação acadêmica. Aos exímios professores e excelente corpo técnico-administrativo, de modo especial Radler da Rosa, André Holtz e Rafael Reimann. Obrigado por dividirem comigo a experiência de estar como representante discente no colegiado do PPGCOM, comissão de bolsas e em cada minuto que transitei no prédio 7.

Por fim, agradeço à decana da Escola de Comunicação, Artes e Design, Rosângela Florczak, que oportunizou prática às teorias ensinadas na Famecos. Não apenas pelo convite para ministrar as duas edições do exitoso curso *online* sobre Comunicação Antirracista, mas por escutar e apoiar a ampliação efetiva da participação dos discentes nos espaços de decisão da unidade, mostrando que diversidade e representatividade realmente importam e que cabe também à gestão buscar a equidade necessária, pois a mudança geralmente não é orgânica, necessita do primeiro passo, que vem da instituição, mesmo que isso desconcerte e não agrade a todos.

ENCONTREI MINHAS ORIGENS

Encontrei minhas origens
em velhos arquivos
... livros.
encontrei
em malditos objetos
troncos e grilhetas
encontrei minhas origens
no leste
no mar em imundos tumbeiros
encontrei
em doces palavras
... cantos
em furiosos tambores
... ritos
encontrei minhas origens
na cor de minha pele
nos lanhos de minha alma
em mim
em minha gente escura
em meus heróis altivos encontrei
encontrei-as enfim.
me encontrei.

Oliveira Ferreira da Silveira,
Roteiro dos Tantãs, 1981

RESUMO

Encravada na grande área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, nas Ciências da Comunicação e aliada ao binômio Raça e Educação, a presente tese se justifica pela alta desigualdade racial nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, assim como na graduação e no mercado comunicacional, reflexo da manutenção dos privilégios e da ausência de políticas públicas para reduzir séculos de silenciamento e invisibilidade. Com o intuito de encontrar resposta à questão central, tornou-se indispensável mapear quem são os doutores e doutorandos para descobrir um pouco da história de vida dos que romperam a barreira estrutural, concluíram (ou estão em processo de conclusão) a pós-graduação *stricto sensu* e compreender se essa presença ínfima é produzida ou não pelo racismo. Entre os objetivos específicos, destacam-se: conhecer o percurso acadêmico; examinar a inserção, ou não, deles no mercado de trabalho; se as atividades desenvolvidas têm sido compatíveis com a graduação ou área de formação titulada e como são afetados pela discriminação racial; e se a presença deles na academia tensiona para a mudança do fazer comunicacional. As ideias do autor Muniz Sodré deram sustentação teórica para discutir as categorias comunicação, raça e educação, com as contribuições de Kabengele Munanga e Paulo Freire. O procedimento metodológico, aliado ao conceito de afronarrativa, ocorreu por meio de atividades remotas, por teleconferência, em virtude do distanciamento social provocado pela pandemia da covid-19: entrevistas semiestruturadas realizadas com dois doutores e dois estudantes do doutorado das quatro universidades que têm Programa de Pós-Graduação em Comunicação no Rio Grande do Sul. Por fim, é necessário e tardio romper o racismo estrutural e promover a diversidade no ambiente acadêmico. Para tanto, é fundamental o fortalecimento efetivo da educação antirracista, assim como o reconhecimento da relação entre o silenciamento dos povos subalternizados e o eurocentrismo do conhecimento.

Esta tese foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Palavras-chave: Comunicação; negros; doutorandos; racismo; educação.

RESUMEN

Incrustada en la gran área de conocimiento de las Ciencias Sociales Aplicadas, Ciencias de la Comunicación y aliada al binomio Raza y Educación, esta tesis se justifica por la alta desigualdad racial en los posgrados *stricto sensu*, así como en la graduación y en el mercado de la comunicación, reflejo del mantenimiento de los privilegios y la ausencia de políticas públicas para reducir siglos de silenciamiento e invisibilidad. Con el fin de encontrar una respuesta a la pregunta central, se hizo imprescindible mapear quiénes son los doctores y estudiantes de doctorado para conocer un poco acerca de la historia de vida de aquellos que rompieron la barrera estructural, saber si completaron (o están en proceso de completar) el posgrado *stricto sensu* y entender si esta pequeña presencia es producida por el racismo. Entre los objetivos específicos, se destacan los siguientes: conocer su trayectoria académica, examinar su nivel de inserción en el mercado laboral, verificar si las actividades desarrolladas han sido compatibles con su título de grado o posgrado y cómo se ven afectados por la discriminación racial, además de analizar si su presencia en la academia pretende cambiar las prácticas comunicacionales. Las ideas del autor Muniz Sodré proporcionaron soporte teórico para discutir las categorías: comunicación, raza y educación, asociadas a las contribuciones de Kabengele Munanga y Paulo Freire. El procedimiento metodológico unido al concepto de “afro-narrativas”, -se llevó a cabo a través de actividades remotas, por teleconferencia, debido a la distancia social provocada por la pandemia covid-19. Fueron realizadas entrevistas semiestructuradas a dos doctores y dos doctorandos vinculados a cuatro universidades que tienen un Programa de Posgrado en Comunicación en *Rio Grande do Sul*. Para tanto, es necesario el fortalecimiento efectivo de la educación antirracista, bien como el reconocimiento de la relación entre el silenciamiento de los pueblos subalternos y el eurocentrismo del conocimiento.

Esta tesis fue realizada con el apoyo de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Palabras-clave: Comunicación; negros; doctorando; racismo; educación.

LISTA DE INFOGRÁFICOS

Infográfico 1 – Presença de negros nos telejornais do RS	46
Infográfico 2 – A presença do negro na pós-graduação (Mestrado e Doutorado)	75
Infográfico 3 – Distribuição de bolsas de pós-graduação	76
Infográfico 4 – Professores negros na pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Comunicação do RS em 2022	77
Infográfico 5 – Radiografia étnica do corpo docente universitário	78
Infográfico 6 – Pesquisadores negros nos doutorados em Comunicação do RS são 7,5%..	79
Infográfico 7 – A cor dos doutorandos do POSCOM da UFSM	82
Infográfico 8 – A cor dos docentes do POSCOM da UFSM em 2022.....	82
Infográfico 9 – A cor dos doutorandos do PPGCOM da UFRGS.....	85
Infográfico 10 – A cor dos docentes do PPGCOM da UFRGS em 2022	85
Infográfico 11 – A cor dos docentes do PPGCOM da PUCRS	87
Infográfico 12 – A cor dos doutorandos do PPGCOM da PUCRS.....	88
Infográfico 13 – A cor dos doutorandos do PPGCC da UNISINOS	90
Infográfico 14 – A cor dos docentes do PPGCC da UNISINOS em 2022.....	90

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Luís Gama	102
Foto 2 – Carolina de Jesus	128
Foto 3 – Rainha de Wakanda	153
Foto 4 – Maria Firmina dos Reis	189

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Os números do racismo no Brasil	72
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos de pesquisa	23
Quadro 2 – Perfil dos respondentes.....	33
Quadro 3 – Amostra dos sujeitos de estudos.....	214
Quadro 4 – Recorte de gênero dos doutores negros	214

LISTA DE SIGLAS

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
ASAV	Associação Antônio Vieira
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DINTER	Programa de Doutorado Interinstitucional
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FADIVALE	Faculdade do Vale do Rio Doce
Famecos	Escola de Comunicação, Artes e Design
GEMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa
HUSM	Hospital Universitário de Santa Maria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
OBM	Observatório Brasileiro de Mídia
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PhD	Philosophy Doctor
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNPD	Programa Nacional de Pós-Doutorado
POSCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação
PPGCC	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação
PPGs	Programas de Pós-Graduação
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PROMOB	Programa de Estímulo à Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-Graduação
Prouni	Programa Universidade para Todos
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBEA	União Brasileira de Educação e Assistência

UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio do Sinos
UPA	Universidade de Porto Alegre
USM	Universidade de Santa Maria
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PRÓLOGO AUTORAL	15
1 ESCURECENDO A PESQUISA	21
1.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS	26
1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	30
2 A (DES)COLONIZAÇÃO NA COMUNICAÇÃO	38
2.1 COMUNICAÇÃO ANTIRRACISTA	43
3 NEGROS CLAROS E ESCUROS: O COLORISMO E OS EMBATES NO BRASIL	51
3.1 DOCÊNCIA EMBRANQUECIDA DA GRADUAÇÃO.....	55
4 RAÇA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	64
4.1 A COR DOS DOUTORADOS EM COMUNICAÇÃO DO RS	72
4.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.....	80
4.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	83
4.4 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	85
4.5 UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	88
5 AFRONARRATIVAS PARA TECER SABERES E CONECTAR TRAJETÓRIAS	91
6 LUÍS GAMA: NEGRITUDE, IDENTIDADE E REPRESENTATIVIDADE NA COMUNICAÇÃO	95
6.1 TORNEI-ME NEGRO TARDIAMENTE	102
7 CAROLINA DE JESUS PARA ALÉM DO EUROCENTRISMO, EDUCOMUNICAÇÃO AFROCENTRADA	122
7.1 A GENTE PRECISA DE ALGUÉM QUE FALE SOBRE NEGRITUDE	128
8 RAINHA DE WAKANDA: OS ENTRAVES PARA ESCURECER A UNIVERSIDADE	148
8.1 A NOSSA PRESENÇA NEGRA MUDA A ESTRUTURA	153
9 MARIA FIRMINA DOS REIS E OS MECANISMOS PARA ENFRENTAR ESTEREÓTIPO, SILENCIAMENTO E INVISIBILIZAÇÃO	184
9.1 QUANDO É COM A GENTE, OS OUTROS NEM PERCEBEM	189
10 CONSIDERAÇÕES SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DOS SUJEITOS DA PESQUISA	209
10.1 ENEGRECIMENTO DA COMUNICAÇÃO.....	228

10.2 NOSSO FUTURO TEM RAÍZES	237
REFERÊNCIAS	252
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	272
APÊNDICE B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	273

PRÓLOGO AUTORAL

“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.”

(EVARISTO, 2007, p. 21).

Tenho convicção de que chegar ao final desta pós-graduação *stricto sensu*¹ e escrever parte da tese não foi, de modo algum, um percurso solitário. Muito pelo contrário, para atingir essa parcela do doutoramento fui auxiliado e motivado por muitas pessoas. Justamente porque acredito que a caminhada é, antes de tudo, um entrelaçar e um emaranhado no qual um passo complementa o outro até chegarmos ao objetivo desejado. Nessa perspectiva de construção coletiva nasce a minha pesquisa: estudar sobre aqueles negros e negras² que vieram antes de mim e já são doutores em comunicação e os que estão ao meu lado, doutorandos, rompendo a barreira acadêmica e o racismo sistêmico, que, muitas vezes, nos impedem de avançar no campo educacional e em tantas outras esferas da sociedade.

Com esse intuito, recorro aos pensamentos de Maria da Conceição Evaristo, que cunhou o termo escrevivência a fim de descrever a experiência do pesquisador para viabilizar afronarrativas que dizem respeito à experiência coletiva. Para tanto, conversei, ao longo desta tese, com muitas pessoas pretas, mas foco em quatro doutoras e doutorandos em comunicação, todos com a pós-graduação no Rio Grande do Sul, para verificar se a produção de conhecimento a partir dessa presença, assumindo voz e temáticas negras, abriu ou está abrindo caminho para que o espaço acadêmico se transforme ao absorver os conhecimentos, trajetórias de vida, visões de mundo, vivências e referenciais teóricos até então distantes desse espaço.

E, cabe salientar, em tempos de pouca tolerância e de imensos retrocessos quanto ao acesso a direitos fundamentais e à desvalorização da ciência, as escrevivências são apostas na escrita como forma de resistência, valorizando quem já conquistou a titulação máxima, quem está em busca e estimulando os que virão.

Escrever sobre as vidas de acadêmicos negros, não como objeto passivo da

¹ BRASIL. Ministério da Educação. **Qual a diferença entre pós-graduação lato sensu e stricto sensu?** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu>. Acesso em: 15 jan. 2023.

² Era intenção usar pronomes neutros ao longo da tese, como forma de inclusão de grupos marginalizados e, também, evitar citar termos majoritariamente masculinos. Infelizmente, o uso do “@” e do “x” truncam a leitura e prejudicam o acesso a deficientes visuais que utilizam equipamentos eletrônicos para ler.

pesquisa, mas como potência, é um modo de evidenciá-las como protagonistas das próprias histórias. Escutar e pensar sobre esses sujeitos é também visitar a minha própria narrativa. Afinal, o tripé que sustenta esta tese (raça, educação e comunicação) perpassa o meu percurso.

RAÇA.³ Embora sempre tivesse consciência da minha etnia, acredito que também me tornei negro tardiamente. Reconhecer-se negro em um país, talvez mais ainda em um estado como o Rio Grande do Sul, onde o mito da democracia racial e a política de branqueamento são extremamente presentes no imaginário social e onde o racismo institucional e estrutural são avassaladores, não foi uma atitude objetiva e automática. Criado em uma família na qual as questões raciais, pelo que me vem na memória, não eram pautas dos assuntos cotidianos, tornou-se difícil fazer o enfrentamento na escola, no bairro e nos outros locais onde eu estava inserido.

Para Kabengele Munanga (2004, p. 7), o racismo seria uma ideologia que busca dividir a humanidade em grandes grupos chamados raças, nos quais estariam sobre eles imputados estereótipos ligados de acordo com o grupo racial ao qual pertencem. Portanto, uma classificação e uma hierarquização dos seres humanos por meio de grupos étnicos.

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. (MUNANGA, 2004, p. 6).

Somente percebi isso anos mais tarde e reflito que quando a professora do Ensino Fundamental chamou-me de insolente ou os conhecidos nominaram-me de macaco, negro burro, cabelo de bombril e nariz de porco, usando o riso para minimizar o racismo recreativo e animalizante,⁴ como nos ensina o jurista e professor Adilson Moreira, minha autoestima foi devastada, proporcionando reflexos até hoje. Ou seja, por muito tempo ouvi (e ainda escuto, mas já não me calo mais) expressões que reproduzem estereótipos raciais negativos sobre povos minorizados.

³ Termo que foi utilizado historicamente para identificar categorias humanas socialmente definidas. As diferenças mais comuns referem-se à cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e genética.

⁴ O conceito de racismo recreativo designa uma política cultural que utiliza o humor para expressar hostilidade em relação a minorias raciais. O humor racista opera como um mecanismo cultural que propaga o racismo, mas que, ao mesmo tempo, permite que pessoas brancas possam manter uma imagem positiva de si mesmas.

É nesse contexto histórico, político, social e cultural que os negros (e as negras) brasileiros constroem sua identidade e, entre elas, a identidade negra. Como toda identidade, a identidade negra é uma construção pessoal e social e é elaborada individual e socialmente de forma diversa. No caso brasileiro, essa tarefa torna-se ainda mais complexa, uma vez que se realiza na articulação entre classe, gênero e raça no contexto da ambiguidade do racismo brasileiro e da crescente desigualdade social. (GOMES, 2011, p. 2).

Quem se debruça um pouco sobre o tema, ou consegue olhar para além do básico, percebe que as histórias das negras e dos negros no Brasil, por muito tempo, ficaram localizadas no interior de um sistema de forças coloniais que caracterizam a constituição identitária do país. Nesse contexto, ainda que inconscientemente, incomodava muito a posição subalternizada em relação às narrativas sobre conhecimento, na mídia, nos espectros político e econômico. Ainda assim, faz menos de uma década que efetivamente encontrei minhas raízes, tornei-me negro e aceitei-me como sou, tendo orgulho do meu fenótipo. Embora, por muitas vezes, tenha algumas recaídas, já que cansa enfrentar a discriminação, os estereótipos e, sobretudo, a impunidade de uma sociedade que nega e silencia o racismo. No meu caso, reconhecer-se como negro demorou anos e potencializou-se na graduação, quando comecei a refletir acerca da estrutura hegemônica que me cercava.

EDUCAÇÃO: Na educação básica, sempre em escola pública, não era o único negro na sala de aula, mas também não falávamos muito sobre o assunto. Apesar disso, as questões raciais estavam presentes e eram geralmente tangenciadas pelos professores e minimizadas pelos colegas, não raro apoiadas no mito da democracia racial e na falácia de que éramos periféricos e quase todos iguais.

Embora tenha estudado no período anterior à Lei nº 10.639/03, que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana, consigo rememorar vários momentos em que as atividades, as aulas, as dinâmicas e os encontros estudantis poderiam ter sido aproveitados para trazer, de forma transversal, conteúdos sobre preconceito, racismo e discriminação. Mas isso, salvo engano, pouco foi feito e concluí o Ensino Médio da mesma forma que no Ensino Fundamental: sem falar sobre mim para além do dia 13 de maio, quando havia menções à abolição da escravidão,⁵ do potencial futebolístico do Pelé e da forma

⁵ A palavra “escravo” indica uma característica e/ou condição inerente à pessoa. Em razão disso, segundo Kabengele Munanga, em *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*, é adequado o uso da palavra “escravizado”, pois assim indica que foi uma situação pela qual a pessoa passou que a colocou nesta posição. Pela lógica, a palavra “escravidão” pode ser

engraçada como o Mussum aparecia no programa *Os Trapalhões*.

A reprodução do racismo na escola é um dos temas mais relevantes da agenda dos movimentos sociais negros, em todo o país. Não sem razão, evidentemente. Por trás das altas taxas de infrequência, repetência e evasão escolar verificadas entre as crianças negras, existe um denominador comum: a estigmatização e a desqualificação delas em razão do racismo. (MOREIRA, 1997, p. 102).

Tive poucos professores negros ao longo desse período, talvez por isso consiga recordar do nome e da fisionomia de seis educadores. Mas é preciso ponderar que não tinha compreensão de que pardo também entrava no arcabouço do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para configurar um dos quatro grupos de “cor/raça” que compõem a população brasileira, junto com brancos, amarelos e indígenas. De qualquer forma, por não terem sido tantos, tinha muita identificação com eles e, mesmo se não fossem as disciplinas que mais gostava, tentava prestar atenção e corresponder ao conteúdo com boas notas. Afinal, eles eram docentes, tinham nível superior, estudaram, conquistaram um diploma e isso na minha estrutura familiar não era um horizonte. Tanto que, ao concluir o Ensino Médio, não cogitei prestar vestibular, mas cursei dois cursos técnicos, um por vez, nos quais tive duas professoras negras que também deixaram marcas. Lembro, diferente das outras oportunidades, terem conseguido costurar temas étnicos nas disciplinas e provocar reflexões relevantes, o mesmo não ocorreu no curso pré-vestibular que fiz, no Centro de Porto Alegre, onde a maioria dos alunos era branca, não havia professor preto e quase todos os conteúdos eram na base da piada (inclusive discriminatórias) e macetes para apropriação do conhecimento. Talvez a partir daí, já com mais de 20 anos, tenha percebido que faltava uma identificação para conseguir posicionar-me e enfrentar o que não me agradava. Foi quando entrei na faculdade, no Vale dos Sinos.

COMUNICAÇÃO: Desde os 15 anos, no primeiro ano do Ensino Médio, já conciliava estudos e trabalho, mas como eram atividades mais braçais e que necessitavam de menor qualificação, geralmente não era o único negro e me sentia protegido entre os meus. No entanto, ao morar em Guaíba, trabalhar em Porto Alegre e estudar na UNISINOS, em São Leopoldo à noite, circulava por muitas realidades diferentes e isso me inquietou. Em 2005, se pela manhã contava trocados para ter passagem para ir à Capital, ficava oito horas fazendo cópias para engenheiros, uma

substituída por “escravização”.

vez por semana, eu era um universitário. E isso mudou tudo.

E lá, naquele local que valorizava o saber, imaginei que tudo fosse diferente. E era. Muita gente bem arrumada, a maioria branca, com *notebook*, utilizando carro para ir à universidade, bem mais jovem, falando sobre as viagens do final de semana e aparentemente muito felizes e com enorme bagagem teórica, a julgar pelas intervenções nas aulas. Enquanto tentava uma bolsa filantropia (que nunca se consolidou), eu ia à biblioteca tentar dar conta da bibliografia sugerida pelo professor e à medida que me apropriava das leituras, minhas inquietações não cessaram mais.

Ciente de que não conseguiria mais pagar a única cadeira que havia matriculado-me, surgiu a oportunidade de fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Com uma média decente, por ter cursado o Ensino Médio completo em escola pública e, também, em razão das ações afirmativas direcionadas aos autodeclarados negros, fui selecionado com bolsa integral no Programa Universidade para Todos (Prouni) e migrei para a PUCRS, também para fazer Jornalismo.

Já em 2005, iniciei minha carreira na Comunicação, fazendo muitos estágios e cursando todas as matérias na Escola de Comunicação, Artes e Design (Famecos). No entanto, novamente, assim como na UNISINOS, eu era um dos únicos negros na sala de aula e quase sempre ocorria o mesmo nas redações onde atuei. A mesma lógica é aplicada aos pouquíssimos colegas que tive nos ambientes comunicacionais onde trabalhei, apenas dois ocupavam cargo de gestão (Chefe de reportagem no Correio do Povo e Gerente de Jornalismo na Rádio Guaíba). Todos os outros eram, mesmo com anos a mais de profissão, repórteres, sem muito poder de decisão editorial nas escolhas das pautas, por exemplo.

Apesar disso, não me sentia menos, pois era um universitário que em breve teria um diploma. E a partir desse empoderamento proporcionado pela academia, ao aproximar-me de outros colegas em situação semelhante, um apoiava o outro e era possível enfrentar as dificuldades, inclusive as do campo étnico, tanto que na graduação mesmo o tema do Trabalho de Conclusão de Curso foi sobre a pouca visibilidade do negro no telejornalismo. E nos jornais e nas assessorias onde trabalhei, sempre que necessário, conseguia posicionar-me, pois não me sentia inferior, apesar das circunstâncias sempre tentarem afirmar o contrário.

Porém, diferente do ensino básico, não tive um professor negro em toda a minha graduação (seja na PUCRS ou na UFRGS, onde cursei Letras) e no mestrado. Ainda que tenha tido – poucos mestrandos e doutorandos pretos nesse percurso –, a

ausência de docentes fez muita diferença, na medida que, muitas vezes, inconscientemente, os conteúdos abordados eram a partir de uma lógica europeia e, não raro, partiam de uma perspectiva distante dos estudantes pretos. Além de, geralmente, não conseguirem abordar temas étnicos e periféricos de uma forma não generalista. Somente no doutorado, após nove anos como aluno da PUCRS, tive aula com uma professora negra e o tema da disciplina dela, ainda bem, era sobre descolonização da comunicação, justamente o que ansiei ouvir e discutir no ambiente acadêmico por quase uma década.

Os estudos sobre os professores negros juntamente com outros sobre relações raciais e educação destacam a importância do professor como agente fundamental no processo de desconstrução do racismo. Nesses estudos, a responsabilidade dos educandos frente à construção de um currículo que contemple a diversidade é considerada imprescindível para a mudança de postura em relação ao alunado negro. (SANTANA, 2004, p. 41).

Dessa forma, conforme relatei, a identificação quase não ocorreu e a sensação de pertencimento inexistiu, seja no mercado de trabalho ou na universidade. Embora se possa mensurar que exista ascensão das discussões antirracistas na mídia e em grandes empresas nesta nova década, ainda há muito o que ser feito no que tange à diversidade dentro do ambiente corporativo. Isso porque medidas efetivas de combate à discriminação racial e ao racismo precisam fazer parte da cultura organizacional das empresas, incluindo as instituições de ensino. Para que isso ocorra, é preciso reflexão, escuta e ação. E esse pode ser o papel da academia e, com esse intuito, nasce esta tese.

1 ESCURECENDO A PESQUISA

Será que ainda é preciso ter negras e negros que escrevam sobre as questões étnicas, que recordem o passado, analisem o presente e prospectem o futuro? Acreditamos⁶ que a presença negra tensiona as instituições acadêmicas e limita a massividade do pensamento único, geralmente eurocêntrico. Além disso, a entrada nas ciências humanas acrescenta horizontes aos estudos sobre o negro, pois impulsiona novos temas de pesquisa, minimizando as brechas deixadas pelos pesquisadores tradicionais.

Difícilmente o pesquisador branco poderá, apesar do exercício muito treinado de sua observação participante, captar a dimensão e a profundidade de alguns problemas que acontecem no nível da experiência de vida. Também ao pesquisador negro poderá escapar o discernimento de determinados fenômenos diretamente implicados na sua vida, tanto é grande a intensidade de sua participação, apesar do seu distanciamento treinado. (MUNANGA, 2017 apud SANTIAGO, 2017, p. 15).

Embora não tenhamos utilizado o recurso antropológico de “observação participante”, a metodologia empregada possibilitou profunda inserção na realidade que estudamos. Como negro e enquanto estudante do doutorado, constituo-me como sujeito desta pesquisa. Assim, as outras pessoas não precisaram sentir-se estudadas como “objeto”. E isso faz toda a diferença, pois a conversa se estabelece de forma valorosa e horizontal.

Velho (1986 apud DUARTE, 2002, p. 148) considera que existe um risco nessa identificação do pesquisador pelo objeto pesquisado, principalmente quando há pesquisa com histórias de vida semelhantes. No entanto ele frisa que é indispensável ter em mente que a subjetividade precisa ser “incorporada ao processo de conhecimento desencadeado”, o que não constitui ausência de compromisso com a obtenção de um conhecimento mais ou menos objetivo, mas uma forma mais apropriada de lidar com a pesquisa.

A busca da explicação dessa situação remeteria, além do socioeconômico, à questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afrodescendentes apagada no sistema educativo formal. Sua história, quando presente no livro didático, é contada apenas do ponto de vista do “outro” e, muitas vezes, falsificada e apresentada numa ótica estereotipada

⁶ A presente pesquisa, para além do prólogo, foi desenvolvida com o texto na primeira pessoa do plural, pois compreendemos que as ideias que constam nesta tese são frutos dos livros e conteúdos que li, das aulas que participei, das orientações, conversas, congressos e tantos outros momentos vivenciados ao longo desses quatro anos. De qualquer forma, o resultado parte do particular para o coletivo. Das minhas vivências, dos que vieram antes e dos que lerão esta pesquisa.

(MUNANGA, 2010, p. 51).

O racismo perpetua imaginários de inferioridade atrelados aos negros. Essas e outras dificuldades tornam a mobilidade social muito limitada, tendo como resultado poucos negros na formação educacional e, conseqüentemente, no ensino superior, e menos ainda na pós-graduação e em cargos de gestão. E essa percepção não é recente, pois Carolina Maria de Jesus escreveu sobre a realidade dos negros durante a sua infância: “A maioria dos negros eram analfabetos, já haviam perdido a fé nos predominares e em si próprios.” (JESUS, 1986, p. 27). Ela destaca que quando as alunas negras retornavam das escolas, estavam chorando, dizendo que não queriam voltar porque os brancos falavam que os negros eram fedidos.

[...] As professoras não respondiam [...] depois exclamavam: Os abolicionistas, vejam o que fizeram! Essa gente agora pensa que pode falar de igual para igual. Eu, na época da abolição, tinha mandado toda essa gente repugnante de volta para a África. (JESUS, 1986, p. 38-39).

Quando Lima (2009) analisou os dados divulgados pelo Observatório Brasileiro de Mídia (OBM) sobre a cobertura de temas relacionados à população negra, ele verificou que existe a falta de visibilidade e de problematização de temas de cunho étnico e racial na mídia. O autor entende que essa pouca presença indica que as questões relacionadas à defesa de direitos fundamentais, à reparação da desigualdade e à injustiça histórica ocorre porque essa parcela minorizada ainda é negligenciada, quando não invisibilizada.

Sodré (1999), referindo-se às relações de poder, destacou o papel das elites dos meios de comunicação, chamadas elites logotécnicas, na propagação de ideias racistas. O pesquisador alertou que, por meio do discurso midiático, elas disseminaram, ao longo de décadas, ideias permeadas de racismo e discriminação, de forma eficiente e eficaz. Nessa linha de reflexão, e ao encontro dos pensamentos de Sodré, Almada (2012) faz um paralelo da incoerência que existe entre o que é veiculado na mídia, de forma especial na televisão. Ela pontua cinco aspectos que marcam a presença negra na mídia:

(a) A cobertura jornalística pretensamente “objetiva” dos acontecimentos que envolvem “as comunidades à margem da cidade incluída”, entre as quais os negros são majoritários, se dá de forma estereotipada, espetacularizada; (b) Nossos noticiários, os dos veículos impressos entre eles, colocam em destaque os aspectos negativos dessas comunidades, deixando de fora das enunciações qualquer referência às razões que levam ao desvio da norma, ao desvio social, integrantes de grupos humanos historicamente discriminados e marcados pela desigualdade de oportunidades e de usufruto

de bens simbólicos e materiais gerados pela sociedade do país. Muitos dos quais protagonizam um dos maiores dramas sociais da contemporaneidade brasileira: são jovens negros da periferia do país, aqueles percentualmente majoritários também nas estatísticas de homicídios; (c) Os medias são responsáveis por uma representação dos segmentos afro-brasileiros marcada por uma subalternidade racial e social dada como natural; (d) Os meios de comunicação, a não ser em casos flagrantes de discriminação que chegam à opinião pública, tendem a negar a existência do racismo, fator estruturante da sociedade brasileira; (e) Também realçam aspectos positivos das manifestações culturais negras, além de mostrar indiferença profissional e desconhecimento de aspectos históricos e relativos à contribuição civilizatória dos negros tanto no Brasil, como nos demais países da diáspora. (ALMADA, 2012, p. 28).

Dito isso, a temática da tese justifica-se por abordar uma questão socialmente relevante: a ausência de um grupo numericamente grande, mas minorizado em diversos ambientes, inclusive na universidade. É diante desse cenário, que engloba o trinômio raça, educação e comunicação, que nasce a presente pesquisa, fragmentada nas seguintes questões:

Quadro 1 - Objetivos de pesquisa

Qual problema?	A pouca presença negra no doutorado aponta para a concretização da excelência no campo acadêmico, capaz de garantir a pluralidade epistemológica, a convivência equitativa e respeitosa entre distintas corporeidades, racionalidades, éticas e estéticas?
Qual objetivo principal?	Mapear quem são os acadêmicos pretos e, por meio da afronarrativa, conhecer um pouco da história de vida daqueles que romperam a barreira estrutural e concluíram/ou concluirão a pós-graduação <i>stricto sensu</i> para compreender se essa presença ínfima é produzida ou não pelo racismo.
Quais objetivos secundários?	Identificar e compreender a inserção, ou não, deles no mercado de trabalho, se as atividades desenvolvidas têm sido compatíveis com a graduação ou área de formação titulada, se existem retornos em capital econômico e como são afetados/as pela discriminação racial; e se a presença deles na academia tensiona para a mudança do fazer comunicacional.
Expectativa de resultados...	Demonstrar que há (in)visibilidade dos doutores negros na comunicação gaúcha e que isso ocorre pelo fator estrutural e, também, pela manutenção do racismo no ambiente acadêmico e profissional, hegemonicamente branco.

Fonte: Elaborado pelo autor da presente tese.

Geralmente, as análises feitas sobre o negro brasileiro, ao longo da história, quase sempre o colocam como um elemento coadjuvante. Em contrapartida, alguns

trabalhos, mais recentes, contestam essa posição e constroem um novo olhar sobre a constituição do país. E é nesse sentido, para dar protagonismo, que a estrutura deste trabalho está dividida em dez capítulos:

“Escurecendo a pesquisa”: O primeiro capítulo é dedicado à introdução da tese. Nele, constam parte da trajetória e as motivações do autor, que se encaixa enquanto sujeito da pesquisa e, em razão disso, desejou estudar mais sobre o tema e potencializar a voz e a jornada de quem também buscou o doutoramento em meio a um ambiente eurocêntrico. Além disso, há uma problematização inicial sobre o trinômio raça, educação e comunicação, tripé que originou o estudo. Nesse espaço, também nos debruçamos sobre os fundamentos teórico-metodológicos, explicando quem são os balizadores reflexivos que sustentam a pesquisa.

Cabe ao capítulo dois, **“A (des)colonização da comunicação”**, mostrar que as desigualdades entre negros e brancos seguem latentes, aos que desejam perceber essa discrepância, seja no mercado de trabalho, nas escolas ou na universidade. Também nessa parte, fica evidenciado que o racismo estrutural, por séculos, garantiu aos brancos o controle dos espaços de poder: na política, na economia, na produção intelectual e na mídia. A representação dos afrodescendentes na comunicação ainda não valoriza a heterogeneidade da população brasileira, sobretudo pela ideologia de branqueamento, baseada nas perspectivas europeia e estadunidense, resultando na baixa autoestima de muitos pretos.

A terceira parte, que é nominada como **“Negros claros e escuros: O colorismo e os embates no Brasil”**, mostra que a história do Brasil não pode ser contada sem citar o processo de miscigenação, mistura de europeus, indígenas e africanos. No decorrer do texto, fica evidenciado que a presença europeia em solo brasileiro foi marcada pela violência, pela desumanização e resultou em inúmeras consequências políticas, econômicas e, também, na exploração sexual dos brancos sobre índios e negros.

Ao se falar de acesso e de permanência de negros na universidade, há uma falácia quando se afirma que as instituições (públicas ou privadas/comunitárias) são abertas para todos, pois existe uma etnia dominante que ocupa a maioria desse ambiente. Para compreender o papel do negro nesses espaços, realizou-se um mapeamento em todas as universidades que possuem curso de comunicação no Rio Grande do Sul, um total de 17 instituições, conforme cadastro no Ministério da Educação (MEC), considerando que, diferentes das faculdades e centros

educacionais, elas precisam ter, no mínimo, um terço do seu corpo docente com títulos de mestres e doutores e, pelo menos, um terço do seu corpo docente trabalhando em período de dedicação exclusiva. Ao mapear quem são os docentes negros que integram essas instituições, houve o intuito de verificar se há pluralidade epistemológica e convivência equitativa nesses locais de troca do saber. Da mesma forma, buscou-se identificar se há presença dessa etnia do mercado de trabalho, fora da academia, como, por exemplo, na televisão no Rio Grande do Sul, que é o veículo com maior audiência.⁷

O quarto capítulo é intitulado **“Raça e educação superior”**. Nesta etapa, há uma contextualização sobre o acesso e a presença dos negros na educação superior e, de forma especial, na pós-graduação *strictu sensu*. Para isso, é necessário saber os efeitos das ações afirmativas e das políticas públicas nas instituições de ensino superior do Estado. Por fim, é possível conhecer um pouco das quatro universidades gaúchas que têm doutorado em comunicação, verificar a etnicidade do corpo docente e, sobretudo, quantos dos 400 estudantes que ingressaram e concluíram o doutorado de 2015 a 2020 são negros.

Na quinta etapa, **“Afronarrativas para tecer saberes e conectar trajetórias”**, recorre-se a esse método para introduzir a presença dos sujeitos da pesquisa como protagonistas da tese. A afronarrativa possui um papel essencial na construção, no conhecimento e na reorganização da identidade do indivíduo, por ter a capacidade de organização da experiência vivida. Procuramos evidenciar de que maneira as experiências deles deram os contornos dos percursos identitários, observando em que medida tais processos, por vezes, demonstraram estar sobrepostos.

“Luís Gama: Negritude, identidade e representatividade na Comunicação” é o nome da sexta parte da tese. Nela, é possível perceber que construir ou reconhecer a própria identidade pode ser um processo longo, talvez doloroso e geralmente ocorre a partir de uma imposição alheia. Gama, doutorando em comunicação, é o primeiro integrante da família que concluiu o ensino superior, que passou pelo processo de tomada de consciência étnica durante a faculdade.

Coube a **“Carolina de Jesus para além do eurocentrismo,**

⁷ G1. TV é o meio preferido de 63% dos brasileiros para se informar, e internet de 26%, diz pesquisa. **G1**, São Paulo, 24 jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Educomunicação Afrocentrada” o sétimo capítulo. Depois de ter iniciado a graduação em Engenharia de Computação, flertado com a Publicidade e concluído um semestre de Enfermagem, demorou alguns anos para que conseguisse se dedicar à Comunicação. A futura doutora relata que, como muitas outras pessoas pretas, é rotulada e minimizada, e isso, nesse contexto, já não a incomoda, embora possa limitar.

O oitavo fragmento da pesquisa tem o título de **“Rainha de Wakanda e os entraves para escurecer a universidade”**. A entrada no doutorado, assim como no serviço público federal, como professora substituta e depois efetiva, exigiu resiliência e determinação. Na pós *strictu sensu*, foi necessário ingressar na Justiça para corrigir erros no processo seletivo, e para atuar como docente promoveu embates relacionados às cotas raciais e a ter acesso ao lugar que merecia.

O nono capítulo conclui o quarteto de sujeitos que integram o estudo. **“Maria Firmina dos Reis: e os mecanismos para enfrentar estereótipo, silenciamento e invisibilização”**. De aluna da graduação à professora de ensino superior. Na mesma instituição federal onde estudou no curso de Relações Públicas, hoje Maria Firmina dos Reis atua como docente no curso de Comunicação e, também, já foi professora substituta de Relações Públicas, cargo técnico administrativo.

Por fim, no último capítulo, **“Considerações sobre a (in)visibilidade dos sujeitos da pesquisa”**, se dá a compreensão do significado que os entrevistados estabeleceram às suas próprias narrativas ao longo do doutoramento em comunicação. Os sonhos, os percalços, os enfrentamentos e as conquistas fundiram-se com a realidade encontrada nos campos raça, educação e comunicação. E, nesse entendimento, surgem proposições para enegrecer a comunicação, uma vez que não basta ter cotas na graduação, ter alguns doutores negros, se os corpos docentes dessas instituições seguem com o mesmo perfil, sem muita oportunidade para novos pensamentos e novos rostos.

1.1 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

É necessário dizer que o interesse por compreender a atuação dos professores e dos pesquisadores negros, as vivências permeadas por preconceito, bem como as conquistas, têm oportunizado um significativo número de pesquisas, estudos e reflexões. Ainda que, conforme o estado da arte, não se tenha encontrado estudo com

o enfoque desta tese, está se consolidando um campo de pesquisa dentro da temática das relações raciais, educação e, também, da comunicação.

É preciso maior aprofundamento teórico nesse tripé para disseminar estudos que subsidiem a busca por caminhos para alterar a realidade dessa parcela da população negra que, sob o mito da democracia racial, constantemente cimentado na sociedade, convive com as relações raciais marcadas por silenciamentos, luta e ambiguidade.

Ao longo dos anos, o movimento social, por meio de muitos embates, tem conseguido galgar espaços no ambiente educacional. Um dos exemplos está na Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Entre os objetivos gerais aos quais a organização propõe-se, destaca-se: congregar os Pesquisadores Negros Brasileiros que trabalham com temas de interesse direto das populações negras no Brasil e possibilitar publicações de teses, dissertações, artigos, revistas de interesse direto das populações negras no Brasil (ABPN, c2022).

Vinculada a um exercício de poder, a educação, assim como a comunicação, pertence a um campo político. E esses espaços são marcados pelas diferenças que são percebidas nas relações assimétricas que foram constituídas.

[...] Diante disso, a universidade não escapou da naturalização construída pelas desigualdades, pois além de reproduzir os preconceitos existentes na sociedade, muitas vezes produz, mesmo que de forma silenciosa, através de ações. (ROESCH, 2014, p. 186-187).

São justamente ações como essas da ABPN que dão força à jornada de cada preto que transita na academia e na sociedade. “[...] Ainda em seu imaginário instituído, um negro pode pertencer a lugares considerados como ‘inferiores’ na sociedade. Dessa forma, é difícil associá-los a lugares que, na grande maioria, são ocupados por não negros.” (ROESCH, 2014, p. 184).

Munanga (2013) confirma que é relevante a participação dos negros nos processos estruturais de educação, bem como na construção do conhecimento. Para ele, não se trata de recuperar uma memória que cuida apenas de glórias, de heróis e heroínas, mas, sobretudo, de uma memória que busca a restauração de nossa história em sua plenitude. “No plano da prática, isto é, na implementação de políticas públicas capazes de incluir a plenitude do negro no sistema educativo.” (MUNANGA, 2013, p. 29).

No que se refere ao enegrecimento dos ambientes, é possível analisar que a

defesa do protagonismo negro na construção da sociedade brasileira é importante para a compreensão de uma realidade tão diversa que não pode ser entendida apenas a partir do olhar do branco europeu. Munanga (1999), inclusive, defende a importância da negritude para se repensar a temática racial, a partir do conjunto de valores da cultura do mundo negro, ou seja, dos povos africanos e de seus descendentes.

A elite “pensante” do país tinha clara consciência de que o processo de miscigenação, ao anular a superioridade numérica do negro e ao alienar seus descendentes mestiços graças à ideologia de branqueamento, ia evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países, de um lado e, por outro lado, garantir o comando do país ao segmento branco. (MUNANGA, 1999, p. 78).

Almeida (2019) sustenta que o racismo estrutural se configura na maneira como a ordem social foi organizada. “As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos.” (ALMEIDA, 2019, p. 31). Diante disso, há muitas lacunas consequentes do período de escravização: “esse preço é duro demais, e caro demais, para o desenvolvimento inorgânico, artificial, e extenuante que tivemos”. (NABUCO, 1883, p. 140). E justamente essas consequências são percebidas no âmbito educacional.

Para que a educação contribua para a conscientização durante o processo de construção de identidade, Munanga (2010, p. 46) exorta:

[...] para um olhar crítico sobre as questões relacionadas com a construção de nossas identidades individuais e coletivas, fazendo delas uma fonte de riqueza e de desenvolvimento individual e coletivo. Ora, a educação habitualmente dispensada aos nossos jovens, é enfocada geralmente numa visão eurocêntrica, que, além de ser monocultural, não respeita nossas diversidades de gêneros, sexos, religiões, classes sociais, “raças” e etnias, que contribuíram diferentemente para a construção do Brasil de hoje, que é um Brasil diverso em todos os sentidos.

Ampliar espaços para a diversidade, para a diferença e para o cruzamento de culturas é um dos maiores desafios a ser vencido pela educação contemporânea. Os ambientes acadêmico e escolar quase sempre tiveram dificuldade para conviver com a pluralidade. Tendem a silenciá-la e neutralizá-la. Ao que parece, a sociedade, de forma geral, sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização.

É a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático [...] que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição a sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana. (MUNANGA, 2005, p. 120).

Ao ler Fanon (2008), percebe-se que as teorias racistas embasaram e, ao mesmo tempo, possibilitaram que houvesse práticas de opressão colonial. Ou seja, foi necessário criar um modelo racista para poder implementar o colonialismo, a inferiorização de uma raça para então poder dominá-la. Fanon (2008) chama atenção para o fato de não haver diferenças graduais entre racismos independentemente do local em que se apresentam. O que diferencia é a forma como se manifestam, porém, em qualquer lugar do mundo, o racismo se expressará de forma perversa e funcionará como mecanismo de exclusão social dos negros (FANON, 2008).

Em *Pedagogia do Oprimido*, publicada durante o período de exílio de Paulo Freire no Chile, em 1968, devido às perseguições do governo da ditadura militar, o educador evidencia um posicionamento epistemológico decolonial. Em *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 2002, p. 37), publicado em 1996, Freire afirmou:

[...] a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres [...]. A mim me dá pena e não raiva, quando vejo a arrogância com que a branquitude de sociedades em que se faz isso, em que se queimam igrejas de negros, se apresenta ao mundo como pedagogia da democracia.

Pereira (2012, p. 102) define Comunicação Social como “o estudo das causas, funcionamento e consequências da relação entre a sociedade e os meios de comunicação de massa – rádio, revista, jornal, televisão, teatro, cinema, propaganda, internet, dentre outros”. Engloba os processos de informar, persuadir e entreter as pessoas. Ele entende que a comunicação está “presente em praticamente todos os aspectos do mundo contemporâneo, evoluindo aceleradamente, registra e divulga história e influencia a rotina diária, as relações interpessoais no meio social e de trabalho”.

A partir desse resumo, assim como Borges e Borges (2012, p. 36), podemos refletir sobre o sentido efetivo da mídia no Brasil, o que, em certa instância, pode justificar a pouca presença de negros nos diferentes espaços, bem como a invisibilidade, a ausência e a exclusão.

[...] tem sido um “território” interdito às populações negras e, também, um espaço de constante criação de estereótipos. Se levarmos em consideração que as mídias formam/produzem opiniões, e não somente informam/reproduzem (sobre) fatos, podemos inferir que a imagem dos negros e negras que se quer incutida ou ratificada no imaginário social ainda tem sido, com grande frequência, a daquele que ocupa o “lugar a menos”.

Sodré (1999, p. 23) já tinha percepção de que os meios de comunicação estão sob o controle de uma elite, “os grupos e as instituições com acesso diferenciado a mecanismos geradores de poder, tais como renda, emprego, educação, e força repressiva. E estas elites controlam e moldam o discurso da mídia”. Nessa mesma lógica, Almada (2012, p. 26) é taxativa:

Embora sejam concessões públicas, os meios de comunicação no Brasil são administrados como bens patrimoniais de natureza familiar. São gerenciados por elites descendentes dos grupos sociais que, no passado histórico do país, sempre gozaram de privilégios (inclusive o de formular e legitimar enunciados sobre o Outro e de difundir-los nos espaços de afirmação dos discursos sociais, a literatura científica e ficcional, entre eles) e que perpetuam, agora através de aparatos tecnológicos cada vez mais sofisticados, mitos e estereótipos ainda fortemente presentes no imaginário coletivo. É deste imaginário que são absorvidas, reelaboradas e retransmitidas pelos *mass media*, representações carregadas de juízos de valor negativos sobre parcelas da sociedade do país.

Há poucos negros na graduação, menos ainda nas redações ou ministrando aulas. Essas ausências protelam-se também nos conteúdos midiáticos, que são ferramentas de manutenção do paradigma racista. Com isso, a mídia de forma geral, por vezes, de forma sutil e covarde, inferioriza, invisibiliza e subalterniza os negros. Kellner (2001, p. 123) observa que:

Os produtos da cultura da mídia, portanto, não são entretenimento inocente, mas têm cunho perfeitamente ideológico e vinculam-se à retórica, a lutas, a programas e a ações políticas. Em vista de seu significado político e de seus efeitos políticos, é importante aprender a interpretar a cultura da mídia politicamente a fim de decodificar suas mensagens e efeitos ideológicos. [...] interpretar politicamente a cultura da mídia exige que se amplie a crítica ideológica para abranger a intersecção de sexo, sexualidade, raça e classe, e ver que a ideologia é apresentada na forma de imagens, figuras, códigos genéricos, mitos e aparato técnico de cinema, televisão, música e outros meios, bem como por intermédio de ideias ou posições teóricas.

É importante refletirmos que o discurso racista está estruturalmente presente nas sociedades colonizadas, e, ao que parece, tem objetivo pedagógico. Afinal, o racismo não é inato; aprende-se a ser racista e ninguém nasce com essa prerrogativa. Conforme Van Dijk (2008, p. 15), “as pessoas aprendem a serem racistas com seus pais, seus pares (que também aprendem com seus pais), na escola, com a comunicação de massa, do mesmo modo que com a observação diária e a interação nas sociedades multiétnicas”.

1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

É a partir da afronarrativa de quatro negros (doutores e doutorandos negros que estudaram nos quatro programas de pós-graduação em Comunicação do Rio Grande do Sul entre 2015 e 2020), que se buscou compreender as experiências e as vivências pessoais e profissionais com a discriminação racial ao longo das trajetórias. Para além disso, foi possível verificar como essas jornadas incidiram na maneira como pensam e posicionam-se em relação à comunicação e a questões raciais no campo profissional.

As análises das situações vivenciadas pelos sujeitos das pesquisas apontam para a diversidade presente nos percursos. Todos se autodeclararam negros (pretos e pardos), embora as aparências deles sejam distintas: pessoas com pele mais clara, outras com pele mais escura, cabelos crespos e cabelos mais lisos. E é justamente a questão fenotípica que trouxe a primeira decisão metodológica desta tese. Pois Munanga (1999) joga luz para o fato de que, muitas vezes, a miscigenação serve para hierarquizar racialmente as pessoas no Brasil. Para ele, quanto mais o negro aproximar-se dos padrões estéticos do branco, mais possibilidade terá de ser aceito na sociedade.

Dependendo do grau de miscigenação, o mestiço brasileiro pode atravessar a linha ou a fronteira de cor e se reclassificar ou ser reclassificado na categoria branca. Jamais será rebaixado ou classificado como negro, salvo raras exceções, devidas notadamente à escolha individual por posicionamento ideológico. (MUNANGA, 1999, p. 10).

A escolha dos sujeitos da pesquisa ocorreu após a decisão sobre o tempo da análise: de 2015 a 2020. O recorte de tempo de seis anos deu-se porque seria um período hábil, embora cada pessoa tenha a própria trajetória, para que os primeiros alunos das instituições privadas beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (Prouni),⁸ em 2005, e também os estudantes de instituições públicas, fruto da reserva de vagas para autodeclarados negros e estudantes de escolas públicas, em 2008, quando o sistema foi instituído primeiramente na UFRGS,⁹ pudessem concluir a graduação e o mestrado para iniciar o doutorado.

⁸ BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11096.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁹ UFRGS. Conselho Universitário. **Decisão nº 268/2012**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/decisao-no-268-2012-modificada>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Após a escolha do espaço de tempo, foi necessário investigar quantos eram os doutores e doutorandos nesses seis anos. Para isso, no primeiro momento, por meio dos dados que constam nos sites das universidades Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Santa Maria (UFSM), a Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS), verificou-se, a partir de uma breve pesquisa exploratória, que, de 2015 a 2020, havia cerca de 400 discentes da Pós-Graduação *Stricto Sensu*,¹⁰ incluindo Doutorado Interinstitucional. Desses, conforme aferição de fenótipos – cabelo, nariz, boca e pele – da imagem do Currículo Lattes¹¹ de cada discente (os que não tinham fotos foram procurados nas redes sociais e por *e-mail*), 30 eram negros.

Ocorre que, após reflexão, embora válida, percebemos, à luz da teorização de Munanga (1999), que não é preciso decidir quem são os negros que estão no doutorado, já que no Brasil essa questão se dá por meio de autodeclaração. Por isso, tentamos obter os dados via coordenações dos programas de pós-graduação em Comunicação, mas não tivemos êxito, pois, conforme informaram, não há essa compilação das informações. Diante da dificuldade, criamos um formulário digital perguntando se o estudante se identificava como negro e se havia cursado doutorado no período indicado. Após um mês de tratativas e muita insistência, conseguimos que o *link* fosse enviado pelos Programas de Pós-Graduação, ciente de que muitos já poderiam ter trocado de *e-mail* ou ignorariam a mensagem.

O surpreendente foi que os doutores que havia aferido reafirmaram a etnia e muitos foram citados por outros respondentes, confirmando a seleção. A partir dessa lista, entramos em contato com a metade dos sujeitos da pesquisa, explicamos a tese e a metodologia. Dois não quiseram participar, alegando que não desejavam lembrar a trajetória acadêmica por ter sido um momento de muita dor justamente por causa do racismo. Por fim, escolhemos, como já mencionado, uma pessoa de cada instituição. As entrevistas duraram, em média, uma hora e quarenta minutos, para além dos acordos iniciais.

Antes mesmo de contatar as partes envolvidas nesta tese, o projeto de doutoramento foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS

¹⁰ Alguns programas possuem estrangeiros, todos do continente africano, cursando o doutorado. Esses três constam na contagem desta tese, mas não foram cogitados para entrevistas, pois não são naturalizados e, portanto, não incidem nos dados do censo do IBGE.

¹¹ Além de informações pessoais básicas, como nome, identidade e filiação, o Currículo Lattes inclui especificações sobre a trajetória acadêmica e as atividades profissionais.

(Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE 38275120.4.0000.5336). Após esse trâmite, tornou-se necessário definir os critérios para selecionar quatro participantes da pesquisa, bem como a efetiva metodologia das entrevistas.

Do ponto de vista ético, é importante ressaltar que todos os entrevistados tiveram acesso às informações do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes do início da coleta de dados. Ao iniciar as entrevistas, os participantes foram convidados a assinarem virtualmente o TCLE, quando destacamos também que todas as opiniões emitidas seriam levadas em consideração e que os próprios nomes e os das universidades às quais se vinculam não seriam revelados. O perfil dos sujeitos da pesquisa está descrito no Quadro 2:

Quadro 2 – Perfil dos respondentes

NOMES FICTÍCIOS	IDADE	FORMAÇÃO	INGRESSO/CONCLUSÃO
1 - Luís Gama¹²	27	Jornalista	2020/2024
2 - Carolina de Jesus¹³	29	Letras	2019/2023
3 - Rainha de Wakanda¹⁴	53	Letras	2012/2016
4 - Maria Firmina dos Reis¹⁵	50	Relações Públicas	2015/2018

Fonte: Elaborado pelo autor da presente tese.

A fim de tentar garantir uma melhor interpretação das entrevistas, solicitamos aos participantes permissão para gravarmos com o intuito de possíveis releituras dos áudios e dos vídeos que foram gravados e transcritos. Todos os entrevistados concordaram com o registro. Também foram realizadas anotações de dados complementares (semelhante a um diário de campo), como oscilações de fala, imprecisões e gestos ou sinais de segurança ou desconforto por parte do entrevistado. As gravações ficarão arquivadas pelo período de dois anos, a partir da defesa da tese. Os pseudônimos foram escolhidos como uma maneira de homenagear personalidades relevantes na história do povo negro no Brasil ou para valorizar uma

¹² Poeta, jornalista e advogado, foi responsável pela libertação de muitos escravizados, antes da escravização ser abolida no Brasil.

¹³ Carolina Maria de Jesus é uma das primeiras autoras negras publicadas no Brasil e teve sua vida atravessada pela miséria e pela fome. Favelada e catadora de papel, narrou em seus escritos a vida dura que teve desde a infância.

¹⁴ Refere-se à mãe do Pantera Negra (o povo de Wakanda é liderado pelo Rei T'Challa), que mora em uma rica nação africana para manter a paz, a independência, a soberania e as tradições sagradas contra as ameaças do mundo exterior.

¹⁵ Maria Firmina dos Reis foi uma escritora negra considerada a primeira romancista brasileira. Sua obra *Úrsula* é precursora da temática abolicionista na literatura do país.

característica do sujeito da pesquisa.

Esses procedimentos demonstram a preocupação em seguirmos padrões éticos, conforme diretrizes do Comitê de Ética da PUCRS, instituição à qual este estudo vincula-se, e, também, o compromisso que assumimos quando da aprovação dos procedimentos para a realização da investigação empírica.

No início da tese, o desejo era realizar um estudo etnográfico,¹⁶ mas em razão da covid-19,¹⁷ a ideia precisou ser adaptada para uma aproximação também com a história oral e da afronarrativa, já que todos os encontros com os sujeitos das pesquisas foram *online* e as entrevistas foram gravadas a partir de um roteiro prévio, com os eixos raça, educação e comunicação, sempre com o horizonte de não engessar as conversas, mas deixar o entrevistado livre para falar sempre que desejasse.

Conforme Bom Meihy (1996, p. 11), por meio da história oral, ferramenta que também nos dá suporte nesta tese, “algumas histórias pessoais ganham relevo à medida que expressam situações comuns aos grupos que sugerem aspectos importantes para o entendimento da sociedade mais ampla”. Nessa perspectiva, a técnica utilizada foi a de entrevistas semiestruturadas, para resgatar partes da biografia dos sujeitos da pesquisa.

À medida que as conversas foram ocorrendo, os entrevistados compartilharam muito mais que parte da história escolar e profissional, pontos de vista sobre educação, comunicação e relações raciais. Houve partilha de fragmentos das próprias vidas, fatos e sentimentos que talvez estivessem esquecidos nas lembranças e que a entrevista trouxera à tona.

Thompson (1992, p. 152) destaca que “a maioria das pessoas conserva algumas lembranças que quando recuperadas, liberam sentimentos poderosos”. Por sua vez, Bourdieu (2008) frisa que há um aspecto particular da entrevista em que o entrevistado tem a oportunidade de refletir sobre sua própria vida.

A pessoa interrogada aproveitava a ocasião que lhe tinha sido dada de ser interrogada sobre ela mesma e da licitação ou da solicitação que lhe

¹⁶ A etnografia é a imersão total na qual é preciso compreender uma sociedade não nas suas evidências exteriores, mas nas significações que os próprios indivíduos expressam por meio de seus próprios comportamentos (FETTERMAN, 1998; MATTOS, 2001; BARROS, 2002; JORDÃO, 2004; LAPLANTINE, 2004).

¹⁷ Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Em 11 de março de 2020, a covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia e matou milhões de pessoas no mundo, exigindo o distanciamento social, além de outros protocolos de segurança.

asseguravam nossas perguntas ou nossas sugestões [...] para realizar um trabalho de explicitação, gratificante e doloroso ao mesmo tempo, e para enunciar, às vezes com uma extraordinária intensidade expressiva, experiências e reflexões há muito reservadas ou reprimidas. (BOURDIEU, 2008, p. 704-705).

As entrevistas são entendidas como “um recurso metodológico que busca colher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer”. (DUARTE, 2008, p. 62). Elas constituem uma técnica qualitativa amplamente aplicada nas ciências sociais empíricas, representando “o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações”. (GASKELL, 2002, p. 65). Neste estudo, realizamos entrevistas de tipo semiaberto, “modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa”. (DUARTE, 2008, p. 66)

Para Poupart (2010) e Leite (2008), a entrevista do tipo qualitativo é uma das técnicas mais utilizadas nas ciências sociais. Poupart (2010, p. 215), sustenta que a prática se constitui como “[...] porta de acesso às realidades sociais”, pois possibilita a descoberta de questões ligadas à natureza e ao comportamento dos sujeitos, sem os quais não é possível apreender fenômenos e questões que circunscrevem e/ou se situam nos contextos das sociedades.

Na condução das entrevistas, atentamos aos princípios indicados por Poupart (2010) na tentativa de coletar os dados com a melhor qualidade. Entre as orientações destacamos: a) dialogar para obter a colaboração do entrevistado; b) ganhar a confiança do entrevistado; e c) permitir que o entrevistado tome a iniciativa do relato e a se envolver.

Destaca-se também que as conversas abriram caminhos para reflexões durante as entrevistas, consolidando o conceito de afonarrativas. Assim, ao que parece, os diálogos trouxeram à tona novas compreensões de fatos não compreendidos no passado por diversos motivos, desde a ausência de uma reflexão mais crítica das situações de discriminação vividas, até a recusa em aceitar atos de racismo e preconceitos ocorridos anteriormente. Cabe salientar os silêncios e não ditos tão comuns para nós que lidamos com o tema das relações raciais em diversos ambientes em que os negros estão inseridos e, às vezes, invisibilizados.

Moita (2005) defende que o recurso da história de vida é o mais indicado para

perceber as costuras que cada pessoa estabeleceu em sua vida para chegar até o presente momento, pois com essa metodologia é possível identificar as permanências, as rupturas, as preocupações, os anseios e as vitórias:

[...] Só uma história de vida permite captar o modo como cada pessoa, permanecendo ela própria, se transforma. Só uma história de vida põe em evidência o modo como cada pessoa mobiliza os seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma à sua identidade, num diálogo com seus contextos [...]. (MOITA, 1992, p. 116).

Já de acordo com Nóvoa (2010), as abordagens biográficas no campo científico são fruto de uma perspectiva que consegue valorizar o sujeito frente ao sistema, considerando suas vivências como aspecto fundamental na compreensão das relações sociais, mostrando que a construção do professor/pesquisador, enquanto doutorando ou já docente, como pessoa é inseparável da construção do profissional.

Optamos por realizar a reflexão sobre as respostas das entrevistas a partir de uma aproximação com a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Segundo a autora, “[...] qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser descrito, decifrado pelas técnicas”. (BARDIN, 2011, p. 38). Trata-se de uma metodologia que reúne um conjunto de procedimentos de análise textual, “[...] para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada”, colabora Bauer (2002 p. 191).

Com isso, esperamos que a inspiração na Análise de Conteúdo permita, tendo em vista a construção de categorias de análise, problematizar os sujeitos a partir dos vieses apresentados e, sobretudo, com base nas teorias existentes. Para dar continuidade às fases propostas por Bardin (2011), após as entrevistas, degravamos o conteúdo, escrevendo tudo que foi dito ao longo da conversa e realizamos: a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados, a partir da inferência e da interpretação. Nesse ponto, criamos as codificações e as categorizações. Agrupamos sentidos próximos e complementares com fins à criação de categorias de análise (BARDIN, 2011). Finalizamos com as etapas de inferência e de interpretação. Acreditamos que a metodologia usada é adequada para os propósitos desta pesquisa.

Tendo em vista que esta tese trata da trajetória dos doutores e doutorandos negros, a partir da afronarrativa, entende-se como essencial que as entrevistas integrem a pesquisa de forma plena e não como apêndice. A justificativa, embora não

soe protocolar, é uma oportunidade de fortalecer as vozes dos personagens como ato principal e não secundário, já que os relatos dos sujeitos, que expõem as marcas de suas vivências, as quais emergem de um lugar de subalternidade e de ascensão, são o coração da tese e não adereços.

Como já citado, Evaristo (2007) conceitua que a escrita nasce do cotidiano, de lembranças, da experiência de viver e sentir a vida real. Nesse sentido, já que os relatos são, em certa medida, as escrevivências dos sujeitos da pesquisa, dar o devido lugar a essas histórias, mais do que legítimo, é necessário.

Ao ouvir cada afronarrativa, o próprio autor da tese se reconhece, reencontra-se e percebe que o “tornar-se negro” é um desafio e uma redescoberta constante. Por isso, ao optar pela oralidade temática como método, temos as experiências e as vivências como matéria-prima para transformar a pesquisa acadêmica, que, por anos, nos colocou como objeto de estudo, em produção de conhecimento feita por nós e sobre nós. Assim, a afronarrativa se dá em primeira pessoa, em uma lógica de construção de um método que não distancia o sujeito e o objeto das pesquisas científicas. Ou seja, essa possibilidade metodológica está assentada na produção do fazer científico.

Quando recorremos à afronarrativa, sustentado pela oralidade e aprimorando o conceito de escrevivência, conseguimos contar histórias singulares, mas que remetem a outras experiências que são condutoras de traços que desencadeiam no coletivo. De forma objetiva, é uma alternativa que dá autoria e protagonismo ao negro, possibilidade quase sempre negada, e mostra que a imposição de marcadores sociais deixa marca, mas não nos anula.

Essa ferramenta dá ao entrevistado o lugar de enunciação que parte do particular e tem o ápice no coletivo, já que as histórias geralmente trazem identificação e empoderamento. A partir de narrativas individuais, as dimensões subjetivas e políticas das pessoas negras diante da violência do racismo fortalecem o grande grupo.

Nesta tese, são analisadas histórias de vida de pessoas negras que compartilhavam o fato de estarem em ascensão acadêmica apesar de viverem em uma “sociedade multirracial, racista e de hegemonia branca que, paradoxalmente, veicula a ideologia de democracia racial, em contradição com a existência de práticas discriminatórias racistas”. (SOUZA, 1983, p.70).

2 A (DES)COLONIZAÇÃO NA COMUNICAÇÃO

Entre as expectativas desta tese está a intenção de confirmar ou refutar que há (in)visibilidade dos doutores negros na comunicação gaúcha e que isso ocorre pelo fator estrutural e pela manutenção do racismo nos ambientes acadêmico e profissional, hegemonicamente brancos. Em paralelo a isso, é possível propor a descolonização da comunicação para garantir a pluralidade epistemológica, a convivência equitativa e respeitosa entre distintas corporeidades, racionalidades e estéticas.

Essa descolonização precisa ser contextualizada e desejada. O Brasil viveu a escravização por séculos. Esse crime começou a ser extinto há pouco mais de 130 anos. Com isso, muitos ainda convivem com silenciamento em relação à condição de exclusão e injustiça social que o negro sofreu durante todo esse tempo.

A comunicação tem parte nesse processo na medida que ajuda a perpetuar estereótipos discriminatórios, mesmo sendo uma concessão pública, como é o caso do rádio e da televisão. Nesse sentido, uma comunicação antirracista é, em primeira análise, aquela que reconhece que vivemos em um país racista e percebe que a estrutura e a organização social do país são pautadas no racismo. Assim, combate-se a percepção estrutural de que muitos brasileiros não se entendem como racistas e, por isso, evitam problematizar esse tema. Sem reflexão não há enfrentamento e o panorama de exclusão perdura.

Foi nessa intenção que Rosane Borges (2020), em seminário virtual na Escola de Comunicação, Artes e Design da PUCRS,¹⁸ explicou que é urgente que a comunicação seja redefinida por meio de perspectivas plurais que deem conta da emergência de subjetividades subalternas. Assim, temáticas de raça e racismo, já debatidas nas epistemologias negras, podem ser vinculadas a todos os campos de conhecimento.

Enfrentar o olhar colonizador, que destitui e mata (o racismo policial o comprova), supõe a assunção de outros enquadramentos do mundo. Os destituídos e excluídos vêm solicitando novas formas de ver e construir sua história e sua cultura. Como lembra o antropólogo Massimo Canevacci: entre “quem representa” e “quem é representado há um nó linguístico específico relativo ao que chamo divisão comunicacional do trabalho, que precisa ser enfrentada nos métodos e nas pragmáticas. Entre quem tem o poder de

¹⁸ TECNOPUC-TECNA. Descolonização do pensamento. Porto Alegre: **Tecnopuc-Tecna**, 29 set. 2020. Disponível em: <https://www.pucrs.br/tecna/evento/descolonizacao-do-pensamento/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

enquadrar o outro e quem deveria continuar a ser enquadrado – eterno panorama humano – se ossificou uma hierarquia da visão, que é parte de uma lógica dominante a ser posta em crise na sua presumida objetividade.¹⁹

Nessa perspectiva, no artigo *Descolonizar Mentes, Enegrecer o Pensamento: Epistemologias Negras na Comunicação*, Queiroz (2020) explica que não se quer a homogeneização do pensamento, mas maior diversidade no ambiente comunicacional. Segundo ele, tendo por base o pensamento de Kilomba (2010), a universidade é um espaço de violência e silenciamento para o afrodescendente, sobretudo a partir do não acolhimento e do epistemicídio. Como contrapartida, o pesquisador sustenta que é preciso ter mais contatos com teorias já legitimadas na academia, como o Pós-Colonial e o Decolonial, já que essas surgem do questionamento teórico da ciência branca, ocidental e hegemônica. Essa ligação também é explicitada pelos autores Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 17):

Sem utilizar precisamente o termo “colonialidade”, já era possível encontrarmos a ideia que gira em torno desse conceito em toda a tradição do pensamento negro. A título de exemplo, podemos encontrar contemporaneamente essa ideia em autores e autoras tais como W. E. B. Du Bois, Oliver Cox, Frantz Fanon, Cedric Robinson, Aimé Césaire, Eric Williams, Angela Davis, Zora Neale Huston, Bell Hooks etc.

Não é ao acaso que esta tese também se ancora no pensamento afrodiaspórico. Esse conceito deseja fortalecer a produção do conhecimento de pensadores que contribuem no processo de produção de um projeto decolonial “que contempla longa tradição de resistência das populações negras e indígenas e, posteriormente, daqueles que Fanon (1968) nomeou como os condenados da terra”. (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 10). O pilar do pensamento afrodiaspórico é a crítica efetiva à tradição eurocêntrica de universalização da ciência. Em resumo, a produção do conhecimento ganha outra dimensão, na qual os campos periféricos podem ocupar o centro, que não é o único local de protagonismo.

Portanto, o pensamento é favorável à decolonialidade, entendida “como uma luta viva no meio de visões e maneiras competitivas de experimentar o tempo, o espaço e outras coordenadas básicas de subjetividade e sociabilidade humana” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 29).

Criticamente reflete sobre o nosso senso comum e sobre pressuposições

¹⁹ BORGES, Rosane. Descolonização do olhar, reivindicação política do nosso tempo. *In*: AZEVEDO, Dodô. **Quadro Negro**. São Paulo: 12 set. 2020. Disponível em: <https://quadronegro.blogfolha.uol.com.br/2020/09/12/precisamos-nos-descolonizar/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

científicas referentes a tempo, espaço, conhecimento e subjetividade, entre outras áreas-chave da experiência humana, permitindo-nos identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização, ao mesmo tempo em que fornecem ferramentas conceituais para avançar a descolonização [...] o pensamento e a teoria decoloniais exigem um engajamento crítico com as teorias da modernidade, que tendem a servir como estruturas epistemológicas das ciências sociais e humanidades europeias. (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 29).

Ao fazer a ligação entre a decolonialidade e o pensamento afrodiaspórico, enfatiza-se a importância da questão corpo-geopolítico²⁰ para a produção do conhecimento enquanto estratégia de contraposição ao eurocentrismo por se tratar “de afirmar a existência como um ato de qualificação epistêmica”. (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 13). Por esse motivo, Maldonado-Torres explicita a distinção entre colonialismo, colonialismo moderno e colonialidade:

Colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta”; e a colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais. A “descoberta” do Novo Mundo e as formas de escravidão que imediatamente resultaram daquele acontecimento são alguns dos eventos-chaves que serviram como fundação da colonialidade. Outra maneira de se referir à colonialidade é pelo uso dos termos modernidade/colonialidade, uma forma mais completa de se dirigir também à modernidade ocidental. (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 35-36).

Para o escritor jamaicano Stuart Hall (2018), a pós-colonialidade não se limita à descrição de uma determinada sociedade ou época, mas à necessidade de olhar a colonização como parte de um processo global a partir da reescrita descentrada e diaspórica. Na diáspora africana, sem as devidas condições legais, as questões econômicas e sociais impediram e limitaram o acesso da população negra à educação formal, à ascensão em carreiras acadêmicas, bem como às questões de prestígio e poder financeiro. Porém o desenvolvimento intelectual e a (re)construção do conhecimento dessa etnia não ocorreu somente na educação tradicional. Se deu na transmissão e na criação de saberes, práticas culturais e na oralidade, música e arte, entre tantos outros elementos. Hall também dá enfoque às comunidades negras caribenhas que, no século XX, saíram em busca de uma vida melhor na Inglaterra. Entretanto os questionamentos e as críticas podem ter tido reflexos em outros países:

[...] o que a experiência de diáspora lança sobre as questões de identidade cultural? Como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o

²⁰ O corpo-geopolítico denuncia a invisibilidade e o silenciamento de povos, saberes e histórias que foram subjugados pelas diversas hierarquias da colonialidade.

pertencimento, após a diáspora? Já que a “identidade cultural” carrega consigo tantos traços de unidade essencial, como devemos pensar as identidades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença e disjuntura? (HALL, 2018, p. 30).

Hall (2018) defende que enquanto a presença africana era brutalmente silenciada e sufocada, os europeus se impuseram como cultura predominante; definindo e atribuindo significados e hierarquias no sistema colonial. Já Fanon (2008) compreende que a luta emancipatória das pessoas pretas precisa estar alinhada com o combate anticapitalista e contra todas as formas de opressão. Dessa forma, a ação contra a exploração no mundo colonial deve tentar dar conta da totalidade das condições em que ela se manifesta, desde fatores psicológicos, contextos históricos e sociais, sistemas político e econômico. Fanon acredita que é preciso enfrentar o racismo colonial imposto e, também, promover a descolonização das nações e dos seres humanos. “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado.” (FANON, 2008, p. 90).

Na Europa, o preto, seja concreta, seja simbolicamente, representa o lado ruim da personalidade. Enquanto não compreendermos esta proposição, estaremos condenados a falar em vão do “problema negro”. O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém [...]. O arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro. (FANON, 2008, p. 160).

É oportuno contextualizar também que Quijano (2005b) entende colonialidade como sendo um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder, capitalista e eurocêntrico. Para ele, o colonialismo se dá pela exacerbada capacidade de dominação e exploração, na qual os indivíduos são classificados segundo três linhas diferentes: trabalho, raça e gênero. É dessa vinculação que Quijano (2005b) reafirma a ideia de classificação social.

Por sua natureza, a perspectiva eurocêntrica distorce, quando não bloqueia, a percepção de nossa experiência histórico-social, enquanto leva, ao mesmo tempo, a admiti-la como verdadeira. Opera, pois, no mundo de hoje, e em particular na América Latina, do mesmo modo como a “cavalaria” atuava na visão de Dom Quixote. Consequentemente, nossos problemas também não podem ser percebidos senão desse modo distorcido, nem confrontados e resolvidos salvo também parcial e distorcidamente. Dessa maneira, a colonialidade do poder faz da América Latina um cenário de des/encontros entre nossa experiência, nosso conhecimento e nossa memória histórica. (QUIJANO, 2005b, p. 15).

As políticas de igualdade racial, juntamente com as demais demandas sociais, causaram impactos importantes na vida da população negra. A partir delas, produziu-

se uma melhoria parcial na vida, na educação, no acesso a bens de consumo e no direito à moradia mais digna. Ainda assim, apesar de tantos esforços, não se alterou a estrutura da sociedade na qual o Brasil está inserido. Tampouco se superou o racismo e a desigualdade racial que imperam historicamente. No âmbito do pensamento afrodiaspórico, Gomes (2018) compreende que o Movimento Negro Brasileiro não só concedeu um olhar emancipatório como também proporcionou a ressignificação e a politização da ideia de raça e, assim, “conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil”.

Indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo, e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados como sujeitos de direitos. (GOMES, 2018, p. 21-22).

Quijano (2005a) enfatiza que as novas relações a partir das vivências do colonialismo e da colonialidade, associadas às experiências do capitalismo, criaram um universo de convivência intersubjetivo de dominação hegemônica e eurocentrada, chamada de modernidade. Com isso, para ele, a produção do conhecimento limita-se às necessidades do modelo capitalista. Porém, para o referido autor, esse modelo de concepção e de elaboração de conhecimento está em crise.

[...] a pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade, e de que toda modernização de populações não-europeias é, portanto, uma europeização, é uma pretensão etnocentrista e além de tudo provinciana. Porém, por outro lado, se admite que o conceito de modernidade se refere somente à racionalidade, à ciência, à tecnologia, etc., a questão que estaríamos colocando à experiência histórica não seria diferente da proposta pelo etnocentrismo europeu, o debate consistiria apenas na disputa pela originalidade e pela exclusividade da propriedade do fenômeno assim chamado modernidade, e, em consequência, movendo-se no mesmo terreno e com a mesma perspectiva do eurocentrismo [...] Há, contudo, um conjunto de elementos demonstráveis que apontam para um conceito de modernidade diferente, que dá conta de um processo histórico específico ao atual sistema-mundo. Nesse conceito não estão, obviamente, ausentes suas referências e seus traços anteriores. Porém, mais enquanto formam parte de um universo de relações sociais, materiais e intersubjetivas, cuja questão central é a libertação humana como interesse histórico da sociedade e também, em consequência, seu campo central de conflito. (QUIJANO, 2005a, p. 123).

Por muito tempo, por meio do mito da igualdade, com bastante subsídio da mídia, fragilizou-se a identidade negra, ajudou-se a manter hierarquias e processos de diferenciação, reforçou-se a ideia de superioridade e de privilégios dos

dominadores, sustentando a ideia de branquitude.

O que significa isto em um país que se diz uma democracia racial? Significa que, por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não brancos os seus valores fundamentais. Significa, também, que a nossa realidade étnica, ao contrário do que se diz, não iguala pela miscigenação, mas, pelo contrário, diferencia, hierarquiza e inferioriza socialmente de tal maneira que esses não brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade. Nessa fuga simbólica, eles desejam compensar-se da discriminação social e racial de que são vítimas no processo de interação com as camadas brancas dominantes que projetaram uma sociedade democrática para eles, criando, por outro lado, uma ideologia escamoteadora capaz de encobrir as condições reais sobre as quais os contatos interétnicos se realizam no Brasil. (MOURA, 1988, p. 63-64).

Tais práticas ainda estão presentes nas relações raciais no Brasil, contribuem para a continuidade e servem de base para a branquitude. Sovik, Martinelli e Neguazin (2002) acrescentam ao debate ressaltando que:

O estudo da branquitude pode esclarecer as formas em que o racismo brasileiro é cordial, como suaviza os contornos de categorias raciais enquanto mantém as portas fechadas. A branquitude brasileira deve ser pensada como uma estética, um ideal, conforme Guerreiro Ramos notou; como lugar do qual se descreve o mundo e se coloca os valores europeus no centro, embora outros possam ocupar os holofotes. A branquitude faz parte de uma ficção, um discurso identitário, pouco explícito e não por isso menos poderoso. É instável porque é relacional e conjuntural e, como todos os discursos identitários brasileiros, tem um público implícito interno e externo. (SOVIK; MARTINELLI; NEGUAZIN, 2002, p. 11).

Acreditamos que para transformar a relação de dominação que caracteriza a branquitude é preciso que os brancos a reconheçam e desmistifiquem ideologias e histórias que os autorizam a colocar a população negra em posições socialmente subalternizadas.

2.1 COMUNICAÇÃO ANTIRRACISTA

No Brasil, assim como em todo o planeta, o racismo estrutural, por séculos, garantiu aos brancos o controle dos espaços de poder: na política, na economia, na produção intelectual e na mídia. A representação dos afrodescendentes na comunicação ainda não valoriza a heterogeneidade da população brasileira. Sobretudo pelo projeto e política de estado de branqueamento, baseada nas perspectivas europeia e estadunidense, resultando na baixa autoestima de muitos pretos.

Para conseguir deixar a estrutura mais diversa, no que tange à inclusão dos negros nos meios de comunicação brasileira, seria um grande passo refugiar-se no Estatuto da Igualdade Racial, cujo artigo 43 do capítulo VI determina que: “A produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural e a participação da população negra na história do país”.²¹ No entanto a teoria parece ser inimiga da prática, pois basta trocar de canal ou folhear os jornais e as revistas para ver que o abismo da desigualdade de raças ainda não foi corrigido. O estatuto coloca também, em seu artigo 44, do capítulo VI, que:

Na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística. (BRASIL, 2010).

Na contramão do estatuto, a realidade se impõe. Conforme o estudo realizado pelo Grupo de Estudos de Ação Afirmativa (GEMAA), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a publicidade ainda é composta por 78% de pessoas brancas. A pesquisa analisou a diversidade dos anúncios em um período de três décadas na revista de maior circulação nacional no período, a *Veja*, entre 1987 e 2017.²² No primeiro ano analisado, não negros eram 84% das figuras humanas em publicidade, ante 9% de pretos e pardos. Ao final, foram 78%, ante 16% de pretos e pardos.

O desafio mais crítico para aqueles que lutam contra o racismo no Brasil está justamente em convencer a opinião pública do caráter sistemático e não-casual dessas desigualdades; mostrar a sua reprodução cotidiana através de empresas públicas e privadas, através de instituições da ordem pública (como a polícia e os sistemas judiciário e correccional); através das instituições educacionais e de saúde pública. Só assim pode-se esperar levantar o véu centenário que encobre as dicotomias elite/povo, branco/negro na sociedade brasileira. (GUIMARÃES, 1995, p. 43).

Os números, que sempre precisam ser humanizados, tratam de pessoas, brasileiros subalternizados na comunicação. Outro exemplo, a pesquisa *A presença dos negros nas agências de publicidade*, realizada por Dourado, Brazoli e Rocha

²¹ BRASIL. **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. (Estatuto da Igualdade Racial). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

²² LEVIN, Teresa. Publicidade brasileira, um retrato da falta de diversidade. **Meio & Mensagem**, São Paulo, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2020/02/18/publicidade-brasileira-um-retrato-da-falta-de-diversidade.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

(2015), mostra que entre os 1.000 funcionários das 50 maiores agências do Brasil, apenas 35 são afrodescendentes. Logo, se 56,2% da população no Brasil é negra, proporcionalmente a porcentagem de negros nas agências de publicidade é de apenas 3,5%.

Para além disso, ainda em alusão ao levantamento realizado pelos referidos autores, verificou-se que os negros ocupam 0,74% dos cargos de alta direção e nenhuma mulher negra estava em cargo de gestão estratégica nas agências pesquisadas. É perceptível que o problema não é pontual. Envolve contratação, remuneração, atribuições e promoções dos profissionais, considerando-se o critério racial, ainda que essa questão seja estrutural e institucional.

Recentemente o noticioso mais antigo e com maior audiência da televisão brasileira, o Jornal Nacional, da Rede Globo, completou 50 anos de exibição. No país com maior número de pretos e pardos fora do continente africano, foi necessário meio século de existência para que o telejornal tivesse negros na bancada, ainda que aos sábados e uma vez por mês para substituir os profissionais titulares da apresentação. Heraldo Pereira fez história em 2002 e Maju Coutinho, em 2019. Ambos sofreram ataques racistas e foram cobrados muito além do que era exigido por seus antecessores. Em comemoração ao cinquentenário do Jornal Nacional, o “Boa noite” do JN teve diferentes sotaques nas noites de sábado de 2019. Por 14 semanas, 27 apresentadores de outros estados e do Distrito Federal, que comandam telejornais locais, revezaram-se na bancada. Porém, apenas três eram negros.

Após lutas históricas de movimentos sociais em muitas cidades do Brasil, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ), dos coletivos de estudantes quilombolas e aldeados e, sobretudo da implementação das políticas de cotas raciais no ensino superior, observa-se um campo de estudos em ebulição, propondo a revisão de suas práticas e a descoberta do pensamento de autoras e autores que ficaram por bastante tempo desconhecidas na Comunicação Social. (CARDOSO FILHO; ALMEIDA; CAMPOS, 2021, p. 6).

No telejornalismo gaúcho, a discrepância não é muito diferente. Conforme a pesquisa *A gente não se vê por aqui: o jornalista negro no maior grupo de comunicação do Rio Grande do Sul*,²³ desenvolvida por Gabriel Bandeira, durante o

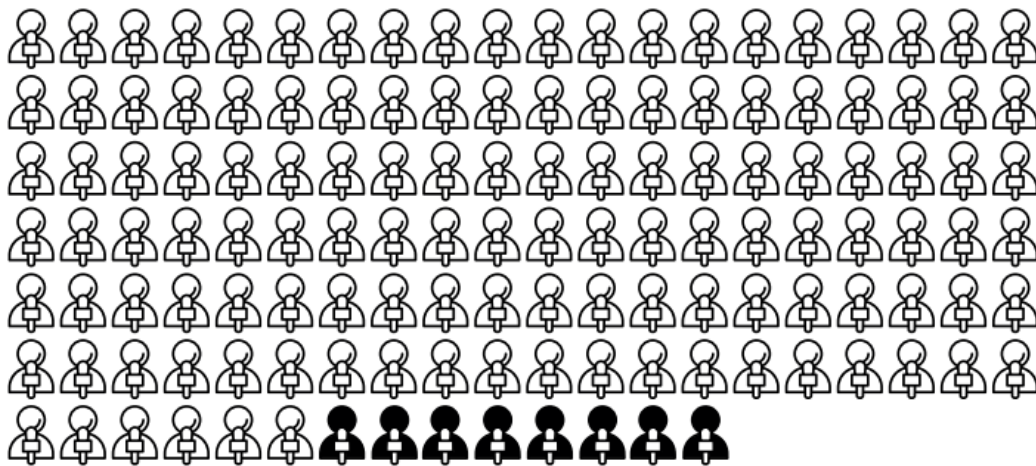
²³ BANDEIRA, Gabriel. **A gente não se vê por aqui**: O jornalista negro no maior grupo de comunicação do Rio Grande do Sul. Orientador: Juremir Machado da Silva. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo). Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ysmNWsi6M5hbXX2dF14UR4CRU9P-_G9V/view. Acesso em: 15 jan. 2023.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Jornalismo, na Escola de Comunicação, Artes e Design da PUCRS, em 2021, havia apenas oito negros, entre 134 profissionais que atuam como repórteres ou apresentadores das sete principais emissoras do Estado em 2021. Os negros representam somente 5,97% dos profissionais presentes na programação dos telejornais analisados.

Infográfico 1 – Presença de negros nos telejornais do RS

Negros representam 5,97% dos profissionais dos telejornais gaúchos.

Dos **134 repórteres e apresentadores** do RS, apenas **8 são negros**.



Fonte: Monografia do jornalista Gabriel Bandeira (PUCRS, 2021)

Em entrevista ao *site* da PUCRS, Gabriel sustentou que a desproporção presente nas redações dos veículos de comunicação também reflete na forma de abordar questões do cotidiano. Segundo ele, as pessoas negras geralmente aparecem em pautas que são, por um estereótipo, mais focadas em temas comunitários, como: carnaval, ações sociais, marginalização, violência urbana, entre outros.

O Brasil tem uma ferida aberta com o seu passado escravocrata, que tem ramificações até hoje. E isso só se acentua em um estado de maioria branca, que historicamente coloca a contribuição negra em segundo plano. A pesquisa foi uma das maneiras que encontrei de tornar o racismo estrutural do mercado de trabalho visível para as outras pessoas. O número é chocante, mas, a partir dele, também é possível pensar no que será feito daqui para frente. (BANDEIRA, 2021).²⁴

É tempo de os profissionais de comunicação, assim como quem circula nas

²⁴ BANDEIRA, Gabriel. Repórteres e apresentadores negros são menos de 6% no telejornalismo gaúcho. [Entrevista cedida a] **PUCRS**, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/jornalistas-negros-no-telejornalismo-gaucha/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

instituições de ensino superior, refletir sobre o porquê de negros e negras serem mais de 110 milhões de pessoas no país, mas nas 500 maiores e melhores empresas representarem apenas 4,7% dos profissionais em cargos de liderança.²⁵

Ainda nesta reflexão, cabe o questionamento: se os negros são maioria no país, por que apenas 0,4%²⁶ dos líderes dessas mesmas empresas são mulheres negras, uma vez que esse é o maior grupo demográfico no Brasil? Ademais, quando são analisadas as grandes produções audiovisuais, cerca de 68% são dirigidas por homens brancos, 19% por mulheres brancas, somente 2% lideradas por homens negros e nenhuma produção dirigida por uma mulher negra.²⁷

Numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade. Esses sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram nossa habilidade de querer e amar. Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, “feridos até o coração”, e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e consequentemente, de amar. Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os Afro-americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor. (HOOKS, 2006, p. 2).

Creemos que é difícil negar, baseado em dados, que a formação histórica do Brasil é marcada pelo colonialismo e pela escravização; já que o imaginário social construído sobre os negros não traz benefícios no mercado de trabalho. Em uma leitura objetiva sobre as informações deste capítulo, percebe-se uma sociedade avessa aos negros, ainda que de forma não intencional, mas conivente. Os indivíduos brancos precisam, para além de não serem racistas, querer a construção de posturas antirracistas que produzam ações e resistências para combater e erradicar o racismo. Talvez, assim, seja possível alcançar a tão necessária transformação social.

Na prática, as potenciais contribuições dos veículos de comunicação não recaem apenas na contratação e na valorização de profissionais negros, mas precisam focar também no desenvolvimento de uma estratégia de comunicação que reconheça a heterogeneidade da população. Há uma morosidade, uma lentidão

²⁵ INSTITUTO ETHOS. Profissionais negras demandam mais políticas afirmativas no mercado corporativo brasileiro. São Paulo: Instituto Ethos, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/profissionais-negras-demandam-mais-politicas-afirmativas-no-mercado-corporativo-brasileiro/#.XWWxupNKHzg>. Acesso em: 15 jan. 2023.

²⁶ Ibidem.

²⁷ ANCINE. ANCINE publica Informe sobre Diversidade de Gênero e Raça no cinema 2016. **ANCINE**, 1 jun. 2018. Disponível em: <https://antigo.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/ancine-publica-informe-sobre-diversidade-de-g-nero-e-ra-no-cinema-em-2016>. Acesso em: 15 jan. 2023.

casual para a inclusão de pretos e pretas nas produções e nas representações de comunicações. No artigo *O consumidor não tem cor, mas negro ele não é. Ou como os negros continuam fora da publicidade mesmo estando dentro do mercado consumidor*, Carlos Augusto de Miranda e Martins (USP) afirma:

A dimensão humana do negro enquanto cidadão, em geral, é deixada de lado. Desde a década de 90, já se provou que a população negra é um mercado consumidor importante. Mas a publicidade não mudou. Isso demonstra que o racismo no meio publicitário está mais além da questão de consumo. Existe um componente ético que sempre é desprezado. (INFANTE, 2019).²⁸

Também é necessário, nesse viés, contextualizar o racismo cordial, sutil ou moderno. Afinal, a mera presença de negros, seja em comerciais ou atuando na criação de materiais publicitários e jornalísticos, não é garantia de adequação e compromisso. Sem política de permanência ou ações efetivas, tornam-se simples presença (ainda assim válida) ou estereotipada.

O preconceito e a discriminação não se corrigem só pelo uso bem-comportado da linguagem, por mais importante que ela seja como portadora de clichês e estereótipos. Não adianta evitar palavras e expressões como “denegrir”, “judiar”, “cego de raiva”, sem mudar a cabeça. Assim, como retórica, o politicamente correto serve apenas para disfarçar o preconceito e tornar o nosso racismo mais cordial. (VENTURA, 2001 apud BRUMER; PAVEI; MOCELIN, 2004, p. 307).

Na contemporaneidade, já há portais organizados por pessoas negras e que se propõem a trazer notícias, artigos, dicas e uma outra visão sobre as questões que envolvem a população negra. Entendemos como essenciais no contexto atual, assim como a *Raça Brasil*, revista dirigida ao leitor preto, que tinha o objetivo de proporcionar autoestima e visibilidade, a partir de uma representação baseada em valores considerados positivos. Lançada em setembro de 1996, a revista foi a mais importante publicação comercial etnicamente segmentada. Desde 2018, está apenas no formato digital, com intensa atuação nas redes sociais.

Da mesma forma, na contramão de muitas empresas, há algumas organizações que estão mais atentas e iniciaram mudanças efetivas como forma de contribuir na redução das desigualdades raciais. A Magazine Luiza, por exemplo, desenvolveu um programa de *trainees* somente para pessoas negras. A Magalu, como é conhecida, já possui cerca de 35 mil funcionários e há 23 anos está entre as

²⁸ INFANTE, Larissa. Apesar de evolução, publicidade ainda reforça estereótipos sobre população negra, aponta estudo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 jan. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/apesar-de-evolucao-publicidade-ainda-reforca-estereotipos-sobre--populacao-negra-aponta-estudo-23353739>. Acesso em: 15 jan. 2023.

melhores empresas para se trabalhar, segundo o *ranking* do *Great Place To Work* (GPTW, 2021).²⁹

A empresa fez uma parceria com outras três instituições para criar o programa, com duração de 12 meses, com foco no desenvolvimento de profissionais negros formados há menos de dois anos ou que se formaram em dezembro de 2020 (MAGAZINE LUIZA S.A, 2020). Pouco depois do anúncio do programa, a empresa recebeu diversas críticas e foi acusada de estar cometendo “racismo reverso”.

O racismo é processo político. Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros. Por isso, é absolutamente sem sentido a ideia de racismo reverso. O racismo reverso seria uma espécie de “racismo ao contrário”, ou seja, um racismo das minorias dirigido às majorias. Há um grande equívoco nessa ideia porque membros de grupos raciais minoritários podem até ser preconceituosos ou praticar discriminação, mas não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários, seja direta, seja indiretamente. Homens brancos não perdem vagas de emprego pelo fato de serem brancos, pessoas brancas não são “suspeitas” de atos criminosos por sua condição racial, tampouco têm sua inteligência ou sua capacidade profissional questionada devido à cor da pele. (ALMEIDA, 2019, p. 34).

O caso foi analisado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e as denúncias foram indeferidas. Segundo o órgão, o programa não é considerado uma violação trabalhista. Pelo contrário, é caracterizado como uma ação afirmativa de reparação histórica (JORNAL DO COMMERCIO, 2020). Aliás, a proprietária da rede, Luiza Trajano, disse no Programa Roda Viva que “o racismo estrutural está inconsciente nas pessoas. Temos que entender mais o que é racismo estrutural”³⁰.

Cabe dizer que Sodré constrói uma crítica à posição interpretativa ao campo da comunicação: é preciso que o agir comunicacional liberte-se das amarras que o prende às forças mecânicas da razão para, enfim, intercambiar-se com “os poderosos dispositivos do afeto”. (SODRÉ, 2016, p. 12).

A informação, a comunicação, a imagem, com todas as suas tecnologias – uma forma de conhecimento sem os requisitos hierárquicos imprescindíveis à formação e à circulação dos saberes clássicos – têm-se progressivamente imposto aos sujeitos da teoria e da prática como o pretexto para se cogitar de um outro modo de inteligibilidade do social. Por quê? Porque a afetação radical da experiência pela tecnologia faz-nos viver plenamente além da era

²⁹ O *Great Place To Work* é uma consultoria global que apoia organizações a obter melhores resultados por meio de uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação. Além disso, também certifica e reconhece os melhores ambientes de trabalho em 90 países ao redor do mundo. (GPTW, c2021).

³⁰ LUIZA Trajano. UOL, 5 out. 2020. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/10/05/luiza-trajano-fala-de-trainees-chorei-ao-descobrir-racismo-estrutural.htm>. Acesso em: 15 jan. 2023.

em que prevalecia o pensamento conceitual, dedutivo e sequencial, sem que ainda tenhamos conseguido elaborar uma práxis (conceito e prática) coerente com esse espírito do tempo marcado pela imagem e pelo sensível, em que emergem novas configurações humanas da força. (SODRÉ, 2016, p. 12).

Convém, nesse momento, também conforme ensina Sodré (1999, p. 241), estabelecer um discurso sobre o negro mais estético do que ético ou político de maneira que, por um lado, “detecta-se aspectos integradores na assimilação social do indivíduo escuro baseada na satisfação de desejos de consumo (roupas, cosméticos, bens duráveis)”, e por outro “permanece inatacado o problema, o mal-estar civilizatório, do racismo”. De forma direta, pode ocorrer a ‘encenação mercadológica da diferença’, que, na prática, é a inclusão meramente decorativa de negros nos anúncios publicitários, com o objetivo de atrair esse novo público consumidor, ao mesmo tempo que limita e deixa brandas as reivindicações dos movimentos sociais. (SODRÉ, 1999).

Democracia política e ascensão econômica em si mesmas nada podem contra a discriminação racial. Por isso, as euforizantes imagens mediáticas de consumidores negros emergentes, seja no Brasil ou nos Estados Unidos, apenas simulam o fim do racismo, mesmo quando na prática das estratégias discursivas, cavam posições políticas para a reconstrução de identidades abaladas em termos econômicos e culturais. (SODRÉ, 1999, p. 257).

Ainda existe uma grande lacuna que é a mudança na postura ética do mercado em relação ao negro, que passa pelo reconhecimento da cidadania e da humanidade desse grupo social. E isso dificilmente ocorrerá enquanto não tivermos uma maior diversidade nos espaços decisórios logotécnicos.³¹

³¹ Sodré chama de “elite logotécnica” os profissionais dos blocos dirigentes dos meios de comunicação de massa – articulistas, editorialistas, cronistas, editores. (SODRÉ, 1999, p. 29).

3 NEGROS CLAROS E ESCUROS: O COLORISMO E OS EMBATES NO BRASIL

É importante destacar que a história do Brasil não pode ser contada sem citar o processo de miscigenação, mistura de europeus, indígenas e africanos. A colonização portuguesa se efetivou com a exploração de negros escravizados e índios nativos. A presença europeia em solo brasileiro foi marcada pela violência, pela desumanização e resultou em inúmeras consequências políticas, econômicas e, também, na exploração sexual dos brancos sobre índios e negros.

Tendo em vista que, segundo o IBGE, a população negra é composta por indivíduos pretos e pardos, é preciso pontuar a existência do colorismo (ou pigmentocracia) como forma de discriminação baseada na cor da pele. Ele surge como uma maneira de exclusão social, uma vez que considera as diferentes tonalidades de pele, estimulando a segregação daqueles que possuem mais melanina.

Ao que se sabe, o termo foi introduzido por Alice Walker no texto *If the present looks like the past, what does the future look like*, de 1982. Também conhecido como preconceito de marca, em oposição ao preconceito de origem, o colorismo é uma das formas como o racismo se manifesta, no Brasil e em outras sociedades que se constituíram a partir de processos de colonização. Segundo Djokic (2015, n. p):

[...] ao contrário do racismo, que se orienta na identificação do sujeito como pertencente a uma raça para poder exercer a discriminação, o colorismo se orienta somente na cor da pele da pessoa. Isso quer dizer que, ainda que uma pessoa seja reconhecida como negra ou afrodescendente, a tonalidade de sua pele será decisiva para o tratamento que a sociedade dará a ela.

Quanto mais escura for a cor da pele do sujeito, maiores são as chances de sofrer exclusão em sociedade por meio do colorismo. No Brasil, a construção da identidade racial é frágil e são necessárias mais pesquisas neste campo complexo, contemplando melhor as questões históricas e sociológicas. Todavia é indispensável a consciência que a pigmentocracia segrega e se alia à discriminação, pois tenta classificar os indivíduos pela cor da pele. No livro *Redescutindo a mestiçagem no Brasil*, de Kabengele Munanga (1999), é possível ver o termo “colorismo” ser citado, talvez em uma das primeiras vezes no país.

A ideologia colorista construída na segunda metade do século XVIII em relação aos não brancos deu origem a um “subracismo” das pessoas de cor, que deveria ser denominado de “racismo derivado”, na medida em que se trata de uma interiorização e de um reflexo do racismo original, o racismo

branco. É toda uma cascata de menosprezo que se instalou, indo do mais claro ao mais sombrio, descendo toda a graduação das nuances que acabamos de descrever (p. 37).

Fenótipos como um cabelo crespo e um nariz arredondado ou largo influenciam no processo de discriminação causado pelo colorismo. Porém, embora não sejam considerados brancos, os negros de pele mais clara têm a possibilidade de serem tolerados em ambientes de predominância branca. No entanto é permitido, dificilmente aceito. Acolher de fato seria reconhecer que existe discriminação racial, racismo e preconceito. Munanga (1999) contextualiza que, ainda na atualidade, os reflexos da valorização de quem era lido socialmente como menos negro são presentes. Com isso, há uma maior tolerância dos pardos em detrimento dos pretos.

A maior parte das populações afrobrasileiras vive hoje nessa zona vaga e flutuante. O sonho de realizar um dia o “passing” que neles habita enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indisfarçáveis. Estes, por sua vez, interiorizaram os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante. (MUNANGA, 1999, p. 88).

Por muito tempo, ao longo da história, foram criadas teorias racistas fantasiadas de ciência para tentar justificar a existência e a permanência da escravização. Da mesma forma, por um período extenso, houve argumentos colonizadores a respeito da dominação branca sobre os negros e os indígenas. É importante problematizar que essas justificativas biológicas racistas eram, muitas vezes, fortalecidas pelo clero, que reafirmava a superioridade branca. Na atualidade, sem a viseira da religião ou imposição do dominante, é possível perceber que os contextos da época para impor a escravização e a exploração, ainda que tentassem se apoiar na ciência, eram pouco válidos e foram aceitos por influência política, religiosa e, sobretudo, pelo fato de não poderem ser contestados.

O receio do branco era que o negro passasse a ser presente na sociedade e se tornasse predominante na população brasileira. Por isso, as tentativas de branqueamento incluíam políticas de exclusão do negro nos momentos de relações inter-raciais. Munanga (1999) explica que leis eram criadas para proibir os casamentos entre brancos e negros; assim, não era permitido que a riqueza fosse alcançada, garantindo a posição destes últimos de inferioridade econômica.

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca, daí porque a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que

repercutiu até meados do século XX. Elaboraões especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem reinterpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora. (MUNANGA, 1999, p. 51).

O objetivo ao trazer imigrantes europeus para o Brasil não era apenas estimular o processo de branqueamento da sociedade, mas uma estratégia de exploração para aniquilar o negro e suas características a partir de uma miscigenação com predominância branca. No entanto a prática não obteve o êxito esperado, já que os negros, mesmo em proporção bem desfavorável, continuaram inseridos na sociedade. Nessa esteira, foram mantidas as relações e o Brasil seguiu miscigenado, alterando o cenário racial no país.

Dentro da perspectiva de colorismo, é válido enfatizar que a liberdade mais efetiva, contudo, era concedida àqueles ditos “mestiços”, filhos de brancos, que conquistavam, de forma gradual, *status* mais privilegiados que os negros retintos. Assim, mesmo não desejada pelos europeus, a miscigenação não pôde ser evitada. Porém os frutos dessas relações alcançavam espaços limitados para pretos e pardos com tons de pele mais escuros. Tais situações ocorriam porque havia um tipo socialmente tolerado no Brasil. Como já relatamos, e agora Djokic (2015) reafirma, a inserção do elemento miscigenado nos ambientes brancos é uma ilusão. Segundo ela, essa inclusão não ocorre no nível da aceitação, mas no âmbito da tolerância.

Colorismo funciona como um sistema de favores, no qual a branquitude permite a presença de sujeitos negros com identificação maior de traços físicos mais próximos do europeu, mas não os eleva ao mesmo patamar dos brancos. Ela tolera esses ‘intrusos’, nos quais ela pode reconhecer-se em parte, e em cujo ato de imitar ela pode também reconhecer o domínio do seu ideal humano no outro. (DJOKIC, 2015, n. p.).

A discriminação foi construída e tem sustentação em raízes profundas e bem estruturadas. E é com esses alicerces que mantém a preservação de *status* conservadores e racistas. O Brasil se desenvolveu por meio da exploração da escravização, processo que causou permanente exclusão da população negra nos âmbitos econômico, político e social. Embora os livros escolares relatem que a abolição ocorreu em 1888, na prática, os não brancos (negros e índios) conheceram o processo tardio de liberdade e não foram efetivamente inseridos socialmente. De fato, os instrumentos de exclusão e inferioridade continuaram e continuam efetivados no país.

Em suma, o “colorismo” está definido nesses canais como um espectro de cor da população negra, que beneficiaria os mais claros em detrimento dos negros retintos, [sobre os quais] o racismo incidiria de maneira mais violenta. A reflexão que se faz, em linhas gerais, é a de que negros de pele clara são negros, mas devem reconhecer seus privilégios. (BACELAR, 2020, p. 6).

As estatísticas de cor ou raça divulgadas pelo IBGE confirmam que o Brasil segue longe de se tornar uma democracia racial. Como mencionado anteriormente, em média, os brancos ainda são os que têm mais acesso tanto ao mercado de trabalho, quanto à educação e às outras instâncias sociais. Já os indicadores socioeconômicos da população preta e parda, assim como os dos indígenas, costumam ser poucos animadores.

Não se pode negar que houve um avanço significativo da população negra quanto ao acesso à educação. Porém essa ampliação não significou um acesso equitativo de oportunidades quando comparada à população branca. As dificuldades enfrentadas são muitas e, ainda que a escolaridade seja o meio de qualificação e ascensão da população negra, o sistema educacional permanece reproduzindo desigualdade de oportunidades entre brancos e negros.

[...] há uma complexidade envolvendo o processo de “tornar-se negro” na sociedade brasileira. A violência é a pedra de toque, o núcleo central do processo identificatório dos negros. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do corpo negro. (GOMES, 2006, p. 168).

O conceito de raça não existe geneticamente, portanto, é um juízo social que, entre outros motivos, foi criado para garantir o poder da dominação sobre outros grupos. Por séculos, as ações políticas que têm efeito na vida de pretos e pardos são entendidas com resistência, como, por exemplo, o mito da democracia racial e o próprio racismo.

Mesmo que legalmente o Brasil tenha se tornado independente em 1822, a primeira Constituição, promulgada dois anos depois, limitava os direitos e organizava hierarquicamente a política de acordo com a idade e o rendimento financeiro. É possível dizer que a pobreza tem cor, isso influenciava diretamente na questão dos negros, pois essa população era expressamente proibida de assumir cargos no governo.

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

(SANTOS, 2003, p. 56).

Essa distinção de raça e cor permitiu que a população negra enfrentasse, e ainda enfrente, dificuldades de obtenção de êxito no ensino brasileiro por aspectos econômicos, ideológicos e políticos. Isso porque a discriminação age negativamente na situação socioeconômica de negros em condições sociais de desfavorecimento e vulnerabilidade. Dessa forma, essas barreiras foram construídas justamente para impedir ou trazer dificuldades de permanência em espaços de ensino, como na educação superior e ainda mais na pós-graduação *stricto sensu*.

Ainda nessa perspectiva social, Fernandes (1988) questionou a democracia racial e relatou que foram arquitetadas formas de impedimento da “integração do negro na sociedade de classes”, e não foram criadas, pelo poder público, instituições que garantissem a efetivação da educação e de muitos outros serviços públicos. Gomes (2012, p. 57) salienta que a sociedade, no passado e agora, permanece indiferente aos desafios dos negros; entretanto existe o escudo conveniente do mito da democracia racial que:

pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e tratamento.

3.1 DOCÊNCIA EMBRANQUECIDA DA GRADUAÇÃO

A educação brasileira passou por diferentes estágios marcados por avanços e retrocessos, continuidades e descontinuidades. Atualmente, a universidade brasileira, pública e privada, tem experimentado a chegada e a permanência de um maior número de alunos negros que poderão ser futuros professores negros, inclusive no mesmo local onde colaram grau. Para além disso, com a formação de nível superior, dentro de alguns anos, mais profissionais negros irão competir por vagas nos mais diversos setores do mercado de trabalho, incluindo cargos de gerência, já que também há sub-representação no ambiente corporativo. Uma pesquisa do Instituto Ethos³² com as 500 empresas de maior faturamento do Brasil aponta que os negros

³² INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. São Paulo: Instituto Ethos e Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016. Disponível em: https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Perfil_Social_Tacial_Genero_500empresas.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

representam de 57% a 58% dos aprendizes e *trainees*, mas, na gerência, eles são 6,3%. No quadro executivo, a proporção é ainda menor: apenas 4,7% são negros.

Por meio da educação, é possível prospectar o futuro, mas sem esquecer do passado. Assim, é necessário desconstruir a perspectiva de miscigenação pacífica na construção do Brasil. A história, que por vezes foi suprimida, conta que houve políticas eugenistas que tentaram clarear a pele do povo com o intuito de minimizar a presença dos traços africanos no país. No entanto é indispensável afirmar que a população preta chegou na Terra de Santa Cruz por causa da escravização e o Brasil foi um dos países que mais recebeu navios vindos da África com pessoas sequestradas, sem a possibilidade de manterem a vivência das culturas, pois foram vendidas de forma desumanizada e tiveram grande parte das histórias apagadas.

Para contextualizar a realidade atual, é também preciso perceber que o povo negro foi libertado a partir de um decreto que na teoria os deixava livres, porém sem que a eles fosse dado acesso à terra, ao trabalho, à educação e ao capital. Ou seja, essa dita liberdade conduziu essa parcela da população às periferias da sociedade, impulsionando o processo de marginalização, que hoje resulta nos graves índices do país: um negro tem mais chances de ser assassinado do que um branco; entre os presos brasileiros, os negros são maioria; no mercado de trabalho, homens negros recebem menos que os brancos, e a situação torna-se ainda mais preocupante quando é feito um recorte de gênero dando conta das mulheres negras (LEÃO *et al.*, 2017).

Gomes (2003) acredita que é importante destacar que o reconhecimento da negritude se dá pela percepção da oposição de vivências com os sujeitos brancos, assim como pelos conflitos e diálogos com estes. Sendo assim, é relevante que os cursos de formação docente, no que se refere à relação aluno e professor e no processo de ensino e aprendizagem, dialoguem sobre o contexto étnico-racial. A omissão do debate gera consequências negativas à afirmação da negritude. Ademais, a imparcialidade ou a abordagem esvaziada sobre práticas racistas no ambiente acadêmico pode apenas refletir a convivência com a opressão, reproduzindo a naturalização do racismo.

O ato de educar envolve uma exposição física e mental diária. Porém, ao mesmo tempo em que se expõem, os educadores também lidam com o corpo de seus alunos e de seus colegas. Esses corpos são tocados, sentidos. A relação pedagógica não se desenvolve só por meio da lógica da razão científica, mas, também, pelo toque, pela visão, pelos odores, pelos sabores,

pela escuta. Estar dentro de uma sala de aula significa colocar a postos, na interação com o outro, todos os nossos sentidos. Somos sujeitos corpóreos e usamos o nosso corpo como linguagem, como forma de comunicação. O que será que o aluno negro nos comunica por meio de seu corpo? Com a sua postura? Pela maneira como cuida do seu corpo? Como ele se apresenta esteticamente? Por outro lado, quais são as representações que nós, docentes, construímos desde a infância sobre o negro, seu corpo e sua estética? Será que essas representações, quando negativas, tornam-se mais fortes no exercício do trabalho docente, a ponto de nos tornar cegos e surdos para entender o que os nossos alunos tentam nos comunicar? Quantas vezes não ouvimos frases como “o negro fede”; “o cabelo rastafari é sujo e não se pode lavá-lo”; “o negro que alisa o cabelo tem desejo de embranquecer”; “aquele é um negro escovadinho”; “por que você não penteia esse cabelo pixaim”; “esses meninos de hoje usam roupas estranhas, parecem pivetes”? Quantas vezes essas frases não são repetidas pelos próprios docentes, dentro de sala de aula, nas conversas informais e nos conselhos de classe? Quantas vezes essas frases não são emitidas nos corredores das faculdades de educação e nas universidades? (GOMES, 2003, p. 173-174).

Contudo algumas coisas começaram a mudar por meio da educação: há cerca de duas décadas, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2002, houve o aumento das políticas públicas voltadas para grupos específicos da população, de maneira especial aos minorizados. Com isso, o produto educacional foi afetado e representou um reflexo de alterações sociais no cenário brasileiro, como, por exemplo, o desenvolvimento dos cursos superiores de tecnologia, destinados à parte desse público. E na esteira de mudanças no setor educacional, surgiu a Faculdade Zumbi dos Palmares. Uma instituição privada, comunitária, que foi inaugurada em 20 de novembro de 2004, Dia da Consciência Negra, na cidade de São Paulo.

A ideia de criar a Faculdade Zumbi dos Palmares, uma instituição voltada para a inclusão, para a qualificação e para o protagonismo do negro brasileiro, foi iniciada no curso de Sociologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), em 1996.

Conduzida e coordenada pelo então aluno de Sociologia, José Vicente, a ação reuniu alunos, professores da fundação, militantes, artistas e personalidades sociais no debate político, sociológico, acadêmico, social e da militância negra para a constituição da entidade, em 1997, juntamente com participantes desse grupo, José Vicente fundou a Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sociocultural (AFROBRAS) para preparar a estrutura administrativa e jurídica de consolidação e de construção da Zumbi, sendo eleito o seu primeiro presidente. Em 21 de março de 2002, fundou e presidiu o Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior, “braço” mantenedor da instituição. Finalmente, no dia 20 de novembro de 2004, a Faculdade Zumbi dos Palmares foi aberta ao público, realizando seu primeiro vestibular com 200 vagas para o curso de administração, inaugurando a trajetória da faculdade. Desde então, o advogado José Vicente assumiu o cargo de Reitor.

(COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA USP, 2018).³³

Trazemos a criação da Faculdade Zumbi dos Palmares como um exemplo de interação com a sociedade, pois a instituição nasce no período de mudanças das políticas governamentais de expansão do ensino superior no país; quando se oportunizou mais acesso da população de baixa renda ao ensino superior e, por consequência, mais discussões sobre as cotas raciais e o aumento de autodeclarados negros no país.

Minhas práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras. Essa mistura complexa e única de múltiplas perspectivas tem sido um ponto de vista envolvente e poderoso a partir do qual trabalhar. Transpondo as fronteiras, ele possibilitou que eu imaginasse e efetivasse práticas pedagógicas que implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e sexismo) e, ao mesmo tempo proporciona, novas maneiras de dar aula a grupos diversificados de alunos. (HOOKS, 2013, p. 20).

Citando novamente Nilma Lino Gomes, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, ela destaca algo que poderia ser usado como cartaz nas universidades, faculdades e centros universitários quando o assunto é a (in)visibilidade do negro nas instituições de ensino: “educação, cidadania, etnia e raça mantêm entre si uma relação complexa. Essa questão aponta para aspectos mais profundos que envolvem o cotidiano, a prática e as vivências da população negra e branca do nosso país”. (GOMES, 2001, p. 83).

É importante percebermos que racismo estrutural é o termo usado para sistematizar a realidade, descrever que existem sociedades estruturadas com base na discriminação que privilegiam algumas raças em detrimento das outras. Por exemplo, no Brasil, em outros países americanos e em grande parte do continente europeu, essa distinção favorece os brancos em contraponto aos negros e aos indígenas.

Justamente essa estrutura social que possibilitou a manutenção do racismo ao longo da história, inclusive do Brasil, pode ser contada a partir das próprias leis do país. É o caso da própria Lei Áurea, de 1888, segundo a qual, no Brasil, o último país das Américas a aderir à libertação das pessoas escravizadas, a população negra recebeu a liberdade, porém sem opções de emprego ou educação. Não fosse

³³ COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA USP. Categoria Institucional – Faculdade Zumbi dos Palmares, 2018. Disponível em: <https://sites.usp.br/direitoshumanos/17%E2%81%B0-edicao-2017/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

suficiente, a lei previu, pouco depois, subsídios do governo à vinda de europeus para viverem e trabalharem no Brasil. O objetivo era “branquear” a população brasileira, enquanto pouco ou nada foi feito para dar suporte aos negros marginalizados.

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas já tidas como “normais” em toda a sociedade. (ALMEIDA, 2020, p. 48).

Em perspectiva semelhante, o racismo institucional dá-se com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Com isso, a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornam-se a referência.

Em outras palavras, é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências. (ALMEIDA, 2020, p. 39).

Embora a presença de pessoas pretas e pardas nas salas de aula no ensino superior público tenha se tornado um pouco mais frequente após a aprovação da Lei de Cotas, em 2012, o percentual ainda fica abaixo da representatividade dessa população. Se o recorte contemplar também as instituições privadas (considerando o Prouni), o quantitativo reduz ainda mais. A docência nas universidades brasileiras ainda é uma profissão exercida, majoritariamente, por homens brancos, segundo dados do último Censo do Ensino Superior, realizado em 2019 pelo MEC.³⁴ Entre 400 mil professores universitários, aproximadamente 67 mil autodeclaram-se pretos ou pardos.

A pouca presença de professores negros incide nos alunos negros, que precisam combater a injustiça simbólica em razão da carência de figuras de identificação que os auxiliem na construção da autoimagem positiva e forte para inibir os embates do meio acadêmico.

Você imagina quantos são os docentes afros nas universidades que possuem curso de Comunicação no Rio Grande do Sul? Conforme o MEC, no estado, há 17

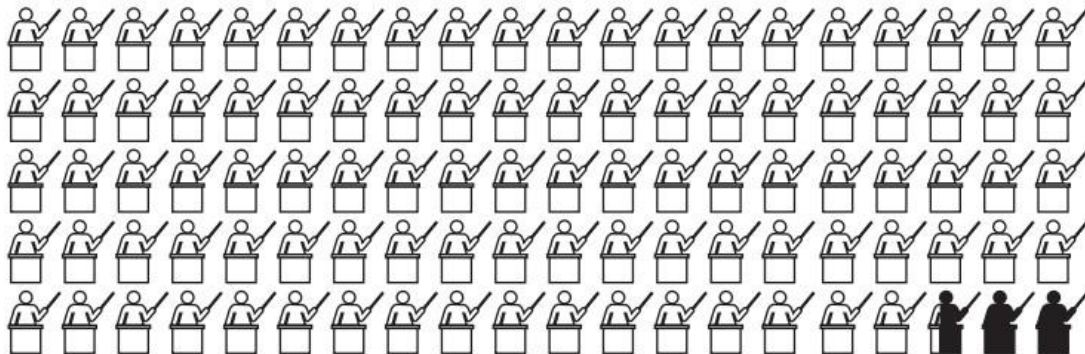
³⁴ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Resultados do Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 15 jan. 2023.

instituições com cursos relacionados (Fundação Universidade Federal do Pampa, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Católica de Pelotas, Universidade de Caxias do Sul, Universidade de Cruz Alta, Universidade de Passo Fundo, Universidade de Santa Cruz do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade do Vale do Taquari, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Feevale, Universidade Franciscana, Universidade La Salle, Universidade Luterana do Brasil e Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul) e 17 pretos em um total de 620 professores. Ou seja, apenas 2,74% dos professores nessas universidades são negros.³⁵

Infográfico 2 – Percentual de professores negros nas universidades do RS em 2022

Professores universitários negros no RS representam 2,74%

Entre os **620 professores** em universidades do Rio Grande do Sul, há **17 docentes negros** de comunicação.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor da presente tese.

É relevante destacar que, para serem classificadas como universidades pelo MEC, as instituições devem atender a alguns requisitos: pelo menos um terço do corpo docente precisa possuir título acadêmico de mestrado ou doutorado, um terço dos professores deve cumprir regime de tempo integral e possuir, no mínimo, quatro programas de pós-graduação *stricto sensu*, e pelo menos um deles deve ser de doutorado. O combate às práticas de discriminação e de exclusão ainda é um grande desafio no campo educacional. Embora seja possível elencar uma série de reformas que emergiram como resposta às lutas empreendidas por movimentos sociais

³⁵ Os dados foram obtidos pelo autor da presente tese a partir da aferição de fenótipos (cabelo, nariz, boca e pele) da imagem do Currículo Lattes de cada docente. Também, houve contato com a maioria dos coordenadores de curso.

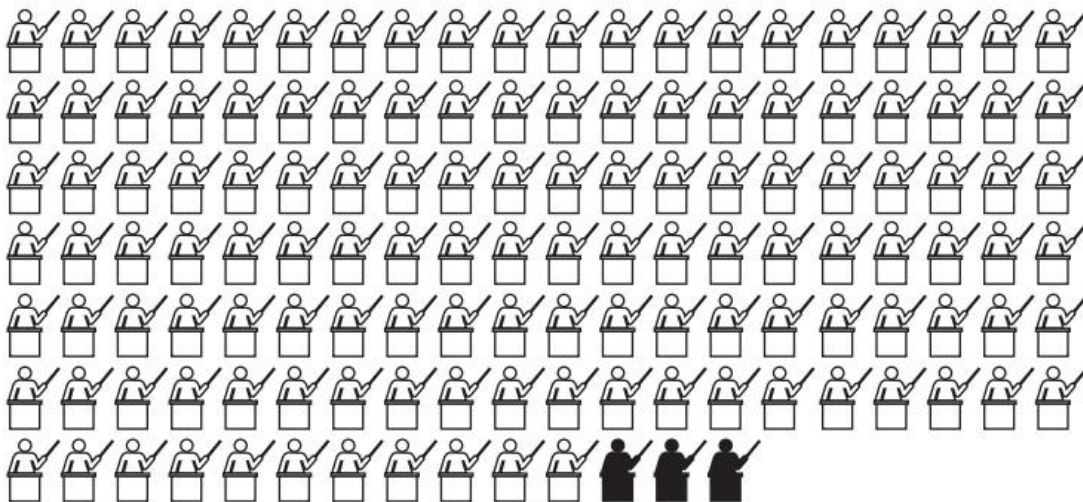
antirracistas pela igualdade de direitos, ainda é indispensável novas políticas públicas para promover a equidade racial, como princípio de inclusão e de valorização da diversidade.

Se o horizonte for as faculdades e os centros universitários do Rio Grande do Sul, a presença do negro no corpo docente dos cursos de Comunicação³⁶ é mais elevada proporcionalmente, totalizando 4,02%. Porém o número também não é muito animador: dos 134 professores que atuam nessas instituições (Centro Universitário da Região da Campanha, Centro Universitário da Serra Gaúcha, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Centro Universitário Metodista, Faculdade São Francisco de Assis, Centro Universitário Internacional (Uninter) e Centro Universitário Ritter dos Reis), apenas três são negros.

Infográfico 3 – Percentual de professores negros nas faculdades de Comunicação do RS em 2022

Professores negros no RS representam 4,02%

Há **134 docentes** em centros universitários e faculdades com curso de comunicação, apenas **três são negros**.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor da presente tese.

É necessário pontuar que enquanto, segundo o MEC, as universidades caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e

³⁶ Entende-se como curso de comunicação os bacharelados de Cinema, Produção editorial, Publicidade e propaganda e Radialismo (rádio e tv), além de Jornalismo e Relações Públicas, embora, nas novas diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação, em 2013, esses dois últimos cursos deixaram de ser habilitações da Comunicação Social.

extensão,³⁷ nas faculdades e nos centros universitários, as exigências são menores. Além disso, faculdade não necessita oferecer pós-graduação *stricto sensu* e tem uma exigência acadêmica menos rígida com relação à universidade. Em certa medida, tem como foco principal o ensino e a formação profissional e não possui o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. Portanto, a hora-aula para o docente tem remuneração menor.

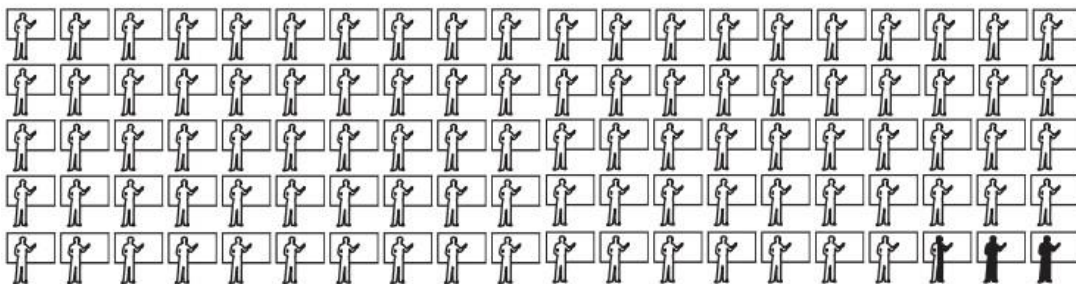
O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber. (FREIRE, 1996, p. 66-67).

Para que possamos ter um panorama geral do percentual da afrodocência nas graduações, precisamos cruzar os dados das instituições, seja universidade, faculdade ou centro universitário. No cômputo geral, somente 20 professores negros atuam nos cursos de Comunicação no Rio Grande do Sul. Ou seja, dos 754 docentes, somente 2,65% são pretos e pardos.

Infográfico 4 – Total de professores negros presentes nos cursos de Comunicação do RS em 2022

Somente 20 professores negros dão aula em cursos de comunicação no RS.

No RS, há **754 docentes** em cursos de comunicação, **2,65% são negros**.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor da presente tese.

Esses dados observados de forma ampla expressam uma disparidade racial

³⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades? Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>. Acesso em: 15 jan. 2023

que se acentua quando se avança aos níveis de excelência educacional, recaindo no ponto central deste subcapítulo: a carreira docente universitária. Na prática, demonstra as tensões que permeiam o racismo institucional, enquanto fenômeno estrutural e simbólico, pois embora a maioria populacional seja negra, docentes negros no ensino superior são minoria. Com a quantificação, fica evidente que a questão racial impacta a distribuição das posições ocupacionais e as próprias hierarquias. Para além disso, os dados escancaram como essa prática injusta tem efeitos na partida, que é o processo seletivo, e na permanência, para os que já lecionam. Para Hooks (2018), em uma perspectiva descolonizadora, é preciso promover mudanças pautadas pelo acesso a direitos. Esse novo tempo, porém, ainda enfrenta barreiras alicerçadas na branquitude e em privilégios. A reversão dessa situação se dará por meio da educação. É também justamente nesse prisma que Sodré (2016) indica que a comunicação pode adquirir um significado emancipatório frente às demandas do mercado hegemônico da mídia. Nesse sentido, ele reafirma que:

O desafio epistemológico e metodológico da Comunicação enquanto praxis social, entretanto, é suscitar uma compreensão, isto é, um conhecimento e ao mesmo tempo uma aplicação do que se conhece, na medida em que os sujeitos implicados no discurso orientam-se, nas situações concretas da vida, pelo sentido comunicativamente obtido. (SODRÉ, 2016, p. 15).

Quem analisa os números e carrega inquietação por mudança percebe que é preciso fomentar as discussões sobre as relações étnico-raciais, com a intenção de romper com o silêncio que ainda existe nos currículos acadêmicos sobre as populações minorizadas. Isso porque a educação tem papel central para a compreensão do processo de reconfiguração das relações sociais no Brasil, sobretudo no que se refere à superação do modelo exclusivista, fator que compõe um dos expressivos indicadores da desigualdade racial.

4 RAÇA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Antes de problematizarmos a presença (ou ausência) do negro na pós-graduação, é preciso (re)conhecermos a base da educação³⁸. O ideal seria começarmos desde o início dessa área: infantil, fundamental, médio e técnico. No entanto a tese teria mais que o dobro do tamanho. Sendo assim, nesta perspectiva, voltemos nosso olhar novamente para a graduação, mas sem esquecer que a pós-graduação representa a mais alta esfera acadêmica. A partir dessa premissa, torna-se indispensável perceber que um grupo social tão numeroso – o de negras e negros – ainda encontra enormes dificuldades para entrar, permanecer e consolidar-se no mundo da ciência.

Na educação superior brasileira, persistem profundas discrepâncias que limitam a garantia do direito pleno ao ensino. De acordo com Lima e Prates (2015, p. 175), é entre o público de 18 a 24 anos de idade que “as taxas de escolarização líquida são mais baixas e as desigualdades raciais ainda mais expressivas”. Paralelo a isso, é perceptível que essa etapa do conhecimento tem passado por um processo de democratização considerável.

Dizem especialistas que fazendo um cruzamento sistemático entre a pertença racial e os indicadores econômicos de renda, emprego, escolaridade, classe social, idade, situação familiar e região ao longo de mais de 70 anos, desde 1929, chega-se à conclusão de que no Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio para brancos e de exclusão e desvantagem para os não-brancos. Do total dos universitários, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais. Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros. (ANJOS, 2011, p. 1 apud SOUZA, 2017, p. 13).

Qual a necessidade de abordar a educação no campo comunicacional e não apenas as práticas dessa ciência? Talvez a pergunta mais apropriada fosse: de que forma a comunicação pode contribuir para diminuir o abismo entre os brancos e os negros tão presente no Jornalismo, na Publicidade e nas Relações Públicas do Brasil? Afinal, antes de pensarmos em igualdade, é necessário refletir sobre equidade racial,³⁹

³⁸ É preciso destacar que, antes de chegar no ensino superior, o aluno passa pelo Ensino Médio. E no final da educação básica, na escola pública, a evasão é grande e não tem uma única causa. Varia de acordo com a faixa etária, a raça, o gênero, a região e a realidade socioeconômica. Com isso, aliado às falhas pedagógicas, estruturais e de gestão, o gargalo da educação no país é bem anterior à universidade.

³⁹ Equidade significa desorganizar os sistemas de discriminação que são perpetuados e sustentados pelo mito da democracia racial. Ou seja, sabendo que individualmente não somos iguais, ao buscar a equidade, tenta-se criar uma comparação justa. Quando falamos sobre equidade racial, partimos do entendimento de que não existe uma igualdade real de condições e oportunidades.

que exige políticas e pesquisas diferenciadas para aproximar-se da proposta igualitária. Do contrário, os novos profissionais seguirão fazendo propaganda, gerindo crise, focando em matérias com um espelho invertido, distante da realidade que acentua, mesmo 130 anos após a abolição da escravatura, a lacuna racial neste país.

Muitas vezes, quando a ciência reivindica supostas características de neutralidade, objetividade, universalidade, imparcialidade e racionalidade, há uma acusação da perspectiva negra ser pessoal, subjetiva, específica parcial ou emotiva (KILOMBA, 2010). Isso camufla o fato desse discurso estar também falando de um lugar específico, um lugar de poder.

Como uma intelectual, por exemplo, me é normalmente dito que meu trabalho sobre o racismo cotidiano é muito interessante, mas não realmente científico, uma observação que ilustra a ordem colonial em que os estudiosos negros residem: “Você tem uma perspectiva muito subjetiva”, “muito pessoal”, “muito emocional”, “muito específica”, “Esses fatos são objetivos?”. Tais comentários funcionam como uma máscara, que silencia nossas vozes assim que falamos. Eles permitem que o sujeito branco coloque nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento divergente, enquanto seus discursos permanecem no centro, como a norma. Quando eles falam é científico, quando falamos não é científico; universal/específico; objetivo/subjetivo; neutro/pessoal; racional/emocional; imparcial/parcial; eles têm fatos, nós temos opiniões; eles têm conhecimento, nós temos experiências. Estas não são simples categorizações semânticas; eles possuem uma dimensão de poder que mantém posições hierárquicas e defende a supremacia branca. Não estamos lidando aqui com uma “coexistência pacífica de palavras”, como enfatiza Jacques Derrida (1981: 41), mas sim uma hierarquia violenta que define quem pode falar. (KILOMBA, 2019, p. 28).

Uma das políticas de ação afirmativa mais relevante no Brasil da atualidade, no contexto das desigualdades educacionais entre grupos étnico-raciais e socioeconômicos, é a reserva de vagas para o acesso ao ensino superior. Ela foi instituída por iniciativa das próprias universidades (FERES JÚNIOR; CAMPOS; DAFLON, 2013), e a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 representou um marco na definição de parâmetros inclusivos para o acesso às instituições de ensino superior (IES) públicas federais e aos institutos federais de ensino técnico de nível médio, vinculados ao Ministério da Educação. Aliás, cotas não são um benefício, pois nenhum direito foi dado aos negros, foi necessário arrancá-lo, pois a vontade de muitos era e é a subalternização perene.

Na prática, a legislação prevê, primeiramente, que pelo menos 50% das vagas públicas federais devam destinar-se aos alunos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas. Em seguida, estabelece uma segunda reserva de vagas, dentro desse primeiro contingente, voltada para outras duas condições: 1) uma

proporção de 50% de estudantes oriundos de famílias cuja renda per capita é igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo; 2) e uma proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas igual à da população da unidade da Federação, tomando como referência o último Censo Demográfico divulgado pelo IBGE. Dessa maneira, a Lei de Cotas pode ser considerada abrangente por tentar compreender diferentes expressões das desigualdades sociais e importante para buscar reduzir a estratificação social no acesso à educação.

O percentual de pessoas pretas ou pardas (que compõem a população negra) cursando o ensino superior em instituições públicas chegou a 50,3% em 2018.⁴⁰ Apesar dessa parcela da população representar 56,2% dos brasileiros,⁴¹ foi a primeira vez que os pretos e os pardos ultrapassaram a metade das matrículas em universidades públicas. Os dados constam no informativo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, divulgado pelo IBGE. A comparação foi feita com as informações do suplemento de educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Contínua (PNAD-Contínua), que começou a ser aplicada em 2016. A pesquisa⁴² mostrou que a população negra está melhorando os índices educacionais, tanto de acesso como de permanência, apesar de ainda se manter bem atrás dos índices medidos entre as pessoas brancas. A proporção de jovens de 18 a 24 anos pretos ou pardos no ensino superior passou de 50,5%, em 2016, para 55,6%, em 2018. Entre os brancos, é de 78,8%. Na mesma faixa etária, o número de pretos e pardos com menos de 11 anos de estudo e que não estavam frequentando a escola caiu de 30,8% em 2016 para 28,8% em 2018, enquanto o indicador para a população branca é de 17,4%.

Já o Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em

⁴⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica*, n. 41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁴¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). *Conheça o Brasil – População – Cor ou Raça*. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁴² NITAHARA, Akemi. Pela primeira vez, negros são maioria no ensino superior público. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico#:~:text=A%20pesquisa%20mostra%20que%20a,55%2C6%25%20em%202018>. Acesso em: 15 jan. 2023.

instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o Prouni oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa.

Na primeira década dos anos 2000 o crescimento do setor educacional privado teve o apoio fundamental de alguns instrumentos legais, como por exemplo: a Lei n. 10.260/2001, que cria o Fundo de financiamento Estudantil (FIES); o Decreto n. 4.914, de 11/12/2003, que concede autonomia aos centros universitários; o Decreto n. 5.622, de 19/12/2005, que regulamenta a educação a distância (EAD); e a Medida Provisória n. 213 de 2004, transformada em Lei n. 11.096/2005 que instituiu o Programa Universidade Para Todos – PROUNI. A adesão a este Programa por qualquer instituição privada, com ou sem fins lucrativos, tem propiciado isenção fiscal de importantes tributos pelas IES mercantis (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e a Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS). (SANTOS, 2016, p. 56).

As duas iniciativas (Prouni e Reserva de Vagas) são avanços relevantes, pois mesmo depois da dita abolição da escravatura, os negros e as negras seguiram enfrentando desafios junto à sociedade brasileira. Sem moradia, muito menos renda e tampouco estudos, muitos foram obrigados a vender o próprio trabalho pela sobrevivência, evidenciando as desigualdades sociais daquela época e com reflexos após 131 anos. Nesse contexto, a universidade permaneceu elitista e não possibilitou aos pretos acesso à educação de qualidade para a formação acadêmica, forjando, assim, para além da exclusão social, um novo modelo de exclusão: o intelectual.

Também é necessário valorizar que a militância pela ruptura das desigualdades e das injustiças sociais fez emergir o Movimento Negro Unificado, 90 anos após a abolição. Gomes (2012, p. 740) pontuou que esse grupo contribuiu para mudanças nas políticas educacionais, reformulando os currículos com a implantação da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, embora muitas instituições apenas informem que cumprem a norma, mas, na prática, isso pouco consolida-se.

Não é preciso fazer grande esforço de reflexão para perceber o processo inibidor por que passa a criança negra na experiência escolar. A imagem do negro não aparece entre as profissões de prestígio social, quando, por exemplo, se estuda as profissões no currículo escolar. No ensino de história, o personagem negro está circunscrito ao período da escravidão; as mães com seus filhos que ocupam os murais escolares são brancas. Os personagens das histórias em quadrinhos são brancos; as famílias ou pequenos grupos que aparecem nas ilustrações ou filmes didáticos realizando atividades como trabalho, lazer, estudo, são brancos; os pais, que

em geral pouco aparecem, também são brancos; os artistas ou cientistas estudados ou apreciados são brancos. Esse é o espaço da omissão que não é apenas didática, ela é política, pois está na base dos princípios que organizam as escolhas realizadas. (LOPES, 2006, p. 258).

Referente à ação afirmativa, é importante mencionar que estudos atestam que nas universidades onde as cotas foram implementadas não houve perda da qualidade do ensino. Na verdade, essas pesquisas demonstraram que o desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas é praticamente o mesmo, não havendo diferenças consideráveis. Por outro lado, e isso precisa ser exaltado, o estímulo e a motivação são fundamentais para a excelência desses mesmos cotistas, embora muitos deles passem por situações financeiras bem mais adversas que os não cotistas.

As transformações no perfil e no acesso de negros e pardos às instituições de ensino superior foram foco da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Dados do estudo mostraram um crescimento de 25% entre 2009 e 2015, enquanto a presença na população total foi ampliada em 5%. De acordo com a pesquisadora do Ipea e autora do estudo *Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior: Acesso e Perfil Discente*,⁴³ Tatiana Dias Silva, a maior frequência de negros no ensino superior público e privado é evidente na pesquisa. Ela destaca que, em 2001, eles representavam 22% desses estudantes, já em 2015, essa participação alcançou 44%. Na graduação pública, o salto nessa frequência foi de 31,5% para 45,1% no mesmo período.

A pesquisa também apontou um maior ingresso de estudantes por meio de vagas reservadas: de 13% em 2012, para mais de 39% em 2017. A maior parte deles tinha renda familiar acima do limite per capita de até 1,5 salário-mínimo por mês, por isso, o registro na base de dados não foi na modalidade “social/renda familiar”. Os índices mais baixos daqueles que chegaram à faculdade por meio de vagas reservadas são observados nas regiões Sul (35,7%) e Sudeste (36,1%). Entre os cursos mais concorridos na região Norte, Arquitetura, Medicina e Direito apresentam taxas reduzidas de acadêmicos que ingressaram via vagas reservadas. Em menor proporção, o mesmo aconteceu no Sul, onde cursos de alta concorrência, como

⁴³ BRASIL. **Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior**: Acesso e Perfil Discente. Tatiana Dias Silva (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35893&Itemid=448. Acesso em: 15 jan. 2023.

Direito e Medicina, apresentam 32,2% e 39,4% de ingressantes por vaga reservada, respectivamente. A pesquisadora do Ipea informou que, apesar dos avanços, em 2017, a população negra ainda correspondia a 32% das pessoas com ensino superior completo. E considerando a população com 25 anos ou mais, apenas 9,3% dos negros tinham ensino superior completo, enquanto na população branca esse índice havia chegado a 22,9%.

No ensejo dessas estatísticas, o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, permitiu identificar parte da população brasileira por nível educacional, sobretudo, no que interessa para o argumento desta tese, as populações específicas de mestres e doutores residentes no Brasil. Cabe informar que esse quesito não fazia parte do questionário universal aplicado em todos os domicílios. O item aparecia em um questionário mais detalhado, aplicado em apenas cerca de 10% dos domicílios brasileiros, sendo então possível conhecer essa informação detalhada e segmentar por nível educacional somente para esses quase 20 milhões de moradores dos domicílios da amostra (VIOTTI *et al.*, 2012).

É importante frisar que, de acordo com o Censo de 2010 (AGÊNCIA IBGE, 2017), a população brasileira, com mais de dez anos de idade, estava distribuída de acordo com seu nível educacional: 5,74% sem instrução; 44,5% sem concluir o ensino fundamental; 18,32% com ensino fundamental completo; 23,54% com ensino médio completo; 7,46% com ensino superior completo; 0,32% com mestrado e 0,12% com doutorado. Em vista disso, ao fazer a análise dessa amostragem, cruzando as informações de cor/raça e nível educacional, o Censo 2010 revelou como é muito desigual a participação dos grupos de raça/cor se considerado o maior nível de instrução alcançado pelos indivíduos. Em contraponto, as pessoas que se declararam brancas aumentam sua participação à medida que se eleva o nível de instrução. A presença nos níveis educacionais mais baixos (sem instrução e fundamental incompleto) é menor do que as dos outros grupos. E nos níveis de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), a representatividade aumenta progressivamente e de forma acentuada, chegando a 80% para os que concluem a titulação.

Já no Censo da Educação Superior 2020⁴⁴, é importante destacar a evolução

⁴⁴ BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Censo da Educação Superior 2020**. Brasília: Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em:

dos percentuais de declarações relativas à variável cor/raça do aluno (em relação à matrícula) a partir de 2011. Cabe observar o aumento paulatino na declaração da cor preta/parda, que parte de 35%, em 2010, e alcança o percentual de 46%, em 2020. Por outro lado, observa-se um decréscimo da autodeclaração branca, saindo de 62%, do último censo, para 52%, em 2020.

Essa mudança nos dados do censo da educação superior de 2020 parecem evidenciar o que apresentaremos nos próximos capítulos como o processo de “reconhecer-se negro”, assim como um possível reflexo da pauta sobre racialização na sociedade e especialmente na mídia, onde as pessoas estão se vendo mais nos meios de comunicação e nas redes e com isso se sentindo mais encorajadas e empoderadas para ser o que de fato são: negras.

Cobrar políticas de permanência negra na universidade. A universidade precisa olhar para o seu aluno, entender as problemáticas que envolvem a permanência de uma pessoa negra na universidade. O ensino superior infelizmente não está pronto, ele não quer receber pessoas negras. O ensino superior, historicamente, não foi feito para a gente. Estamos ali de teimosos e vamos continuar de teimosos e a gente vai cobrar que ela se adeque a gente. Nós não temos que nos adequar à universidade. A universidade tem que se adequar a nós. (NIARACAST, 2021).

Não por acaso, já que as raízes do racismo estrutural estão bem fincadas na origem do povo brasileiro, para a população parda, observa-se a situação inversa à da branca: maior participação nos níveis educacionais mais baixos e menor nos níveis mais elevados, chegando a representar apenas 15,70% dos mestres e 12,21% dos doutores. A população preta, que corresponde a 7,52% do total, segue a mesma tendência da parda. A participação dos indígenas também decresce à medida que se eleva o nível educacional (AGÊNCIA IBGE, 2017).

Rosemberg (1991) sinaliza que a educação, quer seja pública ou particular, diurna ou noturna, para a população mais pobre e negra, em relação àquela frequentada pelos alunos brancos e amarelos, oferece cursos com menos horas diárias de aula, com menos infraestrutura, com maior rotatividade entre os professores, com maior número de alunos por sala de aula, com maior precariedade no material pedagógico e com poucas bibliotecas. A autora ainda afirma que uma das causas para as diferenças de qualidade entre as escolas seria a segregação espacial da população negra.

Estou sugerindo também, no intuito de compreender mediadores da discriminação racial no sistema educacional, a possibilidade de que atuem mecanismos inversos aos que se encontram habitualmente no discurso de educadores: não seria a condição econômica que nivelaria a população negra, mas a pertinência racial que, na ótica do branco, nivelaria as oportunidades de acesso e permanência no sistema educacional, tratando a população negra indistintamente como pobre. (ROSEMBERG, 1991, p. 31).

Ainda de acordo com a pesquisadora, existem aspectos que marcam a relação e o tratamento destinado à população negra em ambientes escolares que estão para além da condição econômica, mas expressam um registro de discriminação racial. Nesse contexto, é possível verificar que pessoas brancas tendem a não reconhecer como iguais pessoas negras que ascendem socialmente, que estejam em posição de autoridade ou de prestígio, além de não as aceitarem como pares em relações afetivas (ROSEMBERG, 1991).

É nesta encruzilhada que os estudos sobre o negro brasileiro se situam. Há encontros e desencontros entre as tendências: de um lado a acadêmica, universitária, que postula uma ciência neutra, equilibrada, sem interferência de uma consciência crítica e/ou revolucionária, e, de outro, o pensamento elaborado pela intelectualidade negra ou outros setores étnicos discriminados e/ou conscientizados, também interessados na reformulação radical da nossa realidade racial e social. (MOURA, 1988, p. 32).

À medida que se estuda a educação no Brasil, o caráter elitista, desde a origem, fica ressaltado, pois se observa uma estrutura fechada de oportunidades. Hasenbalg (2005, p. 191) compreende que, embora no Brasil a educação tenha sido o principal canal de ascensão social para a população negra, ela se mostra ineficaz para minimizar a discriminação refletida nos baixos índices de presença nessa área, atuando ainda como meio de exclusão dos níveis mais elevados de ensino. Assim “[...] a discriminação educacional, juntamente com a discriminação racial exterior ao sistema educacional, atuou para produzir a exclusão virtual dos não brancos das escolas secundárias e das universidades”. (HASENBALG, 2005, p. 193).

Gomes (2008, p. 255) sustenta que debater a educação na perspectiva de raça é “refletir sobre o quanto a discussão sobre a questão racial está ligada a um terreno delicado, dentro das nossas representações e os nossos valores sobre o negro”. É imprescindível pontuar que educação vai muito além da mera transmissão de conteúdos acumulados, é uma ferramenta de construção de saberes culturais e sociais que influenciam diretamente a formação do ser humano e transformam a realidade e o próprio sistema educativo.

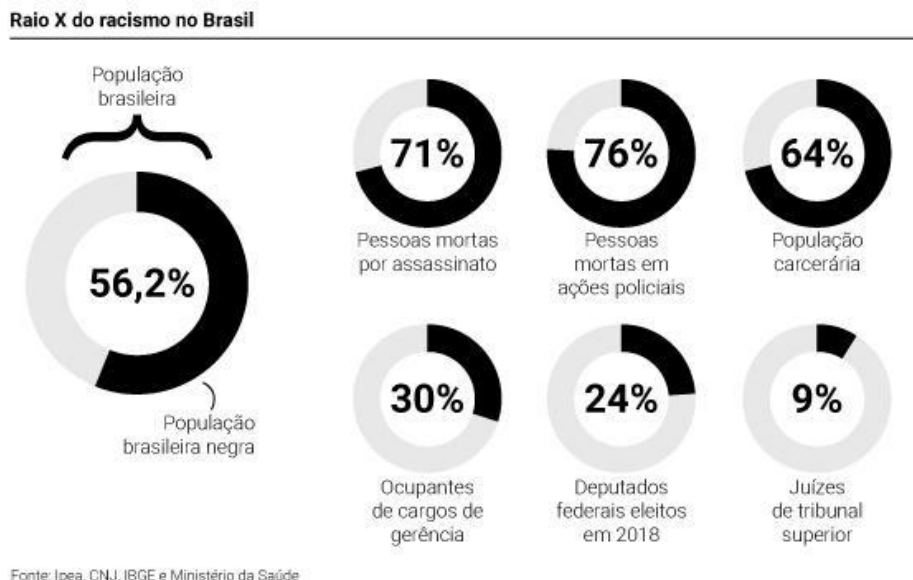
Sendo assim, a presença de discentes e intelectuais negras e negros nesses

espaços faz pensar em novas construções do lugar do negro na sociedade, para quebrar estigmas e preconceitos, desafiar, reescrever discursos e apontar para um novo, talvez ainda distante, horizonte mais equitativo.

4.1 A COR DOS DOUTORADOS EM COMUNICAÇÃO DO RS

Ser negro no Brasil, conforme mostra o Gráfico 1, significa ter menos escolaridade; ser mais pobre do que o branco; mais rejeitado pelo mercado de trabalho; receber salário menor; oportunidades reduzidas de ascensão profissional e social; estar entre os principais ocupantes dos subempregos; ter menos acesso aos serviços de saúde; ser vítima preferencial da violência urbana; ter mais chances de ir para a prisão; morrer mais cedo; e dificilmente chegar aos grandes cargos do poder público e aos postos de comando da iniciativa privada.

Gráfico 1 – Os números do racismo no Brasil



Mas o que essas tristes questões têm a ver com os negros no doutorado em Comunicação do Rio Grande do Sul? Têm muita relação. Afinal, baseado no contexto histórico, muitas vezes não contado ou refletido nos bancos escolares e acadêmicos, a estrutura do racismo brasileiro assenta-se nos séculos em que a escravização foi aceita no país. Ao longo dos períodos colonial e imperial, esse crime encarregou-se de posicionar os negros e os brancos em mundos distantes, um bem acima e outro muito abaixo. Ainda assim, mesmo com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, os

brancos criaram mecanismos menos impactantes do que as senzalas e os grillhões para conservar os negros em um lugar de subordinação, como, por exemplo, a qualificação educacional e tudo que ela representa e possibilita.

Afinal, quantos professores negros você teve, ou tem, no curso de graduação? E na pós-graduação? Ao pensar em pesquisas e inovações científicas, sabe quantas e quais delas foram desenvolvidas por pesquisadores negros? Se você precisou refletir para tentar encontrar respostas, possivelmente essas questões revelam uma das várias formas com que o racismo se manifesta na sociedade, especialmente no ambiente acadêmico.

É preciso compreender, a partir de uma ideia de valorização do saber científico, que a pós-graduação é estratégica, pois é dela que podem sair os mestres e doutores que ocuparão os espaços de poder. No entanto, aliada à dificuldade de ingresso, soma-se a escolha do tema de pesquisa como alguns dos obstáculos dos pós-graduandos negros. Além disso, ainda são escassas as linhas de pesquisa que contemplem questões étnico-raciais, bem como orientadores que se interessem por esses temas.

Nesse prisma, por ser um ambiente mais restrito que a graduação, não fosse suficiente a solidão do discente negro, devido aos poucos alunos negros em sala de aula, prevalece o eurocentrismo, no qual se exalta a cultura, as artes, as línguas, as religiões e a política das sociedades europeias, como se fossem superiores em relação aos demais povos das Américas, África, Ásia e Oceania. Essa subjugação torna ainda mais difícil a presença do negro na pós-graduação.

Ao longo das décadas, a prática acadêmica demonstrou e ainda demonstra um apagamento de biografias de intelectuais negros. Não por coincidência, Carneiro (2011) exorta que uma das características principais do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva aos racialmente hegemônicos a vantagem de serem representados na diversidade.

É necessário salientar, novamente, que geralmente no âmbito acadêmico as referências são apresentadas, muitas vezes, a partir do olhar eurocêntrico, e isso abre poucos precedentes para conhecer outros autores importantes para os currículos. Portanto, torna-se urgente terminar com o epistemicídio e o apagamento epistêmico das bibliografias africanas e de outros continentes. Para isso, a universidade, que é composta por uma academia majoritariamente branca e elitista, precisa reconfigurar-se e compreender que as ações afirmativas, bem como a presença de estudantes

pretos nas graduações e pós-graduações, trouxeram uma nova realidade. O racismo passou a ser um tema mais pesquisado e desenvolvido, assim como as epistemologias decoloniais. Por isso, as instituições de ensino superior necessitam responsabilizar-se pelas questões étnicas-raciais e como elas incidem dentro da própria universidade.

Destaque para Carneiro (2005, p. 97), que avançou no conceito de Boaventura Sousa Santos e assim definiu o epistemicídio:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima [sic] pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhes a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc.

Kilomba (2010) contextualiza que o ambiente acadêmico ainda é um lugar de violência para os corpos e ideias negras. O campo da Comunicação no Brasil, salvo poucas exceções, confirma essa regra. A abordagem sobre raça e suas variáveis não é muito vista nas pesquisas acadêmicas na área de Comunicação, como informa a nota editorial do Dossiê da Revista *Animus*, intitulado *Comunicação, Identidades Raciais e Racismo*, de Sovik e Ansel (2015, p. 1):

A atenção às identidades raciais e ao racismo tradicionalmente não fazem parte do leque de perspectivas analíticas sobre a comunicação no Brasil. Os motivos podem ser históricos. A partir do momento fundador, marcado pelo *boom* da indústria cultural brasileira e a globalização – ou americanização, como se dizia nos anos 60 e 70 – da produção cultural, os estudos da Comunicação têm sido mais “universalistas” do que particularistas ou nacionalistas. Nesse sentido, a área é diferente da Antropologia e das Letras, onde se pensa mais sobre a identidade nacional. Há exceções: afinal um dos principais teóricos brasileiros da Comunicação hoje, Muniz Sodré, fez impacto sobre a comunidade intelectual mais ampla com seus livros sobre as formas de pensar da cultura negra, mas o tema ainda não chegou ao *mainstream*.

No texto, os autores demonstraram, por meio de dados quantitativos, que a temática foi pouco frequente na produção discente de mestrados e doutorados em Comunicação.

Thiago Ansel e Erly Guedes, doutor e mestra do grupo de pesquisa sobre

Comunicação, Cultura e Política da ECOUFRJ, fizeram um levantamento de teses e dissertações defendidas entre 1990 e 2014 nos programas de pós-graduação em Comunicação filiados a Compós, que focalizaram identidades e relações raciais. Esse levantamento mostrou que dos 35 programas que disponibilizaram seus trabalhos online, cinco apresentaram um percentual de teses e dissertações sobre a questão racial superior a 10% (considerando a totalidade da produção discente de cada programa). Três desses programas se encontram na região sudeste (UFRJ, UFF e UFJF), um no centro-oeste (UFG) e um no norte (UFPA). (SOVIK; ANSEL, 2015, p. 2).

É possível compreender que a ciência produzida no Brasil é branca. Um retrato da pós-graduação do país mostra que, em média, um em cada quatro matriculados em programas de mestrado e de doutorado é negro.

Infográfico 2 – A presença do negro na pós-graduação (Mestrado e Doutorado)

A presença do negro na pós-graduação (Mestrado e doutorado)

A cada 10 pós-graduando (mestrado e doutorado), 2 são negros.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Em áreas como Medicina, a participação dos negros cai para um em cada dez cientistas em formação. As informações raciais foram evidenciadas pela Folha de São Paulo⁴⁵ a partir de uma base de dados abertos de 2018 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram considerados nos cálculos apenas os alunos de pós-graduação do país que informaram a cor da pele – o que é feito de maneira autodeclarada. Como os dados de raça passaram a ser coletados somente em 2017 pela CAPES, não é possível fazer uma análise anterior sobre a evolução racial na pós-graduação no país.

Um levantamento divulgado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mostra que das 91.103 bolsas de formação e pesquisa do instituto, 26% foram destinadas a estudantes negros, enquanto 58% para brancos. O percentual de indígenas não atinge 1%. Infelizmente, cerca de 11% dos bolsistas não declararam raça.

⁴⁵ APENAS 1 em cada 4 matriculados em programas de mestrado no Brasil é negro. **A Tarde**, Salvador, 22 nov. 2020. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/educacao/noticias/2147277- apenas-1-em-cada-4-matriculados-em-programas-de-mestrado-no-brasil-e-negro>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Infográfico 3 – Distribuição de bolsas de pós-graduação

Distribuição de bolsas na pós-graduação

Das **91.103 bolsas** de estudos na pós-graduação, **26%** foram destinadas a estudantes negros e **58%** para brancos.



Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Conforme aponta Rosemberg (2013), ao passo que aumenta a etapa de escolarização, a desigualdade amplia. Então, além da baixa densidade étnico-racial nas universidades em geral, nos programas de pós-graduação, em específico, essa desigualdade acentua-se, sendo ainda um reduto de hegemonia branca racial, já que a defasagem racial entre brancos e negros nos programas de pós-graduação é de 450%.

Mesmo ciente da necessidade de diversificar o seletor grupo que frequenta o mestrado e o doutorado, em 2020, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, cancelou a resolução de 2016 que previa que as Instituições Federais de Ensino Superior apresentassem propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência nos programas de mestrado e doutorado.⁴⁶

O ataque (entre tantos outros) não durou muito e após pressão popular, sobretudo do movimento negro, a medida do então ministro foi anulada. No entanto, caso prosperasse, como parecia ser desejo do governo do presidente Bolsonaro, seria com o intuito de promover a manutenção do *status quo* em uma sociedade racista que historicamente negou o acesso de negros e indígenas à educação. Apesar da falta de dados sistemáticos sobre a composição racial do corpo de pesquisadores das universidades públicas brasileiras, o sistema é marcado por desigualdades.

Por essa razão, as ações afirmativas na pós-graduação podem ser vistas sob o prisma da diversidade, formando um corpo discente menos homogêneo, o que enriquece a pesquisa, estimula novos professores e aprimora a ciência. A atuação dos negros nos processos estruturais de educação e de construção do conhecimento

⁴⁶ MOREIRA, Matheus; SALDAÑA, Paulo. De saída, Weintraub revoga portaria que estipulava cotas na pós-graduação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2020. Atualizado em 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/de-saida-weintraub-revoga-portaria-que-estipulava-cotas-na-pos-graduacao.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2023.

é relevante e necessária, conforme pontua Munanga (2013, p. 29):

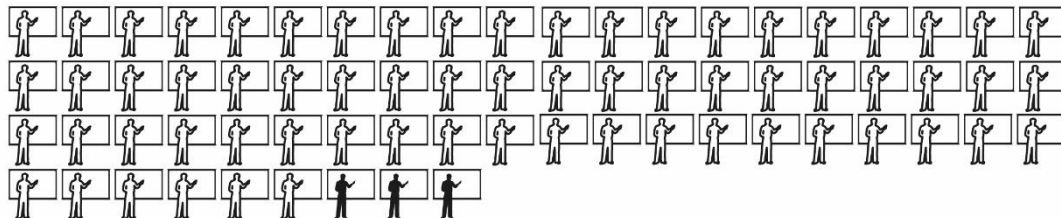
A educação ofereceria uma possibilidade aos indivíduos para questionar os mitos de superioridade branca e de inferioridade negra neles introjetados pela cultura racista na qual foram socializados. Não se trata de recuperar uma memória que cuida apenas de nossas glórias, de nossos heróis e nossas heroínas, mas, sobretudo, de uma memória que busca a restauração de nossa história em sua plenitude [...]. No plano da prática, isto é, na implementação de políticas públicas capazes de incluir a plenitude do negro no sistema educativo.

No Rio Grande do Sul, das 22 universidades particulares e públicas, apenas quatro têm pós-graduação *stricto sensu* com doutorado em Comunicação. Ou seja, se um graduado pretende tornar-se doutor nesta área precisa deixar o estado ou estudar nas principais instituições de ensino da região, todas com mais de meio século de existência: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) ou Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Infográfico 4 – Professores negros na pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Comunicação do RS em 2022

Professores negros na pós-graduação (mestrado e doutorado) em Comunicação do RS

Dos 69 professores do PPG da UNISINOS, PUCRS, UFRGS e UFSM, apenas **três são negros***.



*Até julho de 2022, um docente negro atuava na Unisinos, agora integra o POSCOM da UFSM como professor visitante. Desde setembro de 2022, há um docente visitante estrangeiro internacional, vindo de Moçambique.
Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor da presente tese.

Dentro da avaliação da pós-graduação, organizada pela CAPES, que é realizada a cada quatro anos, todos os programas citados têm conceito 5 (muito bom) ou 6 (excelente), que é a nota máxima para quem oferece apenas o mestrado e, respectivamente, aponta alto padrão internacional de desempenho, para programas de doutorado. No entanto, em 2022, dos 69 doutores responsáveis por ministrar aulas, orientar mestrandos e doutorandos e conduzir grupos de pesquisas, há apenas três negros como docentes de curso de mestrado e doutorado, seja na UFSM, UNISINOS,

PUCRS ou UFRGS,⁴⁷ sendo que dois atuam como professores visitantes, ou seja, não são contratados ou concursados.

O dado regional confirma a informação constante no último Censo da Educação Superior,⁴⁸ que aponta que quanto maior o título acadêmico, menor é o número de negros empregados. Por exemplo, de 115.869 professores universitários no Brasil com título de mestre, apenas 3.137 são negros, o mesmo ocorre com os doutores, já que, no país, são 2.517 doutores negros contra 80.774 doutores brancos.

Infográfico 5 – Radiografia étnica do corpo docente universitário



A realidade era ainda mais discrepante antes da aprovação da Lei de Cotas para concursos públicos no Brasil, em 2014. Desde então, houve um aumento de 60% de professores negros em universidades públicas.

A questão de ser o racismo institucional ou camuflado possui menor importância do que ele representa na reprodução da desigualdade racial, da concentração racial da riqueza, da cultura e do poder, da submissão do negro como “raça” à exploração econômica, à exclusão dos melhores empregos e dos melhores salários, das escolas. (FERNANDES, 1988, p. 56).

Se faltam professores negros na pós-graduação *strictu sensu*, também são poucos os estudantes negros que conseguem seguir em busca do doutoramento em Comunicação no Rio Grande do Sul. Aliás, doutorado no Brasil é equivalente ao PhD nos Estados Unidos e na Europa e é a diplomação mais alta que se pode conquistar

⁴⁷ Os dados foram obtidos pelo autor da presente tese a partir da aferição de fenótipos (cabelo, nariz, boca e pele) da imagem do Currículo Lattes de cada docente.

⁴⁸ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2019. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

no país, tendo em vista que pós-doutorado não precisa defender uma tese e não recebe novo título ao final da qualificação.

Nas mesmas quatro instituições de ensino superior já citadas (UFSM, UNISINOS, PUCRS e UFRGS) de 2015 a 2020, cerca de 400 terminaram ou estão em fase de conclusão do doutorado. No entanto, desse total, somente 30 são negros. Ou seja, 7,5% dos estudantes.⁴⁹ O percentual é mais que inversamente proporcional à quantidade de negros no Brasil (56,2%). No Rio Grande do Sul, que é um estado majoritariamente branco (81,5% da população), conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-Contínua), os grupos de pardos e pretos representam 18,2%.

Infográfico 6 – Pesquisadores negros nos doutorados em Comunicação do RS são 7,5%

Pesquisadores negros nos doutorados em comunicação do RS são 7,5%

De 2015 a 2020, **quatrocentas pessoas** iniciaram o doutorado em comunicação no RS, mas somente **30 são negras**.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor da presente tese.

Não adianta eu lutar por ações afirmativas se eu não me construir como referencial dentro da universidade e poder acolher outros negros e negras que chegarem lá. Até hoje é que eu digo assim: ó, a negrada tem que chegar até o doutorado. Não basta você chegar até a graduação dentro da universidade, não basta. Eu estou com dois casos recentes de duas mulheres negras que eu conheço. Uma delas, simplesmente, ela não defendeu. Ela perdeu o doutorado. Isso é uma perda coletiva. (SILVA; EUCLIDES, 2018, p. 53).

Ao analisar a extensão da hegemonia branca, é possível perceber que a população negra conseguiu – ainda que com dificuldades e com pouca presença – ascender ao espaço da pós-graduação. Porém cabe perceber que nos três níveis acadêmicos (doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional), há sub-representação da população negra nos corpos discente e docente. No âmbito docente, espaço de poder acadêmico, a ausência de negros é maior ou praticamente

⁴⁹ Os dados foram obtidos pelo autor da presente tese a partir da aferição de fenótipos (cabelo, nariz, boca e pele) da imagem do Currículo Lattes de cada discente (os que não tinham fotos foram procurados nas redes sociais e por *e-mail*). Além disso, foi enviado *e-mail*, via secretaria acadêmica das quatro instituições, informando sobre a pesquisa.

inexistente em alguns programas. Os dados demonstram a alta desigualdade racial nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, o que pode ser uma justificativa bem sustentada para a criação efetiva de políticas de ações afirmativas em outros níveis acadêmicos além da graduação.

4.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Criada em dezembro de 1960, com a denominação de Universidade de Santa Maria, a USM foi a primeira instituição de ensino federal concebida distante de uma capital brasileira. Nesse contexto de interiorização do ensino universitário público no Brasil, o Rio Grande do Sul teve o protagonismo ao contar com duas universidades federais.

Ao iniciar as atividades, a USM contava com a Faculdade de Farmácia, de Medicina, de Odontologia e o Instituto Eletrotécnico do Centro Politécnico. A Universidade foi federalizada em 1965 e passou a denominar-se Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Já em 1970, foi fundado o Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), representando uma referência em saúde para a região Central do Rio Grande do Sul. O hospital-escola tornou-se um local de acolhimento e de abrangência de 43 municípios e uma população de mais de um milhão de habitantes.

Somente em 2005, houve a expansão da UFSM para os municípios de Palmeira das Missões e Frederico Westphalen. Em 2013, consolidou-se a unidade de Cachoeira do Sul. Com isso, segundo o *site* da instituição,⁵⁰ a UFSM é a décima universidade do mundo em produção científica, acolhe 27 mil estudantes e tem 6 mil servidores, entre docentes e técnicos.

Referente ao ensino *stricto sensu*, após ter o projeto político-pedagógico do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria aprovado, o início das atividades do POSCOM ocorreu em 5 de março de 2006. Meia década depois, em 2011, o programa teve autorização para o curso de doutorado, que recebeu os primeiros pesquisadores em 2012.

Entre 2016 e 2019, o POSCOM estabeleceu um acordo de cooperação

⁵⁰ UFSM entre as 10 universidades do mundo com maior produção científica feita por mulheres.

UFSM, Santa Maria, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2020/01/15/ufsm-entre-as-10-universidades-do-mundo-com-maior-producao-cientifica-feita-por-mulheres/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

internacional com a Universidade Pedagógica de Moçambique (UP). Com foco em atividades de pesquisa, ensino e extensão, missões de estudo e missões de trabalho, o projeto já oportunizou estudos de brasileiros no país africano e vice-versa.

Nesse sentido, com conceito 5 na CAPES, a internacionalização também tem sido impulsionada pelo Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) da CAPES/CNPq. O programa concede bolsas de doutorado pleno, no Brasil, a professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior dos países com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia, visando ao aumento de qualificação necessária para que o estudante possa contribuir para o desenvolvimento do país de origem. Um professor da Universidade Pedagógica de Maputo e um professor da Escola Superior de Jornalismo de Moçambique cursaram a pós-graduação em Santa Maria.

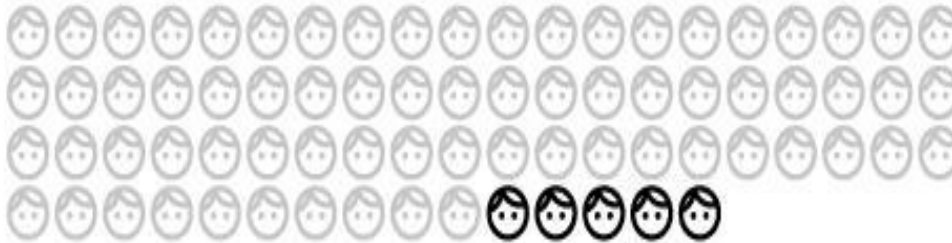
Embora ações afirmativas já sejam adotadas para o ingresso em alguns cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de universidades públicas, a UFSM optou por essa forma de ingresso no POSCOM somente em 2022 (para o edital de 2023). Como contribuição para a presente tese foi feita uma aferição, seguida de um questionário *online*, para verificar quantos são os estudantes negros brasileiros no curso de doutorado em Comunicação da UFSM. Entre 2015 e 2020, 75 estudantes iniciaram e/ou concluíram o doutorado. Destes, somente cinco são negros.⁵¹ Mesmo que seja um número ínfimo, a tendência, caso seja desejo deles, é que a presença de alunos negros no doutorado resulte em mais professores universitários negros no futuro. Dessa forma, poderá haver mais visibilidade para pesquisas, principalmente quando se falam de temas que dialogam com o bem-estar da população negra e com o combate ao racismo. No entanto é importante ressaltar que o negro não precisa pesquisar apenas essa temática. Pelo contrário, está apto a estudar o tema que decidir. Todavia a matrícula dele no ambiente acadêmico já é um ato de resistência.

⁵¹ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – CAMPUS SANTA MARIA. **Discentes**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/poscom/discentes>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Infográfico 7 – A cor dos doutorandos do POSCOM da UFSM

A cor dos doutorandos do POSCOM da UFSM

Entre 2015 e 2020, **setenta e cinco pesquisadores** iniciaram o doutorado, somente **cinco são negros**.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor da presente tese.

Com o mesmo método, verificou-se quantos são os professores negros que compõem o corpo docente da Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, em 2022. Dos 22 pesquisadores, dois são pretos/pardos,⁵² ambos professores visitantes, sendo que um é estrangeiro.⁵³ Os dados demonstram, em certa medida, que não basta apenas ser doutor, como todos os professores de pós-graduação. Para chegar à docência, tem que ter pontuação por publicação de artigo, vivência na sala de aula, entre tantos outros atributos, e esses recortes pesam sobre as pessoas negras, que geralmente entram na academia mais tarde e aliam trabalho ao estudo. Ou seja, demoram mais para ter o mesmo acúmulo de capital acadêmico que resulta em melhores oportunidades de emprego.

Infográfico 8 – A cor dos docentes do POSCOM da UFSM em 2022

A cor dos docentes do POSCOM da UFSM

Atualmente há **22 professores**, **dois são negros**.



Até julho de 2022, um docente negro atuava na Unisinus, agora integra o POSCOM da UFSM como professor visitante. Desde setembro de 2022, há um docente visitante estrangeiro vindo de Moçambique.
Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor da presente tese.

⁵² PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – CAMPUS SANTA MARIA. **Docentes**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/poscom/docentes>. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁵³ PAVANELLO, Alice. POSCOM recebe professor de Moçambique para desenvolver pesquisas em mídias digitais. **UFSM**, 5 out. 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/poscom/2022/10/05/poscom-recebe-professor-de-mocambique-para-desenvolver-pesquisas-em-midias-digitais%ef%bf%bc/> Acesso em: 15 jan. 2023.

Aliás, tendo em vista que a maior parte dos negros está nas camadas sociais mais pobres, esses estão sub-representados em quase todas as universidades do país.

4.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

A criação da Universidade de Porto Alegre (UPA) ocorreu em 1934 pelo então interventor federal no Estado, Flores da Cunha. Naquele momento, a instituição reunia Engenharia (incluindo Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial); Agronomia e Veterinária; Medicina (com Odontologia e Farmácia); Direito (com a Escola de Comércio); Faculdade de Educação, Ciências e Letras (que abrigava dez cursos); e Instituto de Belas Artes.

Em 1939, foi definido um local para a implantação da Cidade Universitária: uma área de 400 hectares localizada entre as avenidas Bento Gonçalves e Protásio Alves, em Porto Alegre. No entanto, conforme o *site* da instituição,⁵⁴ a história da UFRGS começa com a fundação da Escola de Farmácia e Química, em 1895 e, em seguida, da Escola de Engenharia. Assim, iniciava também a educação superior no Rio Grande do Sul. Ainda no século XIX, foram fundadas a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Faculdade de Direito que, em 1900, marcou o início dos cursos humanísticos no Estado.

Somente em 1947, a UPA foi denominada Universidade do Rio Grande do Sul, a URGS, incorporando as Faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. Porém, posteriormente, essas unidades foram fragmentadas com a criação da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade Federal de Santa Maria. Em dezembro de 1950, a Universidade foi federalizada, passando à esfera administrativa da União. A partir disso, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul passou a ocupar posição de destaque no cenário nacional como um dos maiores orçamentos do Estado do Rio Grande do Sul e como a primeira em publicações e a segunda em produção científica, entre as federais, considerando o número de professores.

Atualmente a UFRGS tem 5.432 servidores entre técnicos e professores do

⁵⁴ UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Histórico**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Ensino Superior e professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Na perspectiva do discente, entre graduação, pós-graduação, residência e educação básica, são quase 50 mil. A universidade conta com uma área de mais de 22 km², distribuídos em diversas regiões do Estado.

Presente com o mestrado em Comunicação e Informação na UFRGS desde 1995, o PPGCOM iniciou o doutoramento de pesquisadores uma década depois, em 2005. Porém, em 2019, tornou-se somente Programa de Pós-Graduação em Comunicação, já que foi criado o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Reconhecido nacionalmente e com conceito 5 na CAPES, o PPGCOM destaca-se com o Programa de Estímulo a Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-Graduação (PROMOB), o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) e o Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER), atualmente com a Universidade Federal do Amazonas.

Na UFRGS, desde 2019, a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação tem ações afirmativas para ingresso no mestrado e no doutorado. Com isso, há vagas específicas para candidatos autodeclarados negros, transexuais ou travestis. Munanga (2003, p. 47) insiste que as “ações afirmativas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devido à sua situação de vítima do racismo e outras formas de discriminação”.

Ao quantificar o número de doutores e doutorandos negros nos últimos seis anos, foram encontrados dez estudantes em um universo de 120 discentes que ingressaram para o doutoramento entre 2015 e 2020.⁵⁵ Como maior e principal universidade pública do Rio Grande do Sul, os números da UFRGS demonstram o abismo étnico na pós-graduação. Ainda assim, o fato de existirem negros que conseguiram romper a barreira e estarem em busca do doutoramento possibilita que outros pesquisadores saibam que não estão sozinhos na academia. Além disso, motiva novos ingressantes ao ensino *stricto sensu*.

⁵⁵ UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. **Egressos e suas pesquisas**. Disponível em: https://www.ufrgs.br/memorial-ppgcom/egressos_e_suas_pesq/. Acesso em: 15 jan. 2023.

Infográfico 9 – A cor dos doutorandos do PPGCOM da UFRGS

A cor dos doutorandos do PPGCOM da UFRGS

Entre 2015 e 2020, **cento e vinte pesquisadores** iniciaram o doutorado, mas somente **dez são negros**.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor da presente tese.

A universidade mais antiga do Estado também não tem nenhum professor negro no qualificado corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS, que tem conceito 5 na CAPES. Ao todo, são 22 profissionais credenciados.⁵⁶ A não presença de doutores negros no cargo de docentes pode causar reflexão, mas não surpresa. Afinal, estamos falando de centenas de anos de escravização e de abolição inconclusa. Nesse sentido, ainda há ausência de sujeitos negros em várias áreas, e essa não presença fica ainda mais evidente quando se refere ao maior título acadêmico, que é o doutorado. Também, por muito tempo, o ensino superior não foi algo que fez parte das expectativas de famílias negras no Brasil.

Infográfico 10 – A cor dos docentes do PPGCOM da UFRGS em 2022

A cor dos docentes do PPGCOM da UFRGS

Atualmente há **27 professores**, **nenhum é negro**.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor da presente tese.

4.4 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Fundada em março de 1931, sob o nome de Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) foi reconhecida como universidade em 1948. Em 1970, em razão da criação da

⁵⁶ UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. **Docentes**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgcom/docentes/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Faculdade de Medicina, houve a necessidade de construir um hospital-escola. A inauguração do Hospital São Lucas (HSL) ocorreu em outubro de 1976.

Primeira universidade criada pelos Irmãos Maristas no mundo, a PUCRS atualmente tem mais de 30 mil alunos, mil técnicos administrativos e dois mil docentes. Para impulsionar a titulação e a qualificação docente, em 1991, foi lançado o desafio Mil para Dois Mil. A meta era chegar ao ano 2000 com mil professores titulados mestres e/ou doutores, o objetivo foi atingido e ultrapassado.

A PUCRS é mantida, desde 1994, pela União Brasileira de Educação e Assistência (UBEA), entidade civil da Rede Marista. A Rede está presente em 16 cidades do Rio Grande do Sul, sete da Região Amazônica e em Brasília. Além da Universidade e do Hospital São Lucas, compreende também colégios e unidades sociais. Embora já tenha tido sede em Uruguaiana, a PUCRS tem campi Central, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e em Viamão, na Região Metropolitana.

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação, o PPGCOM da PUCRS, oferece formação nos níveis de mestrado, desde 1994, e de doutorado, a partir de 1999. Com conceito 6 na CAPES, o programa possui internacionalização consolidada com diversas instituições de ensino estrangeiras, inclusive, quase todo ano há um professor visitante de outro país que ministra seminários, o que simboliza uma marca da Escola de Comunicação, Artes e Design (Famecos) em termos de intercâmbio.

Em 2019, o PPGCOM comemorou 25 anos em uma jornada intitulada *Pesquisa e Internacionalização*, que visou a consolidar as relações de colaboração firmadas com grupos de parceiros nacionais e internacionais. Em relação aos intercâmbios nacionais, há destaque para um projeto de Doutorado Interinstitucional (DINTER) junto à Universidade Federal do Maranhão, que ocorreu entre 2012 e 2017, e um Programa Nacional de Cooperação Acadêmica com a Universidade de Brasília, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade de Sorocaba (2012-2015).

Outro ponto diferenciado do PPGCOM é a existência de Grupos de Estudos do corpo discente. Desde 2008, os alunos mantêm encontros regulares para tratar de temáticas escolhidas por eles dentro da perspectiva de cada grupo.

Atualmente com 12 docentes, no PPGCOM, há apenas um docente negro. De 2018 ao começo de 2022, havia uma professora negra no programa,⁵⁷ sendo que essa

⁵⁷ PUCRS. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. **Corpo Docente**. Disponível em: <https://www.pucrs.br/comunicacao/programa-de-pos-graduacao-em-comunicacao/corpo-docente/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

foi selecionada por meio do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES, que tem entre outros objetivos promover a inserção de pesquisadores brasileiros em estágio pós-doutoral, estimulando sua integração com projetos de pesquisa desenvolvidos pelos programas de pós-graduação no Brasil.

Estrutural e sistêmica, a desigualdade entre brancos e negros na sociedade brasileira persiste e fortalece a fragilidade de políticas. O antropólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP) Kabengele Munanga destaca que parte da mudança está na desconstrução do mito da superioridade branca e da inferioridade negra e ameríndia que atravessa todos os campos da educação, já que são reproduzidas e interiorizadas por toda a sociedade.⁵⁸

Infográfico 11 – A cor dos docentes do PPGCOM da PUCRS

A cor dos docentes do PPGCOM da PUCRS

Atualmente há **12 professores, e um é negro.**



Até março de 2022, uma docente negra atuava na PUCRS como colaboradora através do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD).

Desde agosto de 2022, há um professor negro no corpo docente permanente do programa.

Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor da presente tese.

Enquanto instituição de ensino superior comunitária, a PUCRS iniciou somente em 2021 (para ingresso em 2022) a reserva de vagas para negros, estrangeiros e indígenas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, e no processo seletivo de 2022 (para ingresso em 2023) garantia de bolsa para uma parcela dos cotistas. Nesse sentido, enquanto a única universidade não pública e com reserva de vagas, é importante trazer o pensamento de Martins (2004, p. 17), que revela dois grandes reflexos da escravização no país, o primeiro é o grande número da população de negros: “[...] hoje o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo perdendo apenas para a Nigéria”. A segunda parte, que resulta da escravização, é a desigualdade racial, propagada e transmitida há várias gerações:

As imensas desigualdades raciais observadas no Brasil [...] nada mais são do que o resultado das brutais desvantagens e exclusões originais geradas pelo regime escravista, transmitidas através das gerações, e realimentadas

⁵⁸ MILENA, Lilian. Kabengele Munanga, o antropólogo que desmistificou a democracia racial no Brasil. **Carta Maior**, [s. l.], 15 mai. 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Kabengele-Munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-Brasil/5/44091>. Acesso em: 15 jan. 2023.

cotidianamente pela ação de preconceitos e discriminações racistas, também originados no passado escravocrata, mas que continuam vivos e atuantes. Essas disparidades se manifestam sistematicamente em todos os aspectos da vida econômica e social do país, e em todas as regiões e unidades da federação brasileira. (MARTINS, 2004, p. 18).

No que tange à presença de discentes negros no curso de doutorado nos últimos seis anos, foram encontrados cinco em um universo de 95 acadêmicos.⁵⁹ A expectativa, ainda que tardia, é que a adoção de ações afirmativas auxilie na alteração da realidade das universidades e dos negros. Porém talvez não seja suficiente para reparar ou compensar efetivamente as desigualdades sociais resultantes de um legado histórico de exclusão social, de desigualdade estrutural e de racismo estrutural que ainda se perpetuam.

Infográfico 12 – A cor dos doutorandos do PPGCOM da PUCRS

A cor dos doutorandos do PPGCOM da PUCRS

Entre 2015 e 2020, **noventa e cinco discentes** iniciaram o doutorado, somente **cinco são negros**.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor da presente tese.

4.5 UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Mantida pela Associação Antônio Vieira (ASAV), a universidade tem 21 unidades de ensino e entidades de assistência no Brasil. A Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) foi fundada em 1969 e mais de 93 mil alunos foram diplomados. Com cerca de 23 mil alunos matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação das modalidades de ensino presencial, híbrido e a distância (EAD), possui 1,5 mil professores contratados e cerca de mil técnicos administrativos.

Em 2015, a UNISINOS iniciou a construção do Campus Porto Alegre, que teve a inauguração em 2016. Além de São Leopoldo e Porto Alegre, a instituição está presente nas cidades de Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas,

⁵⁹ PUCRS. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. **Alunos**. Disponível em: <https://www.pucrs.br/comunicacao/programa-de-pos-graduacao-em-comunicacao/informacoes-adicionais/alunos/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Caxias do Sul, Estrela, Montenegro, Passo Fundo, Santa Maria e Taquara. O Parque Tecnológico São Leopoldo fomenta novas economias e auxilia no desenvolvimento sustentável da região, gerando cerca de 8 mil empregos diretos.

De acordo com informações do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCC), o mestrado foi criado em setembro de 1993 e implementado em maio de 1994. Em junho de 1998, o doutorado foi aprovado pelo Conselho Universitário da UNISINOS e implementado no ano seguinte.

As avaliações trienais (2010-2012) e quadrienais (2013-2016) posicionaram o PPGCC com nota 6, traduzindo o pioneirismo do Programa na área, não apenas como um dos primeiros programas de Comunicação (junto com a PUCRS) no Rio Grande do Sul, mas também vanguardista nesse patamar no país. Ao todo, aproximadamente, 480 pesquisadores já passaram pelo programa de pós-graduação. Entre eles, alunos de Angola e Moçambique. Alguns dentro do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação, que tenta estimular a formação de quadros entre países parceiros, em especial onde a formação da pós-graduação é mais restrita. Outros são alunos que já estão no Brasil e que optaram pela instituição.

Ao completar 25 anos de existência, em 2019, houve o início de uma nova etapa de amadurecimento do programa, principalmente a partir do ingresso no Programa Institucional de Internacionalização (CAPES – PrInt). Com isso, ampliaram-se as parcerias e a inserção no cenário internacional, também com a oferta de disciplinas em língua inglesa, a realização de atividades integradas entre Programa de Pós-Graduação e grupos de pesquisa. Nesse mesmo período, ampliaram-se as ações junto à Faculdade do Vale do Rio Doce (FADIVALE), da região de Governador Valadares, em Minas Gerais, com as qualificações dos discentes do doutorado na interface Direito e Comunicação.

Como contribuição para a presente tese, por meio dos critérios já mencionados, foi verificado que, entre 2015 e 2020, dos 110 discentes que iniciaram o doutorado, somente dez são negros.⁶⁰ De forma ampla, as universidades são ocupadas por uma maioria de pessoas brancas, incluindo o corpo docente, discente e gestor. E isso não ocorre ao acaso, as instituições são um reflexo da sociedade, e essa é discriminatória. Isso torna o acesso dos negros a universidades, pós-graduação e empresas ainda mais difícil.

⁶⁰ UNISINOS. **Doutorado Acadêmico**. Disponível em: <https://www.unisinós.br/pos/doutorado-academico/comunicacao/presencial/sao-leopoldo>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Infográfico 13 – A cor dos doutorandos do PPGCC da UNISINOS

A cor dos doutorandos do PPGCC da UNISINOS

Entre 2015 e 2020, **centro e dez discentes** iniciaram o doutorado, somente **dez são negros**.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor da presente tese.

Com esse mesmo viés, observou-se que atualmente há 13 professores ministrando aulas e orientando alunos na pós da UNISINOS.⁶¹ Até metade de 2022, havia um docente negro atuando no programa. Porém a instituição decidiu encerrar, pelo menos, 12 cursos de mestrado e doutorado, entre eles o da Comunicação. Nesse período, o único docente afro foi demitido. Em nota oficial, a universidade justificou a descontinuidade alegando crise econômica, motivada pela pandemia da covid-19, e pela redução nas matrículas e no financiamento público no ensino superior em todo o país.

Infográfico 14 – A cor dos docentes do PPGCC da UNISINOS em 2022

A cor dos docentes do PPGCC da UNISINOS

Atualmente há **15 professores**, somente **um é negro**.



Fonte: Pesquisa elaborada pelo autor da presente tese.

Ainda que atuasse na vanguarda da docência negra, de forma antagônica, o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da UNISINOS não tem e não terá ações afirmativas. Ecoa o discurso da ativista e filósofa negra Ângela Davis (2016, p. 75): “Numa sociedade racista, não adianta não ser racista, nós devemos ser antirracistas”. Nesse sentido, ser antirracista é ir além de denunciar o crime de racismo ou a injúria racial, é bem mais que simplesmente não ser racista. É observar com senso crítico; ser agente de mudança. Por isso, a prática antirracista leva à criação de medidas de enfrentamento estrutural e institucional ao racismo.

⁶¹ Ibidem.

5 AFRONARRATIVAS PARA TECER SABERES E CONECTAR TRAJETÓRIAS

Como já visto, as estatísticas revelam que a miséria, a fome, a falta de acesso ao ensino e o grupo prioritário para a violência policial têm a cor da pele negra. Isso se deve à marca do racismo, que por trás do discurso de igualdade escrito nas leis, há a realidade, muitas vezes, maquiada ou invisibilizada dos povos minorizados. Segundo Sodré (2005), na contemporaneidade, grupos minoritários são aqueles que lutam contra os dispositivos dominantes. O autor ainda sustenta que minoria não é, dessa forma, uma fusão mobilizadora, como massa ou a multidão ou ainda um grupo, mas “principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica”. (SODRÉ, 2005, p. 11). Para ele, uma minoria luta pela redução do poder majoritário, mas, em princípio, sem o objetivo de tomada de poder pelas armas. “Nas tecnodemocracias ocidentais, a mídia é um dos principais territórios desta luta.” (SODRÉ, 2005, n. p.). O referido autor também aponta que “na democracia diz-se que predomina a vontade da maioria. É verdade, mas é um argumento quantitativo. Qualitativamente, democracia é um regime de minorias, porque só na democracia a minoria pode se fazer ouvir.” (SODRÉ, 2005, p. 11).

Aliás, utilizamos o conceito de minoria no sentido proposto por Sodré (2005, p. 12). Ele “refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidos com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social [...]”. O autor ainda destaca que o que move uma minoria é o impulso de transformação, portanto, significa uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica.

A partir da escrita de histórias de vida de doutorandos negros e doutorandas negras, este capítulo propõe entrelaçar o tripé que compõe a tese: raça, educação e comunicação. Para isso, recorreremos ao conceito de “escrevivências”, de autoria da escritora Conceição Evaristo, como método de investigação que mescla vivência com o relato de memórias. Os sujeitos desta pesquisa lançam olhares sobre as próprias experiências e relatam fragmentos da trajetória que cruzam os caminhos do pertencimento étnico, comunicacional e educacional.

[A escrevivência] seria escrever a escrita dessa vivência de mulher negra na sociedade brasileira. Eu acho muito difícil a subjetividade de qualquer escritor ou escritora não contaminar a sua escrita. De certa forma, todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções. A minha escrevivência e a

escrevivência de autoria de mulheres negras se dá contaminada pela nossa condição de mulher negra na sociedade brasileira. Toda minha escrita é contaminada por essa condição. É isso que formata e sustenta o que estou chamando de escrevivência. (EVARISTO, 2005, p. 36).

Ao todo, são quatro doutores que já concluíram o doutorado em Comunicação ou estão em processo de doutoramento nos quatro programas de pós-graduação do Estado. Ou seja, pessoas que já vivenciaram todo o processo e outras que estão trilhando o caminho em busca de titulação. A proposta é relatar como eles chegaram ao ensino *strictu sensu* e verificar se as trajetórias deles se cruzam ou se afastam.

A história das negras e dos negros no Brasil passa por um sistema de forças coloniais que caracterizam a constituição identitária do país, porém, por muito tempo, ocuparam uma posição subalternizada em relação às narrativas sobre conhecimento, principalmente quando analisada a produção intelectual. Daí a necessidade de potencializar essas vozes por meio desta pesquisa. Torna-se importante relatar que para contar essas histórias e preservar a confidencialidade dos participantes da pesquisa, foram utilizados, no lugar dos nomes reais, identidades de personalidades negras importantes e que nem sempre receberam o devido valor. Além disso, a referência aos locais onde essas pessoas fizeram a graduação e a pós também está alterada ou não informada com exatidão.

Djamila Ribeiro explica no livro *O que é lugar de fala?* Que, ao longo dos anos, historicamente, a constituição de uma classificação racial da sociedade – a partir de uma suposta superioridade branca e europeia – desdobrou-se em um privilégio epistêmico da ciência branca, eurocêntrica, moderna e ocidental, e praticamente somente ela era considerada como um conhecimento legítimo.

No entanto, considerando a associação entre “privilégio social” e “privilégio epistêmico”, diferente do tempo no qual se silenciou e produziu como inexistentes outras formas de saber e uma infinidade de experiência social (RIBEIRO, 2017, p. 16), há a categoria lugar de fala que possibilita reconhecer que coexistem simultaneamente “diferentes pontos de análise”, distintas perspectivas para perceber a realidade, e que essa multiplicidade foi historicamente desconsiderada. (RIBEIRO, 2017, p. 34).

E é ancorada nos conceitos de lugar de fala e escrevivência que esta tese tenta subverter (ou criar novos caminhos para) a lógica da NBR 6022/2003 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que recomenda que as entrevistas, consideradas como apêndice, ou seja, “texto ou documento, elaborado pelo autor, a

fim de complementar a argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho”, sejam inseridas no final do trabalho. (ABNT, 2003, p. 2). Porém as entrevistas que seguem não são complementares. Pelo contrário, são essenciais à tese, precisam e merecem posição de destaque e, por isso, estarão no corpo da pesquisa. Tendo em vista que há muitos números e estatísticas nos outros capítulos, acreditamos que pesquisar dados é falar de pessoas, porém os numerais precisam ser humanizados. Assim, os próximos capítulos, que são o coração da tese, buscam eternizar relatos sistematizados dos poucos negros que passaram pelo doutoramento em Comunicação entre 2015 e 2020 no Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, lugar de fala não deslegitima outros discursos, pelo contrário, é a partir do reconhecimento da pluralidade que poderemos entender que eles são produzidos a partir de realidades pontuais dos grupos sociais. Todos têm espaço, mas isso não significa que todos têm acesso a espaços discursivos privilegiados ou que possam ser ouvidos. E uma vez que tais grupos não são ouvidos, eles passam a não existir. Assim, as afronarrativas têm a expectativa e o intuito de impulsionar discursos silenciados e visibilizar as premissas não ditas.

Lugar de fala não é, na visão da autora, uma questão individual, mas sim estrutural [...] não se trata de reconhecer as vivências específicas de indivíduos como legitimadoras de todo ou qualquer discurso que se vincule às suas particularidades [...] a ideia de lugar de fala é importante quando se considera que grupos sociais independentemente dos indivíduos que os integram passam por certas vivências comuns (mesmo quando não queiram ou as neguem), o que é relevante para a forma pela qual contribuem com a reflexão, a crítica e a construção de saberes. (CORBO, 2018, p. 249).

Por fim, antes da leitura dos protagonistas desta tese, recordamos a frase “nossos passos vêm de longe”, utilizada por Jurema Werneck no artigo *Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo*.⁶² A citação tornou-se um lema da resistência negra para entender os homens e as mulheres do passado e criar uma perspectiva do presente, empoderar quem trilhou caminhos anteriores e estimular novos percursos. Nesse sentido, cabe a reflexão para não padronizarmos as jornadas das pessoas pretas, tendo em vista a singularidade de cada ser, mas percebemos que há entraves cotidianos que os negros passam, pois a cor da pele precede títulos, rendas e marcas.

⁶² WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/303>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Ou seja, independente do cargo, a raça prevalece sobre a competência.

Com o fio condutor sustentado pelas camadas raça, educação e comunicação, poderemos refletir sobre a (in)visibilidade dos doutorandos negros brasileiros nos programas de pós-graduação em Comunicação do Rio Grande do Sul. Afinal, será que em razão do número reduzido, eles conseguem aquilombar-se⁶³ e fortalecer-se? Os avanços, as conquistas, os medos, as limitações, os enfrentamentos vivenciados por eles compõem histórias cruzadas?

⁶³ Aquilombar é unir pessoas, pensamentos, ideais e ações para resistir. É lutar pela busca incessante de reconhecimento social que pode, de fato, efetivar a coletividade na sociedade brasileira em toda sua diversidade.

6 LUÍS GAMA: NEGRITUDE, IDENTIDADE E REPRESENTATIVIDADE NA COMUNICAÇÃO

Assumir a identidade negra pode ser um processo complexo, difícil e demorado. Conceição Evaristo (2010) escreve que a construção identitária necessita do apoio de imagens positivas. No caso das pessoas que não são negras, esses exemplos se encontram de forma natural e constante na sociedade. No entanto o mesmo estímulo não ocorre em relação à população negra.

A elite “pensante” do país tinha clara consciência de que o processo de miscigenação, ao anular a superioridade numérica do negro e ao alienar seus descendentes mestiços graças à ideologia de branqueamento, ia evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países, de um lado e, por outro lado, garantir o comando do país ao segmento branco. (MUNANGA, 1999, p. 78).

Munanga (1999) elucida que a elite intelectual incentivou o processo de clareamento no Brasil para benefício próprio. Na concepção equivocada desse grupo, a melhoria dos genes na população do Brasil exterminaria grande parte das características culturais e físicas dos povos africanos e indígenas, valorizando os aspectos europeus.

[...] no processo de construção da identidade coletiva negra, é preciso resgatar sua história e autenticidade, desconstruindo a memória de uma história negativa que se encontra na historiografia colonial ainda presente em “nosso” imaginário coletivo e reconstruindo uma verdadeira história positiva capaz de resgatar sua plena humanidade e autoestima destruída pela ideologia racista presente na historiografia colonial. (MUNANGA, 2012, p. 10).

Assim como para Luís Gama, nome fictício para um dos sujeitos desta tese, que terá a trajetória contada no próximo subcapítulo, muitas pessoas se reconheceram como negras durante o ensino superior. Talvez porque anteriormente estavam imersas em um ambiente onde eram a maioria, como é o caso de algumas escolas públicas, ou por não terem sido questionadas sobre a própria origem e até mesmo por não perceberem atos discriminatórios.

Sentir-se pertencente a um espaço pode dar sentido a uma trajetória. Durante conversas para construção desta tese, não foram poucas as pessoas que confidenciaram a dificuldade de reafirmar a própria identidade por meio da negritude na universidade, de modo especial na graduação, mas também na pós-graduação. Conforme relatos, por vezes, foi necessário se anular para não sucumbir.

Entre as escutas realizadas para esta pesquisa, mais de um entrevistado

confessou que se sentiu sozinho para fazer trabalhos em grupo, indicar temas que tinham relação com grupos minorizados e até mesmo questionar conceitos étnicos trazidos pelos professores. Essa mesma perspectiva ocorreu também no mercado de trabalho, onde quando não era o único comunicador negro, por haver poucos profissionais pretos, quase todos em função de menor capital social, também não via abertura para propor pautas étnicas ou com um olhar antirracista.

A identidade do negro brasileiro, em sua maioria, foi e é construída sob o discurso da mestiçagem, que buscou comprovar cientificamente a inferioridade do africano e do descendente, e tentou exaltar a predominância de características europeias. Em ambas as perspectivas, a face do racismo está presente, ainda que de forma silenciosa. Em primeira análise, o motivo é evidente: a desvalorização dos traços negroides, em contraponto à exaltação das características fenotípicas do homem não negro.

Há pessoas que possuem características negras, mas, por vezes, negam esses traços. Geralmente esse desejo de distanciamento pode ocorrer em razão de a identidade carregar a condição da escravização e o estigma de ter sido um objeto de uso para o trabalho ou por ser considerado algo não humano, coisificado (SILVA, 2017). O termo identidade carrega dimensões sociais, pessoais e coletivas. Ou seja, o indivíduo é construído de acordo com a inserção em determinado grupo. Gomes (2003, p. 41), nesse sentido, sinaliza “A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais”.

Quando o indivíduo se autodeclara negro, ou é lido socialmente como tal, ele tem a possibilidade de perceber e compreender o pertencimento que essa afirmação carrega. Logo, a construção e o fortalecimento da identidade são permeados pelas relações dos indivíduos dentro do grupo. Podemos destacar que são necessárias possibilidades que oportunizem ao sujeito essa construção e essa afirmação. Como expõe Munanga (2012, p. 12):

[...] esta identidade passa, em seu processo de construção, pela cor da pele. O que significaria que essa identidade tem a ver com a tomada de consciência da diferença biológica entre “Branços” e “Negros”, “Amarelos” e “Negros” enquanto grupos. É importante frisar que a negritude, embora tenha sua origem na cor da pele negra, não é essencialmente de ordem biológica. [...] ou a identidade negra se refere à história comum que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros.

A ideologia do branqueamento influenciou a construção da identidade do povo

brasileiro, negando a existência da herança de outros povos, principalmente do africano, na composição dessa identidade. A população negra é lembrada geralmente de forma folclorizada ou estereotipada.

Diante dessa realidade, ressaltam-se os desafios que o negro enfrenta para ressignificar ou afirmar sua identidade. Segundo Santos e Silva (2005, p. 40), “o processo de fortalecimento da identidade racial brasileira é uma possibilidade de enfrentamento da discriminação racial”. Esses confrontos fazem parte do cotidiano do negro em todos os aspectos: sociais, culturais e econômicos. Dessa forma, é preciso levar em consideração questões sociais, políticas, étnicas, individuais e coletivas que influenciam a construção ou o fortalecimento da identidade de cada pessoa.

[...] não é preciso uma longa análise hermenêutica para constatar que nos principais meios de comunicação de massa os negros ainda continuam sendo associados a antigos estereótipos como a “mulata sensual”, o “bandido” ou o “negro malandro”; e as profissões consideradas socialmente inferiores, como empregadas domésticas e jardineiros. Nas campanhas publicitárias são raros os rostos de pele escura. (LADEIRA, 2014, n. p.).

No Brasil, há expressões que são usadas para disfarçar a condição étnico-racial da população negra, como se fosse ofensivo se referir a alguém como negro ou preto. Por exemplo: “marrom bombom”, “moreno claro”, “moreno escuro”, “cor do pecado”, “escurinho e canela”, por exemplo. Munanga (1999) reflete que esses termos demonstram o quanto os brasileiros fogem da própria identidade para se aproximar do modelo estabelecido por séculos como superior: o homem branco. Ou seja, cria-se um eufemismo para branquear o conteúdo identificatório.

O mito de democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. (MUNANGA, 2004, p. 89).

Gomes (2012) sustenta que os processos de identificação se constroem, de forma gradual, ainda nas primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no caso a família, e, também, em toda as outras conexões. Nessa lógica, a autora defende a importância de papéis identificatórios positivos, durante o desenvolvimento, incluindo a fase estudantil e acadêmica. Para ela, a construção não negativa da identidade preta é um desafio a ser enfrentado pelos negros brasileiros, uma vez que a história por séculos incutiu ao negro que, para ser aceito, era preciso

negar-se a si mesmo.

O ambiente acadêmico deve ser um facilitador do encontro e referenciais agregadores para os negros. Vergne *et al.* (2015) afirmam que, muitas vezes, no processo identificatório, o negro adota uma identidade, um modelo que não é compatível com o próprio corpo, etnia e história.

A violência racista do branco é exercida, antes de tudo, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização forçada e brutal dos valores e ideais do branco é obrigado a adotar para si modelos incompatíveis com seu próprio corpo – o fetiche do branco, da brancura. (VERGNE *et al.*, 2015, p. 526).

Como já relatado, a história da população negra no Brasil é marcada pela ação do colonizador. Segundo Mignolo (2003, p. 40), “o entendimento da colonialidade do poder pressupõe a diferença colonial como sua condição de possibilidade e como aquilo que legitima a subalternização do conhecimento e a subjugação dos povos”. Muitas vezes, se relaciona o negro com o inferiorizado, reforçando estereótipos que classificam negativamente essa população

É importante contextualizar que essa herança do passado escravocrata permeia as relações sociais. Isso leva o sujeito negro a construir a própria identidade em meio a muitos conflitos identitários. As características físicas do negro, principalmente a cor da pele, o formato do nariz e da boca e a textura dos cabelos são aspectos que, para muitos, legitimam o racismo, o preconceito e a discriminação.

Ainda hoje, os valores não negros predominam na sociedade brasileira, e aquilo que não se enquadra nisso é rechaçado. Munanga (2012, p. 6) sinaliza que: “além da identidade nacional brasileira, que reúne a todas e todos, estamos atravessados por outras identidades de classe, sexo, religião, etnias, gênero, idade, raça, etc., cuja expressão depende do contexto relacional”. Diante dessa situação, percebe-se que quanto mais próximo das características do branco, o negro tem mais chance de não sofrer preconceito racial. Nogueira (2006, p. 292) resume essa questão:

O preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.

A comunicação tem um papel bem demarcado na reprodução das relações raciais no Brasil. Por meio dela, seja no cinema, televisão, internet, imprensa ou propaganda, há uma grande ferramenta na formação da opinião pública e um papel

determinante na organização social, podendo influenciar comportamentos culturais e valores.

Seja na composição das equipes que fazem a comunicação ou no conteúdo criado por elas, as práticas segregadoras nem sempre são manifestadas pelo ódio explícito à diferença étnica. Pode-se dizer que essas práticas são acionadas, geralmente, de modo automatizado, naturalizado e quase silencioso. De qualquer forma, seja pelo motivo que for, ao não dar visibilidade à verdadeira composição racial brasileira e reforçar estereótipos que limitam pessoas negras a um espectro de características negativas, a mídia acaba fortalecendo o aumento da invisibilidade dessa parcela da população.

Os negros foram calados e tornados objetos de trabalho no período escravocrata. O silenciamento se manteve durante todo o século XX e continua nos dias de hoje, em que são retratados sob o ponto de vista daqueles que procuraram e insistem em minimizar a realidade do povo negro brasileiro. Na prática, mesmo com as conquistas atuais que resultam das lutas dos movimentos negros, a população negra ainda é sub-representada. Há por trás do conceito de “democracia racial” um mito cruel que imputa à população negra a condição social de extrema vulnerabilidade vivenciada pela maioria. Essa perspectiva desconsidera os fatores histórico-sociais impostos pelo período escravocrata e pós-abolição, além de tirar a responsabilidade do Estado e dos que se beneficiaram com essa prática.

Ao escutar os relatos de pessoas pretas que estão na universidade, confirma-se que a desigualdade de oportunidades existente entre as populações branca e não branca comprometem os segmentos da sociedade brasileira. Essas assimetrias também se reproduzem no campo da comunicação. Porém o racismo no ambiente acadêmico não está apenas vinculado à pouca presença ou ausência de pesquisadores negros. Essa chaga pode ser percebida, por exemplo, na produção científica atual, quando não há dados sobre raça/cor.

Aliás, Almeida (2018, p. 47) destaca que: “Pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais. Nesse sentido, podemos dizer que é o racismo que cria a raça e os sujeitos racializados.” Essa perspectiva, é possível dizer, foi criada para legitimar a escravização por meio de justificativas biológicas ou culturais que serviam para explicar a desumanização delas. Em contrapartida a não racialização de pessoas brancas concedeu a elas o *status* de ser humano.

Na mesma obra, Almeida (2018, p. 86) avalia que ter um negro no ambiente,

seja universitário ou no mercado de trabalho, não significa diversidade. Para ele, “A representatividade é sempre institucional e não estrutural, de tal sorte que a representatividade exercida por pessoas negras, por exemplo, não significa que os negros estejam no poder.”

Uma pessoa sozinha representa pouco e mal um determinado grupo. Sobre ela, como única, recaem todas as expectativas de representação. [...] Assim, essa pessoa é, muitas vezes, convidada a falar em nome de negros(as), a dar sua opinião sobre qualquer episódio de racismo, a explicar termos, conceitos, temas que supostamente interessariam somente a pessoas negras – como se o racismo não fosse uma questão estrutural que envolve todas as pessoas com privilégio para algumas (as brancas) e desvantagens exatamente para as negras, aquelas que são constantemente convidadas a tratar do assunto. (CORRÊA; BERNARDES, 2019, p. 209).

O autor ainda reflete o efeito contrário que pode ser ocasionado pela representatividade artificial, que se dá quando a presença de um negro único é pretexto para minimizar as demandas dos movimentos negros por espaços. Segundo Almeida (2018), tal situação pode ser percebida quando se cria uma falsa sensação de que o racismo deixou de ser um problema. No entanto ter o único preto em uma instituição e ele ser usado como escudo, sobrecarrega o sujeito e coloca responsabilidades complexas e injustas. “[...] a representatividade de minorias em empresas privadas, partidos políticos, instituições governamentais não é, nem de longe, o sinal de que o racismo e/ou o sexismo estão sendo ou foram eliminados”. (ALMEIDA, 2018, p. 86).

O Brasil, embora seja o país com maior população negra fora do continente africano, não é um lugar saudável para as pessoas negras. Cotidianamente, as pessoas brancas submetem os pretos e pardos a exames moral, intelectual e profissional. Duvidam das nossas capacidades e, ainda que apresentemos inúmeras qualidades, não abandonam os preconceitos e continuam baseando as opiniões em estereótipos racistas.

Exemplo disso foi reforçado na mídia gaúcha em 2019, quando o apresentador do programa Bom Dia, da Rádio Guaíba, Rogério Mendelski protagonizou um caso de racismo contra fenótipo negro no Brasil.⁶⁴ O jornalista, que tem extensa bagagem no meio radiofônico, criticou a maneira constante que era abordado o tema sobre a morte

⁶⁴ GOMES, Luís. Mendelski faz declaração racista sobre Marielle no ar; diretor da ‘Guaíba’ pede desculpas. Sul21, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/11/mendelski-faz-declaracao-racista-sobre-marielle-no-ar-diretor-da-guaiba-pede-desculpas>. Acesso em: 15 jan. 2023.

da vereadora Marielle Franco.⁶⁵ Não fosse suficiente, comentou sobre o desprezo que sente pelos que carregam traços negros. “Já que se fala tanto na Marielle. Agora virou até moda o cabelo da Marielle, o que tenho visto de pessoas com aquele cabelo horroroso... cabelo feio”.

Confirmando a praxe de não se desculpar, mas tentar inverter a lógica, o funcionário do Grupo Record minimizou o fato “não pude terminar [o comentário]. Eu iria dizer que eu gosto – e muito – de cabelos soltos e crespos. Para mim, a Marielle ficava muito mais bonita de cabelos soltos”, argumentou ao finalizar com a seguinte frase: “Sempre que posso e surge uma oportunidade eu faço elogios a mulheres que tem cabelos crespos (afros, louras, morenas, ruivas, etc.).”

A emissora, que possui uma concessão pública para manter a rádio no ar, emitiu nota informando que repudia todo e qualquer tipo de comentário de conteúdo preconceituoso e pediu desculpas à família de Marielle e a toda a comunidade atingida pelo fato. “A opinião dos comentaristas e apresentadores não representa a opinião da empresa. Esta será apresentada em editoriais quando necessário”. Porém nada foi feito e o apresentador não sofreu qualquer punição ou advertência.

O imaginário não é um território colonizado. Ao contrário, é essa área de resistência inconsciente onde tudo se ressignifica e ganha dimensão própria, alterando projetos, interrompendo fluxos, frustrando expectativas e possibilitando o ponto de fuga. Pode-se dizer, como uma hipótese provocativa, que o imaginário marca a derrota de toda colonização. É nele que a autonomia se exerce como uma insubordinação ontológica. (SILVA; SILVA; GUTFREIND, 2020, p. 210).

Nesse processo que, essencialmente, marginaliza a cultura negra, tal qual Luís Gama, que teve sua capacidade questionada, como se passar em um processo seletivo para o doutorado com cotas fosse um demérito e não uma reparação, somos condicionados a aderir à cultura dominante, e, também, a sentir vergonha da própria identidade. É indispensável desconstruirmos as imagens negativas, introjetadas no imaginário social, e trabalharmos na massificação da consciência racial.

⁶⁵ FREIRE, Tâmara. Assassinato de Marielle Franco completa quatro anos neste 14 de março. **Rádio Agência Nacional**, 14 mar. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2022-03/assassinato-de-marielle-franco-completa-quatro-anos-nesta-segunda>. Acesso em: 15 jan. 2023.

6.1 TORNEI-ME NEGRO TARDIAMENTE

Foto 1 – Luís Gama



Fonte: Reprodução/Fundo Correio da Manhã

Construir ou reconhecer a própria identidade pode ser um processo longo, talvez doloroso e geralmente ocorre a partir de uma imposição alheia. Situação semelhante ocorreu com Luís Gama,⁶⁶ primeiro integrante da família que concluiu o ensino superior, que passou pelo processo de tomada de consciência étnica durante a faculdade. O doutorando em Comunicação conta que ao preencher uma pesquisa do Censo ficou em dúvida sobre a qual raça ele pertencia. O questionamento ficou ainda mais forte quando o único professor negro que teve durante toda a graduação perguntou se ele não se reconhecia como negro.

“As lembranças que eu tenho da infância e adolescência era eu me mostrando contrário a manifestações de preconceito e discriminação racial, mas não me identificando como pessoa negra. Nem, pelo menos na minha fala, como pessoa branca. Aí entra a problemática da mestiçagem, da autodeclaração, da tomada de consciência da negritude, mas eu não tinha nem experiência de vida, nem vivência, nem arcabouço teórico, nem pares para conversar a respeito disso.”⁶⁷

Em uma nação em que a defesa da meritocracia é subterfúgio para naturalizar as desigualdades raciais, ser negro ou tornar-se negro não é algo instantâneo, pois há um alto preço para tentar driblar as barreiras impostas pela violência racista. Além disso, a história hegemônica tenta cotidianamente aniquilar essa população da construção social, silencia autores e intelectuais negros, promove o colonialismo, acentua o apagamento epistêmico e joga luzes apenas para os horizontes europeus, estendendo-se, no máximo, à América do Norte.

Ao longo dos anos, foi instituído, de forma conveniente, que o lugar social do negro, no imaginário e nas relações sociais, está na perspectiva da inferioridade, na qual se apaga qualquer traço intelectual, para manter o destino social de servir,

⁶⁶ Luís Gama foi uma importante personalidade negra do Brasil na segunda metade do século XIX. Jornalista e rábula (advogado sem formação) de destaque, usou suas posições para denunciar e combater o racismo, além de ter sido adepto do movimento abolicionista, ajudando a libertar mais de 500 negros escravizados.

⁶⁷ Trecho de entrevista realizada pelo autor da presente tese em 2021.

justificando, assim, a subserviência no mercado de trabalho, do estudo e na participação social do Brasil. Há um laço social que atualiza e mantém a lógica escravagista de controle social, com efeitos danosos na vida da população negra.

A negritude no Brasil é atravessada pela experiência da escravização, que marca, há séculos, o lugar de inferioridade diante do branco. Ou seja, o nascer das pessoas negras neste país é envolto em relações raciais. Ainda que muitos de nós, negros, tenhamos consciência que grande parte da condição de sofrimento social é causada pelo racismo, mesmo que involuntariamente, os ideais dos brancos se sobressaem e influenciam nossa vida. São construções bem alinhadas com a discriminação e o preconceito que resultam em parâmetro de beleza, moral e sabedoria científica.

Neusa Souza (1983) nos ensina que ser negro é um vir a ser, e não é uma condição dada *a priori*. Portanto, é necessário entender a história contada pelos brancos e o que é repassado aos negros. Não por acaso, não foram os pretos e os pardos que criaram o nazismo, o stalinismo, a escravidão, o colonialismo, o imperialismo, o antissemitismo e tantas outras formas de opressão. Os negros são atingidos pelo mal construído pela branquitude.

Ao colar grau em Jornalismo, em uma universidade privada, e ter feito na sequência o mestrado, em uma instituição pública, ele percebeu a diferença entre os dois locais e teve dificuldades de ambientação. No entanto superar a timidez, encaixar-se na metodologia do programa de pós-graduação, interagir com colegas e criar elos com docentes não trouxe tantas marcas quanto o questionamento de uma pessoa sobre se a presença dele na pós *strictu sensu* havia sido facilitada pelas cotas: “Apesar de parecer inteligente, você teria sido beneficiado pela reserva de vagas das ações afirmativas?”.

A pergunta, maquiada de elogio, trouxe surpresa, silêncio e indignação. “O ingresso via cotas não desabona em nada a trajetória do pós-graduando e da pós-graduanda, nem indica que teria uma capacidade intelectual inferior em função disso, ou que deveria se envergonhar”, avaliou Gama.

Entre as boas lembranças do tempo da graduação, e que ecoam até hoje em sua formação, está o fato de ter tido um professor negro que, além de ministrar algumas cadeiras, o orientou no primeiro estágio dentro da universidade e, também, na monografia. Luís conta que a representatividade e a identificação fizeram toda a diferença. Além disso, nas disciplinas de Teorias do Jornalismo, Redação e Teorias

da Comunicação, as questões raciais estavam presentes de forma transversal e isso o motivou a estudar mais a temática e, quem sabe, após o doutorado, também poderá tornar-se um professor com um olhar mais sensível e prático direcionado aos direitos humanos.

“E eu entendo que é perfeitamente possível conciliar o ensino de teorias da Comunicação, do Jornalismo, de saberes teóricos, metodológicos, práticos relacionados à profissão jornalística e a contribuição na formação não só de novos profissionais, mas também de bons cidadãos, capacitados para abordar esses temas quando tomarem diferentes fatos e acontecimentos como objetos do seu trabalho no mercado e que, inclusive, o ensino relacionado a essas questões está previsto por lei.”⁶⁸

De olho no futuro, e feliz com o percurso do doutorado, no qual está pesquisando assuntos étnicos e sendo orientado por um docente preto, Luís almeja, cada vez mais, afirmar-se como pessoa negra para que outras pessoas, assim como foi com ele, tenham interesse em ingressar no ensino superior e na pesquisa. “O ingresso e a presença de negros e a abordagem do tema, é muito recente, muito incipiente. É muito difícil, para as pessoas negras, a permanência na graduação, pois é o grupo que tem os maiores índices de evasão”.

A seguir, confira a entrevista com Luís Gama, cujo nome verdadeiro e outros dados foram alterados para preservar sua identidade, conforme orientado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Entrevistador: Para começar, qual a tua idade, onde tu moras, onde te formaste?

Luís Gama: Tenho 28 anos, nasci em Porto Alegre, mas vivi a maior parte da minha vida em Gravataí, e agora, no início da pandemia, me mudei para Sapucaia do Sul, e estou vivendo com a minha esposa e o nosso filho. Meu filho tem cinco anos. No Ensino Fundamental e Ensino Médio, estudei em escolas públicas de Gravataí. Primeiro numa escola municipal, a Escola Alberto Pasqualini, depois no Colégio Anita Garibaldi, no bairro onde eu morava, Morada do Vale II – Gravataí. A graduação, eu fiz em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo, em uma universidade particular.

⁶⁸ Trecho de entrevista realizada pelo autor da presente tese em 2021.

Entrevistador: Em que ano tu te formaste?

Luís Gama: Em 2016, agosto de 2016, com 23 anos. E o mestrado foi logo depois. Fiz o processo seletivo no começo de 2017, aí já entrei no primeiro semestre, foi em uma universidade federal, e defendi a dissertação no início de 2019. E ingressei no doutorado em uma universidade privada. Então, eu fiz a graduação, já emendei com o mestrado, saí do mestrado e fui direto para o doutorado também.

Entrevistador: Na tua família, quantas pessoas têm ensino superior?

Luís Gama: No núcleo familiar, pai, mãe e irmãos, sou só eu. O meu irmão do meio, que é seis anos mais velho que eu, começou a graduação antes de mim, mas ficou cursando e trancando, e está até hoje. Engenharia Eletro-Eletrônica. Eu tenho dois irmãos que foram criados comigo, por parte de mãe e pai, e tenho dois meio-irmãos com os quais eu não tenho muito contato. Não fui criado com eles e não temos muito convívio, são irmãos por parte de pai. Mas, do núcleo familiar, por enquanto, só eu (tenho curso superior). Aí, claro, tem primos, tem tios, enfim, aí o número aumenta um pouquinho.

Entrevistador: E a tua esposa?

Luís Gama: Ela se graduou no ano passado, faz pouco tempo, e ingressou na pós-graduação; está fazendo uma especialização.

Entrevistador: E como chegaste no Ensino Superior?

Luís Gama: Quando fiz o Enem, na época eu tinha 17 para 18 anos. Foi bem naquela transição, saindo da escola, do Ensino Médio, e tentando ingressar no Ensino Superior. Mas eu lembro que, na ocasião, eu tinha pensado até em cursar História. História e Jornalismo eram as duas alternativas principais. Eu não tinha noção de como que eu iria me deparar ao entrar na faculdade, a exemplo de muita gente que presta prova do Enem e vestibular, mas eu tinha uma noção muito vaga do que eu queria. Aí, no fim, acabei marcando como única opção Comunicação-Jornalismo, e entrei por causa da minha nota no exame, a nota de corte. Eu lembro que, na época

eu tinha marcado nas opções uma instituição em Porto Alegre e outra na região Metropolitana, eu lembro que tinha marcado nesta universidade que estou porque esse meu irmão já estudava lá, e eu pensei que talvez isso me facilitasse um pouco o deslocamento, e se precisasse ficar na casa dele, para facilitar a logística.

Fui para onde consegui nota na primeira chamada, eu não quis esperar uma segunda, não lembro se podia abdicar do ingresso na primeira chamada, esperar um pouco mais, mas em função da facilidade para chegar até lá, do deslocamento. Porque eu morava em Gravataí, mas ao lado de Cachoeirinha. Então, era relativamente tranquilo chegar porque tinha o ônibus e, eventualmente, o trem, se tivesse algum percalço. Então, esse foi meu critério principal. Eu queria ingressar no Ensino Superior, para fazer faculdade, e fui bolsista integral do Prouni.

Entrevistador: Voltando um pouco mais na tua vida, como é que tu te reconheceste ou percebeste preto? Teve essa virada de chave, ou a tua vida toda tu soubeste que era negro?

Luís Gama: Teve essa virada, sim, e eu considero que tardiamente. Eu já tinha entrado na universidade. Primeiro, vou falar dessa virada de chave, desse momento, e depois regredir um pouco cronologicamente, para contextualizar esse processo. Eu lembro quando caiu a ficha, de vez. No curso de Jornalismo, teve um ano em que foi aplicado um censo junto ao corpo docente e aos alunos. E no curso de Comunicação, eu não lembro se eu fui chamado na coordenação do curso, ou se eu já estava lá, e apresentaram um questionário para mim, de autodeclaração racial. Eu estava no terceiro semestre do curso, devia ter 21 anos, e, aí, eu vi aquelas alternativas, que eram Branco, Indígena, Amarelo e Preto ou Pardo.

E eu lembro que travei na frente do papel. Fiquei pensando assim: “Cara, o que eu marco? O que eu vou fazer agora?” Aí, tinha “Outros” ali. Não lembro se eu declarei ou não naquela ocasião. Fiquei naquele impasse diante do papel. “Tá, branco eu não sou. Não me identifico como branco”. Mas eu fiquei pensando: “Mas eu me identifico como negro?” Eu nem conhecia o termo, mas por não ser uma pessoa retinta. Aí fiquei pensando quais os critérios para avaliar isso, e nunca tinha me deparado com essa questão de maneira mais contundente.

Tive aquele travamento, e lembro que entreguei, eu acho que não declarei no censo, entreguei para a secretária da coordenação de curso, e aí falei com um professor meu, que depois foi meu orientador no TCC, que é um docente negro, e aí ele me perguntou: “Cara, tu achas que não és negro?” E aí eu parei, fiquei em silêncio na frente dele. E eu disse: “Cara, eu nunca tinha pensado nisso”. Eu fiquei na frente do papelzinho e não sabia o que marcar, e ele me deu um toque. Falou assim: “Cara, tu realmente achas que não és negro? Tens certeza?” E eu lembro que fui para casa e fiquei dias pensando nisso, principalmente por causa do questionamento dele. Eu lembro que conversei com a minha mãe depois disso e perguntei: “Se viesse aqui o pessoal do IBGE, fazer um censo do ano, como tu te declararias?” E ela falou assim: “Eu me declararia como parda.” Por associação direta, ela se declararia como uma pessoa negra.

E, a partir daquele episódio, fiquei pensando e demorei algumas semanas para começar a ler a respeito da temática, ver depoimentos de outras pessoas, pesquisar na internet, ler livros. O que coincidiu com esse processo de tomada de consciência sobre a minha própria identidade foi também a minha entrada, o meu estágio no NEABI da universidade, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, para que eu me sentisse mais seguro com essa questão.

Entrevistador: Foi iniciativa tua de ir para o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) ou foi oportunidade?

Luís Gama: Foi oportunidade, eu estava em um estágio de que não gostei nem um pouco, fiquei uns 19 dias lá. E o professor que citei há pouco que também era coordenador do NEABI, ao término de uma aula, me perguntou se eu tinha interesse em fazer estágio. Ele falou: “Vais ter a parte do estágio, em Comunicação, e um pouco da parte administrativa, e, também, começar uma Iniciação Científica.” Ele perguntou se eu tinha interesse, eu respondi que sim, aí ele perguntou se tinha possibilidade de efetivação no meu estágio e eu respondi que tinha, mas, apesar disso, eu não estava satisfeito. Ele falou do mercado de trabalho, que estava afunilando, e eu disse que se tivesse oportunidade eu assinaria. Dois dias depois, eu acabei entrando. Era o início do NEABI. De Comunicação, fui o primeiro estagiário. Tinha dois estagiários: uma

colega de História e eu.

Esse episódio, que não foi simples, me fez refletir sobre uma série de episódios que eu tinha passado desde o início da vida. No meu núcleo familiar, eu tenho dois irmãos, eu, pai e mãe. O meu irmão mais velho é adotivo e é negro, sempre se identificou como negro. E o irmão do meio tem a pele muito clara. Ele é branco, de olhos verdes, enquanto meus pais têm a pigmentação da pele igual à minha. Mas a temática étnico-racial, a gente nunca abordou em conversas familiares. Foi um assunto que a gente nunca tratou. Tínhamos uma noção muito básica, muito simples: “racismo é errado”, “racismo é crime”, o mínimo aceitável na socialização. Mas nunca trataram disso; nem os meus pais e nem os meus irmãos, nas conversas entre nós, e talvez esse distanciamento de faixa etária tenha contribuído um pouco para isso, porque os meus pais são trinta e poucos, quarenta anos mais velhos que eu, e meu irmão mais velho é dez anos mais velho que eu. Então, quando eu era criança, ele era adolescente, quase na fase adulta. Muitas experiências pelas quais ele passou, eu não tinha maturidade para entender. E, também, por uma questão de idade, durante a infância e parte da minha adolescência, a gente não tinha afinidade suficiente para tratar disso. Ele devia pensar: “O que que eu vou falar com esse piá?” Não teria cabimento para ele.

E as referências que tínhamos sobre o tema eram muito básicas. Era o convívio que eu tinha com colegas e professores na escola, no ensino fundamental, era o que lia nos jornais e via na televisão, o que também é bem problemático, tendo o midiático como principal referência nessas questões. Mas, mesmo assim, dos últimos seis anos para cá, eu vejo umas questões que, na adolescência, eu não percebia. Primeiro, ao meu redor, discriminações que, em primeiro lugar, o meu irmão sofreu; em segundo lugar, mesmo que eu não saiba como meu pai se autodeclara, o tratamento diferente que eles recebiam em relação a pessoas brancas, nos seus círculos de convivência deles, quando mais jovens. Isso é sintomático nas falas deles, quando remetem a experiências, mesmo na infância, adolescência e já na fase adulta.

E, no meu caso, alguns episódios específicos, como, por exemplo, uma vez em que fui barrado no *shopping*, quando eu já era adulto, na época dos “rolezinhos”, e fui barrado pela segurança de um *shopping* com um amigo meu. Na época, eu não

percebi, eu não conectava uma coisa à outra, pois eu pensava que quem tinha sofrido a discriminação racial era o meu amigo, por ele ter a pele mais escura. Fiquei muito reticente e acho que, nesse episódio, veio o primeiro ponto de interrogação: “Será?” Porque eu considerava que a discriminação que eu tinha sofrido, e isso é uma armadilha, mas com a experiência de vida que eu tinha na época, achava que a discriminação tinha sido socioeconômica, em função do modo como eu estava vestido e por ter entrado em um *shopping*, que é um lugar, por excelência, de consumo. Eu tinha uns 19 ou 20 anos, meu amigo tinha uns vinte poucos, e a justificativa que a equipe de segurança tinha dado para a gente é que precisavam examinar nossos documentos de identidade, para ver se nós já tínhamos 18 anos, em função dos rolezinhos na época, quando não estariam liberando o ingresso de crianças e adolescentes nos *shoppings*. Mas não tinha como me passar por adolescente na época, pela compleição física, pelas feições. Nem eu, nem o meu amigo. O critério foi o fenótipo mesmo. Foi a nossa aparência e não a condição socioeconômica. Depois a gente fez um teste, a gente voltou lá no *shopping*. Eu tinha ido no final da manhã, sozinho, e tinha sido barrado. Aí, a gente estava com fome e foi para a praça de alimentação, de tarde, e pediram documentação para a gente. E, então, a gente fez um teste: pedimos para dois amigos brancos entrarem no *shopping* e não pediram nada a eles. Eles entraram duas vezes e em nenhum momento lhes pediram qualquer documento de identificação, enquanto para nós os seguranças pediam. Então, na semana seguinte, a gente tentou organizar um protesto, a gente até fez. Pegamos cartazes e, quando o sinal fechava em frente ao *shopping*, íamos para a faixa de segurança e mostrávamos cartazes, conversávamos com as pessoas que paravam e perguntavam o que tinha realmente acontecido lá. A gente conversava, trocava ideia, mas se resumiu a isso.

As lembranças que eu tenho da infância e adolescência era eu me mostrando contrário a manifestações de preconceito e discriminação racial, mas não me identificando como pessoa negra. Nem, pelo menos na minha fala, como pessoa branca. Aí entra a problemática da mestiçagem, da autodeclaração, da tomada de consciência da negritude, mas eu não tinha nem experiência de vida, nem vivência, nem arcabouço teórico, nem pares para conversar a respeito disso.

Entrevistador: Tu comentaste que tinhas um professor negro na faculdade.

Havia outros? E quanto aos colegas, tu percebias outros negros lá?

Luís Gama: No meu curso, era só um professor negro. Na ocasião era e ainda continua sendo. Mas outros colegas de curso, sim. Eu lembro que, quando entrei, pelo Prouni, foi um período em que boa parte dos alunos, não só do curso de Comunicação, como da universidade, principalmente no prédio onde eu estudava, que era de Comunicação e Humanidades, a maior parte das pessoas era bolsista do Prouni. E eu tinha maior identificação com elas, pela história de vida, por partilhar dificuldades econômicas, em função de conflitos com outros lugares, com outras visões de professores e colegas. E, assim, boa parte dos meus amigos era prounista e, dentre eles, pessoas negras. Parte dessas pessoas se identificava como pessoas negras, parte não. Não explicitamente; eu não sei como elas se declaravam, mas isso não aparecia na fala da maioria. A gente não conversava a respeito disso, e eu também não conversava com isso, até porque, do primeiro ao terceiro semestre, eu ainda não me declarava como pessoa negra. Então, isso nem fazia parte dos assuntos.

Depois, veio a fazer parte. Lembro que teve um trabalho em grupo para uma das disciplinas que consistia em organizar um programa de mesa-redonda, com temática livre. Eu lembro que a temática foi o racismo. Não lembro quais foram os enfoques, mas uma colega, negra, apresentou. Eu fiz a produção do programa. Não lembro se eu já tinha entrado no NEABI, se já me identificava como pessoa negra. Lembro que um outro professor que foi convidado para conceder entrevista me perguntou, quando fomos gravar no estúdio: “Ah, cara, senti tua falta na condução do programa”. E ficou no ar, não falou mais disso, mas eu tenho a impressão – impressão mesmo, porque com alguns colegas eu mantenho contato e com outros não, as pessoas tomam outros caminhos, alguns amigos ficam e outros, não – de que outras pessoas passaram pelo processo pelo qual eu passei. Talvez esse seja um dos motivos para eu não ter falado do assunto logo que entrei na faculdade.

Entrevistador: Tu achas que a presença do professor negro fez diferença nas cadeiras que ele dava, na questão racial?

Luís Gama: Fez diferença, sim. As disciplinas que ele lecionava, as que eu lembro, porque tinha uma rotatividade de professores nas disciplinas, eram Teoria do Jornalismo, Teoria da Comunicação, não tive disciplinas de Rádio com ele, mas ele

também dava, bem como Redação, que eu também não tive com ele. As disciplinas que tive com ele foram as teóricas. Na sala de aula, ele abordava as questões raciais transversalmente. Era uma temática que ficava atravessando não exatamente as questões teóricas, mas os exercícios práticos, temáticas relacionadas aos direitos humanos, de forma geral.

E, em meio aos diálogos em sala de aula, entravam questões étnico-raciais, quando ele falava brevemente de pesquisas dele. Mas eu lembro que, numa das aulas sobre teoria, não vou lembrar se tinha, especificamente, algo relacionado à temática de aula, da ementa do semestre, mas eu lembro que ele indicou, para a turma inteira, um livro que era central na tese dele, que é *O Atlântico Negro*, do Paul Gilroy. Ele indicou essa leitura, não lembro exatamente o que ele disse, já faz uns bons anos, mas eu lembro que retirei o livro na biblioteca, foi um pouco antes de eu entrar no NEABI. E eu era, claro, completamente verde, entendendo algumas coisas e outras, não. Peguei o livro na biblioteca e fui ler, seguindo as orientações metodológicas e de sistematização de leituras, mas eu era ainda imaturo para o nível de reflexão que a obra suscitava.

Ele trazia essas questões, também, enquanto coordenador do curso, nos eventos. Devido à área de atuação dos convidados, de palestrantes, ou seja, no âmbito da Extensão e dos eventos de pesquisa. Ele trouxe pessoas com experiência de pesquisa acadêmica e, também, de mercado, para trabalhar as questões étnico-raciais, não só no curso de Comunicação, mas também em parceria com o curso de História, principalmente, e Geografia. Isso fazia parte da grade curricular comum dos alunos de todas as habilitações de Comunicação, não só de Jornalismo.

Então, a gente tinha contato com temas relacionados à questão étnico-racial transversalmente em sala de aula e especificamente nos eventos de pesquisa e Extensão.

Entrevistador: E depois tu foste para a universidade federal. Como era a presença de professores negros? E agora, no doutorado?

Luís Gama: Na federal, meu mestrado foi muito difícil. Quando eu cheguei lá, e eu já

tinha passado pelo processo seletivo, eu tive um baque muito grande. Me senti sozinho no mestrado. Por quê? Teve questões acadêmicas, como, por exemplo: lá na Iniciação Científica, e vou fazer só um parêntese curtinho, eu pesquisei a imprensa negra no RS, ensino de Jornalismo e temática étnico-racial nos cursos de Jornalismo do RS...

Entrevistador: E achaste alguma coisa?

Luís Gama: Era transição curricular, isso fazia parte da contextualização da pesquisa. Achei muito pouco, e isso não surpreende. Eu observei grades curriculares, os currículos dos cursos, na ocasião, só cinco de 22 – hoje, tem bem mais graduações de Jornalismo no Estado – já tinham feito a transição de Comunicação Social para Jornalismo. E eu cruzava essas informações com entrevistas concedidas pelos coordenadores de curso, e era perguntado como a questão era tratada no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, em síntese. E, basicamente, não era. Alguns pedacinhos, aqui e ali.

Tinha uma defasagem bem grande entre as orientações do documento e a prática docente. Vários disseram que tratavam da questão, mas você ia ver lá títulos e características dos eventos e eram questões muito gerais e boa parte das declarações não condizia com o que era observado nas documentações enviadas pelos próprios coordenadores. Havia exceções que confirmavam a regra.

A pesquisa, no TCC, era sobre os comentários em uma editoria de Política da Folha de S. Paulo no Facebook, e eu tentei fazer essa entrada da Comunicação Pública e Política no mestrado. Aí, eu conheci a professora que me orientou no mestrado, vi que era uma possibilidade de adequação às temáticas de orientação dela e consegui passar no processo seletivo.

Só que, aí, eu cheguei lá e me senti sozinho. Por quê? Primeiro, pela experiência nova, de estar em uma universidade pública. A dinâmica é bem diferente da universidade particular. Pela dificuldade, não de convívio, mas de comunicação mesmo.

Entrevistador: Retomando, como foi a tua trajetória no mestrado?

Luís Gama: Tive um pouco de dificuldade de ambientação com a universidade; e nem todos eles eu percebi de cara. Um dos problemas foi a dificuldade de adaptação à linha de pesquisa e às temáticas de orientação da minha professora, linha de Comunicação Pública e Política, porque eu já vinha, na graduação, pesquisando na Iniciação Científica a imprensa negra no RS, depois, no TCC, disputas de versões em comentários de uma editoria política. Focos diferentes dos que a linha de pesquisa abrange, Comunicação Pública e Política.

Então, tive essa dificuldade acadêmica, em um primeiro momento de tomada de contato com as leituras canônicas da linha, com os primeiros trabalhos submetidos a eventos... Essa dificuldade de adaptação também se deu pelos próprios prazos do mestrado, que é de apenas dois anos. Então, quando um mestrando, no meu caso, consegue um domínio maior sobre o objeto de pesquisa, já passou o projeto de qualificação, nos últimos semestres, está quase na hora de entregar a dissertação quando eu começo a ter um pouco mais de segurança para dissertar.

Um outro aspecto, também, foi a dificuldade de adaptação no convívio com os colegas. Não tive nenhum tipo de atrito com eles, mas, em alguns momentos, eu me sentia um pouco sozinho. Fazendo uma ressalva de que, no grupo, eu fui muito bem acolhido, fui sempre bem recebido por esses colegas, com os quais tenho contato até hoje, sempre foram muito solícitos para conversar a respeito do tema de pesquisa, para sanar algum tipo de dúvida, e, também, me acolheram muito bem. Mas, para construir vínculos de amizade com colegas do PPG, eu tive um pouco mais de dificuldade. Isso se deve a eu me considerar uma pessoa tímida; num primeiro momento, quando chego em algum lugar, ficar mais introspectivo, tentar avaliar o ambiente, com quem interajo, para saber onde eu estou pisando, mas também percebi, à medida que os semestres passavam, que duas colegas negras ingressaram no PPG, também fazem parte do mesmo grupo de pesquisa ao qual eu estava filiado, também orientadas pela mesma professora, e são pessoas com quem eu tive um pouco mais de proximidade para conversar a respeito de questões relacionadas não só ao dia a dia da pós-graduação, mas para conversas mais à vontade. Mas isso aconteceu quando eu já estava muito próximo de entregar a dissertação.

Com relação a atrito com pessoas nesse período do PPG, teve um episódio que eu lembro, diante do qual eu não consegui reagir. Foi uma situação triste. Não vou identificar, perguntou como estava sendo a minha trajetória no PPG de Comunicação e eu falei de algumas dificuldades que eu tive, muitas das quais eu trouxe há pouco na entrevista, e essa pessoa me elogiou, disse que eu era uma pessoa interessante cognitivamente, que tinha condições de desenvolver um bom trabalho, tinha boas inferências, na tentativa falha de motivação, perguntou se eu tinha passado no PPG pelo sistema de cotas raciais. Na hora, eu fiquei surpreso, respondi de prontidão que não, que o ingresso havia sido na modalidade universal, e essa pessoa, em síntese, como se dissesse: “Então, por que essas dúvidas e esses vacilos com a tua trajetória?” Como quem dissesse assim: “Tu não precisas te envergonhar de nada. Não precisas te justificar porque tu tens méritos por não ter passado por cotas”. E, na hora, fiquei surpreso, mas não tive iniciativa para responder à pessoa de maneira adequada, de questioná-la a respeito dessa fala, que endossa uma ideia de meritocracia muito rasa, que condiciona o sucesso do pós-graduando a uma igualdade abstrata, de quem teve sucesso por esforço próprio, quando, ao contrário, o ingresso via cotas não desabona em nada a trajetória do pós-graduando e da pós-graduanda, nem indica que teria uma capacidade intelectual inferior em função disso, ou que deveria se envergonhar pela conquista e prática de um direito e não de uma benfeitoria, mediante concessão de cotas raciais pro ingresso no ensino de pós-graduação.

A conversa não desenvolveu muito depois disso, o assunto foi encerrado e eu não tive mais oportunidade de falar com essa pessoa também, e confesso não quis retomar essa conversa, porque é uma pessoa que tem instrução formal, está a par de debates sobre questões étnico-raciais, possui condições de desenvolver uma criticidade mais apurada sobre o assunto, mas que, por “n” questões, ainda tem um discurso meritocrático baseado em estereótipos sociais, esse preconceito. Então segui sem falar a respeito disso com essa pessoa.

Entrevistador: Fiquei com dúvidas sobre por que tu não tentaste com cotas na Federal

Luís Gama: No mestrado, eu acho que tentei sim, quase certeza de que tentei, mas

acabei indo para o ingresso universal, em função da nota de corte obtida no processo seletivo.

Entrevistador: O que representa a entrada no doutorado para a tua trajetória?

Luís Gama: Ao mesmo tempo, é um privilégio e uma grande responsabilidade. Um privilégio porque chegar ao doutorado em Comunicação... Poucas pessoas têm esse acesso. Pessoas negras, quantitativamente, é menos ainda. E responsabilidade, não só pelo grau de exigência que o doutorado e a elaboração de uma tese requerem, mas também pelo momento que a gente vive no país, um momento socioeconômico bem delicado. Então, nesse momento, me sinto privilegiado e com várias responsabilidades.

Com relação à oportunidade de recuperar o trabalho com essa temática, que me é muito cara, e que eu tinha, de certo modo, interrompido no mestrado, de estudar o binômio Comunicação e temática étnico-racial, eu tive essa chance agora, e não era um tema com o qual eu iria trabalhar na universidade federal, devido à dificuldade de aderência às linhas de pesquisa e temáticas de orientação dos diferentes professores no PPG de lá. E, quando abriram as inscrições, e depois eu não consegui submeter um projeto lá na federal, num primeiro momento, eu pensei que se abria essa oportunidade de abordagem dos processos comunicacionais em interface com a questão étnico-racial, e isso representa muito para mim, em função da importância que eu atribuo ao meu objeto de pesquisa, por uma questão também existencial e coletiva, por eu me declarar e ser uma pessoa negra, e pela possibilidade de estudar o que eu quero, o que também não é algo fácil. Muitas vezes, o candidato ou a candidata negra a programas de pós-graduação até consegue ingressar, mas ou readequando seu tema ou pesquisando uma outra temática, porque ainda predomina o entendimento, do campo acadêmico, do campo comunicacional de pesquisa, de que as propostas de abordagem da temática étnico-racial são, muitas vezes, incompatíveis com a Comunicação, devendo se restringir a outras disciplinas identificadas como sendo da área das Humanidades, principalmente História e Sociologia.

Então, eu tive um pouco de sorte por ter o meu projeto de pesquisa aceito no

PPG e de ser orientado por um professor que é sensível à temática de pesquisa, e com quem eu consigo dialogar bastante sobre a minha produção e minhas tentativas de produção e apreensão do tema. Nesse sentido, meu orientador começa a pesquisar a temática; ele já orientou alguns trabalhos de Iniciação Científica, mestrado e, se não me engano, doutorado, que abrangem a perspectiva comunicacional étnico-racial e dos processos de mediatização, e eu entendo que isso, talvez, tenha contribuído para essa parceria.

Também agora, a minha atuação junto ao PPG se dá de maneira muito mais tranquila do que no mestrado. Não por uma questão institucional, pois sou muito grato pela oportunidade que tive, mas também pelo meu estágio atual enquanto aspirante a pesquisador, por já ter passado pelo mestrado, pela trajetória um pouco mais longa e que me confere maturidade. Por não me sentir mais tão sozinho, em função de ter colegas e grupo de pesquisa relacionado a esse fenômeno, Comunicação, questão étnico-racial negra e mediatização, professores, colegas que fazem Iniciação Científica, no doutorado alguns colegas negros e negras que, além de abordarem a temática étnico-racial em suas dissertações e teses, são pessoas com quem eu começo a dialogar, infelizmente, não tanto quanto eu queria, em função de algumas barreiras que são impostas pelo isolamento físico, pela modalidade de EAD – por a gente [sic] estar num período de pandemia –, mas que fazem com que eu me sinta um pouco mais confiante na minha trajetória, por ter esse amparo da parte dos meus pares, por assim dizer, tanto pessoas negras quanto colegas da pós-graduação e professores.

Fazendo um parêntese, isso não quer dizer, de maneira alguma, que eu possua algum tipo de essencialismo, e não queira estabelecer vínculos de coleguismo ou de amizade com pessoas não negras. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Mas eu me sinto mais à vontade de olhar para os lados e ver pessoas negras que alçaram essa condição de docentes e, também, de discentes em um programa de pós-graduação tão bem conceituado quanto o de onde estou estudando. Isso acaba oferecendo um alento, de que eu posso continuar firme na minha trajetória, e de ver que cada vez mais pessoas têm as mesmas oportunidades que eu tive e estou tendo.

Entrevistador: Em 2024, tu terminas o doutorado. Qual é a tua expectativa para

ser professor? Vais conseguir abordar temas mais sensíveis?

Luís Gama: No futuro próximo, depois de concluir o doutorado, eu me imagino, sim, lecionando em universidades, em cursos de Comunicação, no nível de graduação. Retomando, nessa linha do tempo da minha trajetória, o que eu pensava na graduação e no mestrado a respeito de possibilidades no mercado de trabalho. Logo que eu concluí a graduação, eu procurei trabalho na área, em assessorias de comunicação e de imprensa e em veículos de imprensa. Procurei durante seis meses, mas não obtive sucesso. A única oportunidade que tive foi quando recebi uma ligação de um jornal da cidade onde eu morava, Gravataí, para fazer um teste, mas coincidiu com o dia da minha aprovação no mestrado e da obtenção de bolsa de estudos remunerada. Então, eu não quis, como se diz, trocar o certo pelo duvidoso e resolvi permanecer no mestrado como bolsista, me dedicando integralmente às atividades do PPG. Só que, depois que eu concluí o mestrado, novamente procurei oportunidades de trabalho, não só na área, mas em outras atividades que não de Comunicação, durante mais de seis meses e, novamente, o máximo que consegui foi fazer alguns *freelas* de Comunicação. Então, enviei currículos, até pessoalmente, antes da pandemia, fiz ligações, enviei por e-mail e não fui chamado sequer para entrevistas.

Então, a ideia que eu tinha quando saí da graduação era de atuar profissionalmente no mercado de trabalho de Comunicação e Jornalismo por aproximadamente uns 10 anos e, depois, voltar a estudar. Depois, quando eu ingressei no mestrado, eu já tinha em mente a possibilidade de conciliar as duas atividades profissionais, ou a pesquisa e a docência, ou atividades mais do mercado tradicional do Jornalismo. Mas não consegui, também, suponho, em razão dos dois anos distante do mercado, no período do mestrado. Mas me sinto muito à vontade para exercer a profissão de professor, é algo que eu tenho em mente já há alguns anos.

Quanto à abordagem, não só de questões relacionadas à temática étnico-racial, mas a temas sociais sensíveis em geral, eu entendo que entrarei em contradição comigo mesmo se não os abordar em sala de aula. Esses professores, transversalmente ou não, trazem discussões relacionadas a esses temas para a sala de aula, em diferentes níveis de ensino. Eu me inspiro não só neles, mas também em

outros professores que eu tive, mas eles são, sim, grandes referências de professor e do professor que eu quero me tornar no futuro próximo. E eu entendo que é perfeitamente possível conciliar o ensino de teorias da Comunicação, do Jornalismo, de saberes teóricos, metodológicos, práticos, relacionados à profissão jornalística e a contribuição na formação não só de novos profissionais, mas também de bons cidadãos, capacitados para abordar esses temas quando tomarem diferentes fatos e acontecimentos como objetos do seu trabalho no mercado e que, inclusive, o ensino relacionado a essas questões está previsto por lei. Então, eu me sinto, duas vezes, com a grata obrigação de abordar esses temas em sala de aula.

E, também, me afirmar como pessoa negra e servir de exemplo, para que outros alunos mirem também a possibilidade de ingressarem na área da pesquisa ou até mesmo de permanecerem, o que é muito difícil – embora algumas pessoas possam não considerar assim –, no Ensino Superior, concluírem o curso e vislumbrarem o exercício da profissão de jornalista. Porque também é muito difícil, para as pessoas negras, a permanência na graduação e no Ensino Superior, pois é o grupo que tem os maiores índices de evasão.

Então, eu me sinto cada vez mais preparado, mesmo que ainda em formação, para exercer a atividade de professor universitário e de tratar essas temáticas de diferentes maneiras. E as possibilidades de abordagem são muitas.

Entrevistador: Na sua visão, a que se deve o fato de a tua universidade ter o maior número de alunos negros entre os PPGs de Comunicação do RS?

Luís Gama: Eu vou responder essa questão com base em experiências pessoais, porque eu tenho apenas indícios que me permitem levantar algumas hipóteses para a existência de mais pós-graduandos negros e negras no PPG de Comunicação da instituição onde estou inserido.

A primeira questão, relacionada aos obstáculos e impeditivos da exigência de proficiência em inglês para ingresso no mestrado, doutorado e pós-doc, eu considero que existe, sim. Eu sou egresso de escolas públicas, tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio. E o ensino de inglês, querendo ou não, é precário, porque, da quinta

série até o último ano do Ensino Médio, a gente passou vendo o *Verb To Be* e algumas inflexões da Gramática, tendo pouco contato com a fala do idioma. Então, no meu caso, eu tenho dificuldades seríssimas como falante, como ouvinte, e um pouco menos de dificuldade enquanto leitor de textos em inglês. Então, foi um sufoco quando eu prestei o exame de proficiência em língua inglesa, porque eu já tinha passado por todas as etapas do processo seletivo da federal, já tinha sido aprovado, já tinha sido contemplado com a bolsa de estudos e não sabia qual tinha sido meu resultado na prova, porque eu não tinha segurança mínima de que tinha passado, por não ter domínio da língua inglesa, em função de diferentes contextos.

Ainda é uma lacuna na minha formação, o aprendizado de outros idiomas. É uma necessidade que eu pretendo e preciso suprir, não só para leitura e compreensão de textos, mas também por ser um obstáculo para que eu tenha algumas oportunidades profissionais. Meu PPG tem a exigência de apresentação da proficiência no decorrer do curso. No mestrado, depois de um ano, no doutorado, depois de dois anos e meio, então, sim, dificulta, já como porta de acesso ao Ensino Superior, a exigência de proficiência. Talvez isso seja, também, um impeditivo. Eu não tenho dados para falar a respeito disso, mas, a partir de conversas com outras pessoas, que tiveram a mesma dificuldade que eu, e que ainda apresentam essa dificuldade, eu tenho alguns indícios que remetem a esses empecilhos mais gerais.

Quanto ao número maior de pessoas negras no PPG, eu não tenho como afirmar o porquê, mas sei que existem políticas institucionais em curso na federal muito recentes, e na minha universidade também estão em fase de implementação e, se não me engano, já estão vigentes, passaram a valer para o início do último semestre, ou melhor, neste semestre, 2021/1, no último processo seletivo. Então, sim, há um início de mobilização nas duas universidades, nos PPGs de Comunicação de ambas.

Talvez, a existência de orientações na temática, embora tenha havido já egressos do doutorado e do mestrado que tenham abordado o tema na federal, mas são só pontos de vista, eu não consigo afirmar o motivo de ter. Um possível indicativo é que outras pessoas negras concluíram o doutorado no Rio Grande do Sul nesta região. Foi uma pioneira dessa presença.

Entrevistador: E isso atrai mais gente?

Luís Gama: É uma possibilidade. Pode ser. Em função de redes de contato que se estabelecem, e por terem o exemplo dessas pessoas que são egressas do curso, talvez vislumbrem a possibilidade de apresentarem um anteprojeto e mais confiança de que haja maiores chances de serem aprovadas, em função também daquela questão que eu coloquei em perguntas anteriores aqui na entrevista, sobre o entendimento da própria área, sobre a relação entre a disciplina da Comunicação e questões étnico-raciais, negras e indígenas também.

Tanto é que, na Intercom, por exemplo, que é um dos maiores eventos da área de Comunicação, tem um GT, um Grupo de Trabalho, que, na sua ementa, abrange essas questões. E isso depois de décadas, de várias edições do evento. E, também, se forem examinados os temas dos artigos aprovados na Compós, são muito poucos os trabalhos que se debruçam sobre a temática.

Então, na área da Comunicação, o ingresso e a presença de pesquisadores negros e a abordagem do tema, enquanto área de pesquisa, é muito recente, muito incipiente. Então, esse é um dos indícios que apontam para a possibilidade de existência de mais pós-graduandos e pós-graduandas negros e negras aqui, em comparação a outros programas aqui do Estado,

Com relação à procura de estudantes de outras regiões do país por PPGs aqui do RS, eu só posso intuir, eu não tenho dados que balizem isso, mas muitas vezes é de pessoas que já dão aula em universidades e que tentam a complementação da sua formação, no doutorado principalmente, por já terem cursado mestrado nos seus respectivos Estados, ou até mesmo de pós-doc. Um outro indício é que aqui existe uma concentração muito grande de Programas de Pós-Graduação. São quatro na área, sem contar alguns programas interdisciplinares, na Feevale, na Unipampa, mestrados profissionalizantes que abordam o tema. Talvez, por essa tradição e pela avaliação dos programas junto à CAPES, acabe dando uma visibilidade maior e contribuindo para que haja uma maior procura por essas instituições. Mas são conjecturas.

7 CAROLINA DE JESUS PARA ALÉM DO EUROCENTRISMO, EDUCOMUNICAÇÃO AFROCENTRADA

Ainda que a branquitude possa ter o significado da “pertença étnico-racial atribuída ao branco” (MÜLLER e CARDOSO, 2017, p. 13), também se pode inferir uma construção simbólica. Portanto, mais que um privilégio racial, a branquitude cria formas específicas de agir e trabalha na manutenção de poder nas hierarquias culturais e raciais. Assim

entende-se que os estudos da branquitude no Brasil têm procurado chamar atenção para um elemento que se mostra coligado à identidade do branco: o poder associado à identidade branca. A ideia de hierarquizações cultural e racial, primeiramente imposta pelo colonialismo, foi motriz da constituição dessa concepção de identidade forjada não só na oposição ao “Outro”, mas, necessariamente, na sua subordinação. (SILVA, 2017, p. 29).

Para Silva (2017), o poder epistêmico é histórico e tradicional no que se refere às práticas acadêmicas. Segundo o autor, os pesquisadores brancos e brancas são formados a partir de uma trajetória histórica e tradicional de poder. Na esteira desse pensamento, há quase uma década, Cardoso (2018) defendeu a tese sobre a constituição da branquitude acadêmica e do pesquisador branco que se valem de pessoas negras como objeto de investigação social. No estudo, ele demonstrou que a academia se estabelece a partir de uma “lógica binária antagônica” em relação às questões raciais. Ou seja, as pessoas negras são investigadas como problema de pesquisa por um pesquisador branco que se coloca em um lugar de uma suposta neutralidade racial.

Piza (2005) sustenta que o branco com branquitude é aquele que não compreende o lugar de privilégio que ocupa na atual sociedade brasileira. Em outra vertente, o branco com branquitude é aquele que compreende e aceita a existência de benefícios, adotando práticas de combate ao racismo. Para a pesquisadora, dessa forma, a branquitude representa “um estágio de conscientização e negação do privilégio vivido pelo indivíduo branco que reconhece a inexistência de direito a vantagem estrutural em relação aos negros”. (PIZA, 2005, p. 2). Enquanto, para ela, o termo branquitude “Define as práticas daqueles indivíduos brancos que assumem e reafirmam a condição ideal e única de ser humano. Portanto, o direito pela manutenção do privilégio perpetuado socialmente.” (2005, p. 2).

Em reflexão semelhante, Cardoso (2018) explica que o conceito de branquitude pode ser utilizado para identificar brancos que obtêm privilégios por meio da

identidade racial, como também para aqueles que consideram o branco como exemplo de universalidade, o padrão a ser seguido. Para ele, tanto a branquitude quanto a negritude não podem ser consideradas homogêneas. O autor relata, ainda, que a identidade racial é diversa e se modifica de acordo com os contextos local e global, considerando sexo, gênero, faixa etária, nacionalidade, religiosidade, classe, entre outros. O elemento em comum da branquitude, conforme a literatura, “diz respeito ao privilégio que o grupo branco obtém em uma sociedade racista”. (CARDOSO, 2010, p. 613-614).

Os trabalhos, as pesquisas e as reflexões com enfoque afro tentam romper a lógica existente que determina que a epistemologia eurocêntrica é a única possibilidade de conhecimento científico verdadeiro. Assim sendo, o conhecimento de base africana, formatado por pesquisadores africanos e afrodescendentes, também precisa ser compreendido como conhecimento elaborado e científico. Cunha Jr. (2006) nos ajuda entender o contexto e a estrutura para o surgimento da pesquisa afrodescendente:

Parte dos pesquisadores afrodescendentes estava procurando uma produção de um conhecimento de ruptura com uma hegemonia do pensamento eurocêntrico. Este conhecimento de ruptura com uma hegemonia do eurocentrismo faz parte de um projeto coletivo dos pesquisadores negros que tomou impulso nos anos de 1980 [...] E, sobretudo, pela procura de leitura de filósofos e historiadores africanos. A tentativa de ruptura com uma hegemonia se traduz em diversos projetos científicos. O emprego e pluralidade da cultura do uso da base africana é um deles. A retomada do pensamento africano foi um grande passo para uma crítica e formulação de um processo de ruptura com uma hegemonia do eurocentrismo e sobretudo com o brancocentrismo brasileiro [...]. (CUNHA Jr., 2006, p. 3).

A perspectiva que compreende os estudos africanos e afrodescendentes com outro olhar que não o eurocêntrico pode ser chamada de pesquisa de cunho afrodescendente. Essa concepção percebe a realidade sob outro prisma, analisa o contexto com o olhar do africano ou dos descendentes, lê, interpreta e resgata o mundo negro para refletir o que foi invisibilizado pela epistemologia centrada no europeu. “A afrodescendência é definida no campo da etnia tendo como base a história sociológica [...] Trata-se de uma sistematização da perspectiva de afastamento e de ruptura com o eurocentrismo.” (CUNHA Jr., 2006, p. 3).

Com um pensamento crítico que emerge de pessoas negras, é mais palpável encontrar respostas aos problemas e às indagações que estão expostas na estrutura da sociedade. De forma semelhante, podemos refletir a partir das ponderações de

Brandão (1984), que tratam da funcionalidade de um processo educacional libertador e crítico:

O papel da educação é o de propor elementos para que o homem, ao invés de subordinar-se, seja estimulado a ingressar nesse mundo inovador, redefinindo-o e aos seus papéis; criticando não apenas os seus valores, mas também, os novos valores introduzidos. (BRANDÃO, 1984, p. 53).

Tendo em vista a luta contra o eurocentrismo, a educomunicação pode ser uma aliada, já que é uma interface entre a comunicação e a educação. Ela integra processos e foca no desenvolvimento humano por meio de estratégias que levem em conta o lugar central da produção cultural e o uso adequado dos recursos tecnológicos. As práticas educacionais não estão restritas às salas de aulas, mas incluem todos os esforços realizados pela sociedade para aproximar os campos da comunicação e da educação. Assim, essas ações e práticas valorizam e contribuem para a formação do sujeito midiático, justamente aquele que, além de receptor de mídia, consegue produzir conhecimentos e informações e desenvolve o senso crítico para avaliá-los.

Educomunicação é o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, tais como escolas, centros culturais, emissoras de TV e de rádio educativas, centros produtores de materiais educativos analógicos e digitais, centros de coordenação de educação à distância e outros. (SOARES, 2002, p. 20).

Também é importante evidenciar que o ato de se politizar é um fator muito relevante quando se trata de educação libertadora, pois é nessa esfera que a ação humana transcende o controle de grupos hegemônicos. Assim, a tarefa da educomunicação para equidade racial deve ser um caminho efetivo para restaurar, reconstruir, revigorar e renovar a estrutura dada como única forma possível de pensamento, geralmente o europeu e um pouco da América Central. A educação tem o poder e a obrigação de trazer à tona a história não contada (ou mal contada) para que as populações marginalizadas tenham o direito de serem conhecidas. Afinal, por séculos, a cultura africana e a afrodescendente foram escritas e reescritas pelo olhar do outro. Tornando-as, a partir da concepção alheia, história “primitiva” e culturas “selvagens” (MUNANGA, 2003).

Por ir além do eurocentrismo, o conceito afrocentrado consegue reescrever a história da presença negra no Brasil, sem cair na recorrente prática que nega a

imagem, as lutas, as conquistas, as técnicas e as relações sociais, políticas, culturais e religiosas dessa parcela da população.

A nossa ênfase é a da produção de conhecimento que permita uma intervenção nas situações de caráter estrutural que moldam a vida da população Afrodescendente. Visa uma autonomia do pensamento dos afrodescendentes em relação com uma eurocêntrica produção ocidental. Trata-se do processo da produção de conceitos e de metodologias dentro de um projeto científico de expressão das afrodescendências com finalidade de uma mudança das relações sociais brasileiras. (CUNHA Jr., 2006, p. 1-2).

O diferencial do afrocentrismo se dá justamente por subverter a lógica existente até o momento. Nesse conceito, não são desejáveis discursos homogêneos e hegemônicos, pois a estrutura dessa forma de educação está arquitetada, de maneira especial, na ação discursiva dos agentes sociais que estão às margens das relações sociais dominantes. O pensamento crítico da intelectualidade negra quer reorganizar a realidade para torná-la mais libertadora e equitativa em termos étnico-raciais.

Assim como relatará Carolina de Jesus, que terá a trajetória contada no próximo subcapítulo, é urgente e tardia a aplicação da teoria da afrocentricidade em um campo epistemológico para intelectuais negros e não negros que querem adentrar em uma abordagem contra-hegemônica e que estabelece diálogo com outros vieses sem impor como verdade única e absoluta.

No interior da proposta afrocentrada, não há sistemas fechados, ou seja, não existem ideias vistas como absolutamente fora dos limites da discussão e do debate; [...] o emprego da afrocentricidade na análise ou na crítica abre caminho para o exame de todos os temas relacionados ao mundo africano. (ASANTE, 2009, p. 95).

Essa teoria permite refletir sobre o processo de encontro do povo negro com sua tradição, ancestralidade, história, origem e lugar. A abordagem afrocentrada é uma modificação do pensamento hegemônico e isso se dá de forma mais radical. Ela propõe uma reorientação, baseada na centralidade e na urgência de uma agência negra. Desse modo, a “afrocentricidade é uma correção dos padrões europeus como universais e neutros”. (RABAKA, 2009, p. 134). Nascimento (2009, p. 37) é categórico ao escrever que se o ocidente “não resolvesse se apropriar, com exclusividade, da prerrogativa de escrever a história de todo o resto do mundo, a teoria da afrocentricidade não existiria”.

A afrocentricidade, enquanto abordagem epistemológica, é detalhada por Molefi Kete Asante na obra *Afrocentricidade: A Teoria de Mudança Social*, de 1980. Ele destaca o continente africano como centro histórico e cultural para todos os povos

negros. Assim, entende a teoria como “um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe o povo negro como sujeito e agente de fenômenos, atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus interesses humanos”. (ASANTE, 2009, p. 93).

Cabe ressaltar e valorizar que escritores, pesquisadores e intelectuais como os afro-americanos William Edward Burghardt Du Bois (1864-1863) e Booker Taliaferro Washington (1856-1915); o afro-jamaicano Marcus Mosiah Garvey (1887-1940); o afro-martinicano Frantz Omar Fanon (1925-1961); e os afro-brasileiros Abdias do Nascimento (1914-2011) e Lélia Gonzalez (1935-1994) já expuseram a importância da libertação social, política, econômica e psicológica do povo africano da hegemonia europeia.

Contudo, ainda que entendam a necessidade de tratar dos povos negros a partir de suas especificidades, o conjunto de intelectuais mencionados anteriormente não fez uso do termo afrocentricidade. Mas esses pensadores afrodiaspóricos, como também são conhecidos, convergiram ao longo da própria trajetória “profundamente com o enraizamento do imperativo histórico de um povo para onde se orienta toda a ação afrocêntrica”. (ASANTE, 2003, p. 17).

Da mesma forma que Carolina de Jesus teve seu saber desqualificado no encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), conforme poderá ser visto no subcapítulo a seguir, tem sido difícil para o negro ter o reconhecimento e o valor que lhe é devido. Possivelmente porque a cor precede o Currículo Lattes e, também, porque ao negro nem sempre é dado, efetivamente, o direito de estar entre pessoas brancas se não for para servir.

Exemplo semelhante ocorreu em Porto Alegre, no mês de outubro de 2022, e ganhou repercussão nacional. Embora o clube social Grêmio Náutico União (GNU) tenha inicialmente negado, o cantor Seu Jorge divulgou um vídeo⁶⁹ em que se manifestou pela primeira vez sobre denúncias de atos racistas que ocorreram durante apresentação em uma festa no tradicional clube da capital do Rio Grande do Sul.

No manifesto, gravado em frente a uma bandeira do Rio Grande do Sul, o cantor apareceu saudando qualidades do Estado e informando que estava empolgado com o evento, porque fazia tempo que não se apresentava em Porto Alegre com a sua banda. “Estávamos todos muito felizes quando chegou ao final do show e eu saí

⁶⁹ AO POVO do Rio Grande do Sul. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (9min 08 seg). Publicado pelo canal Seu Jorge. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FzI9-Rwg5nYv>. Acesso em: 15 jan. 2023.

do palco. Quando cheguei atrás do palco, eu começo a escutar muitas vaias e xingamentos”. Segundo relatos, parte do público começou então a vaiar, a fazer sons imitando macacos, gritar palavras como “negro vagabundo” e “mito, mito”, em referência a Jair Bolsonaro, então candidato à reeleição como presidente da República.

Após o clamor de parte da população, sobretudo pelas redes sociais, a diretoria do clube que até então, conforme nota, afirmava que “Se for comprovada a prática de ato racista, os envolvidos serão responsabilizados”, não pediu desculpas ao cantor, mas tentou se eximir de qualquer responsabilidade em coletiva à imprensa e nas plataformas digitais. Porém a comunicação não oficial foi mais eficiente que os comunicados estáticos do Grêmio Náutico União. Um áudio do presidente do clube, Paulo José Kolberg Bing,⁷⁰ revelou fatos que dificilmente seriam ditos à grande mídia. Bing desqualificou o artista por causa da roupa que vestia. “Foi uma falta de decoro, de respeito dele para com o público dele, da maneira como ele veio trajado, que não era adequada.” Além disso, como se também pudesse ser uma justificativa para o racismo, o profissional que ocupa o maior cargo do GNU argumentou que um “gesto político” do cantor teria sido o estopim para que o público se sentisse “ultrajado”.

O caso será investigado pela Justiça, mas, assim como outros semelhantes, possivelmente não haverá punição por racismo, que é um crime previsto no Código Penal. Seu Jorge estava em um ambiente majoritariamente branco, onde foi contratado para cantar, mas parte do público se sentiu no direito de desumanizar o profissional. Da mesma forma, o presidente da instituição, embora tenha negado aos veículos de comunicação, também entendeu que a culpa do racismo era da vítima, que teria “provocado” o ato criminoso contra ele mesmo.

⁷⁰ G1 RS. Em áudio, presidente de clube de Porto Alegre fala em ‘falta de respeito’ de Seu Jorge; cantor sofreu ataques racistas. **G1 RS**, 18 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/10/18/audio-presidente-de-clube-de-porto-alegre-seu-jorge-sofreu-ataques-racistas.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2023.

7.1 A GENTE PRECISA DE ALGUÉM QUE FALE SOBRE NEGRITUDE

Foto 2 – Carolina de Jesus



Fonte: Reprodução

Formada em Letras Português e Inglês, com mestrado e fazendo doutorado em Comunicação, Carolina de Jesus,⁷¹ de 33 anos, verbaliza o que a sua própria história confirma: “As pessoas têm medo de mulheres negras”. A futura doutora relata que, como muitas outras pessoas pretas, é rotulada e minimizada, e isso, nesse contexto, já não a incomoda, embora possa limitar: foi assim quando, ainda no segundo ano do doutoramento e junto com um mestrando, ela conseguiu ter um artigo aprovado no concorrido Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), da mesma forma quando precisou questionar uma pesquisadora sobre a falta de autores negros e recorte de raça em uma tese sobre mulheres na publicidade ou nas vezes que necessitou argumentar no ambiente acadêmico a respeito da relevância do movimento negro para a negritude.

*“Elas já partem do princípio de que eu vou fazer barraco. E eu faço. Gente, não é porque eu sou preta que eu sou a defensora e a detentora que quer falar só sobre raça. Eu sei falar sobre outras coisas”.*⁷²

Filha de um sueco e de uma brasileira, Carolina não tem receio ao detalhar que teve muitos privilégios, situação diferente dos outros integrantes da família e que isso faz toda a diferença em sua própria trajetória: antes de voltar para Porto Alegre, morou na Índia, em Londres, na Suécia e em Portugal. Apesar de falar três idiomas e ser formada em Letras, não raro é desautorizada quando revela a profissão e garante ter fluência em diferentes línguas. “As pessoas não acreditavam que eu, preta, pudesse ensinar, que eu tivesse um nível de inglês alto, era uma loucura”, lembra.

Pouco depois de colar grau, também criou um curso de idiomas para pessoas de baixa renda justamente para dar acesso e oportunidades. Porém, ainda assim, muitos duvidavam que tinha competência para ensinar. “Eu cobrava R\$ 60 a

⁷¹ Carolina Maria de Jesus foi uma escritora, compositora e poetisa brasileira, mais conhecida por seu livro *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, publicado em 1960. A escritora vendeu cerca de 3 milhões de livros, em 16 idiomas. Ela é considerada uma das mais importantes escritoras do país.

⁷² Trecho de entrevista realizada pelo autor da presente tese em 2021.

mensalidade e tinha um curso de ponta, porque eu já tinha dado aula antes, tinha um método e tudo mais, e as pessoas iam à escola, era lá no Centro, e elas não acreditavam no preço. Ficavam muito desconfiadas”, recorda.

*“Eu tento usar tudo que eu consegui fazer, porque eu penso que a probabilidade de alguém ter um pai sueco, em Porto Alegre, é mínima. Eu fui uma em 10 milhões de pessoas. Eu preciso usar essa bênção que eu tive, não pela questão financeira, mas pelas oportunidades que eu tive, e tentar proporcionar coisas parecidas para as pessoas”.*⁷³

Depois de ter iniciado a graduação em Engenharia de Computação, flertado com a Publicidade e concluído um semestre de Enfermagem, demorou alguns anos para que conseguisse se dedicar à Comunicação. Após fazer curso profissionalizante de Cinema, grávida, defendeu a dissertação sobre cinema sueco na cidade de São Paulo. Já com a filha maior, tentou ingressar por três vezes no doutorado em Comunicação, sem cotas, em uma universidade federal. Admiradora da futura orientadora, decidiu que só cursaria a pós-graduação se fosse com ela e conseguiu. Agora, no local que desejou estar, sente-se pronta para pesquisar e defender as questões que a trouxeram para essa experiência *stricto sensu*: A mulher negra e a comunicação. E não são poucos os embates em um programa de pós-graduação hegemonicamente branco e eurocêntrico. “A gente precisa de alguém que fale sobre negritude. E a gente não tem. Que aborde os processos midiáticos da negritude. Não tem como, hoje em dia, falar de mídia e não falar de raça”, afirma.

*“Porque os doutores e professores têm a mania de achar que sabem tudo sobre todos os assuntos. E, quando eles não sabem sobre um assunto, ao invés de falarem: ‘Eu não sei. Me ensina’ ou: ‘Eu quero aprender’, eles preferem dizer que seria melhor tu estares em outro lugar.”*⁷⁴

A seguir, confira a entrevista com Carolina de Jesus, cujo nome verdadeiro e outros dados foram alterados para preservar a identidade da entrevistada, conforme orientado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Entrevistador: Qual a tua idade, onde moras, onde e em que te formaste?

Carolina de Jesus: Tenho 33 anos, moro na capital do Rio Grande do Sul, me formei,

⁷³ Trecho de entrevista realizada pelo autor da presente tese em 2021.

⁷⁴ Trecho de entrevista realizada pelo autor da presente tese.

na graduação, em Letras/Inglês, em um instituto de Porto Alegre, depois fiz o mestrado. Eu trabalhei um pouco na área, como professora de inglês, depois fiz o mestrado em Comunicação, na universidade privada, em São Paulo. E agora estou fazendo doutorado.

Entrevistador: As pessoas apontam que uma dificuldade para entrar no doutorado é a proficiência, além de fazer doutorado sanduíche. Essa limitação tu não tens...

Carolina de Jesus: Sim, eu sou intérprete simultânea e, também, trabalho como tradutora. Não trabalho mais tanto como em São Paulo porque aqui quase não tem (trabalho). Mas eu sou intérprete. O que me impede de fazer doutorado sanduíche, nesse momento, é que eu nunca fiz a prova de proficiência que eles pedem, o TOEFL (*Test of English as a Foreign Language* ou Teste de Inglês como Língua Estrangeira). Agora está custando US\$ 300, eu vou dar uma segurada.

Entrevistador: Tu despertaste para fazer Inglês na graduação. Por quê? E foi Licenciatura ou Bacharelado?

Carolina de Jesus: Licenciatura. Meu pai é sueco, então eu já falava inglês havia um bom tempo. Eu entrei na faculdade fazendo Engenharia de Computação, porque meu pai é engenheiro naval, então eu disse: “Quero ser engenheira como meu pai”, só que naval eu não tinha como, só se estudasse em Rio Grande. Eu terminei o colégio com 16 anos, então com 17 entrei na faculdade, em Engenharia de Computação, e não gostei... não é que não gostei, eu não entendia, não adiantava... Aí, eu saí e fui para Enfermagem, porque minha mãe é da área da saúde.

Eu queria fazer Publicidade e Propaganda, só que, na época, todo mundo falava: “Isso aí é coisa de gente branca, coisa de rico, tu não vais conseguir emprego depois...” Aí, fui fazer Enfermagem, também durei um semestre, porque não tinha como... Então, pensei: “Vou dar um tempo e fazer um cursinho”. Aí, estava indo me inscrever em um cursinho e vi uma placa no ônibus: “Inscrições abertas: Extravestibular”. Aí, desci do ônibus e fui lá. E estavam abertas as inscrições para Matemática, História, Música e Letras. Matemática, eu não ia fazer, já tinha acabado

de sair da Engenharia. Se eu fizesse História, meu pai iria dar com um pedaço de pau na minha cabeça. Música, não tenho porquê, não tenho nada a ver, e aí fui fazer Letras, porque já falava inglês.

Aí, quando chegou no segundo ou terceiro semestre, eu disse: “Ah, não vou fazer mais, porque não estou gostando e não é isso que eu quero.” Então, meu pai disse: “Olha só, se tu não terminares esta faculdade, não vais terminar nenhuma outra, porque eu não vou pagar mais”. Aí, foi um ótimo estímulo e eu terminei. Eu terminei e abri uma escola de inglês para pessoas de baixa renda. E deu super certo, só que eu fiquei com depressão, porque não era aquilo que eu queria. Aí, fechei a escola e fui para a Índia. Saí da Índia e fui morar em Londres, depois fui para a Suécia morar com meu pai, depois fui para Portugal, depois voltei para o Brasil e fui dar aula de novo. Aí, meu pai ficou com câncer, eu fui para a Suécia, morei lá e, quando meu pai se curou, passou todo aquele processo e aí eu disse: “Chega, eu vou fazer o que eu quero. Quero trabalhar com Comunicação, com Cinema e é isso que vou fazer”. Aí fui fazer um curso profissionalizante de Cinema, terminei e, como eu queria ficar em São Paulo, não queria ir para o Rio (a minha mãe mora no Rio), resolvi fazer um mestrado em Comunicação.

E aí, fiz um mestrado sobre cinema sueco, super influenciável. Eu cheguei lá, meu mestrado ia ser sobre adaptação cinematográfica, porque eu venho da Letras, e, na entrevista, o professor disse: “Como assim, tu falas sueco e vais deixar isso passar?” Aí, fiz sobre cinema sueco. Odiei, odiei, foi horrível. Exaustão. Eu estava trabalhando com *Os homens que não amavam as mulheres*, a Trilogia Millennium, e fiz a articulação dos livros, porque é bem complexo: o livro virou uma série de televisão, que virou um filme, que depois virou um *remake*. Eu analisei todo esse processo, aí peguei sueco, foi um saco.

Entrevistador: Das pessoas que eu entrevistei, a maioria é a primeira pessoa da família a ter o curso de graduação. No teu caso, não. Já teve teus pais e a tua filha já vai ter uma mãe doutora. O que isso representa?

Carolina de Jesus: A minha mãe é técnica de Enfermagem. O meu pai não é meu pai biológico, o biológico é formado em Direito. Mas não tenho tanto contato com ele.

Apesar de ter... descobri na terapia esses dias que estou fazendo doutorado por causa do meu pai biológico. Influência bem inconsciente, eu não sabia por que eu fazia doutorado, ninguém sabia, aí a gente descobriu agora. E o meu pai, ele é meu pai desde os meus três anos de idade. Então, ele é minha figura paterna. Ele é engenheiro naval e eu sempre tive uma referência muito forte, ele ganhou grana, eu tenho plena consciência de que o conhecimento, a cultura do meu pai mudou toda a minha história. Porque eu sou a única da minha família que fez mestrado, e que agora está no doutorado. Eu sou a única que viajou, e isso tem muito a ver com a questão do meu pai.

Então, tem uma diferença gritante. Eu tenho primos com quem me criei e a visão deles é muito diferente. Somos muito próximos, como irmãos, mas temos visões de mundo, visões culturais diferentes. E isso tem a ver com a influência do meu pai. Eu vejo isso como uma coisa boa, porque, no final das contas, acabei motivando os meus primos, motivo minhas amigas de infância, que motivam as filhas delas. E a minha filha, espero que se motive de alguma forma, mas eu não tenho certeza se vai acontecer ou não. O pai dela também tem ensino superior, especialização, o tio, a tia, então, talvez, aconteça.

Entrevistador: Quando tu te reconheceste como negra?

Carolina de Jesus: Desde sempre, eu me reconheci como negra. Porque a minha mãe nunca me deixou esquecer disso. Até porque ela reforçava. Várias vezes eu não queria ser preta, chorava porque eu era preta e a minha mãe dizia para mim: “Tu és preta”. Ou ela dizia assim: “Tu tens que te arrumar bem arrumada, não podes sair pra rua descabelada porque tu és preta e as pessoas vão pensar mal de ti”.

Então, eu nunca deixei de pensar que eu sou preta. Mas eu comecei a me identificar e gostar da minha negritude depois da minha gestação. Eu percebi o contexto de uma mulher negra. Eu nunca achei na minha vida, pela minha história, e porque eu já era de classe média alta, eu nunca achei que eu iria ser mãe solo. Nunca achei. E, aí, fui pega de supetão, a vida deu uma reviravolta. E, ali, tive que dizer: “Não, perai, tem alguma coisa errada”. Tanto que o meu projeto de tese de doutorado é sobre a solidão da mulher negra.

Foi nesse momento, quando a minha filha já tinha um ano, e eu já não estava mais focada só nela, então, consegui começar a olhar, e, também, estava naquela explosão do feminismo negro, da Djamila Ribeiro, foi em 2017, por aí. Eu abri meus olhos e fui atrás disso.

Entrevistador: Voltando um pouco à graduação: tinha alunos negros na tua universidade?

Carolina de Jesus: Tinha cinco colegas negros, incluindo eu, na nossa turma. Acho que, de 50 pessoas, tinha cinco negros. E eu era a única que não tinha bolsa. Eu não lembro se podia pedir ou não, mas eu sempre fui muito correta. O meu pai pagava a minha faculdade, então eu disse: “Não vou tirar a oportunidade de alguém estudar se eu posso pagar”. E, aí, eu paguei. E, de todo mundo que entrou, nos formamos só eu e mais outra.

Entrevistador: Depois, tu criaste um curso para baixa renda. Por que baixa renda, se inglês quase sempre foi mais focado em outras realidades? O que te motivou?

Carolina de Jesus: Eu sempre vivi em dois mundos. A família da minha mãe é toda de Viamão, minha mãe tem nove irmãos, a família toda dá quase 100 pessoas, enquanto que, por parte de pai, somos só eu e meu pai. Então, eu tive acesso a várias coisas que eu sabia que meus primos e as pessoas da minha família não tiveram. E eu estava ali dentro e eu via a dificuldade das minhas colegas, que entraram na faculdade sem saber inglês, e aí fiquei pensando: “Eu não quero dar aula de inglês para quem pode pagar, para quem vai entrar ali e não vai fazer diferença nenhuma. Eu quero fazer a diferença na vida de alguém”.

E aí, foi mais ou menos isso que eu fui modelando e pensando nessa ideia. Eu cobrava R\$ 60 a mensalidade e tinha um curso de ponta, porque eu já tinha dado aula antes, tinha um método e tudo mais, e as pessoas iam à escola, era lá no Centro, e elas não acreditavam no preço. Ficavam muito desconfiadas. “Não, tu estás me enrolando”. Eu fiquei uns três ou quatro meses sem alunos, porque as pessoas iam lá

e diziam que era mentira, elas não acreditavam. Aí, um amigo tomou coragem e falou pra outro amigo, e foi indo e foi se espalhando, e aí eles começaram a falar inglês e aí bombou a escola.

Foi muito louco, porque eu abri a escola com zero alunos e, quando eu fechei, tinha 150. Eu tinha professores, eu não queria estar na sala de aula, mas queria estar naquele ambiente.

Às vezes, eu ainda penso nisso. Eu tenho vontade de abrir uma escola, hoje tenho mais maturidade e outros objetivos, mas eu penso muito nessa questão de não necessariamente trabalhar só com pessoas negras, mas com pessoas de baixa renda, o que inclui as pessoas negras. Principalmente as de baixa renda, que são as que estão fora do campo e não têm muita oportunidade. Eu tento usar tudo que eu consegui fazer, porque eu penso que a probabilidade de alguém ter um pai sueco, em Porto Alegre, é mínima. Eu fui uma em 10 milhões de pessoas. Eu preciso usar essa bênção que eu tive, não pela questão financeira, mas pelas oportunidades que eu tive, e tentar proporcionar coisas parecidas para as pessoas.

Entrevistador: Tu, como professora e mulher negra, tu achas que isso cativava e trazia mais alunos que se identificavam contigo, ou não era a tua pessoa, mas o conteúdo?

Carolina de Jesus: Eu me formei com 21 anos. Eu tenho 33 agora e tem gente que não diz que eu tenho essa idade. As pessoas não acreditavam em mim, elas diziam: “Não, tu já és formada?” E aí, eu ainda fiz uma especialização, não cheguei a terminar, mas comecei, em Língua Inglesa, e as pessoas não acreditavam que eu, preta, pudesse ensinar inglês, que eu tivesse um nível de inglês alto, era uma loucura.

E, agora, eu tenho uma prima, que é do núcleo bem pobre da família, o pai dela é porteiro e a minha dinda é dona de casa, faz faxina, e ela passou na universidade federal, pelas cotas, e eu ajudei ela a fazer a documentação, e todo semestre é uma loucura, mas ela passou agora e ela me contou que rodou em todas as disciplinas no primeiro semestre. Eu disse: “Como assim?” E ela: “Eu entrei na sala de aula e o professor já tava falando inglês”. Eu respondi pra ela: “Eu te disse pra te preparar e te

falei que a faculdade era diferente”.

E eu tive uma professora, que agora é professora dela também, que é mega racista. Essa mulher, ela me odeia e, além de me odiar, ela também é racista. Agora, eu acho que ela está um pouco melhor, mas para teres uma ideia, a treta com ela foi tão grande que ela era coordenadora do curso, e eu fiz uma reclamação, e ela foi demitida dois ou três meses antes de eu me formar. Eu fiz uma disciplina três vezes. Porque eu precisava de 7 e ela me dava 6,9, e aí eu não passava. Eu cheguei pra ela e perguntei: “Por que tu me deste 6,9 e não 7?” ela virou pra mim e disse: “Foi o mesmo critério que eu usei pra não te dar 6,8”. Era uma prova discursiva, de uma página, eu estava de recuperação. Eu escrevi duas páginas e tirei 6,9, meus colegas escreveram uma bosta e tiraram 8, sabe? E eu não entendia.

Eu achava, naquela época, que o problema era eu. E aí, depois, ela namorava o meu colega, só que ela era coordenadora do curso, e eu estava vendo que ela estava me perseguindo. Aí eu fui lá e formulei uma reclamação e disse que aquilo era antiético, e eu não tinha bolsa, não tinha nada, então eu não tinha o que perder. E eu bati de frente com ela, porque o meu colega não tinha ido às aulas e ele ia rodar, só que a gente ia se formar. E aí, pra ele não rodar, ela foi lá e falou com a professora, pra ela dar uma chance para todo mundo. Aí, eu fui lá e disse: “Se ela vai dar chance para todo mundo, então que rode todo mundo”. Eu sabia que não iam rodar todo mundo, só que eu fiz uma baita reclamação. E, aí, sei que estourou e ela foi demitida.

E, aí, a gente se formou. Só que, como ele era namorado dela e meu colega, na formatura, assim que eu desci do palco ela me disse: “Parabéns, se eu não tivesse sido demitida tu não estarias aqui”. Acabou com a minha formatura. Aí, depois, quando eu abri a escola de inglês, ela disse que ficaria próxima, observando, ela comentou com algo do tipo “Quem diria, hein?” Aí depois, no doutorado, acho que ela só curtiu. Mas ainda vou encontrar com ela. Ela é uma pessoa que, se ela pudesse falar que eu não chegaria a lugar algum, ela falaria.

Entrevistador: Tu tiveste professores negros na graduação ou no mestrado?

Carolina de Jesus: No mestrado, sim. Na graduação, não.

Entrevistador: Mas eram abordados assuntos étnicos? Tu achas que fazia falta? Assim como tu eras uma referência para os teus alunos, para ti faria diferença?

Carolina de Jesus: Olha, eu acho que faria bastante diferença. Pelo acolhimento. Ainda que, naquela época, eu não visse o recorte de raça. Eu achava que as questões eram minhas, que o problema era eu, não via nenhum recorte de raça. E a minha colega sempre falava sobre isso e eu dizia que ela era louca.

Eu tive um professor negro no mestrado, que até foi demitido. Foi demitido no ano passado. E eu achava o máximo ele estar lá. Só que eu nunca tive aula com ele. Então, eu sempre tive referenciais brancos. Essa universidade em São Paulo tem cursos de mestrado e doutorado supernovos, e é muito bom o curso deles na área de Cinema. Bom mesmo. Só que, até hoje, eles não têm nenhum trabalho, nenhuma defesa que toque a questão de raça. Nenhum trabalho.

E eu vejo que o problema de não ter um professor negro lá é que, por exemplo, quando entra uma aluna negra, ainda que eu falasse sueco, por que eles me fazem fazer uma dissertação sobre cinema sueco e não me fazem abordar raça, que é uma coisa muito mais palpável no Brasil e palpável na época? Se eles tivessem me influenciado a pensar raça na minha dissertação, eu a teria usado muito mais. Minha dissertação, agora, está lá, jogada às traças. A galera visita, tem um monte de visitas na minha dissertação. Não tem citação, mas tem visita. E até nem vai ter citação porque eu fiz com muita má vontade, eu não queria fazer aquilo.

Entrevistador: Mas foi difícil a tua trajetória lá?

Carolina de Jesus: Não, não foi difícil. Foi uma barbada. Até porque eu pagava muita grana, não tinha bolsa, e a mensalidade era cara.

Entrevistador: É no Morumbi? É um bairro top de lá, né?

Carolina de Jesus: Não, é no Itaim Bibi, que é mais top. É do lado de Moema. É um dos lugares mais caros, um dos mestrados mais caros de São Paulo. Eu pagava na

época, acho, uns R\$ 2.400 por mês. Eu fazia o que eu queria. Não tinha muito... Depois, eu indiquei o mestrado para o meu amigo, que é dindo da minha filha, ele fez. Com ele, teve várias entregas, e eu nunca tive cobrança nenhuma.

Entrevistador: Por que será?

Carolina de Jesus: Não sei te dizer. Ele era a coisa mais querida, mas ele não era meu orientador, ele era um colega que se encontrava comigo e dizia: “Ah, faz isso, faz aquilo, faz o que tu achares melhor”.

Entrevistador: E tu tinhas colegas negros no mestrado. Esse professor não te deu aula, mas tu percebias outras pessoas próximas da tua realidade?

Carolina de Jesus: Não, ninguém. Na faculdade, quase nem tinha pessoas negras. Depois, eu fui fazer estágio-docência, e fiz só porque eu pedi, eu quase implorei para fazer. O meu orientador nem se manifestou. Eu disse que queria fazer e fiz. E, no dia em que eu fui dar aula pela primeira vez, sozinha, foi uma loucura, porque os alunos não queriam me respeitar, eu tive que dar uns gritos. E foi horrível, me senti super mal, não é essa a minha didática.

Entrevistador: Mas foi por que tu eras gurizona, por que tu não tinhas domínio?

Carolina de Jesus: Era uma mistura de preconceito geracional com racial. E eu não lembro de ter nenhum aluno negro nessa turma em que eu fiz estágio-docência.

Entrevistador: E depois, tu terminaste o mestrado e vieste para Porto Alegre, por quê? Como decidiste ir para uma universidade federal?

Carolina de Jesus: O que me trouxe foi a minha atual orientadora. Eu fui num congresso, eu estava tão chateada com a minha dissertação que eu fui a um congresso... No meio da minha dissertação sobre cinema sueco, eu descobri um fluxo de consumo da personagem. E eu me apaixonei por aquilo ali. E eu acho que já tinha um ano de mestrado, mas fiquei empolgadaça, e aí pensei: “Consumo midiático, recepção...”. E, aí, fiz um trabalho, um texto, que, inclusive, é um dos meus textos

mais lidos, e fui para o evento, o Intercom, e aí chego lá e a coordenadora da sala era ela. E ela falou sobre o meu trabalho, falou coisas...

Ela me orientou naquele trabalho e, aí, eu fiquei emocionadíssima, porque eu acho que esperava aquilo do meu orientador. E eu estava super empolgada com o trabalho e queria mudar, e fui atrás da outra orientadora e ela disse: “Acho melhor tu não mudares, porque já tens um ano, não sei se vais dar conta”. E, aí, o orientador disse que não era para mudar, porque eu estava sempre indo para a Linha 2, e eu tinha que ficar na 1, e eu não queria, e foi essa loucura. E, aí, eu vi a minha futura orientadora lá e disse: “Eu vou estudar com essa mulher em algum dia da minha vida”.

E, daí, terminei o mestrado. Eu terminei o mestrado grávida. Defendi com seis meses de gestação. E, em março de 2017, vim morar em Porto Alegre, mas por questões pessoais, por causa da questão do pai dela e tudo mais. E, aí, eu entrei em crise, porque não estava trabalhando, porque, na verdade, na cultura da Suécia, do meu pai, as crianças só vão para a escola depois dos dois anos de idade. Elas ficam em casa, com os pais, até os dois anos de idade. E, aí, eu combinei com ele que ficaria com ela até os dois anos de idade em casa, só que eu estava morando com minha mãe, aí peguei a minha filha, botei todas as coisas dela e as minhas dentro do carro e vim para Porto Alegre para ver o que eu iria fazer da minha vida, porque eu estava totalmente perdida. Eu não tinha mais emprego, não tinha mais mestrado, eu estava sem rumo.

Então, vim para Porto Alegre, aluguei um apartamento e entrei em crise, porque eu não sabia o que fazer [filha interrompe]. Aí, entrei em crise, porque pensei: “Será que a vida é só isso, será que vida é só ter um marido e ser mãe? E arrumar um trabalho meia-boca e viver isso aí?”. Quando eu estava grávida, eu terminei o mestrado e me inscrevi no doutorado, lá em São Paulo. E, aí, a professora que eu escolhi como orientadora, que é muito minha amiga, por sinal, me disse: “Eu não vou te passar porque, tu não sabes ainda, mas não tem como tu dares conta de um doutorado e do bebê.” Fiquei indignadíssima. Eu disse: “O que que ela está pensando? Como ela sabe de que eu dou conta e de que eu não dou?” Óbvio que não tinha como dar conta. Porque a criança nasceu e eu disse: “Ainda bem!”

Quando eu vim, em 2017, que que eu fiz? Tentei a universidade federal. Tentei entrar no doutorado. Mas com um projeto bostíssimo. Nem cheguei a botar a orientadora desejada porque nem passei da primeira fase. No segundo ano, eu também não passei da primeira fase, mas era um projeto ruim. Aí, no terceiro ano, eu me preparei e disse: “Eu vou estudar com essa mulher”. Aí, no terceiro ano eu me preparei mesmo, até porque eu já tinha experiência e eu tinha ido atrás. E, aí, eu queria estudar a recepção, porque eu gosto muito, ainda que eu não saiba exatamente o que é, e ninguém sabe. E aí, “Esse campo é foda, quero estudar esse campo.”

E fui atrás, fiz um projeto de bordas midiáticas, que até hoje não consegui desenvolver esse conceito, mas quando ele nascer, ele vem. Fiz esse projeto e tinha duas professoras. E aí, na entrevista, a outra perguntou: “tu queres estudar com a fulana, tu estás aberta para fazer com outra professora?” Eu disse: “Não, eu vim para estudar com ela. Se não for para estudar com a ela, eu não quero ninguém mais.” Acho que a professora não teve muita opção, aí eu passei.

Mas, já na entrevista, ela já disse: “Se tiveres que abandonar...” – eu tinha três opções, eram as bordas midiáticas, as mulheres negras e não lembro qual era a outra – e ela disse: “Qual é o objeto que tu não abandonas de jeito nenhum?” Eu disse: “Ah, a negritude. Não tem como, né?” E, aí, passei.

Entrevistador: Tu entraste no doutorado sem cotas. O que isso representa para ti, como as pessoas te olham? Achando que és cotista, ou nem tem essa ressalva?

Carolina de Jesus: Olha, vou te dizer que a coisa mais impressionante que escutei em relação às cotas veio de uma mestranda do PPGCOM da universidade federal. Implementaram no ano passado as cotas. Um ano depois de eu entrar, implementaram as cotas para o doutorado. E eu disse: “Ah, que bom, agora a gente vai ter mais doutorandos negros.” E aí a guria virou para mim e disse: “Como assim? Tu entraste sem cotas? Como tu conseguiste entrar sem as cotas?” E eu tive que dizer para ela: “Eu entrei como qualquer outra pessoa. O fato de eu ser negra não...” E eu sou uma pessoa que todo mundo fala dos meus privilégios. Eu entendo os meus privilégios, mas eu nunca tive direito a cota nenhuma. Eu vou usar todas as cotas que

eu não usei em um concurso público, eu acho. Eu fiquei meio indignada quando fui ver que não tinha cotas para o doutorado, porque eu estava contando com aquilo, no fundo. Porque a gente sempre fica pensando. Eu já tinha falhado três vezes. Fiquei pensando: “Bom, pelo menos com as cotas eu entro, não é?” Mas, ao mesmo tempo, eu queria ver se eu tinha capacidade de entrar mesmo. E, aí, quando dei o meu mínimo, eu consegui entrar. Eu fiquei muito feliz, mas fiquei mais feliz quando aprovaram as cotas. Só que eu não lembro de nenhum doutorando negro entrando pelas cotas na minha universidade.

Entrevistador: Como é tratada a questão da negritude no teu PPGCOM?

Carolina de Jesus: As pessoas têm medo de mulheres negras. Elas já partem do princípio de que eu vou fazer barraco. E eu faço. Já tive problemas sérios com uma professora, inclusive. Porque ela chamou uma convidada para apresentar tese, e todo mundo cheio de frufu, a mulher analisando o consumo midiático das mulheres, de propagandas, e aí, todo mundo achando lindo, e eu disse: “Olha só, eu, lendo metade da tua tese, já sei que não tem nenhuma mulher negra aqui. Porque nenhuma mulher negra se vê em um comercial de margarina. A gente foi criada sabendo que o comercial de margarina não é pra gente. Já sei que não tem nenhuma mulher negra aqui”.

Aí a docente virou pra mim e disse: “Ah, mas nem tudo pode ser levado à raça”. E eu disse: “Nem tudo, mas quando se faz uma pesquisa sobre mulheres, se não botar raça, para mim a pesquisa não vale”. Isso foi no primeiro semestre. Ali, a galera já sentiu que eu era do barraco. Eles vão conversando e aí, se eu entro, “Ah, já coloca a raça”. Às vezes, eu me indigno e digo: “Gente, não é porque eu sou preta que eu sou a defensora e a detentora que quer falar só sobre raça. Eu sei falar sobre outras coisas”.

Até agora, tinha entrado, no ano passado, uma mestranda negra, que foi a minha orientadora que recebeu. Ela está nesse movimento, ela trabalha com negros e gays. O grupo de pesquisa dela é a diversidade, só os excluídos. Só que a aluna desistiu do mestrado, porque ela não conseguiu... Porque eu era uma pessoa que tinha privilégios, mas a guria não tinha conhecimento do que era um mestrado, ela

entrou e eu mais ou menos fiquei de dinda dela. Pegava ela pela mão e dizia: “Olha só, tens que fazer isso”. Escrevi até um capítulo de livro e um artigo com ela. Só que ela não tem a cultura, ela saiu da graduação faz muito pouco, e ela não aguentou a pressão, e isso que nem tinha pressão. Mas, com a pandemia, agora eu sei que ela largou, o que é muito triste, porque tem muito poucas pessoas negras. E aí ela largou, mas teve outra mestranda, que se formou com B, e foi super criticada. A orientadora dela, que eu sempre disse que é racista, ela avacalhou, ela não se encontrava. Os outros orientandos dela, e eu sei porque os orientandos dela são muito próximos, são meus amigos, eles tinham entregas e encontros semanais com ela. E a orientanda negra, ela nem via. Eu não vi a defesa, mas a própria orientadora meteu o pau nela na defesa. Meteu o pau no trabalho dela e disse que ela não leu e não fez o que ela mandou. Foi bem problemático e fiquei chateada, sabe? Essa menina é a mesma que me perguntou como eu entrei no doutorado sem as cotas.

Entrevistador: Que diferença faria, para ti e para teus colegas, se houvesse professores negros no teu PPGCOM?

Carolina de Jesus: Acho que mudaria muito. Eu, por exemplo, estou fazendo agora meu projeto de qualificação. E uma das minhas maiores brigas com a orientadora é que, para eu... minha tese é sobre afro-consumo cultural e midiático. Ela acha que não é necessário eu contar a história do movimento negro na minha tese. E aí é minha maior briga com ela. Eu digo a ela: “Talvez, tu não entendas, mas eu não tenho como falar sobre afro-consumo cultural e midiático se eu não falar sobre o movimento negro, a importância do movimento negro, hoje, para a negritude.” Ela não entende.

Se eu tivesse uma orientadora ou algum professor que tensionasse isso, talvez as cotas para o doutorado não tivessem chegado só agora, sabe? A gente não teria essa quantidade só de alunos brancos na faculdade federal, tampouco no PPGCOM. A única coisa que eles pensam, lá para pensar os excluídos, é nos LGBT e nas mulheres. Raça passa batido. A gente precisa de um professor negro dentro, senão, vai continuar a mesma estrutura de sempre.

Mas, como é que eu ia denunciar, não denunciar, mas reclamar que a professora foi... depois fiz outra cadeira a mesma professora me deu “B”. E eu fiz um

barraco, e ela me deu “A” depois. Como é que eu vou denunciar e reclamar que ela está tendo práticas racistas, se eu não tenho ninguém para dizer: “Isso é verdade”.

E aí, no final das contas, todo mundo meio que me conhece na faculdade dessa universidade federal porque eu sou “a negra”. E isso é uma merda. Ninguém me conhece pelo meu trabalho. “Ah, fala sobre negritude”. Em uma universidade particular, toda vez que eles precisam falar sobre negritude ou sobre mulheres negras, eles me chamam. Tem uma professora que está sempre me chamando, outro me convidou para grupo de pesquisa, eu fiz algumas disciplinas nessa instituição privada, então, toda vez que tem alguma coisa a ver com a negritude, eles me chamam. “Eu sou a única pessoa negra que tem doutorado que vocês conhecem?” Eu já perguntei isso e depois eu realizei que era, eu acho que, talvez, sim.

E é difícil, porque, aí, as pessoas esperam que eu chegue lá de cabelo crespo, de *black*... Eles já têm uma ideia. Aí, chegam para mim assim: “Ah, como é que foi a tua vida na periferia?” Eu não sei, eu não vivi na periferia. Eu tenho contato com a minha família, sim, eu morei em Viamão, mas eu não morava na periferia. Morava numa mansão em Viamão, então eu não sei. Eu acho bom que se olhe para isso. Acho. Mas eu acho ruim que se coloque rótulo. E a verdade é que a galera me rotula o tempo todo.

Entrevistador: O que representou, para ti, ir para a Compós, o que te motivou? Qual foi a girada de chave?

Carolina de Jesus: A girada de chave foi que eu acredito no que vou fazer e eu sou ousada. Eu sou ousadíssima. Eu mandei o trabalho e disse para a orientadora: “Eu mandei o trabalho”, e ela disse: “Tu estás falando sério?” E eu disse: “Sim, eu mandei”. E aí, depois, quando ela foi ler o texto, ela disse: “Carolina de Jesus, esse texto não é nem de recepção”. E foi aceito. Ela disse: “Eu não aprovaria”, e eu respondi: “Mas tu és minha orientadora e chata pra caralho”. E vou te dizer: o texto entra numas brechas do GT. Esse foi o argumento que a gente usou: as brechas que a ementa do GT dá. Mas o texto só entrou porque ele fala de negritude e periferia.

Entrevistador: Quando tu apresentaste, as pessoas questionaram, ficaram

cheias de dedos ou vieram para cima? Quem foi o parecerista?

Carolina de Jesus: Sabe o que o parecerista nos perguntou? A gente usou um exercício metodológico, de usar a afrocentricidade para fazer a análise do nosso texto. Então, toda a nossa análise foi em cima da afrocentricidade. E, logo que começou, ela questionou por que a gente estava usando a afrocentricidade. E, aí, o meu colega rebateu: “A afrocentricidade é um paradigma. E talvez as pessoas não conheçam, mas existe. Por que ninguém está questionando por que alguém usou Bourdieu? Ninguém questiona. Por que vocês estão questionando a gente por usar afrocentricidade?” No texto, uma das questões da afrocentricidade é o léxico. E ela disse: “Ah, isso aqui que a gente está falando é discurso”. Eu disse para ela: “Não, se fosse discurso, eu usaria discurso. A questão é que eu estou usando léxico porque o discurso que se construiu acerca da negritude é pejorativo, então a gente está retrocedendo, a gente está indo antes do discurso para dizer: vamos reconstruir, vamos ressignificar isso de verdade. Eu estou dizendo léxico por causa disso”. E, aí, ela falou uma coisa muito absurda. E foi quando me indignei “Quando eu vou traduzir, por que eu não posso falar mais ‘nêga maluca’ e agora tenho que falar só ‘bolo de chocolate’?” E eu falei: “Quando tu vais traduzir, se traduz o quê?” E eu sou intérprete, quando eu vou traduzir “nêga maluca”, eu vou falar “bolo de chocolate”, não vou falar “crazy nigger”. Não tem sentido. E, se eu vou traduzir por “chocolate cake”, eu vou falar “bolo de chocolate”, qual é o problema em cima disso? Ela disse: “Ah, é que se problematiza demais a negritude”. Se problematiza porque ainda tem problemas. Quando não tiver, não iremos mais problematizar, simples. E esse foi o clima gostoso do GT.

Entrevistador: Estar na vitrina é bom, mas também tu és mais cobrada. Tiveste algum receio disso? Foi bom? Valeu a pena? Compensou?

Carolina de Jesus: Eu acho que sim, vou te dizer que tenho bastante... aquele site da academia, e agora criei também um *Research Gate*, eu tenho tido bastante visualizações e leitores dos meus textos, o que eu acho bom, de certa forma. Não sei exatamente que tipo de pessoa, mas provavelmente é da academia, então, eu acho que é bom ter alguém dentro do campo da Comunicação que está falando de processos em geral, mas de negritude. Eu estou falando de mídia, mas a gente não

tem como falar de mídia, no Brasil, sem colocar o recorte de raça. Sendo que foi a mídia que construiu todo esse discurso que vocês estão falando. Vocês adoram falar de discurso, mas vocês não falam do discurso do racismo, que é o que coloca vocês onde vocês estão.

E, agora, eu vou de novo à Compós neste ano, eu acho. Estou tentando terminar o artigo. Eu vou ser mais ousada, porque eu não vou no (GT) de Recepção, até porque a minha orientadora mandou eu não ir. Eu vou no de Consumo, que é o de Publicidade. E, aí, eu tô toda cagada, né? Só que eu e o meu colega já estamos fazendo as fichas, e não tem como o meu trabalho não entrar. Porque o nome do GT é Consumo e Processos. E eu vou aplicar o trabalho Afroconsumo Cultural e Midiático. Eu já expressei muito esse assunto, e estou levando agora para a Compós, que é para tomar uns paus mesmo. Ele está totalmente enquadrado, preenche tudo. Não tem como não entrar, só se eu escrever um texto muito merda, o que é difícil, pois já escrevi várias versões. E, também, é um conceito novo, que não existe. Tem o afroconsumo, mas o afroconsumo cultural... que a minha lógica é: não tem como falar do afroconsumo mercadológico sem falar do afroconsumo cultural ou midiático primeiro.

Mas vamos ver. Eu não gosto do GT de Consumo, não gosto porque é Publicidade, e Publicidade é uma merda...

Entrevistador: Por que tu achas que tem poucos negros no ambiente acadêmico, e ainda mais no doutorado? Mesmo pessoas com os mesmos privilégios que tu tens, e mesmo assim tem poucos?

Carolina de Jesus: Acho que o primeiro ponto é a questão financeira. E, também, tem a questão de que ninguém sabe, a maioria da população não sabe exatamente o que é um doutorado. E vou ser bem sincera: provavelmente, eu entrei no doutorado sem ter muita noção de como era. Não faz muito que eu fui entender: “Opa, o doutorado é isso daqui”. E acho que é uma questão de: como a gente, que está dentro da academia, já não tem muita noção do que é um doutorado, provavelmente as pessoas que vão te apoiar e te estimular a fazer aquilo têm muito menos. Então, fica mais difícil ainda ter esse estímulo, essa motivação para chegar lá.

E, aí, quem vai fazer doutorado em Comunicação provavelmente são as pessoas que vieram da Publicidade, do Jornalismo... E Publicidade é uma área que, mal ou bem, a galera, pelo que eu vejo, ganha uma grana, porque quase não tem preto nessas agências. Então, a galera fica pelo dinheiro, e aí não vai para a academia. Para eles, não compensa nada. Eu fui porque era uma coisa pessoal minha. Hoje em dia, não tenho nem certeza se eu tenho vontade de fazer um concurso.

Entrevistador: Quando tu fores professora, conseguirás trazer esses assuntos, fazer diferente do que foi até agora?

Carolina de Jesus: Eu tenho uma percepção ou uma intuição de que, em algum momento, os cursos de Comunicação vão entender que precisam de pessoas negras. As instituições em geral, mas eu vou falar bem do curso de Comunicação. A gente precisa de alguém dentro dos PPGs que fale sobre negritude. E a gente não tem. Que aborde os processos midiáticos da negritude, dentro de um PPG. Não tem como, hoje em dia, falar de mídia e não falar de raça. Ainda mais que, hoje, se fala muito sobre interseccionalidade e tudo mais, não tem como. É o futuro, que ainda não chegou, mas que talvez não demore muito.

Eu penso, eu me vejo trabalhando em uma universidade privada pequena. Porque eu vejo que lá é bem mais receptivo. Eu já não me vejo dando aula em uma grande universidade privada de Porto Alegre. Até porque eu já estudei lá, eu acho que não teria estômago. E, talvez, essa universidade renomada seja o lugar que mais precise de um professor negro, para descolonizar esse pensamento. Porque muitos, da galera que está na mídia, são formados lá, então eles vêm trazendo toda aquela herança racista, e os estudos lá são muito racistas. Eu não sei, porque eu não conheço o corpo docente, não tenho nem vontade de conhecer, mas acho que lá é um dos lugares que mais precisam descolonizar esse pensamento e o currículo. Sei lá, em algum momento eu acho que alguém vai nos chamar.

Entrevistador: Tu fizeste estágio na universidade federal? Como foi com os alunos negros?

Carolina de Jesus: Tinha poucos. Mas a galera que eu fiz estágio docente era muito alternativa, até porque a disciplina da minha orientadora se chama Comunicação e Cultura. Então, a ementa é “interseccionalidade, raça, classe...” Então, é só a galera *good vibes* que vai pra essa disciplina. Mas era muito legal, porque era uma galera *good vibes* interessada. Então, eles vinham com bons argumentos.

Eu lembro de ter visto duas pessoas negras. Mas, numa turma de 23, é pouquíssimo. Tem cotas, mas não tem tantos alunos negros. Eu não vejo. Eu acho que talvez seja o curso. Eu não sei o que é, mas não tem, não.

Entrevistador: Muitos comentavam que esse assunto (que é um tripé: comunicação, educação e raça) tem mais aderência na Sociologia do que na Comunicação. O teu projeto tem mais vínculo com a Comunicação. Por que as pessoas têm tanta resistência a falar sobre negritude na Comunicação? Como a gente consegue desconstruir essa percepção?

Carolina de Jesus: Uma das partes do texto que a gente escreveu para a Compós fala sobre a periferia e a negritude. E a galera não quer se aliar à periferia. É um rótulo. Classe e raça, no Brasil, são indissociáveis. Mas se pesquisa muito na Comunicação, e é super aceitável, pesquisar classe. Minha professora tem muitos orientandos, e muitas pessoas que trabalham com ela estudam classe. Nenhuma delas fala sobre raça.

Quando as pessoas falam sobre classe e Comunicação, é super aceitável. Sendo que classe, para mim, também está na Sociologia, não venham me falar que não. Mas ela própria, quando eu entrei com o meu projeto, me disse que o meu projeto era da Sociologia, meu projeto não tinha nada de Comunicação. E, aí, eu fiz um texto, numa disciplina, explicando que todo o movimento negro é pautado na Comunicação, que tudo que a gente tem hoje em dia na negritude é por causa da Comunicação, em várias instâncias. Então, seja numa perspectiva midiática, agora de internet, ou desde o folhetim da época em que a galera publicava os primeiros jornais negros. Então, o movimento negro é Comunicação. Não tem como não falar sobre negritude e não falar sobre Comunicação, porque, se não tiver Comunicação, não tem movimento negro.

Se não fosse pela Comunicação, o movimento negro não teria alcançado tudo que alcançou no Brasil e no mundo.

Então, acho que o que faz a galera achar que a negritude tem de estar na Sociologia e não na Comunicação é o próprio racismo deles. Porque os doutores e professores têm a mania de achar que sabem tudo sobre todos os assuntos. E, quando eles não sabem sobre um assunto, ao invés de falarem: “Eu não sei. Me ensina” ou “Eu quero aprender”, eles preferem dizer que seria melhor tu estares em outro lugar. E eu digo pra eles que não, e, azar, eles que lidem com isso, eles que lutem.

8 RAINHA DE WAKANDA: OS ENTRAVES PARA ESCURECER A UNIVERSIDADE

Se iniciar a graduação não é um desafio fácil, mesmo com os avanços da última década, entrar no mestrado ou concluir o doutorado é uma tarefa hercúlea, sobretudo para pessoas negras. Primeiro, há uma desigualdade regional, pois o maior número de cursos *strictu sensu* se encontra na região sudeste do país.⁷⁵ Segundo, nesses locais, há maior distribuição de bolsas e fomento para as pesquisas e, por consequência, atribuição de notas mais altas para cursos localizados nesse perímetro.

Não fosse complexo o acesso à educação superior, a permanência dos estudantes pertencentes à classe social menos favorecida também é um empecilho. As desigualdades se expressam nas condições socioeconômicas de quem não tem possibilidade de abandonar emprego para se dedicar aos estudos, considerando que não há bolsas para atender todas estas demandas. Ou seja, para estudar é necessário abrir mão do trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), embora, a renda fique menor e o benefício tenha um valor baixo e defasado.⁷⁶ E essa decisão é menos possível para quem precisa arcar com as próprias despesas ou sustentar uma família.

O racismo acadêmico⁷⁷ é tão arraigado nas universidades brasileiras que quase não há, no que se refere aos órgãos oficiais como o INEP, CAPES ou CNPq, dados sistemáticos e periódicos sobre a quantidade de professores e pesquisadores negros e negras nas universidades e nas instituições públicas e privadas, exceto em trabalhos acadêmicos.

Pode-se dizer que o ambiente acadêmico no Brasil é como se fosse uma pirâmide, onde no topo está um grupo da elite branca, que se colocou historicamente contrária à equidade racial na docência superior. Há pouco mais de uma década, em 2010, quando ocorreu a discussão sobre políticas públicas e ações afirmativas, parte desse mesmo segmento privilegiado se posicionou contra essas possibilidades de acesso da população minorizada. Segundo Gomes (2005), a ação política e

⁷⁵ FARIA, Susan. **Número de pós-graduandos cresce no Brasil**. Ministério da Educação, c2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2583-sp-2021081601>. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁷⁶ Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2022/03/bolsas-de-estudo-alcancam-o-menor-valor-da-historia.shtml> >. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁷⁷ Racismo acadêmico se dá nos aspectos estruturais do racismo que se expressam nos espaços universitários. É uma prática de discriminação racial que ocorre de forma velada ou explícita.

acadêmica de alguns intelectuais negros e brancos que se engajaram na luta contra a desigualdade racial, por meio dos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABs) tem sido fundamental na luta em prol das ações afirmativas no Brasil. Com esse apoio, mesmo que não na velocidade ideal, há formulação e implementação de medidas de acesso e permanência dos jovens negros nas universidades.

Um preto ou um pardo que consegue acessar a academia não chega apenas com o corpo negro, ele carrega uma história, cultura de um povo para os corredores, salas de aula, congressos, eventos, grupos de estudos e pesquisas. Ele tensiona e impulsiona o ambiente. Ao tornar-se protagonista da produção do conhecimento, os povos discriminados, que, por anos, foram objetos de um conhecimento elaborado sobre si mesmos, agora poderão desenvolver novos referenciais teóricos e empíricos. Ao fazê-los, irão injetar cada vez mais vigor e força na academia (NASCIMENTO, 2009, p. 28).

Não por acaso, negros e negras, ao acessar a pós-graduação, como discentes ou docentes, fazem crítica à concepção eurocêntrica e tentam trazer novos olhares para a prática, os estudos e as pesquisas em torno da diáspora africana e do que ela causou à população negra brasileira. Contudo nem todos se dedicam a esse tipo de pesquisa, pois um preto não precisa estudar sobre outros pretos, já que praticamente qualquer tema que seja escolhido, em razão do pesquisador ser negro, terá um recorte racial, nem que seja pela condução do discente. No entanto é inegável a influência norte-americana e europeia na pós-graduação brasileira. Uma revisão básica pode constatar a hegemonia e o esquecimento de outros vieses, pois, geralmente, as referências teóricas utilizadas nas pesquisas são eurocêntricas e os orientadores estudaram a partir dessa perspectiva.

Para muitos, existe uma concepção dentro do ambiente acadêmico de que ciência não tem cor. Por isso, alguns docentes preferem não se autodeclarar, talvez para que não haja distinção. Entretanto outros professores fazem questão de se autodeclarar em razão dos dados estatísticos e da relevância política dessa informação. Na paleta de cores da hierarquia acadêmica, quanto mais alto o diploma do professor universitário, menos diversidade racial. Porque além de continuarem sendo uma minoria entre o total de docentes, os negros veem a representatividade racial cair conforme aumenta o grau de escolaridade.

Munanga (2004) compreende que a universidade demonstra ser um dos espaços onde não caberiam os negros, tendo em vista que, culturalmente e

historicamente, existe um mito que atribui aos negros a falta de capacidade intelectual e de desempenho. Os poucos que alcançam esse local contrariam a regra e ultrapassam as negações culturalmente impostas a eles. Estando na instituição, os negros rompem as barreiras da desigualdade, onde realizam pesquisas e constroem novos saberes. Muitos deles conseguem atuar com uma perspectiva de fazer mudança realizando trabalhos voltados para lutas antirracistas e antissexistas (SILVA; EUCLIDES, 2018).

Asante (2009) é crítico ao ambiente acadêmico por marginalizar as produções que não atendem aos interesses eurocêntricos. Justamente ao contrário da teoria da afrocentricidade, uma proposta epistêmica que tem por objetivo dar conta dos fenômenos a partir da localização, promovendo a agência dos povos africanos em prol da sua inserção territorial, como princípio da filosofia da ancestralidade (OLIVEIRA, 2005).

Para Almeida (2018), o racismo é gestado no inconsciente coletivo, por meio do desenvolvimento de um imaginário social no qual os negros ocupam papéis subalternizados. O pesquisador entende que a vida social é mediada pela ideologia racista, que é reproduzida reiteradas vezes pelos sistemas comunicacionais, judicial e educacionais. Em contraponto, e não por acaso, a lógica meritocrática sustenta no imaginário coletivo a ideia de que inteligência, competência e mérito estão intimamente ligados à branquitude e, também, à heterossexualidade, à masculinidade e à cisnormatividade.

Ainda segundo o autor, é nesse viés que se constrói a ideia coletiva de que os negros – e em um recorte de gênero que atinge mais as mulheres negras – possuem menor capacidade de exercerem profissões altamente intelectualizadas. Dessa forma, podemos associar o baixo percentual de pesquisadoras negras nos Programas de Pós-graduação em Comunicação do Rio Grande do Sul, que é o objetivo desta pesquisa, ao somatório dos fenômenos que Almeida (2018) chama de discriminação direta e indireta. Segundo ele, a discriminação direta resulta em um tratamento que traz desvantagem para a pessoa discriminada. Já a discriminação indireta é caracterizada pela ausência dessa intencionalidade explícita, e pode se dar por intermédio de mecanismos em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada, por meio da prática de uma sucessão de regras, mascaradas pela suposta neutralidade racial.

As duas discriminações são reflexo de um racismo estrutural, e a repetição

delas, seja de imediato ou em pouco tempo, resultam na estratificação social, reduzindo as possibilidades de ascensão dessa etnia. Assim como na história de vida da Rainha de Wakanda, que será contada no subcapítulo a seguir, o racismo faz parte da ordem social e está entranhado no cotidiano. Ou seja, caso as instituições não implementem práticas antirracistas efetivas, elas não conseguirão impedir o racismo, ao contrário, o reproduzirão. “Há um notório incômodo com os corpos negros, corpos que pensam, que propõem esse debate, e com as corporeidades negras que estão adentrando a universidade.” (RATTS, 2011, p. 39).

A falta de diversidade de pretos e pardos no ensino superior é uma limitação bem conhecida do movimento negro no Brasil. Limitação conveniente, inclusive, e ainda mais gritante na pós-graduação. Muito além da representatividade, a diversidade nesses ambientes de circulação de conhecimento e a validação do saber trazem impactos nas pesquisas produzidas pela universidade. Afinal, professores que têm diferentes identidades e perspectivas possibilitam novos olhares em termos metodológicos e teóricos.

Além de serem poucos, os docentes negros que resistem nas instituições de ensino superior, não raro, são os primeiros a serem demitidos. Em outubro de 2022, teve repercussão nas redes sociais⁷⁸ a postagem de Gustavo Corrêa Pinto, 49 anos, ex-professor do curso de Gastronomia da Unisinos, alegando situações marcadas por discriminação racial e assédio moral que antecederam o desligamento dele da instituição jesuítica localizada na região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul.

Gustavo, que atuou por meia década na universidade, relatou, no perfil do Instagram, ter sido excluído da apresentação oficial de um projeto sob a justificativa de que sua foto era “escura demais”. “Denunciei o fato como discriminação racial. Na sequência, o professor diz que não teve alternativa a não ser se desligar do projeto, que envolvia uma entidade parceira”, explicou ao informar que o pedido “foi aceito pela coordenação do curso em reconhecimento do fato racista”.

Conforme denúncia enviada ao Ministério Público do Trabalho (MPT): “Anteriormente, Gustavo era tratado de modo gentil e amigável, era elogiado e apontado como uma liderança do colegiado”. Porém, após o ocorrido, “passou a ser tratado com distanciamento e suspeitosamente em relação a sua responsabilidade

⁷⁸ GUSTAVO CORREA PINTO. [POST SOBRE DEMISSÃO DA UNISINOS]. [S. l.], 18 out. 2022.

Instagram: @gustavocorreiapinto. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cj2rseBOivz/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

profissional”. Em menos de dois meses, o profissional foi despedido “sob justificativas incoerentes, genéricas e surpreendentes”. Gustavo tentou reverter a decisão, demonstrando ser discriminatória, mas não houve mudança.

Ainda segundo documento enviado ao MPT, a Unisinos rechaçou ter havido motivação racista mas, por outro lado, reconheceu expressamente a incorreta condução da questão pela coordenação e a gravidade da situação, “bem como informou que a denúncia de Gustavo (feita à universidade) serviu como um gatilho para adoção de medidas institucionais em enfrentamento ao racismo”.

Como quase sempre acontece, após ganhar repercussão, a instituição de ensino divulgou uma nota de esclarecimento em que afirmou que “a universidade não compactua com qualquer ato racista”. Informando que Gustavo não retornará ao corpo docente, o documento resumiu que “A saída do docente fez parte de um processo recorrente de reestruturação a partir das demandas dos cursos, que resultou no desligamento de outros professores no mesmo período.”

A atuação e o compromisso com as questões raciais dos negros que estão no ensino superior e na pós-graduação vêm das experiências vividas ao longo das respectivas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais. Muitas dessas como a participação em lutas sindicais, organizações não governamentais, diretórios de estudantes, movimento negro, assim como de outros espaços de militância e formação. Quando um negro ocupa um espaço na universidade, até então com predominância de pessoas brancas, há o despertar do desejo para que mais pessoas como ele adentrem esse espaço. Afinal, como ressalta Bell Hooks no livro *Ensinando a Transgredir: a educação como ato de liberdade* (2013, p. 23), a sala de aula continua sendo o espaço que oferece as possibilidades mais radicais na academia.

Carneiro (2011) defende a necessidade de ações afirmativas em oposição à falácia meritocrática. Conforme a autora, ao invocar o mérito para impedir o desenvolvimento e a execução de propostas capazes de promover a equidade racial, omite-se uma construção social na qual “nascer branco consiste por si só em um mérito, uma vantagem adicional cujo prêmio é conduzir naturalmente os brancos ao acesso privilegiado dos bens sociais”. (CARNEIRO, 2011, p. 105).

Ainda sobre a ótica da pesquisadora, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado somente com os dados da fração da população que se autodeclara branca, apresenta um padrão de desenvolvimento semelhante ao de países como a Bélgica. Porém o mesmo cálculo feito com os dados da população que se autodeclara

negra resulta em níveis inferiores aos de outros países em desenvolvimento como a África do Sul.

A autora também joga luz na camada racial do gênero, pois isso intensifica as desvantagens para as mulheres. De forma objetiva, sobre as mulheres negras, há o impacto das opressões racistas, sexistas e de classes, de forma conjunta e indissociável. O racismo desponta como importante sistema de poder, operando no contexto institucional e disciplinar.

Ser mulher negra no Brasil representa um acúmulo de lutas, indignação e, é claro, avanços, mas também um conflito constante entre a negação e afirmação de nossas origens étnico-raciais. Representa ainda suportar diferentes tipos de discriminação. Ser mulher negra e professora apresenta-se como uma outra forma de ocupação do espaço público. Ocupar profissionalmente este espaço, que anteriormente era permitido só aos homens e aos brancos, significa muito mais que uma simples inserção profissional. (GOMES, 2017, p. 57).

Nesse sentido, Collins (2015) entende que a interseccionalidade permite perceber que raça, classe e gênero estão interligados em uma estrutura institucional da opressão. Hooks (1995) também destaca as dificuldades encontradas por mulheres negras intelectuais no ambiente acadêmico. Tanto Hooks quanto González (1984) entendem que os estereótipos racistas atuam na construção do imaginário sobre as mulheres negras, associando-as com a sexualização e colocando-as apenas no lugar de cuidadoras, deslegitimando-as como intelectuais.

8.1 A NOSSA PRESENÇA NEGRA MUDA A ESTRUTURA

Foto 3 – Rainha de Wakanda



Fonte: Reprodução Marvel

Vinte quatro anos após concluir a graduação em Letras, a Rainha de Wakanda⁷⁹ ingressou no doutorado em Comunicação. Nesse quase um quarto de século, fez muitas coisas: casou-se, teve filhas, especializou-se, conquistou o título de mestra, foi servidora pública estadual e ao longo de todo esse processo tornou-se negra. Segundo ela, esse reconhecimento, enquanto pessoa negra, se dá, muitas

⁷⁹ A Rainha Mãe de Wakanda, Ramonda, foi criada por Don McGregor e Gene Colan em 1989. No filme *Pantera Negra*, T'Challa originalmente acreditava que havia deixado Wakanda após a morte de seu marido, mas ela havia sido sequestrada por um supremacista branco.

vezes, a partir do soco no estômago, de um enfrentamento que traz a realidade à tona, geralmente de forma abrupta e dolorosa.

Se precisou de coragem para exonerar-se de um cargo administrativo do governo do estado, com quase 25 anos de carreira, também necessitou de força para enfrentar o racismo ao ser demitida do emprego que trabalhava à noite, na mesma época, na iniciativa privada. E foi justamente a partir dessa dor que ela se voltou para o universo acadêmico e não saiu mais.

A entrada no doutorado, assim como no ingresso no serviço público federal, como professora substituta e depois efetiva, exigiu resiliência e determinação. Na pós *strictu sensu* foi necessário ingressar na Justiça para corrigir erros no processo seletivo, e, para atuar como docente, promoveu embates relacionados às cotas raciais e a ter acesso ao lugar que merecia. A chegada turbulenta no doutorado precisou ser compensada com ainda mais dedicação para recuperar o tempo perdido. Contudo teve muitos momentos bons, como a premiação na Suécia e o doutorado sanduíche em Portugal. “A gente vai comendo pelas beiradas e vai, dentro do teu ambiente, modificando também.”

“Quando tu és visto pelo outro, porque isso é a questão da identidade, eu posso me declarar aquilo que eu sou, aquilo que eu me sinto, mas o outro também me enxerga. E ele vai me apontar, ele vai, em algum momento, dizer, principalmente num momento de conflito e disputa, ele vai te dizer algo.”⁸⁰

Aos 54 anos, hoje ela atua em uma universidade federal onde há 68 docentes, mas somente três são negras. A entrevistada reflete que, ainda que as políticas públicas tenham avançado, o trio acaba sendo uma exceção que confirma a regra. Além disso, embora muitos pensem que a presença dela tenha sido fruto de um esforço singular, a realidade é justamente o oposto, pois a conquista é reflexo de uma luta bem maior. “A gente não passa pela academia por acaso. A gente tem que deixar algo e isso é coletivo, não é individual. O teu diploma não é individual, ele é coletivo.”

O fato de ter pouca representatividade no ambiente acadêmico resulta também em ser referência para alguns alunos, o que tem o lado positivo, que é o da identificação, e outro mais delicado, quando veem na docente a “salvadora da pátria”, situação em que é necessário colocar limites para que o processo educativo prevaleça e, também, para que as experiências ocorram deixando que o aprendizado se

⁸⁰ Trecho de entrevista realizada pelo autor da presente tese em 2021.

concretize.

“Eu não tenho dúvida de que a nossa presença negra, de fato, muda a estrutura. Ela muda a estrutura, mas, ao mesmo tempo, a gente não pode se iludir que toda a estrutura vai mudar por conta da nossa presença, porque a presença da branquitude é muito forte.”⁸¹

A seguir, confira a entrevista com a Rainha de Wakanda, cujo nome verdadeiro e outros dados foram alterados para preservar a identidade da entrevistada, conforme orientado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Entrevistador: Quem é você e em que tu te formaste?

Rainha de Wakanda: Tenho 54 anos, fui casada durante 30 anos e, em 2020, me divorciei. A minha trajetória e formação é bastante eclética, são várias formações. A minha graduação é na área de Educação, a primeira formação é em Letras, em 1988, depois fiz uma especialização na área de Museologia, um mestrado em Patrimônio Cultural e depois é que vem o início do doutorado, isso já em 2012. Nada acontece do dia para a noite e eu só passo a me entender, politicamente, como mulher negra quando eu adentro a área dos museus, e aí vêm as questões de gênero, de que eu também não tinha conhecimento, as questões de raça, que aparecem para mim a partir do momento em que eu deparo com um museu, ou melhor, um antigo clube negro na minha cidade.

Então, esse meu “tornar-se negro”, como diz Neusa Santos, que a nossa construção é um eterno tornar-se negro e perceber essa negritude como uma demanda que é política, a partir do momento em que tu entra na universidade, a gente vai se questionar, mas só consegue se questionar quando há outros que nos questionam. E, nesse sentido, eu também fui questionada quando entrei na universidade e, naquele momento, ainda não se estava discutindo a questão das cotas.

Existia toda uma demanda do movimento negro, ainda em 2001, mas é justamente na primeira década do século 21 que as políticas públicas de ação afirmativa se efetivam. O movimento passa, então, de um movimento que era de

⁸¹ Trecho de entrevista realizada pelo autor da presente tese em 2021.

denúncia para um movimento que vai realmente efetivar as políticas. E eu também sou fruto dessas políticas públicas, embora, em todo o meu ingresso, em nenhum momento eu tenha tido acesso por causa das cotas. Quando eu ingresso no doutorado ou quando eu sou aprovada num processo seletivo para professora universitária, não existia, ainda, a questão das cotas. No serviço público, tem a lei, não lembro se de 2012 ou 2014, a lei das cotas, a que eu não tive acesso, embora, em alguns editais, eu tenha reivindicado a questão das cotas. Quando eu estou lá, já participando da seleção, eu questiono a universidade. E a resposta sempre foi negativa.

Nenhum processo da minha entrada, por exemplo, a graduação, a pós-graduação se deu sem um processo de muito embate, muita disputa e muita briga para que, hoje, em 2021, eu esteja como professora. Em um quadro de quase 70 professores, só temos três professoras negras. Três num quadro de mais de setenta professores da universidade federal, localizada no interior do Rio Grande do Sul. Então, por mais que as políticas tenham avançado, nós ainda acabamos sendo aquele “negro único”, a “negra única” dentro desse sistema. E isso é uma luta constante nossa, quando a gente tem essa consciência, quando tu chegas dentro da universidade, porque também teremos os negros únicos que não vão perceber essa questão. Ou seja, (pensam) “eu estou ali porque foi um esforço individual”, e a gente sabe que não é. Todo esse esforço é coletivo.

Entrevistador: Como foi que tu te reconheceste negra?

Rainha de Wakanda: Como tu te descobres negra? A gente sabe que é negro desde pequeno, porque tem a mãe e a avó: “Meu neguinho”, “Minha neguinha”... A gente sabe que é ‘mais neguim’, como diz Oliveira Silveira. A gente sabe que dentro de casa, muitas vezes, as pessoas negras sofrem com essa baixa autoestima, por conta do racismo que é reproduzido, muitas vezes, dentro da família. Eu tive a sorte de ter tido pais muito afetuosos, que sempre me trataram como uma criança que teve, digamos, tudo dentro do possível, dentro das limitações e das condições financeiras deles.

Eu queria falar um pouco, antes da minha trajetória, dos meus pais, do porquê de eu ingressar numa academia. Porque também tive um pai que, lá na década de 1960, também entrou na academia, num momento em que não existiam, nem se

pensava em cotas raciais, mas outros movimentos já vinham discutindo. A questão racial sempre foi discutida, mas imagina como seria, na década de 1960, ingressar em uma universidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Meu pai cursou Agronomia naquele momento e, lá pelos seus vinte e poucos anos, conseguiu se formar. Em 1968, ele já estava se formando em Agronomia.

Eu também acho incrível a história dele, e acho importante falar porque isso também me estimulou a pensar nas nossas políticas públicas. O meu pai entrou no curso de Agronomia num momento em que havia cotas para filhos de fazendeiros e agricultores, a Lei do Boi. Ele, sendo o único negro, entrou pelo processo universal e os colegas (brancos), através de cotas. Cotas sempre existiram, e nenhum desses colegas dele tem algum demérito por ter entrado sem fazer o vestibular. Enfim, são as contradições do sistema, que para nós não é válido – e isso não se questiona.

Quando eu me reconheço? Esse meu reconhecimento enquanto pessoa negra se dá, muitas vezes, a partir do soco no estômago. Quando tu és visto pelo outro, porque isso é a questão da identidade, eu posso me declarar aquilo que eu sou, aquilo que eu me sinto, mas o outro também me enxerga. E ele vai me apontar, ele vai, em algum momento, dizer, principalmente num momento de conflito e disputa, ele vai te dizer algo. E esse meu entendimento como mulher negra se dá num momento de disputa dentro de um local de trabalho, onde jamais passou pela minha cabeça a questão racial, mas depois que fui demitida desse lugar, é que percebi que aquilo tinha sido um ato de racismo. Eu trabalhei numa empresa privada, em Porto Alegre, no Ministério Público (MP) e, pasme, o Ministério Público, na Escola Superior do Ministério Público, onde eu coordenava um curso de juízes, promotores. Durante quase três anos eu coordenei o turno da noite daquela escola, que prepara advogados para ingressarem no MP. E por que eu consigo essa vaga de coordenadora? Eu fazia toda a parte educativa e a parte administrativo-burocrática daquela escola no turno da noite e ingressei por causa da minha formação. A formação em Letras, que é minha primeira, me formei em 1988, aquilo foi um grande destaque entre as outras candidatas naquele momento, e eu conquistei aquela vaga.

Aquilo foi tão devastador, na verdade, nesses três anos que passei naquela escola, fui percebendo as piadas, a maneira como as pessoas me tratavam, não por

parte dos alunos, que eram advogados e advogadas, mas por parte das colegas. Até que chegou o momento de eu ser demitida, e foi uma questão racial. A colega que tinha dito barbaridades da minha condição racial não foi demitida; a pessoa que foi demitida fui eu.

A partir daí, eu voltei para minha terra natal, no Centro do Rio Grande do Sul e ingressei na pós-graduação, em 2001.

Entrevistador: O que te falavam naquela época?

Rainha de Wakanda: Era uma questão de disputa. Eu tinha um cargo importante: era coordenadora de uma escola no turno da noite, de advogados que faziam um curso preparatório ao ingresso no Ministério Público, para serem promotores. E essa colega queria estar no lugar que eu ocupava. E ela dizia: “Sua negra”, “Tu não mereces esse lugar”, “Tu não podes estar aqui”, “Tu tens que sair”. E conseguiu fazer isso, de uma forma que eu nem entendi. Um dia eu cheguei lá e (me disseram): “Passe no setor Administrativo porque você não trabalha mais aqui.” E, aí, eu não conseguia me defender, eu só sabia chorar. Passei por um processo muito difícil. E, então, o promotor que era diretor na época chegou até mim e eu acho que até tentei dizer que aquilo era racismo, e ele disse: “Vamos deixar assim”. E eu deixei assim. Ele disse: “Vamos deixar assim, tu vais receber o que tens que receber e vamos lá.” Ele era um promotor.

A primeira coisa que eu senti foi medo de exposição. Eu pensei assim: “Não vou me expor e dizer que isso foi racismo. Eu não tenho certeza, como é que eu vou provar?” Eu não tinha como provar. Ao mesmo tempo, essa prova estava com os outros colegas brancos, que ouviam diariamente, mas ninguém se colocou para dizer: “Olha, eu estou contigo.” Não, ninguém estava comigo. Então, nesses ambientes a gente está literalmente sozinha, a gente está sempre numa solidão constante. Eu senti muito medo e foi o momento em que eu decidi voltar para minha terra natal, eu e meu ex-marido. Naquela época, eu estava com a minha filha ainda pequena, com três anos.

Voltamos e eu disse ao meu ex-marido: “Vou voltar a estudar.” Eu precisava

entender e não tinha ainda nem pensado que eu iria estudar questões raciais na pós-graduação, porque naquele momento eu era servidora pública, e coordenar o turno da noite na Escola do Ministério Público era como professora, uma atividade além do serviço público, uma atividade extra.

Ingressei num curso de pós-graduação. Eu já tinha graduação em Letras e, em 2001, encontrei um curso de Museologia, especialização na área de Museus. Eu não sabia direito o que iria estudar dentro daquela especialização. Eu sabia que queria algo na área de Cultura, porque estava trabalhando na área de Museus enquanto servidora do Estado.

Entrevistador: Tu abriste mão do teu concurso em Porto Alegre ou foste transferida?

Rainha de Wakanda: Fui transferida. Eu era servidora administrativa do governo do Estado. Em Porto Alegre, eu trabalhava no Museu de Arte e à noite trabalhava numa escola. Eu trabalhava manhã, tarde e noite, então minha vida era só trabalho. Hoje eu vejo: morei por seis anos em Porto Alegre e não conheci a cidade, porque era somente trabalho, exaustivo. Mas foi um período de muita experiência, principalmente na área de Cultura, porque eu trabalhava durante o dia no Margs, Arquivo Público, eram esses os locais pelos quais eu circulava em Porto Alegre nos seis anos em que fiquei lá, do final da década de 1990 até 2001.

Acho que foi isso que deu esse *start*, esse soco no estômago que fez com que eu procurasse retornar às origens e me entender, saber o que estava acontecendo, o que aconteceu comigo. Eu saí daquele lugar, onde tinha uma boa posição, e disse: “Agora, eu vou cuidar de mim. Eu preciso cuidar de mim e preciso voltar a estudar.” Fazia muitos anos que eu tinha terminado a graduação. Eu terminei a graduação em 1988 e só fui ingressar na pós-graduação depois de muito trabalhar.

E, em 2001, ingressei e foi ali que reconheci um espaço, que é um clube da cidade. A gente tem um clube que, naquele momento, estava fechado. Bem na esquina de uma universidade privada, estava o clube. E a gente passava por ali, eu não tinha nenhuma lembrança daquele espaço, mas depois descobri, com meus pais,

que era ali que eles me levavam no Carnaval, quando criança. Só que, naquele momento, de adulta, o clube estava num processo de leilão e cheio de dívidas, isso vou descobrir com a pesquisa.

Como eu me interesso por esse espaço, até chegar no momento de me entender como uma mulher negra? Em 2001, estava começando um governo mais popular. O PT estava na administração e essa administração municipal tinha mulheres negras, militantes e ativistas acadêmicas que estavam no governo e na academia. Era uma miscelânea, essas mulheres estavam em vários espaços, estavam na prefeitura quando eram convidadas para exercer algum cargo. Foi o momento em que mais vi mulheres negras no poder público, aquela administração. Porque agora, nem pensar.

Eu conheci algumas mulheres que foram de extrema importância para minha vida profissional, afetiva, técnica, militante. Uma delas, que me pegou pela mão e me questionou, começou a me perguntar sobre ações afirmativas. Eu não tinha ainda o entendimento de cotas raciais, eu não entendia ainda porque não tinha leitura de questões raciais, muito menos de intelectuais negras, isso só muito recentemente, até porque a universidade não me possibilitou essas leituras, nem na graduação e nem no curso de Museologia.

Mas esse curso fez com que eu olhasse para um espaço negro, só que por causa dessas mulheres que me puxaram e me questionaram. Elas estavam na prefeitura e na academia e me questionavam: “O que tu estás fazendo dentro da universidade? Que retorno social tu trazes para nossa comunidade negra a partir de um curso de Museus?” E eu ficava pensando: “Poxa, aqui na esquina tem um clube. Será que eu não posso, dentro da Museologia, pensar que é possível revitalizar esse espaço?” E, aí, eu começo a entender a história daquele espaço, que era centenário e eu não sabia.

E começo a ler intelectuais negras, homens negros também, e aí começo a entender o que é racismo. Vês como isso é tardio? É ali que eu começo a me entender como uma mulher negra na questão política, e que eu tinha uma missão, uma responsabilidade. Não era simplesmente fazer um curso e dizer: “Pronto, tenho meu diploma de pós-graduação.” Não era isso, era muito além disso. Só que isso dá um

trabalho quatro vezes maior do que o dos meus colegas que estavam simplesmente fazendo o curso. Nós, enquanto ativistas, dentro de um curso como esse, vamos, muitas vezes, para a prática. E foi o que eu fiz. Fui para a prática no sentido de saber por que o prédio estava fechado, e chegou um momento, quando a gente reivindicou a reabertura do clube, em que a chave foi entregue para mim. Foi a coisa mais incrível, quando um antigo associado deste clube disse: “Então, vocês, que estão estudando a área de Museus, pessoas negras (tinha duas pessoas negras no curso), assumam a responsabilidade de revitalizar esse espaço.”

Minha nossa! Esse foi o ano de 2001; ele pegou a minha mão e disse: “Toma aqui a chave.” O que tu fazes quando te dão a chave de uma casa? Tu entras. Fiquei pasma, porque foi difícil chegar às pessoas que estavam com a chave, porque havia uma lenda de que, depois que o clube fechou, nunca mais seria possível alguém entrar. E, quando a gente conseguiu entrar naquele espaço, a primeira coisa que eu fiz foi chamar a comunidade negra. Eu disse: “Gente, eu não vou sozinha.” Eu tive medo porque não sabia o que ia ver lá dentro. E foi um dos dias mais incríveis da minha vida, parecia um filme, a gente entrar no prédio e a gente estava ali, em 2001, com ele fechado. Entramos num prédio depredado por dentro, pela falta de manutenção, com várias patologias, com água dentro, documentos no chão, livros de ata espalhados, parecia que tinha havido uma guerra ali dentro. Alguém teria que seguir esse trabalho, e caiu na nossa mão, porque tinha gente do movimento junto comigo.

A partir desse momento é que eu entro de corpo e alma na questão das relações raciais. Foi um marco para mim e foi a partir desse soco no estômago, dessa demissão, desse ser dita como mulher negra, de ser demitida por uma questão racial e dizer: “Eu vou reverter isso. Como é que eu revento? Eu preciso estudar. Eu preciso entender.” E, agora eu entendo, desde aquele momento, que a gente não passa pela academia por acaso. A gente tem que deixar algo e isso é coletivo, não é individual. O teu diploma não é individual, ele é coletivo.

Entrevistador: Tu lembra de ter tido colegas negros e negras na graduação?

Rainha de Wakanda: Não. Eu entrei na graduação em 1984, tinha 17 anos e, nessa

idade, a gente não sabe muito bem o que quer, mas a gente, como pessoa negra, não pode escolher muito, porque tu não tens como desistir. E a gente sabe que os cursos de licenciatura são aqueles de menor prestígio e eu acabei indo para o curso de Letras. Mas não me arrependo, porque foi um curso incrível naquele momento e me possibilitou ascender socialmente e ter mobilidade. As pessoas dizem: “Ah, mas é um curso de licenciatura.” Sim, mas é um curso superior, e qualquer curso superior te dá uma certa mobilidade. Claro que a gente sabe do desemprego e que muitos doutores estão desempregados. Mas isso é necessário. Eu não vejo outra saída que não seja a educação.

Então, em 1984, eu entrei em dois cursos. Eu tentei a universidade pública. Fiz o vestibular para o curso de Artes Plásticas, que na época se chamava Desenho e Plástica, e eu frequentei durante um ano. Eu fui aprovada nos dois vestibulares, em Desenho e Plástica na universidade pública e em Letras na privada. Eu estava fazendo os dois ao mesmo tempo, só que o curso de Desenho e Plástica exigia materiais que eram muito caros, e a minha família não conseguiu me manter na universidade pública, mesmo sendo um curso gratuito, em tese, porque os materiais eram caríssimos, e eu não me adaptei à universidade pública naquele momento. E fico pensando, como meus pais viam que eu ia, eu não perguntava muito, e a gente não discutia muito essas questões de “Ah, vai aqui ou vai ali”, eu acabava indo, ia fazendo e os meus pais achavam que estava tudo bem, mas a gente não sentava para discutir. “Será que não é melhor tu seguir na universidade pública? Quem sabe tu trocas de curso?” Mas não havia tempo para isso. A gente precisava trabalhar, não havia tempo para essa discussão. E a gente nem pensava em fazer essa discussão com a mãe e o pai, que tinham outras questões para resolver.

Acabei saindo da universidade pública, eu só entrei lá, em 1984, porque eu tive uma única professora negra, no Ensino Médio. Eu estudei numa escola pública e, naquele curso, que era técnico, eu tive uma professora artista plástica, Dejanira. A Deja me inspirou de uma forma. Me impactou a maneira como ela dava aula, a maneira como ela trazia a questão da arte para aqueles alunos do Ensino Médio, tanto que eu fui fazer um curso de Artes. “Eu quero ser essa mulher!” Mas não deu certo. Ela me inspirou e eu juro que tentei. Passei no vestibular para Desenho e Plástica, mas, além da questão do material muito caro, tinha a questão do talento. A Deja, meu

Deus, ela era uma mulher fenomenal, mas eu não consegui desenvolver isso, esse meu talento, que eu achava que tinha. Mas tudo bem, foi uma experiência.

Aí fui para a universidade privada e foi ali que consegui me encontrar, fazendo o curso de Letras, que concluí em 1988, e fui para o mercado de trabalho como servidora. Fiz concurso do governo do Estado em 1989 e fui aprovada. E quero te dizer: o concurso público é o que nos dá uma certa segurança, embora o salário fosse muito baixo. Eu trabalhei no governo do Estado durante 25 anos e só saí para estudar. Pedi exoneração da função de funcionária administrativa quando percebi que ali não era mais o meu lugar.

Entrevistador: Como foi pedir exoneração e perder a estabilidade?

Rainha de Wakanda: Por que eu pedi exoneração? Porque eu já havia pedido uma licença-interesse, por dois anos, para fazer o doutorado. A licença venceu e, para que eu pudesse pedir uma segunda licença, eu teria que voltar ao trabalho por dois anos, para depois pedir. Aí, eu dei, a grosso modo, um tiro no escuro. Eu disse: “Não vou voltar; vou pedir demissão”. Aquilo foi uma decisão tão forte para mim, porque várias pessoas diziam: “Não faz isso, isso é loucura, porque tu já tens 25 anos, daqui a pouco vais te aposentar”. E eu disse: “Gente, eu não posso, aqui não é mais o meu lugar. Eu já fiz o que tinha que fazer”. Trabalhei bastante tempo no serviço público, sempre na área dos museus, tanto na Brigada... Eu também trabalhei na Brigada Militar; foi meu último trabalho, e foi justamente lá que eu percebi: “Bom, já trabalhei o suficiente aqui e eu preciso sair, preciso estudar, cuidar da minha saúde mental e do intelecto. A gente precisa se reciclar e se ressignificar”.

Em 2012, foi o momento em que eu disse: “Não! Eu vou sair”. Eu pedi e foi aprovada a exoneração, e então fiquei como bolsista CAPES. E a bolsa da CAPES era maior que o meu salário no governo do Estado. A bolsa era R\$ 2.200 e era maior que o meu salário. Eu disse assim: “Bom, terminou a bolsa? Ponto de interrogação: eu não sei o que vai acontecer.” Eu tinha uma certeza do que eu queria, mas eu não sabia. Aquele ponto de interrogação estava ali. Eu tinha certeza de que queria estar numa universidade como professora, mas não perguntei como isso iria acontecer. Eu não sabia.

Claro que não foi uma coisa fácil. Naquele momento, o que me dava um certo apoio, sim, era ter um companheiro que estava do meu lado e me dava também um apoio financeiro, me disse assim: “Vai e faz.” Mas não é só isso. Porque, muitas vezes, mesmo que tu tenhas alguém que te diga: “Vai e faz”, não é simples assim, desistir de uma longa trajetória dentro de um serviço sabendo que amanhã tu não sabes se vais ter.

Bom, falei um pouco do meu entendimento, que se dá a partir desse momento e aí, depois, vem o mestrado. E preciso dizer que esse momento, entre o curso de Museologia e o mestrado em Patrimônio Cultural, que só vem a acontecer em 2010, é aí que eu tenho uma das maiores felicidades da minha vida, que é voltar para a universidade pública. Eu disse: “Meu Deus, foi preciso tanto tempo para eu voltar” – que estava no meu coração, aquela universidade que eu sonhei um dia estar. Eu só consegui realizar isso em 2010. Por já ser uma profissional da área de Museus, isso impulsionou meu ingresso no mestrado. Não foi uma coisa extremamente difícil, não teve peleia política, no sentido de eu ter que brigar muito por essa vaga, como foi no doutorado. Ingressei, fiz o processo seletivo e fui aprovada.

Cursei o mestrado e esse foi um curso de extrema importância, porque, a partir do mestrado, esse trabalho gerou uma política pública em âmbito nacional. Isso eu posso afirmar porque, na época, entre 2010, 2012 e toda essa primeira década, eu trabalhei para que tivesse todo esse embasamento para chegar no mestrado. A gente vai fazendo uma construção.

Entrevistador: Como foi a tua entrada no doutorado?

Rainha de Wakanda: Para chegar ao doutorado, tu vais tendo um acúmulo de conhecimentos. E por que eu chego num doutorado em Comunicação? Eu começo nas Letras, vou para um mestrado em Patrimônio, justamente por causa do clube. Eu fui tentar entender os clubes, não só esse clube. Eu tentei entender os clubes em âmbito nacional, queria entender onde é que estavam esses espaços iguaizinhos a esse clube. Eu queria entender o Floresta Aurora, o Satélite Prontidão, queria entender por que estavam em processo de desaparecimento. Por que ninguém mais

queria o Floresta na Orla do Guaíba? Por que o Floresta teve que sair dali e ir para bem longe, assim como o Carnaval? Por que o Satélite Prontidão teve que vender a sua sede e comprar uma outra lá no Rubem Berta? Foi isso que tentei entender na minha dissertação: o processo de depredação do clube, sua ressignificação em um museu, e foi isso que salvou o clube, ele ser ressignificado a partir dos nossos conhecimentos e da comunidade negra, que abraçou essa ideia.

Esse foi meu processo no mestrado. Mas o que eu entendi, naquele momento, no mestrado? De nada adiantava ter todo aquele trabalho se o Brasil inteiro não conhecesse aquilo que a gente estava fazendo. E eu via uma possibilidade na Comunicação. Eu via uma possibilidade de divulgação e eu precisava entender que processo é esse que preciso fazer para que esses espaços ganhem visibilidade. Eu disse: “Acredito que vou encontrar isso na Comunicação”.

Eu não sou da área da Comunicação. Minha formação não é em Jornalismo, não é em Relações Públicas... E aí, bom, que que eu estou me metendo na Comunicação? Minha nossa! Um curso extremamente elitizado. Eu chego na universidade e me dou conta quando vou para a banca que vai me entrevistar... Eu disse: “Minha nossa, o que eu estou fazendo aqui? Que lugar é esse?” Gente, professoras com aquilo assim. *[gesto indicando nariz empinado]* Mas eu disse: “Eu vou ter que enfrentar tudo isso.”

Já foi difícil no início da seleção, porque várias questões me foram feitas, porque eu levei para dentro da Comunicação a história do clube negro e da necessidade da sua visibilidade e das suas mulheres. Aí, eu levei questões de gênero e raça, eu levei tudo isso para o meu projeto e foi muito questionado. “Tu não deverias estar aqui”, isso foi-me dito. “Por que tu vieste pra cá? Devias estar num doutorado em História. Tu tens que ir para um doutorado em História, em Patrimônio...” Na época, não tinha doutorado em História, não tinha doutorado em Patrimônio e isso veio, justamente, depois. Aí Pelotas traz um doutorado em Patrimônio, e eu queria muito. Não tinha doutorado em Museologia.

E eu disse: “Eu vou ficar esperando que tenha um doutorado nessa área para fazer um doutorado? Sabendo que eu quero estar dentro da universidade e eu só vou

conseguir se tiver doutorado? Que, se eu não tiver doutorado, eu não vou ser professora? Não me importo, vou enfrentar tudo isso.” E aí, fiz, passei pelo processo seletivo, respondi da maneira que achei mais adequada. A resposta que me foi dada foi uma suplência na seleção. Eram duas vagas para a linha de pesquisa na qual me inscrevi e eram duas vagas na área de Identidades e Representações. Era uma coisa nesse sentido, a linha de pesquisa. E eu fiquei como suplente.

E aquilo foi muito interessante. Num primeiro momento, eu fiquei triste, obviamente. Disse: “Bah, não consegui. Fiz todo um esforço e não deu”. E depois eu fui entender por que tinha ficado como suplente naquele processo seletivo. A suplência, eu consigo descobrir. Em primeiro lugar, fui pesquisar as pessoas que foram aprovadas. Fui buscar o currículo Lattes de cada uma delas. Também pesquisei as redes sociais de cada uma. Quando tu és aprovado num processo seletivo, as pessoas te parabenizam. As pessoas divulgam que foram aprovadas. Todos os candidatos que procurei, daquele processo seletivo, estavam comemorando, com muita alegria. Eu fiz uma tabela, me empenhei em fazer uma investigação. Quando chegou na candidata da qual eu fiquei suplente, analisei a rede social dela e ela dizia o seguinte. Tu vê como é perigosa, essa rede social. Ela dizia e eu fiz prints de todas as conversas que eu encontrei. Ela dizia: “Eu não posso comemorar ainda”. Todo mundo parabenizando, porque viram o resultado, e ela disse: “Gente, eu não posso comemorar ainda.” Mas não dizia por quê. E eu: “Como assim, a pessoa foi aprovada num processo seletivo de doutorado em Comunicação e não pode comemorar?” Aquilo me intrigou e eu fui para o currículo Lattes dela. E ela ainda não tinha concluído o mestrado. A pessoa ingressa num doutorado sem concluir o mestrado. Pode isso? No edital, dizia: “Certificado de Mestrado”.

Aí, o que eu abri? Um processo administrativo. A primeira coisa que eu fiz foi ingressar imediatamente, eu nem sei como eu fiz, mas fiz: abri aquela pastinha, fui à universidade e fiz todo um processo. Eu mesma fiz. Fui lá, escrevi tudo. Sabe? Tentei. O que a universidade me respondeu? “Não, a candidata está OK, não tem nenhum problema. Você não tem direito, é isso aí.” Eu perdi, eles não me deram ouvidos, na verdade. A universidade disse que estava tudo certo e a aluna faria a defesa no dia 8 de março ou 13 de março, alguma coisa assim. E eu disse: “Pois é, mas o edital está dizendo que tem que ter o diploma, e isso antes de ingressar. Não depois do ingresso.”

Tem agora cursos, eu já vi, que tu podes apresentar teu diploma até o final do semestre. Até pode, se está no edital. Mas aquele dizia que até o dia tal tinha que apresentar o diploma. E eu estava com tudo correto.

Bom, essa suplência eu não engoli. Aí, depois do processo administrativo, tive a negativa da universidade. O que eu fiz? Eu disse: “Não aceito essa resposta da universidade.” Eu procurei um advogado particular e ingressei com um mandado de segurança contra o curso de Comunicação.

Entrevistador: Tu não tiveste medo de ser estigmatizada depois?

Rainha de Wakanda: Eu tinha tanta certeza de que aquela vaga era minha, tinha tanta certeza de que aquilo estava errado, que eu não consegui engolir aquela injustiça. E isso estava me fazendo muito mal. Esse processo, era choro, era depressão, mas era luta. Era medo e luta. Era choro e luta. Era depressão e luta.

Fui procurar um grupo de advogados da cidade que ganham todas as causas. Eles disseram: “Nós não vamos ingressar contra a Universidade.” OK, nem os advogados quiseram. Ela pediu que eu explicasse e eu já tinha levado para ela tudo pronto. Levei isso, isso e isso. Ela tinha que entender o que eu queria dizer. Levei a legislação, levei o edital, tudo por escrito e ela montou o processo, em cima daquilo que eu expliquei, dos *prints*, tudo, e ingressou contra, através de um mandado de segurança contra o curso de Comunicação.

E isso foi terrível para o curso de Comunicação, porque as pessoas ficaram sabendo desse processo e que aquilo estava acontecendo. A própria candidata, parece que ficou toda deprimida ao saber, mas ela iniciou o curso. Mesmo com o processo correndo, o curso estava acontecendo. Ela ingressou e eu estava aguardando o processo judicial. Esse mandado de segurança levou quase todo o semestre correndo na Justiça e aí culminou na minha vitória. E isso aconteceu no final do semestre.

Entrevistador: E tu não cursaste cadeiras? Estavas parada?

Rainha de Wakanda: Eu não pude cursar as disciplinas. E eu tinha que ter 36 créditos. Enquanto as minhas colegas estavam tendo aulas durante todo o semestre. E aulas de doutorado, sabe? Tu estás ali, junto com o grupo, tem discussão, tem texto. Eu perdi tudo. Perdi um semestre inteirinho, onde todas estavam frequentando, inclusive a moça que ficou suplente, que cursou todo o semestre, e eu fiquei de fora. Mas eu disse assim: “Não vou desistir.”

Já no final do semestre, eu recebi um mandado do Ministério Público dizendo: “Vocês têm que admitir ela no quadro do doutorado. E têm 48 horas”. Então, tu imaginas qual foi o ambiente em que eu cheguei.

Antes disso, a aula inaugural desse curso foi no dia 8 de março de 2012, com Muniz Sodré. Sabe o que eu fiz? Eu fui. Eu disse: “Vou assistir a essa aula, eu preciso assistir. O cara é negro, negro de pele clara, Muniz Sodré. Vou lá assistir a essa aula. E eu fui. A aula era num auditório, acho que cabiam umas 200 pessoas, e devia ter umas 300 para ver a aula do Muniz Sodré. Tinha gente sentada no chão, gente sentada nos cantos, estava saindo gente. Era muita gente, ele trabalha questões raciais. Chamaram justamente o Muniz Sodré e eu disse: “Eu vou a essa aula”. Eu fui e fiz uma questão.

Eu me arrumei bem, eu estava com medo, sabe? O medo e a vontade de fazer algo. Eu cheguei lá, sentei e, ao meu lado, tinha um professor, que me deu aula no mestrado. E eu disse: “Professor, o senhor sabe o que aconteceu, né? Fiquei como suplente desse curso, que vai acontecer a aula inaugural, e eu vou fazer uma pergunta hoje.” O professor me disse: “Não faz isso. Não faz isso, tu vais ficar marcada”. E eu respondi que já estava aberto um processo.

Aí, teve toda aquela formalidade, formaram a mesa, lá estava toda aquela banca que me reprovou, a coordenadora do curso, lá estava todo o povo da Comunicação, naquela mesa enorme.

E, aí, chamam o convidado, o Muniz Sodré, que faz a sua palestra, maravilhosa, e tudo ligado: redes sociais, Facebook, Twitter, os alunos da Comunicação fazendo a cobertura, tudo sendo filmado. Terminou a palestra e abriram

para questões. Não dei tempo para ninguém fazer uma questão e levantei a mão: “Eu!”. As professoras, todas, baixaram a cabeça. E faziam assim. [*sinal de cabeça balançando, negativamente*] Ninguém falava nada, só faziam assim: “Não! Não!”. Eu nem sei como tive coragem para falar. Eu tremia quando disse: “Professor Muniz Sodré, eu lhe parabeno pela sua palestra”, e agradei por ele ser um homem negro estando ali, por essa representação, e disse que aquele curso onde ele estava dando a aula inaugural tinha cometido um erro muito grave. Não sei se eu falei para ele que havia sido racismo, não lembro, mas eu disse que algo ali não estava correto, e não lembro se eu falei que não tinha ingressado, e que era preciso rever o processo seletivo desse curso.

O professor talvez não tenha entendido nada, mas, ao final da minha fala, que era de raiva e, também, era um protesto, os alunos bateram palmas. Tu sabes que aluno quer confusão, né? Não estava ninguém entendendo nada e sabe o que fizeram? Encerraram a aula. Ele respondeu, ninguém estava entendendo nada, e tinha, atrás de mim, um grupo que era um coletivo afro e eu me senti muito protegida por aquele grupo.

O professor respondeu, ele não entendeu, não saiu daquele lugar de poder, de um professor, e tentou proteger a universidade e dizer: “Vamos levar essas questões com mais carinho”. Ele tentou, tipo, parecia que eu estava com raiva ali. E eu estava mesmo com raiva. Só que a resposta dele não me contemplou. Porque ele, também, estava num lugar de convidado daquele grupo. Não me contemplou aquela resposta, mas OK.

Aí, naquela confusão, chegou um outro professor meu, me puxou pela mão e disse: “Vamos sair daqui.” O professor, que foi meu orientador do mestrado, me puxou pela mão e me levou para fora. Foi confuso, foi um escândalo. A aula terminou, desligaram todos os aparelhos e toda aquela mesa que estava lá na frente saiu imediatamente. Saíram, tiraram o professor Muniz Sodré e ele sumiu. E acabou a aula.

Teve vários comentários no Twitter, que os alunos colocaram, e tudo foi favorável àquilo que eu disse. Mesmo sem os alunos entenderem, eles viram que ali era um protesto contra o processo seletivo de ingresso, que não estava correto. Só

que não foi dito nome de ninguém, foi dito que o processo seletivo não estava correto e que tinha fraude. Então, tu imaginas eu ir numa aula inaugural de um curso de Comunicação e dizer que tinha fraude naquele processo de ingresso. Eu fiz isso.

Eu não fiz nenhum tratamento com psicólogo e acho que eu ainda preciso me tratar, porque isso ainda está aqui dentro. E é óbvio que todos nós, negros e negras, precisamos ter as nossas terapias. Mas essa questão foi tão forte, esse momento de disputa pública, porque eu disse: “Isso não pode ficar assim, eles estão brincando com a gente. Isso é uma brincadeira de mau gosto, isso é racismo.” E, aí, o que aconteceu? Aula inaugural naquele dia, aula encerrada, e eles continuaram dando as aulas, continuaram o semestre inteiro sem a minha presença lá dentro. “Você está fora, a gente não te quer aqui dentro.”

Quando chega o final do semestre, em julho, o Ministério Público entrou dentro do curso de Comunicação, exigiu todas as notas, as tabelas, como foram pontuadas todas as notas, e dão um prazo de 48 horas para a coordenação me chamar. E, aí, eu fui chamada para ingressar imediatamente no doutorado. Meu Deus, aí eu acreditei em Justiça.

Levou um semestre inteirinho, eu perdi todas as aulas e eu tive que entrar e recuperar tudo aquilo. Não foi fácil, porque eu tive que, no outro ano, refazer outras disciplinas, inclusive em outros doutorados, para repor aquilo que as minhas colegas, todas brancas, já tinham feito. Não foi nada fácil, foi desgastante fazer tudo isso e ter que conviver. Agora, eu tinha que estar do lado da colega com a qual eu tinha disputado a vaga. A resposta final foi, depois de perderem, porque a instituição perdeu esse processo, o reitor se retratou, tem uma carta do reitor, que é o parecer, a posição foi o reitor dizendo: “Foi um erro”. Ele se retratou, mas jamais usou a palavra “racismo”, claro que não. “Foi um erro e nós, a partir de agora, vamos mudar a forma de ingresso no curso de Comunicação, onde, então, no parágrafo tal, os alunos que ingressarem poderão entregar seus diplomas ao final do semestre.” Foi esse o parecer e houve uma retratação, o reitor disse que foi um erro, reconhecia que havia um erro.

Aí, eu ingresso no doutorado, em 2012, e passo a frequentar. No primeiro dia, foi fenomenal a minha entrada no curso de Comunicação, naquele prédio todo

imponente. Eu cheguei lá e são salas todas de vidro: todo mundo se enxerga. Onde tu caminhas, a parede é toda de vidro. Onde tu vais, onde está passando uma pessoa, tu estás enxergando. E aí, eu entrei e estava acontecendo uma aula do doutorado. Eu entrei e, puxa, estava ali a turma toda. E a primeira coisa que eu fiz foi entrar na área administrativa do curso, que era a secretaria, onde a coordenadora estava me aguardando.

Eu cheguei, a professora me recebeu e disse: “Bom dia, Rainha de Wakanda, seja bem-vinda. Eu quero te apresentar a tua orientadora.” Aí, eu já caí direto, porque uma das coisas que eram difíceis para esse curso é que eles não tinham alguém que trabalhasse com questões raciais – e o meu trabalho era sobre isso também. Então, isso tinha sido uma desculpa, uma das questões que eles colocaram para não me aprovar. E como é que se viraram agora? Conseguiram uma professora para me orientar. Cheguei e já me apresentou para ela que me disse “Olha, vamos trabalhar. A partir de agora, sou a tua orientadora, e vamos lá.”

Nessa minha entrada na administração, a aula ao lado parou e ficou todo mundo olhando, para ver as reações, para ver o que iria acontecer. Então, foi uma coisa muito constrangedora, mas, ao mesmo tempo, de enfrentamento. Então, se a gente deixa passar... Essas coisas estão acontecendo todos os dias com a nossa comunidade negra. Então, não é porque a gente não tenha capacidade, não é porque a gente não tenha uma formação que a gente não entra nos doutorados. Poxa, tu vais fazer cinco ou seis vezes uma seleção? Não tem cabimento. Era um curso onde tinha 10 mulheres brancas, somente uma negra e esta negra não entra, e ainda tem uma trapaça por trás? E, se essa negra não é esperta, se essa negra não tem uma inteligência para perceber isso, ela vai dizer: “Bah, fiquei como suplente. E agora? Vou ter que fazer de novo.” E foi o que foi dito para mim: “Por favor, faz outra seleção, porque nesta tu não vais entrar”. E eu disse: “Não, nesta eu vou entrar.”

E foi dessa forma que eu entrei, enfrentando uma turma, indo para uma mesa com as minhas colegas. Extremamente difícil, chegar e olhar para aquelas caras, ter que sentar ao lado daquelas caras. Um curso totalmente desconhecido para mim, com autores totalmente desconhecidos para mim. Foi um processo difícil para mim, mas foi possível, porque eu quis e foi esse o meu ingresso no doutorado.

Entrevistador: A ausência de colegas negros no doutorado te prejudicou? Tu tocavas em questões raciais ou evitava por causa de tudo que passaste?

Rainha de Wakanda: Mesmo sendo a única, eu sempre levei as questões raciais para dentro do curso. Eu não deixei, até porque tu estás a todo momento discutindo teu trabalho com os colegas. O trabalho é colocado em xeque, é discutido pelos colegas. E o meu trabalho foi, o tempo todo. E acho que foi um grande aprendizado para eles. Eu ensinei meus colegas. Tu acabas sendo professora, porque essa falta de professores faz com que tu leves autores que eles não conhecem, intelectuais negros, que eles não conhecem, e muitos deles acabaram até se envolvendo com questões raciais, por conta das leituras. Começam a se dar conta. Então, nós somos esse movimento negro educador, de que a professora Nilma Lino Gomes tanto fala e enfatiza no livro. A gente educa. Isso foi um processo doloroso, mas também foi um processo educativo, pedagógico.

Esse foi o resultado positivo de toda essa guerra para entrar em um curso, que eu sabia que não teria outra oportunidade. Eu já sou uma mulher com 54 anos. Não posso mais esperar. Eu não tenho mais tempo para esperar o próximo momento, embora eu saiba que há várias colegas... eu tenho uma colega, que somente agora, aos 67 anos, conseguiu ingressar num doutorado em Educação. Ela fez cinco vezes o processo seletivo, uma mulher extremamente potente: pedagoga, com 30 anos de profissão na área de Educação, em escolas públicas. E passar por cinco processos seletivos? Por que isso?

Uma coisa que eu achei que era um facilitador, naquele momento, é que o curso não exigia que tu tivesses as duas línguas estrangeiras no ingresso. Podias fazer o exame de proficiência durante o curso. E todos os doutorados que eu estava vendo exigiam que tu já tivesses. E eu consegui ser a primeira doutora do curso de Comunicação. Era a primeira turma. E eu consegui extrapolar as disciplinas que precisavam ser feitas. Eu fui para as Ciências Sociais, fui para tudo que era doutorado para conseguir suprir aquilo que eu tinha perdido naqueles seis meses. Além de ter feito as disciplinas do próprio curso, que se repetiram.

Eu fui para Portugal. Tinha certos momentos em que parecia que a coordenadora tinha um certo medo e dizia: “Não, não, a bolsa é para ti”. Então, acabei tendo certas questões assim: então, quando eu solicitei, concorri com colegas e fui para a Universidade de Aveiro. Não estava nos meus planos ir para uma universidade da Europa. Na verdade, eu queria ir para alguma universidade do continente africano, mas naquele momento não tinha uma universidade que tivesse convênio, nem mesmo um professor que tivesse ligação, porque não é simplesmente querer ir; o teu professor tem que ter ligação com aquele curso. E, naquele momento, a minha orientadora já tinha uma ligação com Portugal e isso facilitou, precisava ter esse intercâmbio. E foi através dela, obviamente, que eu fui para Portugal. E foi aprovado, na CAPES, o projeto. Eu fui trabalhar a questão da metodologia do meu trabalho, aprendi muito com uma professora portuguesa, e isso abriu meus olhos. Sair te dá uma amplitude, tu paras de olhar só para o teu umbigo e tu passas a olhar o mundo de forma diferente, mesmo que seja uma questão que não era a ideal para mim naquele momento, pois eu estava trabalhando questões raciais, mas, ao mesmo tempo, fui para um país que coloniza.

Morei lá por nove meses, conheci muita gente. Conheci várias pessoas da Universidade de Aveiro e tenho resultados positivos de lá. Não tenho o que dizer de negativo dessa universidade. E tive que aprender a fazer tudo, desde passaporte, que eu não tinha. Tudo isso, para mim, foi um grande aprendizado, chegar num outro país. E aconteceu uma coisa muito maravilhosa, porque eu recebi um prêmio na Europa. Foi na Europa que eu fui reconhecida como uma profissional de Museus, e recebi um prêmio de Museologia na Suécia. Eu cheguei em Aveiro em abril de 2014 e, em junho, recebi uma carta da Suécia. Foi bem interessante, ir para lá e passar uma semana, financiada pelo governo da Suécia, onde a gente recebe um prêmio internacional por ter desenvolvido um trabalho com mulheres negras no município e por ter construído um museu comunitário. Isso foi incrível. Sabe quando parece que tu estás naquele mundo que não existe e que tu jamais imaginaste? E tu vais vendo e percebendo, quando tu chegas nesses lugares, o quanto a nossa comunidade ainda não tem essa oportunidade de estar em lugares onde tudo parece perfeito, mas que tiveram, ali, a nossa mão de obra explorada, escravizada. E tu te questionas de novo, quando estás nesses lugares, porque tu és, de novo, o negro único, a negra única. E, de certa forma, estás tendo aquele privilégio que não é um privilégio; é um direito. Todos deveriam

poder estar onde quisessem estar, mas não é isso que acontece.

Mas, enfim, teve também esta questão do prêmio, que foi na área da Museologia Comunitária. E a tese dessa semana, defendida na Universidade Lusófona, também disse muito desse trabalho que a gente fez no município lá em 2001, e que depois a gente recebe um prêmio. E eu acabei aprendendo muito também com a tese de uma colega, onde ela vai dizer que esse museu decolonial, que faz parte do campo teórico da Sociomuseologia, e eu aprendi muito de teoria com tudo que resultou dessa tese. Bom, é mais ou menos isso o meu ingresso na Comunicação.

Entrevistador: Como tu chegaste a ser professora de uma outra universidade federal no Rio Grande do Sul?

Rainha de Wakanda: Antes de ingressar na universidade como professora, eu lecionei na universidade federal. Fui professora substituta na Faculdade de Comunicação. Lá a peleia um pouquinho mais leve, porque eu concorri no processo seletivo, onde eu reivindiquei a questão das cotas raciais no serviço público. Foi ali que eu comecei a reivindicar a questão das cotas raciais, porque eles negavam essa questão no ingresso. Fui super bem na seleção, mas teve uma questão que eu não lembro direito, em que eu estava concorrendo com uma outra colega e ela também ficou em primeiro lugar. Mas depois eles me chamaram. Eu fiz essa reivindicação das cotas e não sei o que houve, que eles disseram: “Vamos chamar as duas”. Tem sempre essa questão, de “Vamos evitar qualquer coisa e chamar as duas”.

Logo que eu cheguei de Portugal, em 2015, isso é muito importante. Esse doutorado sanduíche, as pessoas costumam olhar: “Ah, sim, fizeste um doutorado na Europa.” Para mim, “Ah, tá, fiz”, mas eu não estava satisfeita com essa questão de “ser a Europa”. Para mim, eu queria uma outra história, que não fosse a Europa. Mas, OK, foi lá que a gente fez e é isso que o povo daqui valoriza, muitas vezes dizendo: “Oh, foi em Paris, foi aqui, foi ali”, e é isso que a academia, ainda eurocêntrica, costuma valorizar. E, nesse sentido, quando eu entrei na Faculdade de Comunicação, como professora, isso contou. Contou muito. Eu estava acabando de chegar da Europa, tentando uma vaga num curso de Museologia. Tudo de bom, mas ao mesmo tempo, tinha vários candidatos.

Entrevistador: Tu não eras doutora ainda quando conseguiste a nomeação?

Rainha de Wakanda: Não, ainda não era doutora. Estava finalizando, em 2015, faltavam dois anos ainda. Eu já estava no terceiro ano do doutorado e abriu um concurso para professor substituto. Essa foi também uma grande doideira, porque tu estás terminando teu doutorado, e vais começar um trabalho em uma universidade? Foi loucura, a minha orientadora disse: “Rainha de Wakanda, tu tens que terminar teu doutorado.” Eu disse “Sim, mas eu também preciso trabalhar”.

E teve uma coisa: o cargo não me impedia de receber bolsa. Eu podia receber a bolsa e acumular. Isso eu não sabia, eu fui descobrindo essas coisas, porque eu tinha “Vem cá, mas eu vou ter que desistir de uma coisa para fazer outra?” Não, dá para juntar. E tem coisas que a gente realmente tem de ir em busca da informação, porque, senão, tu deixas de fazer um processo seletivo como esse, achando que não podes. E, depois eu vi, vários professores fazem isso: eles estão fazendo doutorado, fazem um processo seletivo, estão sendo professores substitutos. E, se tu não tens essa informação, tu deixas inclusive de ascender, de ter a questão econômica mais resolvida na tua vida por não ter a informação. E, aí, eu fui buscando essas informações, vi que podia e me inscrevi. Fui aprovada, teve uma peleia ali também, nessa questão: eu questionei o ingresso, por que não tinha cotas do serviço público ali, porque isso estava em efervescência naquele momento, 2015. Tinha muita coisa que a universidade federal não inseria porque não queria. “Ah, nós temos autonomia para colocar ou não”. Não, gente. O que eu questionei foi que aquilo era lei. Cumprase a lei. Mas foi difícil. Mas, tudo bem, não foi necessário, mas até pensei em ingressar de novo na Justiça. Eu disse: “Ah, não chega, não vou fazer isso agora, já estou cansada”.

Até porque, naquele momento, em meio a tudo isso, estava correndo um processo judicial, desde 2011, na universidade. Eu fiz um concurso em 2011. Saí do mestrado em Patrimônio e logo abriu um concurso. Só que, nesse concurso, eu ainda não tinha doutorado, era mestre, e foi possível fazer um concurso para o curso de História. Era uma disciplina muito específica na área de Patrimônio. E eu preenchi todos os requisitos, inclusive foram muitos candidatos e eu fiquei em segundo lugar

porque não tinha doutorado, e a colega que ficou em primeiro lugar tinha. Ela ficou em primeiro lugar, foi chamada para dar aula na História.

Ao mesmo tempo, aconteceu uma coisa muito interessante. O que aconteceu? Em 2011, eu fiz o concurso. Em 2012, eu ingressei no doutorado. Quando eu fiz o concurso, eu era ainda mestre, porque o concurso só exigia mestrado. Mas eu me deparei com muitos candidatos doutores quando fiz o concurso. E, aí, eu disse: “Não, eu não posso ficar só com o mestrado, eu tenho que ter um doutorado.”

E o que aconteceu? A primeira colocada ingressou no serviço público, como professora, e não ficou na instituição de ensino. Ela pediu uma redistribuição, só ficou um ano dando aula e foi redistribuída para a Universidade Federal em Pelotas, para o curso de Patrimônio, onde ela, hoje, é coordenadora. O que aconteceu nesse meio tempo? E tinha saído tudo em Diário Oficial, o primeiro e o segundo lugar. Nesse meio tempo, o concurso tinha sido renovado para mais dois anos.

Em 2013, quando ela saiu, o concurso tinha mais um ano de validade. E a universidade não me chamou. Eu perguntava, perguntava e nunca tinham resposta. Aí, vem o meu segundo mandado de segurança. Eu fiz um processo também, constituí um advogado, agora sim, eu fui com tudo. Fui a Porto Alegre, busquei um advogado administrativo, e ele montou todo um processo para que eu fosse chamada. Eu era o segundo lugar, não tinha por que não chamar, o concurso ainda estava válido.

Eu só fui descobrir o porquê de eu não ser chamada quando eu estava na universidade como professora efetiva. Eu descobri o que os meus colegas fizeram para que eu não fosse chamada. E isso foi dito por eles. Um deles me disse: “Sim, a gente trocou o perfil da vaga, porque a gente não queria mais ninguém da Museologia. Nós queríamos um professor de Idade Média.” Eles trocaram, o colegiado fez isso, os meus colegas. Eles trocaram e mandaram isso para a Reitoria. E o colegiado tem força. E não é que eles não queriam uma professora de Museologia; eles não queriam é essa professora preta dentro do curso deles.

Entrevistador: E tu estás nesse lugar, com essas pessoas?

Rainha de Wakanda: Sim, eu estou com cada uma dessas pessoas, que fizeram isso lá em 2012, em 2013. Eles queriam colocar alguém da área deles. É assim, eu vejo agora como funciona quando sai alguém: “Bah! Vamos chamar Fulano”.

Entrevistador: E como eles conseguiram desvirtuar o processo?

Rainha de Wakanda: Cada vez que eu ingressava, vários recursos aconteceram nesse processo. Em 2013, foi o mandado de segurança. Isso foi por 2014, 2015, 2016... O processo ia e voltava. A universidade negava e o meu advogado fazia o recurso. Negava e o advogado fazia recurso. Usaram muito a questão da autonomia universitária. Eles usavam isso como uma justificativa: “autonomia universitária”. E, aí, eu fiquei: “Como assim? Eu tenho direito, eu sou o segundo lugar, e o concurso ainda está em validade”.

Esse mandado de segurança, isso graças a todas as deusas, o que aconteceu? Em 2013, quando eu ingressei com o mandado de segurança, a vaga foi congelada. Ninguém mais pôde usar aquela vaga, aquele código, para nada. A vaga foi congelada e o processo correu. E vai e volta, e vai e volta, e o advogado sempre ali. Várias vezes eu fui a Porto Alegre para falar com meu advogado: “Agora vai dar, né?” Ele dizia: “Eles entraram de novo com recurso”. Era cada decepção...

Chegou um momento, em 2014, em que eu disse: “É agora que eu entro na universidade federal, porque estava tudo OK, tudo aprovado, e de novo, entrou com recurso, e foi num momento em que eu tinha sido aprovada pela CAPES para ir para Portugal. E eu disse: “Eu não vou para Portugal, porque a universidade vai me chamar”. E ele disse: “Calma. Vai para Portugal, deixa o processo correr, se acontecer alguma coisa, tu voltas.” E eu: “Mas como é que eu vou voltar? Eu já estou comprometida com uma universidade no Exterior e com um processo. Se me chamam, o que eu faço?” “Depois tu vê, deixa a coisa acontecer”. O advogado sempre me dizia assim: “Rainha de Wakanda, o teu tempo não é o tempo da Justiça”. E, realmente, não é.

E foi isso que aconteceu: eu fui para Portugal, mas estava em vias de desistir por conta de ser chamada, o que não aconteceu. Eu fui para Portugal, cursei todo o

doutorado sanduíche e o processo, correndo, indo e voltando os recursos. Voltei, dei aula na universidade federal durante todo o ano de 2015 e um pouquinho do de 2016. Quando eu saí dessa instituição de ensino, eu já estava finalizando meu doutorado e entreguei aqueles seis livros, caderno azul com letras douradas, no dia 8 de março de 2017. Eu lembro bem porque era o Dia Internacional da Mulher. E eu fui até o Departamento de Comunicação, lá estava um professor, já era um homem, num dia quente, horrível de quente, fui entregar aqueles livrões. “Está aqui, professor, meu trabalho.” Um ia para biblioteca, outro não sei, várias bibliotecas, um catalogado, outro ficaria no curso... E eu disse assim: “Pois é, professor, o *status* de doutora a gente já tem, o *glamour* de ser doutora, mas e o trabalho? E a função, quando é que isso vai acontecer?” E ele disse assim para mim: “Calma, calma, o *glamour* tu já tens.” E eu: “É, mas falta começar esse trabalho de professora universitária.”

Aquilo passou, fui para casa e, de tarde, fui abrir meus e-mails e sabe o que tinha lá? A Universidade me convocando para, em 15 dias, apresentar todos os exames médicos para ingressar como professora. Eu ganhei o processo. Eu não acreditava. Botava óculos, tirava óculos. Chamei meu companheiro e perguntei: “Isso aqui é verdade?” “Sim, é o que está aí no e-mail: estão te chamando. Em 15 dias, tu tens de assumir”.

Aí, o que aconteceu? Por que estava me chamando? Depois, o advogado me ligou, feliz, feliz, feliz: “A gente ganhou! Ganhamos o processo!” Ele foi parar no Supremo Tribunal Federal, que é a última instância do Poder Judiciário, onde três desembargadores [sic] disseram que tinham que me admitir imediatamente. Esse processo foi definido por três homens do Judiciário. Parou na última instância.

Aí, já recebi ligação. Era a diretora do Campus me ligando: “Estamos te convocando, vem pra cá, tu és muito bem-vinda, ai, que bom!” É uma hipocrisia, é uma coisa que tu não podes imaginar. E eu disse: “Já tô indo, imediatamente, estou voando para aí.” Eu não pensei duas vezes, vim de mala e cuia e, hoje, eu moro aqui.

Então, para quem está de fora e pensa: “Bom, ela terminou o doutorado e já foi chamada para ser professora”, não foi assim. Foi assim meu ingresso também através de processo judicial.

Entrevistador: E tu não pensaste em também pedir redistribuição, para sair desse ambiente? Tu já consegues te impor? Há situações em que é preciso?

Rainha de Wakanda: Vou te dizer: nenhum dos meus colegas é... eu não sou bem quista dentro daquele grupo. Ninguém fala nada, me tratam muito bem. “Bom dia, boa tarde e tãñã...” Mas é só, e eu sei muito bem quem é cada um deles. É diplomacia. E esta foi a cidade que eu escolhi. Eu conhecia a cidade antes e vi que tinha um potencial muito grande para a educação, para o Patrimônio. É uma cidade toda tombada pelo Instituto de Patrimônio, tem toda uma história negra, de 200 anos de escravização, de coisas que a gente precisa resolver na cidade. E o curso de História pode ajudar a resolver muita coisa, no sentido de ensinar, educar. E eu digo: “Não, não vou sair daqui, vocês que me aguentem.”

Óbvio, deixa eu te dizer uma coisa: com certeza, a gente precisa de uma terapia. Eu preciso, mas não procurei ainda. Porque tem coisas que eu preciso resolver e ainda não entendi direito, talvez, quem olha de fora, a gente precisa ter saúde mental, porque o ambiente é pesado. Tu vais todos os dias para um ambiente onde tu estás sozinha, solitária. Eles estão ali, dialogando e tu és uma *outsider*. Estás dentro, mas estás fora. E como é que eu resolvi essa questão dentro da universidade? Eu me cerquei de um grupo de alunos. Eu chego na universidade e sou muito fortalecida, ou, pelo menos, me sinto assim porque os alunos estão sempre muito junto comigo. Onde eu vou, tem aluno. E, aí, as pessoas não entendem muito isso. Tem, lá, o grupinho dos professores de nariz empinado e que só andam com outros professores. Eu ando com as minhas alunas e com os meus alunos.

Eu, lá dentro, coordeno o NEAB e essas questões já trouxeram muitas tensões também, inclusive entre meus colegas que não trabalham as questões raciais. Criei uma disciplina quando cheguei, uma disciplina de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), foi a primeira coisa que eu fiz. E, dessa disciplina, eles disseram: “Não, mas aqui a gente já dá História da África...” E eu disse assim: “Mas e daí? O que isso tem a ver? História da África vai passar pelas questões raciais, mas não é ERER.” E aí sugeriram criar como disciplina eletiva. OK, aceitei criar como eletiva num primeiro momento. Em 2018, ela se tornou obrigatória. Hoje, é uma disciplina

obrigatória no curso de História, então, a gente já tem um avanço aí. Então, é tudo assim: vai comendo pelas beiradas e vai, dentro do teu ambiente, modificando também.

O próprio NEAB está desenvolvendo muitos projetos que os alunos têm se identificado. Conseguimos realizar um Congresso de Pesquisadores Negros e Negras aqui, onde tivemos cerca de 700 pessoas circulando na cidade. Tudo isso, a gente fez em pouco tempo. Desde 2017 que a gente está aqui e estamos, ainda, construindo muita coisa boa.

Entrevistador: Estou impressionado com a tua trajetória, porque, olha, tem que ter fôlego para segurar...

Rainha de Wakanda: Eu não tenho dúvida de que a nossa presença negra, de fato, muda a estrutura. Ela muda a estrutura, mas, ao mesmo tempo, a gente não pode se iludir que toda a estrutura vai mudar por conta da nossa presença, porque a presença da branquitude é muito forte. Mas é possível uma mudança. Eu não tenho dúvida do impacto que a nossa presença causa nas cabeças de pessoas negras e não negras. Mas nós estamos ali exatamente para fortalecer a negritude, que é aquela que mais evade, que vai sair.

Eu já tive alunas de projetos, tive uma aluna que passou por um processo muito triste dentro da universidade, uma aluna do meu projeto de pesquisa das Rainhas Negras, que sofreu um impacto muito grande na questão da linguagem, dentro da sala de aula, onde um colega meu utiliza o tempo todo a palavra “escravo”, “escravo”, “escravo”, e ela ficou contestando essa forma de o professor falar, pois a gente sabe que não se fala “escravo”, e sim “escravizado”, e isso ela questionou. E, quando essa aluna questiona o professor branco, ele e os alunos que ficam ao lado dele, muitos deles parceiros desse professor, não reconhecem essa aluna, excluem essa aluna, e ela vai embora. Essa minha aluna foi embora, de uma maneira muito triste, por conta de um ato racista, sim. Ela ficou doente, ficou deprimida, não só por isso, também por outras questões, mas o racismo é muito presente e faz com que nossos alunos saiam.

Com a presença de um professor negro, isso eu tenho notado, eles se agarram

na gente. Isso, por um lado, nos torna fragilizados também, no sentido de que parece que tu vais ser o salvador da Pátria. E isso acontece muito, de os alunos negros chegarem e, às vezes, a gente precisa ter essa medida, de tu saberes exatamente qual é o teu papel e não deixares nenhum aluno negro, por ser negro, tomar conta da tua vida. Não [pode] passar a mão, pois senão ele não terá nenhum processo educativo, de aprendizado. Não deixar passar porque é aluno negro. Acho que o nosso grande desafio, enquanto professores negros: saber qual é a medida desse saber tratar esse aluno, que te enxerga como uma referência, mas que tu não podes trazê-lo de forma não leve, mas de não deixar questões importantes passarem pela condição de ele ser negro ou negra. Não, ele também tem que ter esse processo educativo, que seja efetivo e que tenha realmente um aprendizado, com a tua presença. De ser um pouco mais dura também, mas isso tu tens de saber dosar: nem tão dura e nem tão facilitar as coisas. Mas isso é uma coisa que a gente só vai aprender na medida em que a gente vai passando por certas experiências.

Eu queria te contar uma experiência, muito interessante, que eu passei enquanto coordenadora do NEAB. Numa certa ocasião, acho que em 2018, nós tínhamos uma visita a um quilombo (aqui nós temos um quilombo), e eu sou muito de dizer: “Olha, a aluna Tal, em quem eu tenho muita confiança, faz a lista de presenças”, a gente acaba delegando. E, aí, essa aluna estava organizando a visita e um dos alunos se sentiu prejudicado, porque uma pessoa que ele queria que fosse não foi contemplada nessa lista. Aí, ele me chamou e disse assim: “Professora, eu gostaria de falar com a senhora em particular.” Um aluno que ainda não se reconhecia negro, mas, sim, tem toda uma negritude naquele corpo, mas ele não se reconhecia. Agora é que ele passa a se reconhecer como um homem negro. E, aí, eu disse: “Sim, tu queres falar comigo? Vamos ali.” E ele: “Eu vou fazer uma denúncia contra a senhora e o NEAB” Era uma coisa besta, mas que pode complicar a tua vida. “Eu vou fazer uma denúncia porque a Fulana não pôde ir naquela visita e eu vou dizer que o NEAB está cometendo racismo”. Eu disse pra ele: “Tu tens coragem de fazer isso com uma professora preta, tu sendo um homem negro?” Aí ele se olhou: “Eu? Negro?”. “Tu sendo um homem negro, tu deverias estar no NEAB fazendo projetos conosco, ao invés de estar fazendo isso, dizer que vai ao Conselho denunciar porque uma pessoa não foi na visita”. Mas, tudo bem, era o sentimento dele e daquela pessoa que deixou de ir se sentiu excluída.

E, aí, no que resultou isso? Qual foi o resultado para mim e para ele? Eu disse: “Vai ao Conselho. Eu também vou a essa reunião”. E eu fui a essa reunião, ele também foi e eu fiquei esperando que ele fosse fazer a denúncia, e ele não fez. Não fez e, a partir desse momento, ele passou a me procurar mais enquanto professora, meio que para se retratar. Eu não sei o que realmente aconteceu na cabeça dele, acho que ele viu que aquilo não seria certo, e depois ele me convidou para ser banca do TCC dele, e eu poderia ter dito: “Não, cara, olha só o que tu fizeste comigo”. Mas não, é aprendizado, mesmo que, às vezes, tu possas até passar por alguém que deixa acontecer, ou deixa ser levado, mas eu acho que foi um aprendizado para esse aluno.

Essas coisas são muito interessantes. Mas é uma luta constante dentro da universidade. Hoje a gente tem também a coordenação, e uma coisa interessante é que a História tem tradição de todo o pessoal ser de esquerda. Esquerdistas, mas todos brancos. Então, o que acontece? Quando entra uma disputa de edital, isso é muito presente ali. Aí, a gente vê que o racismo vai bater no econômico. Tu disputares um edital com um colega teu... Ali estão presentes essas questões, que também são raciais. Por exemplo, no ano de 2020, eu me candidatei à coordenação de um lugar que tem bolsa para o professor. Aí, tu vê, aí corre tudo. Quando envolve dinheiro, não é fácil que tu consigas conquistar aquele lugar, porque os grupos se fecham, e se fecham em determinados nomes. E, obviamente, o meu nome, para ser coordenadora de um programa de iniciação à docência, não era o nome cotado. Já tinha, lá, um nome. Mas o que eu fiz? Eu disse, numa reunião, que o poder precisava circular e que aquele programa precisava enegrecer. Foi uma peleia grande, com outro colega, para conseguir estar na coordenação, e hoje eu estou. Chegou um momento em que ele disse: “Tá, então, vamos lá. Pega essa coordenação. Fica com isso”. Mas é isso: todos os dias tem peleia, não é nada tranquilo. Mas é possível.

Entrevistador: Mesmo com espaços de poder te alavancando, tu tens de lutar entre os teus?

Rainha de Wakanda: Tens de lutar entre os teus. Tu achares que vais entrar na universidade e pensar “Ah, agora eu já estou aqui”... Tu não tens opção. Não tens opção de dizer: “Ah, agora vou parar um pouco com a luta, vou ficar mais tranquila,

estou ali com um salário bom.” Não. Mas é quando tu tens a consciência, se não tu podes ser só mais um negro ou mais uma negra ali dentro. Tem que fazer a diferença.

9 MARIA FIRMINA DOS REIS E OS MECANISMOS PARA ENFRENTAR ESTEREÓTIPO, SILENCIAMENTO E INVISIBILIZAÇÃO

Na contramão dos valores que constam na bandeira do Rio Grande do Sul, “Liberdade, Igualdade e Humanidade”, periodicamente, os atos de racismo se repetem. Porém nem todos chegam à grande mídia. E a maioria dos casos vai do nada para lugar nenhum. Quando a vítima não é taxada de exagerada, o algoz é ovacionado.

Ao mesmo tempo em que os estereótipos raciais são utilizados como forma de naturalizar a subalternidade de determinados corpos, o silenciamento permite negação do debate sobre raça no Brasil. Foi o que aconteceu com Maria Reis, em episódio que será contado no próximo subcapítulo. E é também o que ocorreu com o ex-árbitro de futebol e ex-comentarista da RBSTV Márcio Chagas. Em 2019, ele foi vítima de xingamentos racistas durante um jogo de futebol na cidade de Ajuricaba, na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Chagas havia sido convidado para apitar a partida da final do campeonato municipal, entre os times América e Juventus, quando ouviu, de um homem que acompanhava o jogo: “Apita direito, negro safado, se não apitar direito vão fazer que nem em Bento Gonçalves”.

Porém, além dessa triste situação, ele já havia registrado outros oito casos por atos de racismo.⁸² Em outro momento, ele ouviu, durante um jogo: “macaco”, “teu lugar é na selva”, e “volta para o circo”. Nesse mesmo dia, quando foi embora, conforme imagens e fotos, havia bananas em cima do carro e no cano de escapamento, além de terem amassado e pisoteado o veículo. Chagas também relatou que uma vez um membro da Comissão de Arbitragem Regional ficou surpreso pelo ex-árbitro ter uma boa caligrafia: “Ele colocou em xeque a minha capacidade intelectual, porque, para ele, um preto não podia redigir bem uma súmula”.

Embora tenha uma expressiva carreira na arbitragem, recebido o prêmio de Melhor Árbitro do Campeonato Gaúcho 5 vezes, sendo 4 anos consecutivos, a negritude de Marcio incomoda os racistas e aqueles que optam por não serem antirracistas. Chagas relata que foi demitido da empresa de comunicação após

⁸² LOPES, Tatiane. Árbitro encontra bananas em seu carro e relata racismo no Gaúcho. **GE**, 6 mar. 2014. Disponível em: <https://ge.globo.com/rs/noticia/2014/03/arbitro-encontra-bananas-em-seu-carro-e-relata-racismo-no-gauchao.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

denunciar os atos de racismo para outros jornalistas, durante a pandemia do coronavírus. Segundo ele, o espaço na televisão foi sendo reduzido e, na semana da Consciência Negra, ele foi acionado pela chefia.⁸³ “Cara, estou pensando em te desligar no final do Campeonato Gaúcho, mas não quero que pense que seja por ser negro. Teus posicionamentos estão causando muitos desgastes.” A RBSTV negou que o desligamento tenha sido por este motivo e disse repudiar e denunciar atos preconceituosos.

O racismo construiu obstáculos simbólicos para silenciar a produção intelectual decolonizadora, que invisibiliza profissionais e pesquisadores negros, uma vez que, historicamente, o espaço da universidade e do mercado de trabalho formal foram negados. É preciso considerar a camada do machismo, inclusive por parte de homens negros, na qual essa violência simbólica dentro das instituições de ensino superior é mais agressiva às mulheres negras.

Romper com o silenciamento das intelectuais negras no ensino superior se dá pelo entendimento de que o racismo ocorre não apenas como fruto de comportamentos discriminatórios, mas também “como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça”. (ALMEIDA, 2018, p. 29).

Em vista disso, é cada vez mais urgente desconstruir convicções refletidas nas experiências vividas dentro de culturas hegemônicas. Esses pensamentos errôneos perpassaram gerações e tornam-se um desafio para o pesquisador negro, pois se ancora no imaginário de equidade social. O estereótipo pode ser considerado uma das principais ferramentas usadas pelo colonizador para manter o poder sobre o colonizado.

Pronto, não fui eu quem criou um sentido para mim, este sentido já estava lá, preexistente, esperando-me. Não é com a minha miséria de preto ruim, meus dentes de preto malvado, minha fome de preto mau que modelo a flama pra tocar fogo no mundo: a flama já estava lá, à espera desta oportunidade histórica. (FANON, 2008, p. 121).

Passados mais de 130 anos do fim da escravização, ainda há um estigma que envolve a imagem do negro em grande parte dos meios de comunicação no Brasil. Embora sejam milhões de pessoas negras (pardas e pretas), há uma baixa representatividade na mídia, a imagem aparece quase sempre relacionada a

⁸³ Disponível em: <http://www.editorialj.eusoufamecos.net/site/noticias/reflita/racismo-estrutural-e-negligencia-marcio-chagas-fala-sobre-a-violencia-no-futebol> Acesso em: 15 jan. 2023.

estereótipos que reforçam o preconceito e o racismo.

Por trás do conceito de “democracia racial” existe um mito cruel que acaba imputando à população negra a condição social de extrema vulnerabilidade vivenciada pela maioria, desconsiderando parte dos fatores histórico-sociais, com total desresponsabilização do Estado brasileiro e da classe dominante em dar condições de vida e trabalho para essa parcela significativa da sociedade.

O mito da “democracia racial” serve para mistificar características essenciais que configuram a desigualdade social brasileira. Também, dissemina-se a falsa ideia de que existe uma condição de igualdade entre as “raças” baseada na democratização da renda, do poder e do prestígio social, o que já foi amplamente rechaçado por pesquisas que demonstram justamente o contrário.

Há fatores que são essenciais para compreender a pouca presença dos negros em espaços de poder. Em um primeiro momento, a marca do regime escravocrata no desenvolvimento do país. Em um segundo momento, a desqualificação do negro para assumir o trabalho assalariado, no período de pós-abolição. Portanto, a negação do acesso ao mercado de trabalho com base no critério de raça evidencia o racismo enquanto questão social no Brasil.

A desigualdade social existente no Brasil, último país da América a abolir a escravização, segue acentuada. Por muitos motivos, alguns preferem não falar ou se calar diante da impunidade recorrente para aqueles que cometem crimes e não são condenados.

É possível compreender que o silenciamento da população negra vem desde a colonização, quando tiveram vozes caladas e direitos omitidos. Como exemplo, citamos a utilização de máscaras,⁸⁴ como consta no livro *Memórias da Plantação*. Kilomba (2019) explica que falar é um ato político e, diante disso, os colonizadores silenciaram aqueles que podiam trazer questões que poderiam questionar preceitos, conceitos e ideais. Assim, as ideias trazidas pelos colonizadores tinham também o objetivo de silenciar vozes que pudessem contrariar a construção social forjada por meio da violência e da submissão.

O Brasil atual é fruto de uma sociedade escravocrata que perdurou por mais de

⁸⁴ Na época da colonização, foram confeccionadas máscaras de ferro para os escravizados. Dessa forma, eles não poderiam falar e comer enquanto trabalhavam na colheita. Outro objetivo era evitar o ato de comer areia como forma de suicídio. Anastácia foi uma das escravas que ficou conhecida por utilizar essa máscara até morrer de tétano causado pelo material de ferro com o qual era confeccionada a mordaca.

três séculos. Em consequência disso, há reflexos históricos, sociais e econômicos, como, por exemplo, a percepção de que as pessoas pretas e pardas ainda podem ser vistas a partir do olhar da desumanização ou da subalternidade.

Há diversos moldes para o racismo, embora o objetivo seja o mesmo. Moreira (2019) descreve o racismo recreativo, que acontece por meio do humor racista para manutenção dos privilégios socioculturais brancos. A justificativa das piadas tem fundamento na reprodução de estigmas e estereótipos que desqualificam os negros e, dessa forma, exercem uma violência simbólica.

Foi nesse tom que Maria dos Reis precisou enfrentar uma fala de um renomado professor sobre o cabelo crespo. O racismo recreativo, além de infligir negativamente no psicológico de pessoas negras, tenta “impedir a mobilização política por meio da raça” (MOREIRA, 2019, p. 149), pois minimiza e esconde o racismo por meio de um tom humorístico. Provavelmente é mais difícil para pessoas brancas considerarem o racismo recreativo como racismo efetivo, pela “satisfação psicológica que elas obtêm ao reproduzir piadas racistas” (MOREIRA, 2019, p. 154) e, também, porque “a hostilidade presente em expressões humorísticas encobre uma forma de antipatia dirigida principalmente a pessoas negras, o que está relacionado à pressuposição de que elas não são capazes de atuar de forma competente na esfera pública”. (MOREIRA, 2019, p. 155).

Ao longo da história, as pessoas negras são vítimas de representações sociais que silenciam as práticas culturais e estéticas da identidade étnico-racial. Com isso, muitas vezes, impedem que a dignidade seja reconhecida. Contudo, atualmente, o número de casos de racismo veiculados na mídia é cada vez maior e ajuda a revelar a dimensão do racismo estrutural. Por outro lado, há uma lógica de superexposição de corpos negros em situações de violência racial e de pouca resolutividade dos casos.

Não podemos esquecer que os meios de comunicação são polos de produção e circulação de significações e representações do corpo negro. Portanto, lucram tanto na publicidade quanto nas telenovelas e nos filmes. Assim, cria-se uma falsa impressão que remete à inclusão. Porém, enquanto parece que propõem a diversidade, conserva-se a ideia que encobre a discriminação racial, já que se difunde a igualdade indistinta entre todos.

Se olharmos os casos de discriminação, injúria e violência direcionados à população brasileira negra, percebemos que tais casos são cada vez mais constantes

na mídia, expostos, muitas vezes, nos meios de comunicação digitais em tempo real, declarando a existência cotidiana desse crime no Brasil. Unidos ao pensamento de Hooks (2019), podemos compreender que existe uma conexão comunicacional midiática do racismo estrutural dentro dos espaços de visibilidade *online* e de comunicação de massa:

Existe uma conexão direta e persistente entre a manutenção do patriarcado supremacista branco nessa sociedade e a naturalização de imagens específicas na mídia de massa, representações de raça e negritude que apoiam e mantêm a opressão, a exploração e a dominação de todas as pessoas negras em diversos aspectos. (HOOKS, 2019, p. 33).

No Brasil, há um tipo de racismo anacrônico, pois se reconhece que há racismo, mas ninguém se identifica ou se percebe como racista. Discrimina-se os negros, mas há resistência entre os brasileiros em reconhecer a discriminação que se pratica contra esse grupo. Ou seja, os brasileiros praticam a discriminação racial, mas só identificam essa prática nos outros, o que faz lembrar a conclusão paradigmática de Fernandes (1972) sobre as relações raciais no nosso país:

Por isso, surgiu no Brasil uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito de ter preconceito. Ao que parece, entendia-se que ter preconceito seria degradante e o esforço maior passou a ser o de combater a ideia de que existiria preconceito no Brasil, sem se fazer nada no sentido de melhorar a situação do negro e de acabar com as misérias inerentes ao seu destino humano na sociedade brasileira (FERNANDES 1972, p. 173).

Há necessidade de que a ideia de democracia racial seja abolida nos meios acadêmicos, escolares e no senso comum. Primeiro, porque não faz sentido e não se sustenta, quando analisada a partir de dados; segundo, porque não é mais possível ocultar as contradições sociais, raciais e étnicas no Brasil para disfarçar uma aparente harmonia e ordem que só trazem prejuízos aos povos subalternos e minorizados.

9.1 QUANDO É COM A GENTE, OS OUTROS NEM PERCEBEM

Foto 4 – Maria Firmina dos Reis



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães (MA)

De aluna da graduação à professora de ensino superior. Na mesma instituição federal onde estudou no curso de Relações Públicas, hoje Maria Firmina dos Reis⁸⁵ atua como docente no curso de Comunicação e, também, já foi professora substituta e Relações Públicas, cargo administrativo.

Se no final da década de 1980 era difícil ter colegas semelhantes a ela, era comum alisar o cabelo.

E esse foi um dos motivos que o professor de História chamou atenção de Maria na frente de outros alunos do Ensino Fundamental, lembrança que até hoje está presente na memória e pauta o fazer educacional, para que a experiência não se repita. O docente da escola particular afirmou que muitos negros modificavam o cabelo com o intuito de esconder a negritude, o que, para ela, não era uma verdade, era apenas uma criança e tampouco precisava passar por constrangimento durante a aula.

Durante o doutorado, quando foi para Joinville participar de um grupo de pesquisa no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), teve que desconstruir a opinião arcaica de um docente que acreditava que negras, em razão do cabelo, não poderiam fazer parte do Balé da Escola do Teatro *Bolshoi*. O fato que, no primeiro momento, a impactou, passou despercebido pelos colegas que estavam com ela justamente em um evento que tinha como tema “Desigualdades, gêneros e comunicação”. Maria Firmina dos Reis recorda que foi uma situação extremamente desagradável e que: “Quando é com a gente, a gente sente, os outros nem percebem”.

“Professor, eu não sei se tu te lembras que o tema do INTERCOM era justamente ressignificação. Nós passamos o dia todo falando em construções de sentido, em ressignificar... Eu vou ressignificar esse balé, vou soltar meus cabelos, vou deixar eles à vontade. Eu brinquei, mas aquilo

⁸⁵ Maria Firmina dos Reis foi uma escritora negra, considerada a primeira romancista brasileira. Maria Firmina dos Reis passou a escrever para vários jornais, nos quais publicou alguns de seus poemas. Escreveu uma novela, um conto, publicou um livro de poesias, além de composições musicais.

foi, assim, uma facada no meu peito. Meu Deus do céu.”⁸⁶

Ao relatar que teve poucos colegas negros na educação básica, o mesmo aconteceu na graduação e na pós-graduação, Maria Firmina dos Reis enfatiza a questão do colorismo⁸⁷ presente no Nordeste e, também, a necessidade de tentar fazer a diferença enquanto professora preta em uma universidade federal. Muitos dos docentes que hoje são colegas já eram professores quando Maria cursou o bacharelado em Relações Públicas, mas naquela época não tinham mestrado e doutorado e, talvez, possuísem um senso crítico menor.

“Quando a gente fala sobre Cultura Organizacional, eu tenho que explicar para eles que as organizações têm que estar atentas a tudo que está acontecendo na sociedade. E essas discussões que nós temos na sociedade, em relação a preconceito, a racismo, a homofobia, tudo isso a gente, como profissionais de Comunicação, tem que estar antenado e trazer isso para dentro das organizações. Porque, enfim, a gente não pode se fechar.”⁸⁸

A seguir, confira a entrevista com Maria Firmina dos Reis, cujo nome verdadeiro e outros dados foram alterados para preservar a identidade da entrevistada, conforme orientado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Entrevistador: Eu queria começar perguntando a tua idade, onde tu moras hoje, tua formação e onde trabalhas. Eu vi que é professora e técnica. Como é essa vida dupla?

Maria Firmina dos Reis: Eu moro em um estado do Nordeste, na capital mesmo. Hoje, estou morando em um bairro que tem uma praia aqui perto da minha casa, eu tenho esse luxo de morar pertinho da praia. Mas isso é hoje, depois que a gente ralou um tanto para chegar aqui.

Eu sou formada pela Universidade Federal desse estado do Nordeste, em Comunicação Social – Relações Públicas. Eu me formei mais ou menos em 1999 e, logo que me formei... eu sempre tive uma ligação muito grande com a academia.

⁸⁶ Trecho de entrevista realizada pelo autor da presente tese em 2021.

⁸⁷ O colorismo é uma forma de preconceito com pessoas da mesma raça, que são tratadas diferentemente com base na tonalidade de sua pele. Significa que quanto mais clara for a pele da pessoa negra, menos preconceito ela sofrerá, pois se entende que está mais próxima da etnia branca.

⁸⁸ Trecho de entrevista realizada pelo autor da presente tese.

Sempre fui muito próxima dos meus professores, eles sempre gostavam muito de mim, e eu sempre vislumbrei voltar, como professora, para a academia.

Quando me formei, eu fazia estágio, fui aproveitada no lugar onde fazia estágio, que era uma gerência de governo. Aqui, as secretarias de governo, teve uma época que o governo botou o nome de “gerência”. Eu estava em uma gerência e fiquei nesse local por um bom tempo. Aí, depois, como eu não era concursada, muda governo, muda todo mundo, acabei saindo de lá. E, aí, fiquei fazendo um trabalhinho aqui, outro ali, um bico aqui, outro ali e, nisso, fui trabalhar no Conselho de Relações Públicas. Fui trabalhar como secretária do Conselho, achei muito legal e interessante na época, apesar de que eu trabalhava como secretária lá, mas fazia alguma coisa de Relações Públicas e era o conselho da nossa profissão, então acho interessante trabalhar lá.

Nesse período, a gente estava organizando aqui o Congresso Nacional que a ABRP – Associação Brasileira de Relações Públicas – também estava organizando. E a sede era na mesma sala do Conselho. Aí, eu comecei a trabalhar para esse congresso. De manhã, eu trabalhava para o Conselho e à tarde, para o congresso. Aí, nesse congresso tive acesso a outras pessoas. Conheci uma professora nessa época. Vieram muitas pessoas de fora: São Paulo, Rio Grande do Sul. E, aí, eu me envolvia cada vez mais com essa parte acadêmica. E, aí, depois que passou esse período, eu fiz seleção para professora substituta. Na época, eu já tinha especialização. Fiz uma especialização logo depois que eu terminei [a graduação]. A própria Associação de Relações Públicas trouxe essa especialização e a gente fez.

Aí, fiz o concurso para substituta e passei. Eu entrei como substituta em 2002. Me formei em 1999 e entrei em 2002. E, aí, quando eu estava nesse final, assim, é um ano de contrato renovável por mais um ano, e quando eu estava no final desse segundo ano, teve um concurso para a parte administrativa. Para ser técnica-administrativa, como Relações Públicas, da Assessoria de Comunicação. E eu digo para todo mundo, assim: o que me ajudou muito a passar no concurso, que era para uma vaga, e o que me ajudou a passar em primeiro lugar foi o fato de eu estar em sala de aula. Como eu estava em sala de aula, eu estava ali e, justamente, a diferença de mim para a pessoa que ficou em segundo lugar foi na prova de Informática e eu dava uma disciplina que era Modernas Tecnologias em Comunicação. Então, eu lia

muito de informática, programação, eu estava muito inteirada com aquilo ali. E foram uma ou duas questões, na prova de Informática, que me fizeram ter essa diferença em relação à que ficou em segundo lugar.

Enfim, aí eu entrei. E já passo a ser funcionária concursada. Comecei a trabalhar na Assessoria de Comunicação da universidade, como relações públicas. E, aí, quando eu comecei a trabalhar lá, na época, como Executivo, o salário não era lá essas coisas. E vários amigos meus que entraram no mesmo concurso que eu, inclusive um rapaz, que era jornalista e entrou como jornalista, passou em outro concurso, porque, realmente, ganhava mais do que a gente ganhava lá.

Mas eu queria, eu tinha muita vontade de fazer meu mestrado e meu doutorado. Então, eu imaginava que, se eu estivesse trabalhando em uma universidade, mesmo na parte administrativa, eu teria maiores possibilidades de fazer o mestrado e o doutorado. E foi o que eu fiz. Eu fiquei. Aí, em 2009, mais ou menos, ou 2008, porque demorou um tanto, não lembro exatamente a data, nós conseguimos fazer o mestrado. Foi um Minter, que foi um mestrado interinstitucional. Entre a universidade onde eu trabalho e uma universidade no Estado do Rio de Janeiro.

E, aí, como a CAPES... porque, geralmente, esses programas (Minter, Dinter) são específicos para professores. Mas a CAPES aprovou o nosso projeto na época, mas ela não financiou, porque não financiava mais mestrados. Ela estava financiando doutorados. E aí foi que os nossos professores daqui recorreram à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado e eles bancaram nosso mestrado. E, como eles bancaram, abriu um pouco mais e a gente pôde entrar como técnico, a gente pôde fazer a seleção e, também, o pessoal da Secretaria pôde fazer a seleção.

Enfim, aí eu fiz o mestrado numa universidade do Estado do Rio de Janeiro e voltei....

Entrevistador: E te afastaste do trabalho?

Maria Firmina dos Reis: Não, o Minter você fazia aqui. Como os professores vinham do Rio para cá, nós não fomos liberados. A gente só era liberada assim: era uma semana de aula corrida. Então, nessa semana de aula a gente era liberado. Depois,

continuava a trabalhar normalmente. Mas a gente passou seis meses na capital. A gente foi para lá, para o Rio, durante seis meses nós ficamos lá para terminar as últimas disciplinas, os últimos módulos. E aí, depois, quando eu voltei, eu pedi afastamento para poder terminar minha dissertação, porque senão eu não ia conseguir terminar.

Mas, por incrível que pareça, quando tu trabalhas e estudas no mesmo local, onde você está, é bem complicado. Mesmo eu pedindo afastamento, todo dia alguém me ligava, porque eu estava aqui na Capital, e era aquela coisa. Acabou que eu suspendi o afastamento. Eu comecei o afastamento acho que em fevereiro ou março e, em setembro, eu suspendi porque não dava mais. Eu tinha pego um ano de afastamento.

Enfim, aí eu fiz o mestrado, mas aí eu voltei para a Assessoria de Comunicação, como técnica. Mas eu vislumbrava o doutorado e vislumbrava a academia. E comecei a tentar. Fui tentando, todo ano eu tentava. Tentei aqui mesmo. Fiquei em 12º lugar, eram 10 vagas, mas ninguém desistiu. Tentei em outras três universidades, em dois estados diferentes também. E, aí, fiz na universidade privada em Porto Alegre. Quando teve seleção do Dinter, aqui para os professores, eu não era professora. Em 2014, eu fiz seleção para substituta novamente, porque eu queria melhorar o meu currículo e achava que, se eu voltasse para a sala de aula, meu currículo ia melhorar. E, aí, eu fiz seleção para substituta e para efetiva. Eu passei nos dois, só que para substituta eu passei em primeiro lugar, no efetivo eu não passei em primeiro lugar.

E, aí, eu fui para o doutorado em 2015 e, em junho daquele ano, a Universidade Federal me chamou para efetiva. E, aí, eu vim aqui para capital desse estado do Nordeste, eu estava em Porto Alegre, mas vim, assinei o contrato, a gente já tinha uma lei que dava para a gente a possibilidade de continuar a pós-graduação mesmo se eu tivesse passado em um concurso. Aí, eu só assinei o contrato e voltei para o Rio Grande do Sul para continuar o doutorado. Então, quando eu entrei para o doutorado eu era técnica-administrativa e, quando eu saí, saí como docente.

Hoje, o que acontece? Nosso atual reitor me fez voltar para o Cerimonial, porque ele, assim, gosta do nosso trabalho, confia no nosso trabalho. Eu, realmente,

não queria muito, porque é muito trabalho o Cerimonial da universidade, e não é um cargo em que você ganhe uma grande gratificação. E você tem que dar duas disciplinas, ainda. Porque, não sei se tu entendes essa questão das gratificações nas federais. Você tem um tipo de gratificação nesses cargos comissionados. Por exemplo, o pró-reitor nem precisa dar aula se não quiser. Aí, tem um outro tipo de gratificação em que você fica só com uma disciplina. A minha, que é a mais lá embaixo, eu fico com duas disciplinas.

Então, eu tenho duas disciplinas, tenho PIBIC, tenho artigos para fazer e ainda estou no Cerimonial. E é puxado. Em parte, agora, com a pandemia, a gente está com um volume menor de eventos. E, além do Cerimonial, eu também trabalho na questão da comunicação interna. Então, agora, a gente está com menos eventos por causa da questão da pandemia, mas, ontem mesmo, eu tive uma reunião para falar sobre a colação de grau, que, segunda-feira, vai começar. Todas as colações agora serão remotas. Mas a gente está dando conta. E esta é, mais ou menos, a minha história profissional.

Eu moro aqui na Capital desse estado do Nordeste, mas eu não sou daqui. Eu nasci no Rio de Janeiro e vim para cá com 12 anos, bem garotinha. A família da minha mãe, toda é daqui. Mas ela morava no Rio. A família do meu pai mora toda no Rio, até hoje. Então, eu vivia muito nessa ponte aérea. Agora que eu dei um tempo, porque, depois que a gente vai ficando velha, a gente não se manda mais. Antigamente, a gente tinha férias escolares, aí eu ia para o Rio. Depois que a gente vai ficando velha, é diferente: o emprego é que manda na gente. Então, já tem um tempo que eu não vou lá. Mas eu nasci no Rio.

Entrevistador: E, quando tu passaste a professora, te exoneraste do cargo de técnica?

Maria Firmina dos Reis: Sim, tive que exonerar. Eu não poderia, porque ambos são 40 horas. E, hoje, como professora, sou dedicação exclusiva. E, mesmo se eu fosse 40h, não daria. O que poderia acontecer seria eu reduzir na Assessoria de Comunicação, ficar com 20h e 40h no Departamento. O problema é que o meu curso... eu teria 60h, mas teria que trabalhar manhã, tarde e noite. E o meu curso de Comunicação é durante a tarde. Aí, não dá para fazer. E outra coisa: ele é dedicação

exclusiva

Entrevistador: Qual é a tua idade e como tu te reconheceste como mulher negra?

Maria Firmina dos Reis: Eu tenho 49 anos e acho que me reconheci como mulher negra não tem muito tempo. A minha família por parte de pai, que mora no Rio, eles são negros mesmo. Meu pai era um negão bonitão. E eles são negros. Mas nós tínhamos, desde sempre, aquela história de alisar o cabelo. Minha mãe alisava o cabelo da minha irmã, ela começou quando a minha irmã tinha quatro anos de idade. E eu também, apesar de que meu cabelo era diferente do dela, meu cabelo até hoje é meio louco, cada parte dele é de um jeito. A minha cabeleireira, que é uma negona, e ela tem, inclusive, uma atuação muito interessante, ela vai para a África, ela está montando um salão dela lá na África, ela está ensinando. Ela passa uns três meses lá, não sei onde é, se é Angola, eu sei que ela vai para lá, fica uns três meses e depois vem. Ela fica o tempo todo assim, viajando, e ela gosta muito de trabalhar com isso. Aí ela fala assim: “Maria, está tudo aqui, no teu cabelo. A gente encontra o branco, a gente encontra o índio, a gente encontra o negro”. Eu digo: “Que legal, meu cabelo está bem diversificado”.

Eu acho que essa história, de desde criança alisar cabelo, a gente não se reconhecia muito enquanto negra, mulher preta. Eu tenho uma amiga que é socióloga. A gente, uma vez, estava aí no Sul, dentro do carro, e a gente começou a discutir essa questão. “Mas, amiga, eu sou parda.” Aí, ela queria me explicar essa situação.

Eu acho que, com isso, eu fui começando a entender mais, porque, até mesmo quando eu era estudante universitária, a gente não tinha tanto diálogo quanto temos hoje, tanto reconhecimento, não tinha tanto espaço. A gente não discutia essas questões na universidade, e olha que eu sempre fui muito ativista na universidade. Eu tinha um namorado que era diretor do Diretório Acadêmico, era envolvido com DCE. Eu, inclusive, no período em que era universitária, me filiei ao PT. Eu estava até falando com uns amigos meus sobre essa questão do Lula. Eu disse: “Olha, eu estou trabalhando isso em mim, porque eu não queria votar no Lula. Não porque “ah, ele é ladrão, é corrupto”, não, porque não é esta a questão. Esse projeto de poder que o PT construiu, para mim eu não reconheço mais enquanto PT. Mas eu já disse que, se

ele for para o segundo turno, eu vou votar, porque sou contra o Bozo. Aí, a gente tem que ser ele, se for ele, vai ser ele.

Então, de uns tempos para cá, de uns cinco ou seis anos para cá, é que eu realmente me encontro, me vejo enquanto negra. Meu pai era negro, só que eu nunca tive oportunidade de discutir com ele essas questões, até porque ele morreu já faz um tempo. Mas meu pai sofreu preconceito demais. Uma vez, a gente estava... E ele tinha uma situação financeira razoável. Ele morava no Rio e teve uma época que ele queria comprar uma casa na região dos Lagos, lá no Rio, porque todo ano eles alugavam casa lá, passavam o mês de janeiro, o verão. A casa é em Rio das Ostras. Mas ele sofreu preconceito em Búzios. Papai entrou em um restaurante e ninguém atendeu ele. Eu não estava com ele, a esposa dele que me contou. Eles entraram num restaurante, e a esposa dele era a dita branca, sabe? Era bem clara, de cabelos lisos. Eles entraram no restaurante e ninguém veio atender a mesa deles. Eles ficaram quase 30 minutos e ninguém veio atender. E, aí, eles saíram de lá. E papai era muito orgulhoso em algumas coisas. Ele saiu e isso fez com que ele nem quisesse comprar casa lá, que ele até poderia comprar. E, nessa busca, ele achou que Rio das Ostras era mais interessante, ele começou a frequentar Rio das Ostras, começou a frequentar Rio das Ostras e foi um outro tratamento, e aí ele decidiu comprar uma casa lá.

Então, enfim, acho que, durante a minha vida toda, eu devo ter passado por vários momentos de preconceito, mas acho que eu não internalizava dessa forma. Eu não via. Até porque, como mamãe era mais clara, dava aquela disfarçada. Mas eu sei que a gente passou por muitos momentos assim, que... Na minha família mesmo. A minha vó... A minha irmã tem a pele mais escura do que a minha. E a minha avó dizia para minha mãe: "Tu bota a preta para estudar e a branca, tu bota para cozinha". Porque a minha irmã sempre foi muito estudiosa, ela era mais estudiosa do que eu. E a minha irmã sempre estudou com bolsa, porque a gente, eu sou filha de pais separados, então mamãe ralou bastante para criar a gente. Eu, além de ser negra, eu sou criada por duas mulheres: minha avó e minha mãe me criaram. Aí, uma vez, vovó soltou essa pérola. E a minha própria avó por parte de pai... mamãe me contava essas coisas. Mamãe me contava assim: "Minha filha, a tua avó, a mãe do teu pai, ela é negra, mas sempre foi racista. Quando eu namorava com teu pai, ela dizia assim:

‘Pelo menos vocês vão clarear um pouco a família’”. Minha mãe namorou com meu pai e casou. E ela disse que minhas tias, eu tenho quatro tias, irmãs do meu pai, quando elas iam para a janela, aquela coisa de namorar na janela, e passavam os rapazes e ficavam olhando, minha avó dizia assim: “Que que tá olhando para cá, macacada? Aqui não tem banana, não.” Era esse tipo de situação.

Então, eu cresci num ambiente muito assim. Eu acho que a minha família, as minhas tias, até mesmo pelo grau de instrução delas, elas não têm, até hoje, esse olhar que eu e minha irmã temos em relação a essa questão. As minhas tias alisam o cabelo ainda. A minha irmã também. Ela diz que não tem condições de fazer a transição. Eu fiz a transição do cabelo quando eu fui para Porto Alegre. E uma coisa que me toca muito hoje, porque quando eu passei no concurso na federal, eu vivia... aí lembro que uma vez eu fui para Brasília, num encontro, aí eu fui comprar chapinha, porque eu tinha que ficar com o cabelo o tempo todo arrumado, aí comprei uma chapinha lá em Brasília. Aí, quando voltei, começou aquele negócio de alisar o cabelo e fazer essas escovas progressivas. E eu fiz a escova progressiva no meu cabelo, porque o Cerimonial me obrigava a isso. E, hoje, eu estou no Cerimonial novamente e o Cerimonial não me obriga a isso. Porque, sinceramente, não tem por quê. Pelo contrário. Na época, eu lembro que fiz a escova porque eu tinha que andar com o cabelo todo arrumadinho, porque poderia ter um evento de repente, poderia chegar uma autoridade na universidade de repente e o Cerimonial teria que falar. Aí, tudo bem.

Aí, quando foi 2015, eu fui para Porto Alegre. E eu comecei assim: eu já tinha terminado o mestrado, já estava passando para a parte do doutorado, eu disse: “Gente, eu vou partir para outro local, não conheço nada, não conheço salão... quer saber?” Eu fui lá nessa cabeleireira, que cuida do meu cabelo até hoje, falei assim: “Como é que eu faço com meu cabelo?” E ela: “Dá para cortar. Compra esses produtos e vem aqui, que a gente passa um creme, essas coisas.” Comprei e cortei meu cabelo curtinho. E comecei a me ver daquele jeito: “Gente, eu sou essa”. E naquela época eu ainda estava no Cerimonial. E eu lembro que falei: “Ah, gente, quer saber? Eu vou colocar uma flor aqui, vou colocar um negócio assim...” E eu fiz várias colações de grau, ainda. E eu tenho fotos. Gente, é o meu cabelo. E o fato de ele ficar arrumado ou não não é a questão de ele ser liso ou encaracolado que vai fazer ele

ficar arrumado ou não. Eu posso deixar ele arrumado da maneira como eu tenho ele hoje. Mas a minha cabeça, na época, eu achava que, para eu manter o cabelo arrumado, eu tinha que alisar. E não, não é isso. Eu posso manter ele arrumado dessa forma. Eu posso fazer um coque, botar para cima, fazer diversas coisas.

Eu acho que essa questão de cabelo, na verdade eu vou ser bem sincera: eu acho que me aceitar enquanto negra começou pelo cabelo. Acho que até mesmo por causa dessa situação de casa, mamãe que alisava meu cabelo desde criança... Então, ter essa aceitação começou por isso. Mas eu tenho outras amigas, por exemplo, essa minha amiga que é socióloga, ela diz assim: “Maria, eu não consigo deixar meu cabelo...” Ela usa *dread*. Mas ela não consegue tirar os *dreads*, porque ela não gosta do volume do cabelo dela. Mas isso não faz... ela já se reconhece como mulher negra há muitos anos. Ela é muito envolvida com tudo. Então, acho que, para algumas pessoas, essa questão do cabelo tem uma pegada diferente. E, para mim, foi a partir disso que eu comecei a me ver enquanto essa mulher negra e a me aceitar. E a entender que é isso, gente. Uma vez, eu vi um vídeo de uma menina falando assim: “Cara, o teu cabelo é liso, ele cresce assim. O meu não é, ele cresce assim. E daí? São os nossos cabelos.” E hoje eu vejo assim. E hoje, pelo contrário, eu fico é com raiva. Porque o meu cabelo, como eu te falei antes, ele tem tudo aqui. É o índio, é o negro, então ele desce, ele não sobe. E eu queria que já tivesse um pouco de volume para colocar umas coisas, mas não adianta, ele desce. Ele pesa e desce.

Então, acho que eu comecei a me ver (como mulher negra) não tem muito tempo. A gente não tinha muito essas discussões, eu acho que hoje a gente está começando a falar mais nisso, acho que de uns 10 anos para cá, ou menos, não sei. Mas eu mesma, acho que foi de uns seis anos para cá que eu comecei a me ver dessa forma. E, aí, às vezes, no WhatsApp eu boto as mãozinhas assim ou assim [faz símbolos de *emojis* de mãos] e coloco aquelas bem... preta, preta mesmo. Aí as pessoas dizem: “Maria, mas você não é dessa cor”. Aí eu falo: “Isso aqui são ações afirmativas”, aí a pessoa fala: “Ah, então, tá”.

Entrevistador: Na tua graduação, na federal, tu tinhas colegas negros?

Maria Firmina dos Reis: Na minha graduação, pouquíssimas. Na minha sala,

mesmo, assim... a gente tem umas pessoas negras de cabelo liso, muito liso, sabe? Que acho que puxam mais pro índio, aquela coisa assim. Eu tenho uma amiga que é negra e o cabelo dela é bem lisinho. Então, na minha sala, a gente não tinha nenhum estereótipo assim, não tinha mesmo. Na graduação, eram poucas pessoas. Tu falando isso agora, eu me lembro, da minha turma, mulher negra a gente tinha uma colega, mas ela tinha o cabelão lisão comprido, a outra também tinha um cabelão lisão comprido... eu acho que só eu. Só eu. Ainda na época da graduação eu tinha um cabelo bem riponga, eu deixava ele ficar um tanto quando cacheado na época. Vivia solto e um tanto quanto cacheado. Mas, tirando eu, ninguém mais. E olha que é um curso de Comunicação, não é nem um curso de Direito, que eles, né, cursos mais elitizados. Mas a gente quase não tinha.

Tu falando isso para mim agora, até hoje eu tenho um grupo de WhatsApp com eles e até isso eu notei. Ah, acho que tinha uma só. Mas, também, ela não... Talvez, hoje, ela se sinta... acho que hoje ela se reconhece de uma outra forma, mas na época, não. Na época, todas nós alisávamos o cabelo, todas nós, sabe? Não tinha essa aceitação, a gente não se identificava dessa forma. Era bem diferente. Eu entrei na universidade em 93, 94.

Entrevistador: E o colégio, era particular ou público?

Maria Firmina dos Reis: Eu estudei em tudo. Como eu te falei, a minha mãe.. como a gente era filha de mãe solteira, pais separados, eu estudei em colégio particular, em colégio público, mas o meu Ensino Médio eu fiz na escola técnica federal, que hoje são os Institutos Federais. Eu fiz lá. Mulheres negras, não tinha. Eu tinha um amigo, e tu falaste de colégio e eu lembrei uma época. Me lembrei de uma passagem. Quando eu fazia o antigo Ginásio, Ensino Fundamental, uma vez, um professor de História... Mas ele não soube colocar a situação. Professor de História, inclusive, ele era negro. Acho que ele já faleceu, já faz bastante tempo. Ele levantou essas questões em sala de aula. Aí, ele disse que as mulheres como eu – ele apontou para mim e mais umas outras –, que a gente queria esconder a nossa negritude alisando o cabelo. E isso, para mim, na época, foi um certo *bullying*, porque, quando a gente saiu da aula... Eu tinha duas amigas muito próximas a mim. Uma era branquinha, loirinha, de olhos claros. Até hoje eu encontro ela, tenho ela nas redes sociais. E a outra era uma

negra, mulata, assim, uma negra, mas ela tinha o cabelo liso, como eu estava te falando. E, aí, nós saímos da aula e elas saíram falando o tempo todo no meu ouvido: “Ah, tu não quer ser negra, não quer ser preta, por isso tu alisa o cabelo.” E, na minha cabeça, não era isso. Na minha cabeça, eu alisava e achava que ficava bonito. “Sempre foi assim, mamãe sempre fez isso”.

Na minha cabeça, eu não queria negar minha cor, minha raça, eu não queria fazer isso. E, aí, elas falaram e eu lembro até que briguei com elas, chateei. Da escola até o ônibus, elas foram falando isso no meu ouvido: “Ah, tu não queres ser negra, não quer ser preta”. Então, acho que a forma como o professor fez, na hora, não foi correta, não foi legal. Então, esse tipo de discussão a gente não tinha. E essa era uma escola particular. Não era uma escola tradicional, das melhores da capital do estado, mas era uma escola particular. Depois, eu fui para a escola técnica federal, mas aí, também, a gente não tinha esse olhar. E olha que eu sempre fui muito envolvida em tudo. Eu era do grêmio da escola técnica federal, eu era da diretoria do grêmio, eu era muito ativista, sempre fui muito assim. Eu era líder de turma, mas a gente não tinha esse tipo de discussão, não parava para pensar sobre isso.

Hoje, eu tenho o livro da Djamila, Feminismo... tá lá no meu quarto, eu tava lendo... Eu tenho o livro dela e, às vezes, eu leio, é quase como se fosse uma autobiografia. Ela conta muito da vida dela, as situações que ela passou, e o silenciamento. Quando ela falou isso, eu comecei a entender mais. E eu, lendo as histórias dela, eu acho que, se eu passei, talvez o silenciamento tenha sido tão grande que eu não lembro. Eu já li o livro dela e eu digo: como as coisas acontecem na nossa vida, né? E a gente não para para perceber, para olhar isso. Mas acho que as coisas estão mudando, graças a Deus.

Entrevistador: Tinha professores negros, e tratando de negritude, na graduação?

Maria Firmina dos Reis: Não. Inclusive os professores da minha graduação são os meus amigos hoje de Departamento. Mas a gente não discutia. Não tinha esse nível de discussão, de parar para observar. Não tinha nada disso. Hoje, eu tenho um relacionamento bem diferente com os meus alunos. Hoje, a gente já acaba que... tem

que ter esse tipo de discussão. Mas eu não sei se, de uma certa forma, na época em que eu estudei na Federal, meus professores, a maioria eram só graduados mesmo. Como eu te falei, eu fiz o mestrado junto com alguns professores meus. Porque não tinha chegado aqui, ainda, o mestrado para eles. E o doutorado, meus professores basicamente terminaram o doutorado agora, um pouco antes de mim.

Então, a falta desse olhar mais crítico com relação às coisas, eu acho que, também por causa disso, a gente não discutia essas questões. Os mesmos professores que hoje, por exemplo, tem professora que eu vejo, que foi minha professora. Negra, mas que não se reconhece enquanto, não discutia. Hoje não, hoje eu tenho uma discussão diferente com meus alunos. Até porque eu dou uma disciplina que é Cultura e Poder nas Organizações. Então, a gente fala um pouco de Cultura Organizacional. E, quando a gente fala sobre Cultura Organizacional, eu tenho que explicar para eles que as organizações têm que estar atentas a tudo que está acontecendo na sociedade. E essas discussões que nós temos na sociedade, em relação a preconceito, a racismo, a homofobia, tudo isso a gente, como profissionais de Comunicação, tem que estar antenado e trazer isso para dentro das organizações. Porque, enfim, a gente não pode se fechar.

Hoje, eu converso muito com meus alunos com relação a isso. E aprendo muito com eles com relação a isso. Essa molecada que está vindo aí, eles são desconstruídos com relação a muitas coisas. E eles me ajudam muito em alguns momentos. Eu fico boba de ver as conversas que nós temos. Agora a gente está de *home office*, trabalhando pelo Zoom só, e eu falo muito para eles: “Gente, a única coisa que eu sinto falta mesmo é da sala de aula, nesse momento que a gente está vivendo.” Porque sala de aula, para mim, sempre foi uma troca muito grande. Para mim, sempre foi muito bom estar em sala de aula e trocar com meus alunos. E, aí, eu acho que, nessas questões, eles são muito mais sábios do que eu.

Eu tive uma aluna no semestre passado, que ela, quando eu conheci, ela sofria de depressão. E, agora, ela se encontrou enquanto transgênero. E, aí, eles me ajudaram muito. “Professora, não é a Nica, é O Nica”. E aí eu digo: “Ô, gente, desculpa, é que eu tenho que me acostumar”. E, aí, a gente vai se acostumando com essas coisas e, para mim, é muito legal sala de aula. Eu acho que, na minha época,

a gente não tinha, infelizmente. Mesmo sendo uma universidade pública, federal, a gente não conversava essas coisas.

Entrevistador: Tinha outros doutorandos negros no doutorado, que tu lembra?

Maria Firmina dos Reis: Olha, do doutorado no Rio Grande do Sul mesmo, eu acho que aí é bem difícil. Porque, das pessoas que eram próximas a mim, não tinha nenhum negro. Tinha um, que fazia mestrado. Mas, doutorado, da turma em que eu entrei, não tinha. Ninguém.

Entrevistador: Como mudar essa realidade, como girar essa chave?

Maria Firmina dos Reis: E aí, como a gente muda essa chave? Pode ser até utópico, mas eu acho que, a partir do momento em que se abrem as cotas na graduação, já começa a mudar um pouco essa realidade também na pós-graduação. Porque, aí, a gente já começa a olhar pessoas que também conseguiram entrar numa graduação e estão vislumbrando uma pós. Mas eu não sei se cotas no doutorado, ou no mestrado... Porque a gente sabe que o número de vagas já é pouco, diferente de uma graduação, em que o número de vagas é maior.

Então, eu não sei até que ponto seria vantajoso também a gente abrir cotas. Eu realmente não sei te dizer. Agora, eu acho que cotas na graduação já é significativo. E ano passado, eu não sei se você acompanhou, se foi só aqui, eu não lembro. Teve uma “caça às bruxas” nessa relação das cotas. Teve um movimento no Twitter que alguns grupos estavam fazendo e aí detectaram umas pessoas na Bahia, em algumas regiões do Nordeste principalmente. Pessoas que estavam se fazendo de negras para entrar nas cotas. E, aqui, foi uma confusão, porque a nossa cidade é pequena, com uma única universidade federal, e aí começaram a postar as listagens, não só das pessoas que se aproveitaram das cotas de negros, mas também de cotistas que se aproveitaram de outras cotas, como indígenas. Então, a gente teve um rapaz no nosso curso, que inclusive é um rapaz excelente, mas ele quase entrou em depressão, porque soltaram a lista de aprovados, e a lista de aprovados dele estava como cota de índio. E ele não tem nada de indígena. E, aí, eles faziam isso: pessoal soltava o nome da pessoa e botava a foto junto.

E, aí, quando saiu isso, meus bolsistas lá do Núcleo ficaram: “Professora, olha isso aqui.” E eu até... ele era estagiário de uma amiga minha. Eu mandei para ela e ela ficou desesperada.

Mas, enfim, acho que essa questão das cotas na graduação, eu acho que tem que ser algo bem pensado mesmo. Na verdade, acho que, se a gente for pensar, eu acho que é bem feito, só que, nessa época, eles até cobraram da universidade um posicionamento em relação a essas pessoas que estavam entrando em cotas e que todo mundo estava vendo que elas não eram. Parece que foi na Bahia, uma menina pegou, passou uma maquiagem, fez um turbante no cabelo para fazer a entrevista das cotas.

Enfim, eu não sei te dizer se cotas no doutorado seriam... Porque, o que eu estou falando: são tão poucas vagas, infelizmente. Aí, eu te digo assim: porque, se a gente pensar dessa outra forma: vocês aí, no Sul e Sudeste, têm muito mais acesso do que a gente, aqui. Em primeiro lugar, a gente ainda nem tem doutorado em Comunicação, em nenhuma universidade. Então, além da gente... assim: 10 vagas numa universidade federal, como eu concorri. Além dessa questão do local, digamos: se fizermos cotas, as pessoas que não entrariam nessas cotas, e que sairiam daqui do Nordeste, e aí a gente teria que ter cota para cá, para gente, pro Nordeste. Porque tem essa questão também. A gente, aqui, não tem acesso. São anos de diferença. A CAPES não quis financiar o nosso Minter, porque eles disseram que não financiavam mais mestrado. E os nossos professores estavam precisando do mestrado para depois fazerem o doutorado. E aí a CAPES não financiou. E aí eles conseguiram fazer o mestrado e, depois, uma turma com quase 20 professores foi fazer o doutorado no Dinter. Porque, ou você sai daqui para fazer, ou você faz as parcerias. Ou você faz em outra área. Porque, na Comunicação, hoje nós não temos.

Então, aí, nessa situação, haveria também cota para.... Sabe? Eu acho que é essa situação: a pós-graduação é uma realidade diferente da graduação em relação a cotas. Eu acho que, se pensar em cotas para negros na pós, teria que ser algo muito bem pensado. Abertura de vagas, abertura de bolsas, aí a gente vai... Infelizmente, a pós-graduação ainda é algo muito localizado. A gente ainda tem muito, assim... Se

bem que aqui... A Bahia já tem mestrado e doutorado em Comunicação. Recife também tem. Mas, aqui, nós não temos, e a gente sabe que outros Estados do Nordeste também não têm. E as pessoas precisam sair para fazer. Vão para São Paulo, ou vão para o Rio Grande do Sul.

Enfim, eu imagino que, se pensar em cotas para a pós-graduação, a primeira coisa que tem que fazer é aumentar as vagas.

Entrevistador: Tu vieste estudar no RS. É muito diferente a questão racial aqui e aí?

Maria Firmina dos Reis: Então, eu não tive problemas com essas questões. Não tive nenhum problema por questões raciais aí, não. E pelo contrário: quando eu chegava no supermercado e falava, que as pessoas ouviam a minha voz, elas diziam: “Tu não é daqui não, né?”. Aí perguntavam de onde eu era e eu dizia: “Sou do Nordeste”. E aí elas: “Ah, meu Deus, lá tem praia, lá não é esse frio”. Eu ia sempre no supermercado, porque eu morava ali perto. Então, eu não tive nenhum problema com relação a isso.

Uma vez aconteceu uma coisa com um professor aí no Sul, eu não botei culpa nele, porque sei que existe o racismo estrutural, e eu sei que ele mesmo diz que não é racista. E eu acho bom quando a gente entende e trabalha isso e tenta desconstruir isso. Porque eu acho que, na verdade, todos nós temos um pouco disso. A gente precisa é estar atento e desconstruir essas coisas. Eu estou te falando: eu só me reconheci assim de cinco, seis anos para cá. Então, eu também passo por um processo de reconstrução, de construção desse meu novo olhar.

E, aí, você foi também naquele INTERCOM em Joinville. Naquele INTERCOM, o professor soltou uma pérola para mim, que eu fiquei assim. E é aquela coisa: a gente sente porque é com a gente, os outros nem perceberam, ninguém percebeu. Tu te lembra que, lá, ia ter o Bolshoi na abertura. E era só o que se comentava. “Vamos ver o Bolshoi!”, aquela coisa. E, aí, eu me lembro que acabou a palestra lá no auditório, onde estava acontecendo a última palestra, e aí se reuniu um grupo. O docente chegou e nós começamos a conversar, na brincadeira e tal. Mas eu não guardo nenhuma mágoa em relação a isso, e eu entendo que, enfim... Aí começamos a brincar sobre o Bolshoi. “Já está com a sapatilha pronta?” “Eu já estou com a sapatilha

pronta, preparada”. Aí ele vira para mim e fala: “E o que que tu vai fazer com esse cabelo?” Eu olhei para ele e falei: “Professor,” – e eu não sei se tu te lembras que o tema do INTERCOM era justamente ressignificação, uma coisa assim. Eu disse: “Professor, nós passamos o dia todo falando em construções de sentido, em ressignificar... Eu vou ressignificar esse balé, vou soltar meus cabelos, vou deixar eles à vontade.” Aí, eu brinquei. Gente, mas aquilo foi, assim, uma facada no meu peito. Meu Deus do céu.

Mas, em compensação, eu não sei se você estava lá, na abertura, quando o Bolshoi se apresentou, que teve uma negra que dançou. Gente, ela... todo mundo ficou de pé para aplaudir aquela mulher. Lavou a minha alma, sabe? Ela tava lá com a redinha dela no cabelo e pronto. Para mim, aquela coisa do brincar, da brincadeira, mas a gente entende que as brincadeiras não são tão brincadeiras. Mas eu sei que é uma questão estrutural. Ele não fez para ofender. Tanto é, que depois eu cheguei lá um dia, na universidade privada de Porto Alegre, e ele estava puto com o vice-presidente, porque na época o vice-presidente tinha falado dos índios, dos negros, falou umas besteiras na época da eleição, que os índios eram preguiçosos. Aí, eu cheguei lá e o docente estava soltando fogo pelas narinas, assim: “Tu viu o que ele falou? Dos índios e dos negros!” Eu disse: “Eu vi. Calma, professor.” “Ele devia ter vergonha de dizer que é gaúcho”. Então, eu sei que ele não fez aquilo por maldade, sabe? Mas, infelizmente, até porque, assim: ele é um cara estudado, um cara viajado, um cara culto para caramba, então eu sei que ele não fez de maldade. Mas eu sei que as pessoas fazem essas coisas.

E, quando eu contei isso para os meus colegas, eles quase morreram do coração. E ninguém percebeu nada. Quando eu cheguei no hotel, que eu falei com as meninas. A gente estava tudo no mesmo hotel. E aí eu perguntei: “Vocês ouviram?” E elas disseram: “Putz, Maria, a gente nem percebeu”. Foi comigo, né? E às vezes o outro não percebe. Mas, assim, nesse dia eu fiquei: “Meu Deus do céu”. As coisas são assim. “Que que você vai fazer com esse cabelo?” Vou ressignificar.

Entrevistador: Como tu és vista pelos colegas na universidade, sendo uma mulher negra? Passa por alguma situação de preconceito?

Maria Firmina dos Reis: Eu acho que é menos presente isso. Nunca passei por isso, não. E hoje, na universidade, além de eu ser professora, eu sou a diretora do Cerimonial da universidade. Eu sou a cara do Cerimonial. E é aquilo que eu te falei: antes eu me preocupava com o cabelo; hoje, não. As coisas mudam tanto... E, quando eu voltei ao Cerimonial... eu sou da coordenação do Cerimonial, mas a gente é ligado à Assessoria de Comunicação. Então, quando a gente faz colação de grau, a gente precisa de um número maior de pessoas conosco. Porque, geralmente, nossas colações de grau são 250 ou 300 alunos, é muita gente. E, aí, eu trabalho com todos os estagiários: os meus e os outros do Departamento de Comunicação.

E a gente tem um aluno. Ele é negro, alto, magro, aí ele bota uns turbantes, ele usa brinco, passa batom. E trabalha na colação de grau com a gente. Ele está lá de terno e gravata, com um turbante, com batom, brinco. E, aí, eu digo assim: “Gente, olha os locais, né?”. O Cerimonial sempre foi aquela coisa, aquelas meninas sempre maquiadas, arrumadinhas, com os cabelinhos amarrados. A primeira coisa que eu falo: “No meu, não precisa amarrar o cabelo, porque eu não gosto de amarrar meu cabelo. Nunca amarrei e não vou amarrar.” Eu penteio, deixo bonitinho, mas deixo ele solto.

E, aí, eu começo a fazer colação de grau. Agora, quando eu voltei, em 2019, a gente fez uma colação presencial ainda, antes de começar a pandemia. Aí, eu disse: “Gente, isso é maravilhoso”. Então, eu realmente... ninguém empina o nariz, assim: “Ah, tu és professora da universidade?” Não, ninguém nunca me fez isso. Ali na universidade mesmo, nunca me fizeram. E, fora, também nunca passei por essa situação. Aqui, pelo menos, a gente não tem esses problemas.

Entrevistador: Como tu vê a academia daqui para a frente, com a nossa presença?

Maria Firmina dos Reis: E eu acho que vai melhorar bastante. Assim: eu acho que vai melhorar, eu não sei dizer se é bastante, mas eu acredito que vai melhorar, sim. Porque, como tu estavas falando, eu, com certeza, eu imagino que eu vou ter... assim, os meus sonhos: eu queria um casal. Mas, assim, os custos... tô repensando isso. E eu imagino que, sim, vai ser criança negra. Eu torço para que seja isso. Não coloquei

lá, porque eu acho que todos que estão lá estão precisando. Então, eu não quis, mas eu tenho certeza de que a maioria são crianças negras. Então, eu acho assim: a partir do momento em que eu tiver a minha filha, o meu filho, eu vou trabalhar muito essas questões com ele, com certeza. Na verdade, para mim isso vai ser uma coisa natural. Porque é uma coisa natural.

Essa minha amiga que é socióloga, ela é muito próxima de mim. Ela tem uma filha. A filha dela é toda desconstruída, ela é a coisa mais fofa que eu já vi na vida. Dá vontade de apertar, de morder. Ela é ela, é toda nariz em pé, então, ela vai ser aquela menina que vai se colocar onde ela chegar. E a mãe dela cria ela dessa forma. Até com a mãe dela ela negocia, e ela tem dois anos. Ela negocia com ela o tempo todo. E eu vejo, assim, na criação dela, como ela reforça essas questões, seja o cabelo, seja a roupa, como ela reforça essas questões. Tenho certeza de que ela vai crescer uma menina super empoderada E eu acho que tem que ser isso. A gente precisa fazer isso.

A gente sabe que essas pessoas têm acesso a muitas coisas que outros não têm. A gente sabe disso. Mas eu acho que, talvez, sejam essas pessoas, que têm esse acesso, que de repente vão ajudar outros lá na frente. Enfim, é uma realidade não muito fácil, porque, como eu to te falando, a minha família que mora no Rio, eles não têm essa consciência. Eles, até hoje, as minhas tias... só uma tia minha que é mais, assim, danadinha. Até porque o esposo dela estudou, fez Psicologia, ele lia, sabe? Mas as outras não têm essa mentalidade. Então, sabe que é difícil. E, às vezes, assim, em grupos de WhatsApp, eu falo umas coisas, eu coloco outras coisas, que é para a gente ir trabalhando um pouco essas questões.

Mas eu acredito, sim, que as coisas vão melhorar. Eu acho que já melhoraram bastante. Como eu estava falando, eu me formei em 1999, entrei na universidade em 1994. A gente não tinha esse tipo de discussão na universidade. Já existia muita discussão sobre mulher, sobre feminismo, mas sobre nós, negras, mulher negra, não tinha. Apesar de que a maioria das mulheres que trabalhavam essas questões na universidade também eram negras. Mas a preocupação de parar, refletir, ajudar, de fazer a gente entender quem a gente era realmente, não se tinha como se tem hoje. Hoje, existe esse apoio, existe essa forma de olhar diferente, e eu acho que isso já

ajuda muito. Está melhorando muito. Mas a gente sabe que, no nosso país, as coisas não são fáceis.

E, sim, eu acho que eu tenho uma responsabilidade. E, por conta dessa responsabilidade, eu preciso ler mais, conhecer mais, estudar um pouco mais. Essa amiga que te falei, ela é professora de Sociologia, e aí de vez em quando ela me manda uns *links*. Então, eu sinto essa responsabilidade, mas eu acho bem mais tranquilo hoje com os meus meninos. Porque eles é que trazem para a gente essas demandas. É melhor com eles do que com a minha família.

10 CONSIDERAÇÕES SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Como se pode perceber a partir das entrevistas com os sujeitos desta pesquisa, a edificação da identidade é um processo que pode iniciar quando ainda não temos a percepção dessa construção. Esse moldar interno dá-se a partir de sentimentos variados, incluindo as muitas tensões que acontecem ao longo da jornada dessas pessoas. À medida que se unificam os fatos que marcaram essa identidade, percebemos que há narrativas de histórias de vidas por meio das configurações familiares, sociais e educacionais que perpassam a nossa caminhada.

Para a sociedade brasileira, o fato de os negros estarem em posição de subalternidade não é visto como desigualdade social ou racismo, mas sim como um processo natural, com raras exceções. A ideologia da democracia racial esconde uma realidade que vem desde a abolição da escravatura: a falta de condições sociais e econômicas para a população negra ascender-se socialmente dentro da sociedade de classes. (CORDEIRO, 2007, p. 85).

Para compreender o processo de construção da identidade negra e a influência da educação e da comunicação, no que tange esta tese, foi necessário situar o indivíduo nas inúmeras e complexas configurações sociais da própria história de vida. Por óbvio, esse contexto não se esgota em uma entrevista e é bem mais amplo, mas a verbalização ajuda a reconstituir fragmentos. Com a lembrança da vida familiar, militância, não militância, vida profissional, gritos internos, reflexões guardadas e silêncios sufocados, foi possível perceber as aprendizagens individuais e coletivas de cada sujeito.

Na prática, como se pode constatar, a construção da identidade negra não é fácil, tampouco objetiva. É preciso ir contra uma hegemonia que insiste em se perpetuar, seja na configuração de quem constrói a maioria do corpo discente e docente das universidades brasileiras, seja nas bibliografias dos cursos de graduação e pós-graduação. Resistindo, os intelectuais negros reafirmam as desigualdades raciais e epistêmicas do Brasil:

A presença de corpos negros em lugares do conhecimento, de forma horizontal e não hierarquizada como comumente é visto no Brasil em razão das desigualdades raciais, muda radicalmente o ambiente universitário. Não somente pela participação quantitativa, pela corporeidade, pelos diferentes níveis socioeconômicos, mas principalmente graças aos saberes, aos valores, às cosmovisões, às representações, às identidades que passam a fazer parte do campo do conhecimento. (GOMES, 2018, p. 240-241).

A proposta a seguir é refletir, discutir, categorizar, analisar e tentar interpretar as memórias presentes nas narrativas das histórias de vida de pessoas negras brasileiras doutoras em Comunicação no Rio Grande do Sul. Essa breve análise ocorrerá porque os sujeitos foram provocados pelo entrevistador e, também, pela recuperação de memórias que surgiram ao longo da conversa. Assim, acreditamos, houve uma confirmação de quanto essas vivências foram importantes para o desenvolvimento das pessoas negras doutoras. Há fatos que ficam impregnados na memória, são inesquecíveis e que talvez demonstrem ter conseguido compreender e ressignificar os momentos que viveram e ouviram.

A análise, assim como as entrevistas anteriores, possibilita a percepção sobre como essas pessoas autodeclaradas pretas e pardas tornaram-se doutoras e doutoras em um contexto de uma sociedade excludente, que, ao longo de séculos, marginalizou a população negra. Além disso, é possível perceber como elas ocupam ou poderão ocupar *status quo* na sociedade brasileira. Nesse contexto, é oportuno destacar a vanguarda de Gonzalez (1988), que há décadas impulsionou uma forte crítica anticolonial que nominou de “superioridade euro-cristã”. Ela tensionou a perspectiva que se autoproclamou por muito tempo como ponto de vista universal:

A produção científica dos negros desses países do nosso continente tem se caracterizado pelo avanço, autonomia, inovação, diversificação e credibilidade nacional e internacional; o que nos remete a um espírito de profunda determinação, dados os obstáculos impostos pelo racismo dominante. Mas, como já disse antes, é justamente a consciência objetiva desse racismo em disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado “inferior”. (GONZALEZ, 1988, p. 74).

Com a fala dos entrevistados, é possível entender a construção do sujeito político negro universitário na pós-graduação e, também, acerca das transformações subjetivas na própria universidade. As narrativas deles falam sobre si e suas histórias e, de forma direta, fortalecem a palavra *Ubuntu*, que possui diversos significados, mas dois deles são os mais recorrentes: “Humanidade para os outros” ou “Eu sou porque nós somos”. Trata-se da filosofia africana que foca na importância das alianças e do relacionamento das pessoas, umas com as outras. Ou seja, há uma comunhão entre os entrevistados, um pacto não dito, mas vivenciado de forma coletiva, no qual um eleva o outro à medida que as vitórias e os aprendizados ocorrem. Nessa perspectiva, há um fortalecimento da luta e da história a partir das conquistas e do enfrentamento

do outro.

Mais de um entrevistado atentou para o fato de que a ciência colonizada, que se impôs por séculos, a partir do olhar acadêmico ocidental eurocêntrico, não permitiu visibilidade e barrou o reconhecimento das epistemologias dos descendentes dos povos afro. Essa prática também foi alertada e criticada por Nascimento (2018), quilombola e intelectual:

O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abominam a realidade racial por comodismo, medo ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, criam novas teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade. (NASCIMENTO, 2018, p. 45).

É possível também fazer alusão às palavras cantadas pelo *rapper* Emicida no Theatro Municipal de São Paulo. Na música *Principia*, a frase base da canção explica que “*tudo que nós tem é nós*”. Ou seja, um negro fortalece o outro. São poucos os que chegam até o doutorado e muitos não conseguiram, mas esse que teve êxito impulsiona toda uma cadeia e mostra que esse horizonte é possível. A analogia pode ser utilizada para tantos outros méritos da população negra.

Em cada história contada nas entrevistas descritas nos capítulos anteriores, há reflexões sobre o passado e esperança no futuro. Mais do que isso, há relatos de experiência e resistência. Os diálogos apresentados dão visibilidade e reconhecimento às memórias e às vivências de quatro pessoas negras que são ou serão doutoras em Comunicação. Há mais 26 pretos que percorreram esse caminho entre 2015 e 2020 e que podem ter enfrentado a violência racista e a estrutura de hierarquia racial presente no Brasil. Essas práticas impactam de forma objetiva e subjetiva e criam obstáculos no acesso a bens e direitos.

No entanto, como se pôde ler, contra qualquer opressão social, os sujeitos desta pesquisa mostraram força e provam que esta tese não é somente sobre racismo, mas a respeito de pessoas negras que quebraram estigmas e ascenderam, e sobrevivem ao epistemicídio que, conforme relatamos, à luz de Carneiro (2005), com base em Santos, é um conjunto de práticas que nega, dificulta e elimina a produção de conhecimento construída por pessoas negras. Hooks (1995), inclusive, compreende que o labor, às vezes, surge como uma estratégia de sobrevivência. “Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas,

nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida.” (HOOKS, 1995, p. 478).

Ferida, às vezes perseguida e vítima de abusos, encontrei na vida intelectual um refúgio, um abrigo onde podia experimentar uma sensação de atuar sobre as coisas e com isso construir minha identidade subjetiva. Esse reconhecimento vivido de como a mente, pelo pensamento crítico, podia ser usada a serviço da sobrevivência, como podia ser uma força curativa em minha luta para combater o desespero da infância, me permitiu tornar-me um eu autônomo na família disfuncional e levou-me a valorizar o trabalho intelectual. Valorizava-o não por ter-me trazido status ou reconhecimento, mas porque oferecia recursos para intensificar a sobrevivência e meu prazer de viver. Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano, optei conscientemente por tornar-me uma intelectual pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta, encarar e compreender o concreto. (HOOKS, 1995, p. 466).

Em cada conversa, foi possível refletir sobre a construção do sujeito político negro universitário e na pós-graduação, justamente aqueles que entraram neste espaço restrito após a implementação ou, a partir da efervescência das ações afirmativas. Transitar por essas narrativas nos ofereceu a possibilidade de complexificar esta jornada que é única e, também, coletiva, pois perpassou pelas diferenças entre os sujeitos e pelos diversos contextos históricos de trajetórias possíveis.

Nas falas dos entrevistados, há conceitos práticos de branquitude, processos de colonização, colonialidade e relações de poder, pois esta tese é sobre doutorandos negros que sabem que, diferentemente dos Estados Unidos, que, após a abolição da escravização, adotaram uma política de segregação institucionalizada, o Brasil, após o dia 13 de maio de 1888, importou políticas de embranquecimento da população e isso afeta a vida desses sujeitos ainda hoje. Já consta nesta pesquisa e é ressaltado nas entrevistas que, em contraponto ao incentivo de imigração europeia e à concessão de auxílios, houve ausência de incentivo para o desenvolvimento físico, psíquico, intelectual e social de pessoas negras. É fato mesmo que com o manto do discurso da “democracia racial”, romantizada pelo sociólogo Gilberto Freyre no livro *Casa-Grande & Senzala*, o Brasil jamais desejou ser negro, ainda que tenha sido o país que mais recebeu pessoas escravizadas do mundo e o último a abolir a escravização.

A história das culturas afrodescendentes é tradicionalmente marcada por embates e discussões que envolvem reflexões sobre a temática da memória, da história, da identidade e das performances. Este debate tem seus marcos originais na história do tráfico e na existência de um ritual que envolvia circular

em torno da “árvore do esquecimento” para garantir imunidade ao “banzo” e, principalmente, o apagamento dos nomes e das tradições culturais daqueles que seriam embarcados à força para diáspora. Assim, as várias tradições culturais africanas da diáspora sempre lidaram com esforços individuais e coletivos de guarda e preservação, reconstituição e reorganização de pedaços, narrativas, cânticos e performances, tecidos e traços, plantas e costumes entre outras bagagens que, junto com os corpos e almas, atravessaram o Atlântico. (SOUZA, 2007, p. 30-31).

Havia o intuito, no início da pesquisa, de entrevistar oito pessoas. Porém, após a qualificação, observou-se que o quantitativo de quatro sujeitos já era o suficiente, tendo em vista que, embora as afronarrativas sejam particulares, os caminhos do quarteto se cruzam ou se aproximam, e isso, no contexto científico, deve ser bem compreendido. Além do mais, a proposta da pesquisa era dar protagonismo aos doutores e doutorando, focando no conteúdo e não na quantidade.

Ciente de que os quatro entrevistados são uma amostra parcial dos sujeitos de estudos, que representam os 30 negros que concluíram ou estão em busca do doutoramento, elaboramos um quadro (Quadro 3) para visualização ampla com o *corpus* documental do Currículo Lattes⁸⁹ dos entrevistados, descrevendo de forma qualitativa a trajetória acadêmica deles. São três mulheres, sendo duas com mais de 50 anos, que terminaram o doutorado com financiamento da CAPES e ingressaram na carreira docente e são professoras em universidades federais. Já os discentes que estão na pós-graduação são bolsistas, um em um programa de Comunicação privado e outro, público.

⁸⁹ O Currículo Lattes é um registro da vida dos acadêmicos. A plataforma é utilizada pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa, e é considerada um elemento indispensável à análise de mérito e de competência para financiamentos. Cabe ressaltar que o sistema Lattes adotou o quesito cor/raça, que se encontra embasado na Lei nº 12.228, de 20 de julho de 2010, que instituiu o “Estatuto da Igualdade Racial”, cujo objetivo, conforme *site* na época, é combater todas as formas de exclusão e discriminação raciais ainda vigentes no Brasil. No entanto, durante a realização desta tese, não conseguimos extrair esses dados da plataforma.

Quadro 3 – Amostra dos sujeitos de estudos

Nome	Gênero	Ano	Titulação	Curso	IE	Bolsa	Ação afirmativa	Ocupação
Luís Gama	M	2020-2024	Doutorando	Comunicação	Privada	Sim	Não	Acadêmico
		2017-2019	Mestrado	Comunicação	Pública	Sim	Não	
		2011-2016	Graduação	Jornalismo	Privada	Sim	Sim	
Carolina de Jesus	F	2019-2023	Doutoranda	Comunicação	Pública	Sim	Não	Acadêmica e professora universitária
		2013-2015	Mestrado	Comunicação	Privada	Não	Não	
		2006-2009	Graduação	Letras	Privada	Não	Não	
Rainha de Wakanda	F	2012-2016	Doutorado	Comunicação	Pública	Sim	Não	Docente Federal
		2008-2010	Mestrado	Patrimônio Cultural	Pública	Não	Não	
		1985-1988	Graduação	Letras	Privada	Não	Não	
Maria Firmina dos Reis	F	2015-2018	Doutorado	Comunicação	Privada	Sim	Não	Docente Federal
		2009-2011	Mestrado	Comunicação	Pública	Não	Não	
		1993-1999	Graduação	Relações Públicas	Pública	Não	Não	

Fonte: Elaborado pelo autor da presente tese.

Ainda se referindo ao quantitativo geral de negros no doutorado em Comunicação do Rio Grande do Sul entre 2015 e 2020, podemos olhar sob a ótica da paridade de gênero, já que o racismo ataca de forma ainda mais feroz as mulheres pretas. No entanto, entre os sujeitos encontrados nesta pesquisa, conforme o Quadro 4, 14 são do gênero feminino. O dado é relevante na medida que as desigualdades têm se manifestado como elementos centrais na construção de sociedades formalmente igualitárias, que buscam instituir relações mais equitativas entre homens e mulheres.

Quadro 4 – Recorte de gênero dos doutores negros

Gênero	30 doutorandos negros	
	Número	Percentual
Masculino	16	53,33%
Feminino	14	46,66%

Fonte: Elaborado pelo autor da presente tese.

1. Permeada na fala dos entrevistados, é válido contextualizar que a branquitude é um conceito construído para mostrar uma posição, um lugar de vantagem concebido a partir da colonização, no qual o branco tem privilégio simbólico e material perante outras raças. Aliás, de acordo com as pesquisas de Frankenberg (2004) e Schucman (2012), a branquitude deve ser pensada, sobretudo nas questões de dominação. Os autores descrevem algumas características relativas a essa temática e que se aproximam muito, em vários aspectos, das experiências relatadas pelos sujeitos da tese. A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial. 2. A branquitude é um “ponto de vista”, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais. 3. A branquitude é um locus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, ou denominadas como nacionais ou “normativas”, em vez de especificamente raciais. 4. A branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe. 5. Muitas vezes, a inclusão na categoria “branco” é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude são marcadores de fronteiras da própria categoria. 6. Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevantes o privilégio racial, mas modulam ou modificam. 7. A branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis. (FRANKENBERG, 2004, p. 312).

Ainda dentro dos discursos apresentados nos capítulos anteriores, observa-se a conexão entre o tripé raça, educação e comunicação. A transdisciplinaridade apresenta vantagens epistemológicas consideráveis para esse trinômio. Ela permite um ponto de vista mais global e complexo, fatos que são contemporâneos e nos fazem sair da zona de conforto. Ou seja, permite um enfoque maior sem tantas limitações. Quando se está dentro de uma bolha, imagina-se que há vastidão do amplo mundo, mas esse novo espaço é restrito e pode impedir novos aprendizados.

Da mesma forma que, ao ampliar horizontes, pode ocorrer um maior distanciamento de estereótipos e preconceitos científicos. Moura (1988) afirma que, em sentido inverso, ao longo dos tempos, por acreditar em um conhecimento único, proliferou-se o mito da democracia racial no imaginário nacional.

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado, comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu. Queremos dizer, com isto, que houve uma reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo, no contexto da sociedade do capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico capaz de

justificar o peneiramento econômico social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminadores que se sucedem na biografia de cada negro. (MOURA, 1988, p. 17).

Ao tentar categorizar (na verdade, aproximar) parte das falas dos entrevistados, ficou evidente a conexão e a transversalidade dos temas nas vidas dos sujeitos desta pesquisa. Inclusive, em certa medida, algumas citações de educação poderiam ser inseridas no campo da comunicação e vice-versa, pois quando não se complementam, uma categoria soma-se à outra.

A reflexão sobre trajetórias de vida é desafiadora porque requer um retrocesso, uma volta ao passado que pode ser dolorida, pois reacende histórias e acontecimentos adormecidos. Fato percebido nesse contato com os quatro primeiros sujeitos desta pesquisa, já que a singularidade da metodologia pessoal utiliza o recurso da memória. Por meio dela, é possível (re)organizar e desvendar as situações que ainda não haviam sido sanadas, como os processos discriminatórios, os preconceitos e os enfrentamentos referentes ao espaço social, que também é um campo de lutas e conflitos (CALDEIRA, 1996 apud BERNARDO, 1998).

Convém destacar que não é nosso desejo resumir as falas, já que o contexto se dá na leitura total dos diálogos. No entanto, para efeito de técnica, optamos por sintetizar e relacionar os conteúdos dos doutores e doutorandos.

RAÇA: Conforme Ianni (2004, p. 23), “raça não é uma condição biológica, mas uma condição social e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação”. Em complemento à reflexão, o racismo pode ser percebido como práticas, comportamentos, crenças e preconceitos que sustentam as desigualdades.

LUÍS GAMA
<p>“Eu fiquei na frente do papelzinho e não sabia o que marcar, e ele me deu um toque. Falou assim: ‘Cara, tu realmente achas que não és negro? Tens certeza?’ E eu lembro que fui para casa e fiquei dias pensando nisso, principalmente por causa do questionamento dele.”</p>

Levou um tempo para que o doutorando Luís Gama pudesse compreender a própria negritude. Se, na família, ao longo dos anos, o assunto era tratado de forma

menos profunda, a vida encarregou-se de mostrar as faces do racismo: quando já adulto, ao tentar entrar em um *shopping* e ser barrado pelos seguranças, ele percebeu que a conduta desses profissionais não era a mesma para pessoas não negras.

Para Gama, foi diante de uma pesquisa, na qual precisava assinalar a qual etnia pertencia, que iniciou, efetivamente, o conflito racial interno. A percepção da Rainha de Wakanda também ocorre na perspectiva de que o embate se dá por causa do olhar alheio. “O reconhecimento enquanto pessoa negra se dá, muitas vezes, a partir do soco no estômago.”

Por ter passado por muitas situações de silenciamento, o tornar-se negra de Maria Firmina também ocorreu na fase adulta e se fortaleceu durante as aulas na faculdade. Situação inversa foi vivenciada pela doutoranda Carolina de Jesus, que sempre se autodeclarou negra, muito orientada pela presença e constantes choques de realidade que a mãe proporcionou.

CAROLINA DE JESUS
<p>“Várias vezes eu não queria ser preta, chorava porque eu era preta e a minha mãe dizia para mim: ‘Tu és preta’. Ou ela dizia assim: ‘Tu tens que te arrumar bem arrumada, não podes sair pra rua descabelada porque tu és preta e as pessoas vão pensar mal de ti’”.</p>

Consciente dos privilégios que possui por ser filha de um sueco com situação financeira estruturada, Carolina de Jesus sentiu os efeitos da negritude de forma mais intensa quando se tornou mãe solo e a vida deu uma reviravolta. A partir da gestação, ela começou a identificar-se plenamente e gostar mais do fato de ser negra.

Depois de perceber-se negro, Luís Gama conseguiu retroceder em algumas situações que passou na adolescência nas quais não tinha identificado o preconceito por falta de base e referência para tratar o assunto. A Rainha de Wakanda, assim como Gama, também compreende as situações que a diferenciaram dos outros no passado e ainda no presente. Essas percepções aumentam na medida que o poder aquisitivo se eleva e a presença das pessoas negras diminui. “E tu te questionas de novo, quando estás nesses lugares, porque tu és, de novo, o negro único, a negra única. E, de certa forma, estás tendo aquele privilégio que não é um privilégio; é um direito. Todos deveriam poder estar onde quisessem estar, mas não é isso que

acontece”.

RAINHA DE WAKANDA

“E esse meu entendimento como mulher negra se dá num momento de disputa dentro de um local de trabalho, onde jamais passou pela minha cabeça a questão racial, mas, depois que fui demitida desse lugar, é que percebi que aquilo tinha sido um ato de racismo.”

Hoje professora de uma instituição de ensino superior federal, Rainha de Wakanda tem convicção de que a presença dela, e de outras pessoas negras, altera e facilita o pertencimento dos alunos. Ela acredita que está nesse local para fortalecer a negritude, que não por acaso é a que mais evade do sistema de ensino. “A gente não pode se iludir que toda a estrutura vai mudar por conta da nossa presença, porque a presença da branquitude é muito forte. Mas é possível uma mudança.”

A ausência de discussões sobre a temática étnico-racial no núcleo familiar aliada aos estereótipos que a mídia projetava do negro também contribuíram para que Luís Gama tivesse um pertencimento racial compreendido somente na vida adulta. “As referências que tínhamos sobre o tema eram muito básicas. Era o que lia nos jornais e via na televisão, o que também é bem problemático, tendo o midiático como principal referência nessas questões.”

Ao lembrar da discriminação que o pai sofreu ao não ser atendido em um restaurante, Maria Firmina recorda-se que: “Durante a minha vida toda, eu devo ter passado por vários momentos de preconceito, mas acho que eu não internalizava dessa forma”. Indiferença também sentiu Carolina de Jesus, que mesmo tendo licenciatura em inglês e fluência em outras línguas, foi desacreditada, possivelmente por ser preta e afirmar que possuía domínio de outros idiomas, o que para muitos não é um lugar aceitável para uma negra.

MARIA FIRMINA DOS REIS

“Então, de uns tempos para cá, de uns cinco ou seis anos para cá, é que eu realmente me encontro, me vejo enquanto negra. Meu pai era negro, só que eu nunca tive oportunidade de discutir com ele essas questões, até porque ele morreu já faz um tempo. Mas meu pai sofreu preconceito demais.”

Por muito tempo, a doutora Firmina alisou o cabelo. A prática era recorrente na infância e prosseguiu na fase adulta, por acreditar que era necessário para ser aceita no ambiente de trabalho, onde era concursada e tinha estabilidade. Foi depois de reconhecer-se como mulher negra que conseguiu empoderar-se, rever conceitos que alteraram essa perspectiva e soltar o cabelo. “Minha cabeça, na época, eu achava que, para eu manter o cabelo arrumado, tinha que alisar. E não, não é isso. Eu posso manter ele arrumado dessa forma. Eu posso fazer um coque, botar para cima, fazer diversas coisas.”

Refletir sobre pertencimento racial é questionar a si e ao redor. Quando percebe que há poucos negros nos locais que frequenta, inclusive a universidade, Rainha de Wakanda não titubeia e problematiza sobre essa realidade comum nos lugares onde transita: “A nossa comunidade ainda não tem essa oportunidade de estar em lugares onde tudo parece perfeito, mas que tiveram, ali, a nossa mão de obra explorada, escravizada.”

Há poderosos e eficientes mecanismos de silenciamento do racismo que são acionados constantemente no interior das universidades. E é nessa dificuldade para externar os problemas que a exclusão se fortalece, o que é conveniente para a instituição. Podemos citar Kaercher (2005) para nos aproximarmos do conceito de “reificação da branquidade”, para mostrar que no Brasil ainda há uma tendência a tomar o branco como incolor, invisível, como racialmente não marcado. Em sentido próximo, Piza (2000) reflete sobre o significado de ser branco no Brasil e afirma que entre pessoas brancas a noção de racialidade não é desenvolvida.

Ser branco é viver sem se notar racialmente, numa estranha neutralidade, exemplificada pela expressão – tida como educada por pessoas mais velhas, na sociedade brasileira – “pessoas de cor”. Mas de que cor? Esta expressão é dita apenas na presença de pessoas negras; e se refere à cor do outro, mas não à própria cor de quem a utiliza. É o outro que é de cor. Eu, branco/a, sou neutro/a, sou nada. (PIZA, 2000, p. 108).

COMUNICAÇÃO: A definição mais ampla é aquela que trata da área do conhecimento humano responsável pelo estudo dos fenômenos relacionados aos meios de comunicação, principalmente dos veículos que atingem a maior parte da população, como a internet, a imprensa, a televisão, o rádio, o cinema, as redes sociais e os efeitos destes na sociedade.

Por se tratar de uma área diretamente relacionada às interações que ocorrem entre os seres da sociedade, intermediadas por tecnologias e pela potencialização de

alcance dos conteúdos, a comunicação pode ser mais extensa e antirracista, promovendo a difusão de conhecimentos referentes à história, à cultura, à religiosidade, à diáspora e às questões relacionadas às violências e à violação de direitos da população negra.

LUÍS GAMA
<p>“Na Intercom, por exemplo, que é um dos maiores eventos da área de Comunicação, tem um GT, um Grupo de Trabalho, que, na sua ementa, contemple essas questões. E isso depois de décadas, de várias edições do evento. E, também, se forem examinados os temas dos artigos aprovados na Compós, são muito poucos os trabalhos que se debruçam sobre a temática.”</p>

Quando ao tentarem valorizar o potencial intelectual de Luís Gama e desqualificar os discentes que acessam o doutorado por meio de cotas, o jornalista percebeu que há muito para ser alterado em um programa de pós-graduação que quer ser modelo para o Brasil. Na medida que o discurso vai de encontro à prática, percebe-se que a ausência de professores negros na Comunicação *stricto sensu* tem razões estruturais e talvez demore para esse panorama ser alterado. “Como quem dissesse assim: ‘Tu não precisas te envergonhar de nada. Não precisas te justificar porque tu tens méritos por não ter passado por cotas’”, recorda o doutorando.

Já na entrevista para o doutorado, Carolina de Jesus precisou arriscar e confessar que não desistiria de pesquisar sobre negritude. A medida audaciosa deu certo, mas o tiro poderia sair pela culatra já que, segundo ela, muitos professores acreditam que essa temática deveria estar na Sociologia e não na Comunicação. “Ah, é que se problematiza demais a negritude. Se problematiza porque ainda tem problemas. Quando não tiver, não iremos mais problematizar, simples”, sentencia Carolina.

Questionamentos sobre o tema da pesquisa também sofreu a Rainha de Wakanda, já que carregou questões de gênero e raça para o projeto de tese. E, para variar, teve que responder à clássica pergunta: “Por que tu vieste pra cá? Devias estar num doutorado em História. Tu tens que ir para um doutorado em História, em Patrimônio...”. A então candidata, embora assustada, refletiu que naquela universidade não havia doutorado em História, tampouco em Patrimônio ou Museologia. E não havia mais tempo para esperar, ela queria ser doutora para tornar-

se professora e a proposta era que o tema fosse tratado pelo viés da Comunicação.

CAROLINA DE JESUS

“Aí a docente virou pra mim e disse: ‘Ah, mas nem tudo pode ser levado à raça’. E eu disse: ‘Nem tudo, mas quando se faz uma pesquisa sobre mulheres, se não botar raça, para mim a pesquisa não vale’. Isso foi no primeiro semestre. Ali, a galera já sentiu que eu era do barraco. Eles vão conversando e aí, se eu entro, ‘Ah, já coloca a raça’. Às vezes, eu me indigno e digo: ‘Gente, não é porque eu sou preta que eu sou a defensora e a detentora que quer falar só sobre raça. Eu sei falar sobre outras coisas’”.

Se tivesse uma docente negra no programa de pós-graduação onde Carolina estuda, talvez os rumos da tese fossem outros e ainda mais enegrecidos. A doutoranda, que se debruça no afro-consumo cultural e midiático, relata dificuldades para inserir na pesquisa a história do movimento negro, o que para ela é algo inerente ao conteúdo estudado. “Eu digo a ela (à orientadora): Talvez tu não entendas, mas eu não tenho como falar sobre afro-consumo cultural e midiático se não falar sobre o movimento negro, a importância do movimento negro, hoje, para a negritude. Ela não entende.”

Wakanda ficou como suplente do doutorado na seleção onde foi questionada sobre o porquê de levar para dentro da Comunicação a história do clube negro e a necessidade de visibilidade das mulheres. Porém descobriu pelas redes sociais que a candidata que estava uma posição à frente não cumpria os requisitos estabelecidos no edital e não poderia assumir a vaga. Embora tenha argumentado, teve recurso negado e recorreu a um processo administrativo, também sem êxito. Foi preciso entrar na Justiça para que a regra fosse cumprida. Vitoriosa, iniciou o doutorado um semestre depois, mesmo com a possibilidade de ficar estigmatizada no programa, já que era a única negra e havia um processo judicial na relação aluna-universidade. “Eu tinha tanta certeza de que aquela vaga era minha, tinha tanta certeza de que aquilo estava errado, que eu não consegui engolir aquela injustiça. E isso estava me fazendo muito mal. Esse processo, era choro, era depressão, mas era luta. Era medo e luta. Era choro e luta. Era depressão e luta”, recorda.

Gama acredita que ter professores negros nos cursos de Comunicação, a partir da experiência que teve na graduação, faz toda a diferença para a instituição, para o

corpo docente e, sobretudo, para os alunos. Segundo ele, esses pesquisadores, transversalmente ou não, trazem discussões relacionadas a temas periféricos para a sala de aula, em diferentes níveis de ensino. Para fazer essa diferença, o doutorando inspira-se e almeja à docência. “Me afirmar como pessoa negra e servir de exemplo, para que outros alunos mirem também a possibilidade de ingressarem na área da pesquisa ou até mesmo de permanecerem, o que é muito difícil, no Ensino Superior”, planeja.

RAINHA DE WAKANDA

“E eu disse: Eu vou ficar esperando que tenha um doutorado nessa área para fazer um doutorado? Sabendo que eu quero estar dentro da universidade e eu só vou conseguir se tiver doutorado? Que, se eu não tiver doutorado, eu não vou ser professora? Não me importo, vou enfrentar tudo isso.”

Depois de que recebeu o mandado do Ministério Público dizendo que a universidade tinha 48 horas para admitir no doutorado em Comunicação, a Rainha de Wakanda percebeu que iria ser doutora custasse o que custasse. Porém, confirmou que não tinha docentes para trabalhar as questões raciais, o que não a surpreendeu, já que o programa não tem professores negros. Ainda assim, com a medida judicial, logo a doutoranda conseguiu ser orientada e manteve a temática que sempre almejou e foi, segundo ela, a primeira doutora negra daquela universidade, que ainda não tinha cotas no curso de pós-graduação em Comunicação.

Diferente do mestrado, no doutorado acompanhado de um professor negro e outros discentes da mesma etnia, Gama acredita que não se sentiu mais sozinho e, por isso, o processo do doutoramento em Comunicação tem sido mais prazeroso e fluido. “Ter professores, colegas que fazem Iniciação Científica, no doutorado alguns colegas negros e negras que, além de abordarem a temática étnico-racial em suas dissertações e teses, são pessoas com quem eu começo a dialogar”, comemora.

Ao apresentar um artigo, junto com um mestrando, com conceitos diaspóricos, Carolina foi questionada justamente sobre o porquê de ter usado esse conceito. Para ela, a área acadêmica, muitas vezes, ancora-se em teorias canônicas, geralmente eurocêntricas, e não permite que novas visões ampliem o campo comunicacional. “A afrocentricidade é um paradigma. E talvez as pessoas não conheçam, mas existe. Por que ninguém está questionando por que alguém usou Bourdieu? Ninguém questiona.

Por que vocês estão questionando a gente por usar afrocentricidade?”.

MARIA FIRMINA DOS REIS

“Professor, nós passamos o dia todo falando em construções de sentido, em ressignificar... Eu vou ressignificar esse balé, vou soltar meus cabelos, vou deixar eles à vontade.” Aí, eu brinquei. Gente, mas aquilo foi, assim, uma facada no meu peito. Meu Deus do céu.”

A docência tem mostrado que novos tempos estão por vir e serão bem melhores que a realidade que Firmina encontrou na graduação e na pós. A doutora relata que os discentes atuais são mais despidos de preconceitos e que isso poderá resultar em uma comunicação mais antirracista, por exemplo. “Hoje, eu converso muito com meus alunos com relação a isso. E aprendo muito com eles. Essa molecada que está vindo aí, eles são desconstruídos com relação a muitas coisas. E eles me ajudam muito em alguns momentos.”

Carolina defende que a comunicação precisa mudar, mas, para isso, é necessário que essa alteração ocorra também na estrutura da universidade. Ela entende que, na atualidade, não há como falar de mídia sem conectar com raça e interseccionalidade. “A gente precisa de alguém dentro dos PPGs que fale sobre negritude. E a gente não tem. Que aborde os processos midiáticos da negritude, dentro de um PPG.”

É recente o desnudar do racismo acadêmico. Embora muitos saibam a resposta, é preciso questionar e evidenciar por que, após tantas décadas, as universidades ainda são tão brancas? A maioria pode até relativizar, mas isso é resultado de uma prática racista que está na sociedade para um esforço sistemático que também é cultivado pela comunidade acadêmica.

EDUCAÇÃO: É um caminho para transformação social, quer seja em contextos de aprendizagem formais ou informais, pois se constitui como uma emancipação para legitimar saberes que possibilitam maior participação na sociedade. Já a Educação das Relações Étnico-raciais configura-se como uma ação educacional de atendimento direto à demanda da população afrodescendente, por meio da oferta de políticas de ações afirmativas e pedagógicas. É possível entender ainda como políticas de reparações, de reconhecimento e de valorização da história do povo negro, da cultura

e da identidade, associadas ao contexto de aprendizagem.

LUÍS GAMA

“Lembro que ele indicou, para a turma inteira, um livro que era central na tese dele, que é *O Atlântico Negro*, do Paul Gilroy. Ele trouxe pessoas com experiência de pesquisa, acadêmica e, também, de mercado para trabalhar as questões étnico-raciais, não só no curso de Comunicação, mas também em parceria com o curso de História e principalmente Geografia.”

Para Gama, um professor carrega no discurso e na prática as experiências que viveu e os conhecimentos que acumulou. E esses itens fazem a diferença ao lecionar, pois muitos temas podem ser costurados em uma aula, quando o docente tem desejo de ampliar horizontes. Ao menos foi essa percepção que ele teve ao ter aula com um professor preto que também o orientou na monografia. “Na sala de aula, ele abordava as questões raciais transversalmente. Era uma temática que ficava atravessando não exatamente as questões teóricas, mas os exercícios práticos, temáticas relacionadas aos direitos humanos, de forma geral”, comenta.

Embora faça doutorado acadêmico, Carolina adianta que não se imaginava dando aula em uma universidade privada de Porto Alegre, justamente por já ter estudado nesse ambiente e por conhecer o conceito colonizado de comunicação que é ensinado, segunda ela, nessa instituição. “Muitos da galera que está na mídia, são formados lá, então eles vêm trazendo toda aquela herança racista. Acho que lá é um dos lugares que mais precisam descolonizar esse pensamento e o currículo. Talvez essa universidade renomada seja o lugar que mais precise de um professor negro.”

Enquanto professora, Rainha de Wakanda aponta alguns aspectos da própria experiência. Ela confia que, como são poucos docentes, alguns alunos imaginam que eles serão os salvadores da pátria. E isso está longe de ser uma verdade. “Com a presença de um professor negro, isso eu tenho notado, eles se agarram na gente. Isso, por um lado, nos torna fragilizados também.”

CAROLINA DE JESUS

“Se eu tivesse uma orientadora ou algum professor que tensionasse isso, talvez as cotas para o doutorado não tivessem chegado só agora, sabe? A gente não teria

essa quantidade só de alunos brancos na faculdade federal, tampouco no PPGCOM. A única coisa que eles pensam, lá para pensar os excluídos, é nos LGBT e nas mulheres. Raça passa batido. A gente precisa de um professor negro dentro, senão, vai continuar a mesma estrutura de sempre.”

Acolhimento, identificação, conhecimento específico e amplitude de temas étnicos são apenas alguns dos fatores que, para Carolina de Jesus, seriam motivos de sobra para evidenciar a necessidade de ter mais professores negros na universidade. “Acho que faria bastante diferença. Pelo acolhimento. Ainda que, naquela época, eu não visse o recorte de raça. Eu achava que as questões eram minhas, que o problema era eu, não via nenhum recorte de raça”, prospecta a discente.

Alicerçada em Nilma Lino Gomes, Rainha de Wakanda faz coro à necessidade de outros docentes negros nos programas e, também, de outros mestrados e doutorandos. “Nós somos esse movimento negro educador. A gente educa. Isso foi um processo doloroso, mas também foi um processo educativo e pedagógico”.

Entre os entraves educacionais para adentrar ao mestrado e ao doutorado, Gama destaca a obrigatoriedade, em algumas instituições, da proficiência em inglês antes mesmo da matrícula. Assim como muitos, ele é egresso do ensino público e sabe que tem essa desvantagem em relação aos candidatos que, além de terem aulas efetivas na educação básica, puderam frequentar cursos de idioma. “O ensino de inglês, querendo ou não, é precário, porque, da quinta série até o último ano do Ensino Médio, a gente passou vendo o *Verb To Be* e algumas inflexões da Gramática, tendo pouco contato com a fala do idioma.”

RAINHA DE WAKANDA

“Mesmo sendo a única, eu sempre levei as questões raciais para dentro do curso. Eu não deixei, até porque tu estás a todo momento discutindo teu trabalho com os colegas. O trabalho é colocado em xeque, é discutido pelos colegas. E o meu trabalho foi, o tempo todo. E acho que foi um grande aprendizado para eles. Eu ensinei meus colegas. Tu acabas sendo professora, porque essa falta de professores faz com que tu leves autores que eles não conhecem, intelectuais negros, que eles não conhecem, e muitos deles acabaram até se envolvendo com

questões raciais, por conta das leituras.”
--

Depois de ter acionado a Justiça para ocupar a vaga no doutorado, Rainha de Wakanda não teve medo e, durante a aula inaugural, trouxe o embate à tona e denunciou o ocorrido ao palestrante Muniz Sodré. Embora o docente possa não ter compreendido a totalidade da fala, o recado não era para ele, mas para os que estavam assistindo ao encontro, pois a denúncia tinha caráter educativo. “Não sei se eu falei para ele que havia sido racismo, não lembro, mas eu disse que algo ali não estava correto, e não lembro se eu falei que não tinha ingressado, e que era preciso rever o processo seletivo desse curso.”

As lembranças da escola ainda ecoam na memória de Maria Firmina, sobretudo as negativas. Como, por exemplo, quando o professor disse que ela não queria ser negra, porque alisava o cabelo. Talvez ele não soubesse, mas a questão capilar acompanhou a doutora por muitos anos para além do Ensino Fundamental, tanto que agora usa o cabelo solto e incentiva que colegas e alunos tenham essa liberdade, para além dos estereótipos. “Na minha cabeça, eu não queria negar minha cor, minha raça, eu não queria fazer isso. Sempre foi assim, mamãe sempre fez isso”.

MARIA FIRMINA DOS REIS

<p>“Como eu estava falando, eu me formei em 1999, entrei na universidade em 1994. A gente não tinha esse tipo de discussão na universidade. Já existia muita discussão sobre mulher, sobre feminismo, mas sobre nós, negras, mulher negra, não tinha. Hoje, existe esse apoio, existe essa forma de olhar diferente, e eu acho que isso já ajuda muito. Está melhorando muito. Mas a gente sabe que, no nosso país, as coisas não são fáceis.”</p>
--

Muitos dos colegas de Maria Firmina deram aulas para ela na graduação. A docente entende que o processo de ensino mudou muito em algumas décadas e hoje a pluralidade de pensamento pode ser maior, ainda mais quando isso é estimulado pelos professores. “Eu acredito, sim, que as coisas vão melhorar. Eu acho que já melhoraram bastante. E, sim, eu acho que eu tenho uma responsabilidade. E, por conta dessa responsabilidade, eu preciso ler mais, conhecer mais, estudar um pouco mais”, avalia.

Ainda que já tenha dado aula na educação básica em curso de idioma, Carolina

surpreendeu-se com o estágio docente, requisito obrigatório para o doutorado. Segundo ela, como estava sozinha, foi difícil ter controle da turma e não era por falta de didática. “Foi uma loucura, porque os alunos não queriam me respeitar, eu tive que dar uns gritos. Era uma mistura de preconceito geracional com racial. E eu não lembro de ter nenhum aluno negro nessa turma em que eu fiz estágio-docência.”

Carvalho (2003, p. 185) afirma que a pós-graduação é um espaço onde “o efeito da segregação, resultante de histórias de vida que quase nunca se tocaram, se faz sentir e onde qualquer fantasia da mestiçagem mostra-se realmente falsa”. Sendo assim, para ingressar e permanecer nesse espaço de alta competitividade, os estudantes negros são submetidos a enorme pressão devido, muitas vezes, à carência de capital cultural exigido neste nível de ensino, como, por exemplo, o domínio de línguas estrangeiras, o que gera um processo de exclusão simbólica com consequências em seu desempenho.

E é crucial aprender a linguagem acadêmica branca, já que o acesso à pesquisa, aos grupos de discussão, às informações e aos dados do saber disciplinar que apenas circulam nas interações informais depende da absorção e da desenvoltura no manejo desses códigos secretos do ethos acadêmico. (CARVALHO, 2003, p. 47-48).

Ao que se percebe, baseado nos apontamentos desta pesquisa, as causas da menor participação dos negros no ambiente universitário ainda estão relacionadas a inúmeros fatores como a preparação insuficiente para o vestibular, o maior índice de pobreza da população negra, a baixa qualidade das escolas públicas, a necessidade de dedicar-se ao trabalho para ter remuneração, a baixa autoestima e, também, os requisitos do processo de seleção.

No que se refere à pós-graduação, o baixo acesso de negros pode também ser atribuído ao fato de o ingresso ser marcado por “critérios de preferências combinados com uma meritocracia parcializada que geralmente premia os melhores dentro do conjunto de preferências elegido”. (CARVALHO, 2003, p. 47). O autor entende que a não universalidade da pós-graduação reside na autonomia de cada programa, uma vez que o processo seletivo é diferente em cada local, inclusive dentro da mesma instituição. Além disso, Carvalho (2003, p. 47) identifica que a entrada na pós-graduação é reflexo de personalismos e de preferências, pois os mestrandos e os doutorandos precisam manter as linhas de pesquisa dos programas “para que os professores continuem com seus interesses de pesquisa e encontrem estudantes que se adaptem a esses interesses”.

10.1 ENEGRECIMENTO DA COMUNICAÇÃO

“Ficamos plenos de esperança, mas não cegos diante de todas as nossas dificuldades. Sabíamos que tínhamos várias questões a enfrentar. A maior era a nossa dificuldade interior de acreditar novamente no valor da vida... Mas sempre inventamos a nossa sobrevivência.”

(EVARISTO, 2005, p. 38)

O racismo não é um problema só dos negros, é preciso entender que se trata de uma ferida aberta na sociedade. Embora já existam avanços, eles ainda não são suficientes para formular uma epistemologia anti-hegemônica. Portanto, é hora de promover a presença real de negros e negras nas grandes agências e nas empresas de comunicação. O reflexo será positivo e esse esforço de inclusão oportunizará não apenas a carreira ou a vida pessoal desses comunicadores, mas ampliará a diversidade nos espaços profissionais. Além disso, esse movimento produzirá efeitos sociais. À medida que há mais pessoas qualificadas, com MBA, mestrado e doutorado, podem ampliar oportunidades, caso a empresa queira perceber esse potencial.

Quando o recorte racial atravessa o gênero, a diferença fica ainda mais acentuada. Por exemplo, as mulheres negras foram 84.418 candidatas à vereança no Brasil em 2020, mas só 3.634 acabaram eleitas, representando 6% nas novas câmaras.⁹⁰ No Executivo, a sub-representação é ainda pior: de 856 candidaturas femininas negras, foram eleitas 209 às prefeituras, o que significa que as mulheres negras são o menor grupo representado no cargo mais alto do executivo municipal (4%). “No Brasil existe uma cultura política de negação do racismo calcada no mito da ‘democracia racial’. Essa democracia que se baseia no processo de miscigenação apenas camufla o racismo existente.” (CORDEIRO, 2007, p. 83).

A promoção de uma agenda de inclusão exige planejamento e mudança de cultura em todas as áreas de uma empresa. Aliás, avanços nos indicadores socioeconômicos da população negra confirmam o impacto positivo das políticas públicas. No entanto, ao mesmo tempo, os dados mostram a necessidade urgente de

⁹⁰ CALVI, Pedro. Mulheres negras, vereadoras, deputadas e prefeitas: vidas ameaçadas pelo machismo e pelo racismo. **Câmara dos Deputados – Comissão de Direitos Humanos e Minorias**, Brasília, DF, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/mulheres-negras-vereadoras-deputadas-e-prefeitas-vidas-ameaçadas-pelo-machismo-e-pelo-racismo>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ações afirmativas de caráter amplo na busca por equidade no Brasil, pois ainda não é possível vislumbrar a superação do abismo racial.

Entende-se que são instalados novos dilemas em um novo espaço de sentidos, que implica não somente em outra escala, mas também em outra problemática – aquela definida pelos novos territórios desenhados pela semiose emergente na circulação midiática. (FERREIRA, 2005, p. 2).

Uma pesquisa da McKinsey evidenciou que empresas que valorizam e adotam a diversidade podem apresentar melhor performance financeira. O último relatório, *Diversity Matters* (A diversidade é importante),⁹¹ examinou conjuntos de dados de propriedade exclusiva de 366 empresas de capital aberto, de ampla gama de setores, no Canadá, na América Latina, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Ainda que não se possa ser taxativo afirmando que a maior diversidade de gênero e de etnia na liderança corporativa seja traduzida automaticamente em mais lucros, há indicativos de que, quando as empresas se comprometem a ter uma liderança diversificada, elas são mais bem-sucedidas.

O estudo demonstrou que instituições mais diversificadas têm capacidade de conquistar profissionais talentosos, ampliar a orientação para o cliente, a satisfação dos funcionários e melhorar a tomada de decisões. O relatório sugere que outros tipos de diversidade (idade, orientação sexual e experiência) podem propiciar vantagem competitiva para as empresas que conseguirem atrair e reter esses talentos tão diversificados.

Com foco no meio universitário, assim como nas escolas, onde a ausência do negro no corpo docente também é percebida, é necessário compreender que ensinar e aprender vão além dos conteúdos, da avaliação e das práticas disciplinares. Parece óbvio, mas os professores são sujeitos que trazem histórias e preconceitos, pois possuem valores que fazem parte da construção identitária. Todo esse arcabouço interfere no fazer pedagógico e no olhar para com o outro.

Surge desse contexto a necessidade de uma pluralidade maior, com coletividades, culturas e etnias, para que ocorra maior compreensão da amplitude do mundo. Enquanto isso não ocorrer, o ambiente segue distante da realidade. E mais do que isso, invisibiliza e camufla outras possibilidades, já que o modelo educacional

⁹¹ HUNT, Vivian; LAYTON, Dennis; PRINCE, Sara. **Diversity Matters**. McKinsey&Company, 2 fev. 2015. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/~media/mckinsey/business%20functions/organization/our%20insights/why%20diversity%20matters/diversity%20matters.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

atual universaliza a cultura, geralmente adotando um modelo cultural único, o do grupo social hegemônico, dificultando para que outras culturas possam ser incluídas nos processos de ensino.

Defendemos a efetivação das cotas para negros na pós-graduação, assim como para professores, não só em instituições públicas, tendo em vista que as universidades comunitárias também recebem recursos governamentais. Nesse sentido, recordamos que Gomes (2002) demonstra com fatos históricos que as políticas de ações afirmativas não deveriam ser polêmicas, pois, na prática, já houve, em um passado recente, outras modalidades desse benefício no Brasil.

[...] É a que foi materializada na chamada Lei do Boi, isto é, Lei 5.465/68, cujo artigo 1º era assim redigido: “os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de agricultura e veterinária, mantidos pela União, reservarão anualmente, de preferência, cinquenta por cento de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e trinta por cento a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas, que não possuam estabelecimentos de ensino médio”. (GOMES, 2002, p. 125).

Engana-se quem pensa que a General Motors, a Bayer, a Gerdau, a P&G e o Banco BV⁹² foram vanguardistas ao abrirem vagas exclusivas para negros nos programas de *trainee*. A medida, que hoje incomoda muita gente, já foi uma prática recorrente, só que beneficiando outros interesses. Guimarães (1997, p. 236) também nos recorda essa experiência com relação ao mercado de trabalho.

A chamada Lei dos dois terços, assinada por Vargas, que exigia a contratação de pelo menos dois terços de trabalhadores nacionais por qualquer empresa instalada no país; e legislação de incentivos fiscais para aplicações industriais no Nordeste, depois expandida para o Norte, que propiciou a criação de uma burguesia industrial e uma moderna classe média nordestina. Ambas as políticas foram amplamente justificadas, aceitas, quando não implementadas pelas mesmas pessoas, ou grupos sociais, que hoje resistem a uma discriminação positiva dos negros. Ou seja, esse país já conheceu antes correntes de solidariedade, baseadas em causas nacionais ou regionais, que permitiram a aplicação de ação afirmativa.

Os ambientes educacionais por muito tempo subjugarão outras matrizes epistêmicas, como os saberes africanos e indígenas. Essa perspectiva centralizadora do ambiente acadêmico, em uma análise direta, refaz os princípios da homogeneização e da dominação que fundamentaram a subalternização. No século

⁹² G1. Empresas abrem vagas de trainee e estágio para negros e mulheres; veja lista. **G1**, [S. l.], 21 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/21/empresas-abrem-vagas-de-trainee-e-estagio-para-negros-e-mulheres-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2023.

XXI, é iminente fazer essa transgressão tardia do modelo hegemônico que insiste em fixar nossas identidades em um único modelo, o europeu.

Enegrecer a comunicação é algo que já devia estar em franca disseminação, tendo em vista que existem estudos e pesquisas, como os de Silva (1993) e Gomes (1996), evidenciando que a cultura de origem africana na academia, e antes ainda na escola, tem sido silenciada e geralmente excluída dos processos de formação de docentes. Com isso, criou-se ou fortaleceu-se uma limitação para que o universitário negro e, também, o aluno da educação básica possam reafirmar as próprias identidades culturais. Convém dar ênfase que esses locais de ensino têm um papel social e deveriam auxiliar no contexto das diversidades.

O povo negro, onde quer que esteja, entre culturas africanas ou outras, apesar dos 500 anos de submissão ao Ocidente que o colonizou, à razão, ainda expressa a vida com o corpo inteiro. A pele negra não o deixou esquecer que é o corpo, antes de mais nada, e não apenas com bons sentimentos e perfeitos raciocínios, que descobrimos o mundo, as outras pessoas e o que eles pensam de nós. Os corpos negros põem à vista, no gingado, no gesto, na fala, nas indumentárias, o raciocínio, as emoções, as intuições, a história de diferentes grupos étnicos, de diferentes nações africanas, reunidos compulsoriamente no Brasil, nas Américas, como principal instrumento do sistema econômico-social escravagista. (SILVA, 1997, p. 40).

Ao pensarmos sobre o enegrecimento da comunicação, podemos nos ancorar também nos estudos decoloniais. Como mencionado, eles trazem perspectivas teórico-metodológicas voltadas para a valorização de epistemologias nas culturas africana, afro-brasileira e indígena, todas praticamente excluídas dos espaços educacionais. Acreditamos que podemos ter como horizonte a (re)construção de espaços de produção de conhecimento, bem como uma ruptura do projeto eurocêntrico hierarquizador de conhecimentos científicos.

Devido ao racismo, pessoas negras experienciam uma realidade diferente das brancas e, portanto, questionamos, interpretamos e avaliamos essa realidade de maneira diferente. Os temas, paradigmas e metodologias utilizados para explicar tais realidades podem diferir dos temas, paradigmas e metodologias das/os dominantes. Essa “diferença”, no entanto, é distorcida do que conta como conhecimento válido. Aqui, inevitavelmente tenho de perguntar, como eu, uma mulher negra, posso produzir conhecimento em uma arena que constrói, de modo sistemático, os discursos de intelectuais negros/os como menos válidos. (KILOMBA, 2019, p. 54).

Nessa avaliação sobre como inverter a lógica existente, é salutar ter aliados e simpatizantes que têm poder e podem auxiliar na empreitada contra o espelho invertido da sociedade. Nesse caso, referimo-nos à branquitude que, conforme

apontado por Schucman (2012), corresponde a pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que invisibilizam, normalizam e sugerem neutralidade em torno da identidade racial branca. O intuito, consciente ou não, é manter uma estrutura social que privilegia sujeitos brancos, bem como o grupo branco, e exclui, discrimina, silencia e violenta sujeitos negros e indígenas. Assim, Silva (2017, p. 27) compreende, também, que:

[...] a branquitude é um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são frutos de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios.

Nesse sentido, torna-se fundamental o fortalecimento efetivo da educação antirracista, assim como o reconhecimento da relação entre o silenciamento da história e das culturas africana, afro-brasileira e indígena e o eurocentrismo do conhecimento. Ideais seriam também a percepção e o desejo de mudança quanto à relação entre a inferiorização da identidade negra e a falsa ideia de superioridade branca.

A inserção de negros e negras no campo da pesquisa científica e da produção do conhecimento, não mais como objetos de estudo, mas como sujeitos que possuem e produzem conhecimento, faz parte da história de lutas sociais em prol do direito à educação e ao conhecimento, assim como da luta pela superação do racismo. (GOMES, 2010, p. 493).

A reflexão sobre o enegrecimento da comunicação faz lembrar a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019), pois, segundo ela, o perigo de uma história única está no fato de que ela é usada para minimizar, e até mesmo anular, povos e culturas. Assim como relatou em uma palestra nos Estados Unidos, em 2009, no *TED Talk*,⁹³ a divulgação e a conscientização sobre muitas histórias em relação ao mesmo fenômeno trazem empoderamento, humanização e, sobretudo, possibilitam reparação.

Existe uma palavra em *igbo* na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre,

⁹³ CHIMAMANDA Adichie: o perigo de uma única história, **TED**, 2009. 1 vídeo (18min 33seg). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br. Acesso em: 15 jan. 2023.

quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. (ADICHIE, 2019, p. 23-24).

Como mencionamos anteriormente, o Brasil é o segundo país do mundo em população negra, ficando atrás apenas da Nigéria, no continente africano. No entanto, o desejo de branqueamento do Brasil ainda invisibiliza esse grande grupo em diversos campos da sociedade, inclusive na educação. Gomes (2003, p. 171) constata a dificuldade existente de reafirmar os aspectos positivos do corpo negro e sua relação com a formação de professores no Brasil:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro desde muito cedo que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural?

(Re)construir uma identidade positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro que, para ser aceito, é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos pretos brasileiros. Com um olhar mais macro sobre as questões relacionadas à formação de professores, é relevante também destacar a posição dos docentes negros diante de situações discriminatórias, preconceituosas ou racistas ocorridas nesses ambientes. Munanga (2005, p. 15) declara que:

[...] alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional.

Torna-se importante impulsionar as discussões e as reflexões sobre questões raciais no Brasil, justamente para desmistificar o racismo e tentar superar a discriminação racial, ainda que ambos estejam, muitas vezes, naturalizados. Nesse sentido, é preciso combatê-los de forma real e específica na formação de professores e na qualificação de novos doutores, pensar estratégias que busquem a transformação do homem em sujeito de sua realidade histórica, humanizando-o, despertando o desejo de lutar pela liberdade, pela “desalienação” e pela afirmação enquanto cidadão. (FREIRE, 1999, p. 37).

É preciso refletir sobre os processos de formação dos profissionais, na ótica da

docência antirracista, pois há muitas questões que atravessam as práticas educativas e passam pela pouca valorização dos pesquisadores negros que se formam na graduação e na pós das próprias instituições. Nesse sentido, é indispensável superar efetivamente o discurso que enaltece a tradição europeísta, na qual a cultura do negro, do indígena e da mulher é subalternizada e responsável pela própria exclusão socioeconômica, cultural e sociopolítica na sociedade brasileira.

Uma coisa que me decepcionou muito foi conhecer professores brancos, homens, que afirmavam seguir o modelo de Freire ao mesmo tempo em que suas práticas pedagógicas estavam afundadas nas estruturas de dominação, espelhando os estilos dos professores conservadores, embora os temas fossem abordados de um ponto de vista mais progressista. (HOOKS, 2017, p. 30).

Por essa razão, seja no espaço acadêmico ou no mercado de trabalho formal, todas as pessoas brancas estão envolvidas na estrutura social racializada e, sendo antirracistas, podem romper com essa invisibilização. No entanto mudar exige coragem. Da mesma forma, ensinar requer tomada consciente de decisões, pois, conforme Freire (2011, p. 107) exorta: “não há nada talvez que desgaste mais um professor que se diz progressista do que sua prática racista”.

Empretecendo a comunicação ainda é tarefa árdua, sobretudo em função dos entraves estruturais. Uma prova que o racismo existe e segue atuante também no meio acadêmico ocorreu no final de 2022, em Goiás, quando um juiz tirou a vaga efetiva de docente conquistada por uma cotista negra e mandou nomear um candidato branco na Universidade Federal de Goiás (UFG). Embora seja doutora em Comunicação pela Universidade Autônoma de Barcelona, mestra em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora e formada em Jornalismo na própria UFG, a cor a precedeu. Ainda que o concurso destinasse a vaga de magistério superior a uma pessoa preta e ela tivesse os requisitos para a posse, a discriminação foi mais eficaz.

A Lei nº 12.990/2014⁹⁴ reserva a pessoas negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indireta, sempre que o número de vagas oferecidas for igual ou superior a três. Cabe salientar que a regra, da maneira

⁹⁴ BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12990.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

que foi construída, trazia obstáculos para a própria aplicação, pois, dificilmente, uma universidade abrirá três vagas para docentes da mesma área. Na UFG, por exemplo, a oferta costumava ser distribuída por diferentes áreas de conhecimento, quase sempre com apenas uma vaga em cada segmento. Nesse contexto, os editais de concursos para professores de universidades federais quase nunca previam cotas para candidatos negros. Na UFRGS⁹⁵, porém, o cálculo já foi ajustado, a exemplo da federal de Goiás. Os percentuais são aplicados sobre o total de vagas do edital, e não mais sobre o número de vagas de cada área de conhecimento.

No caso citado anteriormente, o que já era um abuso do privilégio branco se somou às garantias do racismo institucional e garantiu ao candidato branco a investidura no cargo, já para a professora que estava apta para o cargo sobrou sofrimento e desvalorização.

O sentimento é de frustração, tristeza e cansaço. Por ver o descumprimento da lei de cotas, o ataque a essa ação afirmativa e, como consequência, à luta do movimento negro. Existe muito trabalho por trás de políticas públicas como essa e essa decisão acaba prejudicando o avanço na conquista de direitos.⁹⁶

A instituição de ensino federal e a candidata cotista entraram com recursos. A Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), entidade onde o candidato branco que entrou na Justiça faz parte da diretoria, divulgou tardio e tímido, mas incondicional, “apoio em defesa e à promoção dos direitos humanos, da democracia, da ética e da cidadania”.⁹⁷ Porém somente lançou o comunicado após ele pedir afastamento do cargo. Em contraponto e de forma mais efetiva, o Grupo de Pesquisas Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico da Intercom manifestou, junto com outros grupos, indignação a respeito da decisão do juiz federal. Segundo a nota, é “intolerável para todo o povo negro e,

⁹⁵ UFRGS. UFRGS altera aplicação da reserva de vagas para negros e pessoas com deficiência em processos seletivos de docentes. **UFRGS**, 14 dez. 2018. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ufrgs-altera-forma-de-aplicacao-da-reserva-de-vagas-para-negros-e-para-pessoas-com-deficiencia-em-concursos-e-processos-seletivos-de-docentes>. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁹⁶ OLIVEIRA, Danielle. Cotista negra desabafa após ter nomeação em concurso suspensa na Justiça e candidato branco assumir cargo: ‘Frustração’. **G1 Goiás**, 26 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/11/26/cotista-negra-desabafa-apos-ter-nomeacao-em-concurso-suspensa-na-justica-e-candidato-branco-assumir-cargo-frustracao.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁹⁷ SECRETARIA INTERCOM. **Nota à comunidade**. Destinatário: listadaintercom@googlegroups.com. [S. l.], 28 nov. 2022. 1 mensagem eletrônica. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ml2ahfVqmKBQdvkOZXkCKRUYyJRXRljl/view?usp=sharing>. Acesso em: 15 jan. 2023.

mais particularmente, para as intelectuais negras que vêm lutando pela garantia da presença de seus corpos e de suas epistemes no seio das universidades brasileiras”.⁹⁸ A Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação, também por meio de nota, relatou que “O racismo estrutural e as desigualdades institucionalizadas devem ser combatidos”.⁹⁹ A decisão do magistrado motivou revolta de muitos alunos da UFG, que se manifestaram contrários à decisão. Por fim, o candidato branco desistiu da vaga, mas até a conclusão dessa tese a professora legitimamente aprovada não havia sido nomeada.

O exemplo anterior mostra como a branquitude opera para manter a exclusão nos espaços acadêmicos (assim como em outros lugares de privilégio) e, na prática, grande parte não luta contra isso, pois alterar a zona de conforto não convém. Embora muitos postem nas redes sociais a célebre frase da Ângela Davis “Numa sociedade racista não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”.

É importante frisar que o cumprimento da lei de cotas na contratação de docentes deveria estar entre os temas prioritários na comunidade universitária, ainda mais para quem se posiciona contra o racismo estrutural. O fato ocorrido nessa vaga para docência em uma faculdade de Comunicação mostra por que a comunicação ainda é essencialmente branca e por que no título dessa pesquisa constam as palavras “A cor do conhecimento”. Praticamente todos os departamentos das universidades, sejam públicas ou privadas, têm um ou zero professores negros, apesar dos avanços – mesmo tímidos – que tivemos com discentes negros, indígenas, pessoas trans e com deficiência na pós-graduação.

A barreira do preconceito, discriminação, injúria e racismo segue colocando limites convenientes para a diversidade nas instituições. É como diz Maria Aparecida da Silva Bento, ou Cida Bento no livro *Pacto da Branquitude* (2022). “É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros” (p. 18). Ou seja, há acordos tácitos, nem sempre ditos ou visíveis, que perpetuam os benefícios de pessoas brancas e

⁹⁸ GUENA, Márcia. **Nota à comunidade**. Destinatário: listadaintercom@googlegroups.com. [S. l.], 28 nov. 2022. 1 mensagem eletrônica. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1OgPyofTwQ6ZrBX5cwxszhE2YTmbgeRaL/view?usp=sharing>. Acesso em: 15 jan. 2023

⁹⁹ PRESIDÊNCIA COMPÓS. **Compós e as políticas preparatórias**. Destinatário: listacompos@googlegroups.com. [S. l.], 28 nov. 2022. 1 mensagem eletrônica. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ROSweL6iiQWkKYP7FM_WEvOM6iOM5JdQ/view?usp=sharing. Acesso em: 15 jan. 2023.

excluem quase todas aquelas que não fazem parte deste grupo étnico-racial-social.

10.2 NOSSO FUTURO TEM RAÍZES

Se no prólogo autoral, me permiti falar em primeira pessoa, aproveito parte da conclusão da tese para repetir essa mesma lógica. Afinal, como sempre expressei, a presente pesquisa é sobre nós, pessoas negras que ocuparam espaços no *stricto sensu* gaúcho. A cada capítulo concluído, de forma paradoxal, percebi que a luta antirracista está se fortalecendo e, ao mesmo tempo, mais pessoas se sentem no direito de se acharem melhores que as outras em razão da supremacia branca.

Ao optar pelos caminhos metodológicos e teóricos negros, a intenção foi justamente ancorar-me neles na ampliação das discussões existentes, mas que nem sempre chegam em quem precisa escutar tais questões. No ambiente que convivo, ocorre justamente isso: um desconhecimento do conteúdo gerado por pesquisadores negros e pouca vontade de alterar esse panorama. Não por acaso, a maioria da minha bibliografia eu não encontrei na PUCRS. Ao questionar os responsáveis, na biblioteca, fui informado que a aquisição de novas obras tem por base os pedidos de alunos e de professores. Porém, se não constar na ementa da disciplina, os novos livros não serão comprados. O que me leva a crer que as referências dos docentes são bem limitadas, embranquecidas ou pouco renovadas.

A descolonização da comunicação ainda tem muita estrada para ser percorrida até que se chegue a um patamar próximo do justo. E esse percurso é lento, embora promissor, mas pouco palpável, pois, como pode ser lido na tese, há embates retóricos e oportunismo por parte de quem está no poder e não quer fazer o movimento necessário e sair da zona de conforto. Assim, enquanto no discurso se propaga um desejo de equidade, na prática, se vê apatia e contradição. Do contrário, por que há tão poucos profissionais em cargo de chefia nos grupos de comunicação? Onde está a diversidade tão pregada e exigida dos outros? Quem pode mudar esse espelho invertido são os gestores, é preciso desejo de mudança e coragem.

Ainda é difícil falar sobre pigmentocracia na comunicação, justamente porque há um pacto nem sempre dito (mas sentido por nós) que tenta segregar os pretos e os pardos. Geralmente o colorismo é um artifício usado para enfraquecer as políticas públicas ou não efetivar as ações afirmativas. Ou alguém não consegue reconhecer uma pessoa preta/parda na rua? Caso surja dúvida, pergunte para o segurança do

shopping, ou mesmo da universidade, que é treinado para nos seguir, pelo olhar ou até mesmo caminhando.

A dificuldade para conseguir os dados étnicos da PUCRS, Unisinos, UFRGS e UFSM é um reflexo dessa limitação que pode ser atribuída ao colorismo, mas pode ser resolvida com a autodeclaração e com transparência. Depois de muito tentar, descobri que, em 2023, a PUCRS tem 954 professores contratados. Desses, 2% são pretos e pardos. Ou seja, os dados existiam, mas eram muito bem guardados.

Tenho convicção que não é possível mudar as instituições sem tensionar a estrutura e, salvo engano, a provocação interna traz resultados mais efetivos e rápidos do que a incisão externa. Mas, como bem diz a Rainha de Wakanda, ser combativo o tempo todo, ou forte, cansa e nocauteia. Não foram poucas as vezes que precisei me reduzir para me encaixar nos padrões das empresas que trabalhei e das instituições em que estudei ou criar coragem para denunciar os racismos, discriminações e injúria que presenciei. Geralmente, nada acontecia e eu só me desgastava e ficava doente.

O percurso realizado para mapear os doutores e doutorandos negros nos programas de pós-graduação em comunicação do Rio Grande do Sul poderia ter sido simplificado se as informações fossem mais acessíveis. Porém pesquisar 400 currículos *lattes*, ir atrás de cada pessoa nas redes sociais e entrar em contato com ela, embora demorado, foi prazeroso, pois saber o que cada um estuda, ver que estamos inseridos em diferentes espectros da sociedade, falando de variados temas, é um estímulo e uma esperança. Por outro lado, descobrir que há doutores que preferem não falar sobre o próprio percurso, em razão dos traumas que passaram durante o doutorado, reafirma a solidão da população preta, que, muitas vezes, é silenciada e não encontra outras pessoas para se fortalecer. Por sorte, não foi assim comigo, pois, embora pouco, tive suporte e boas parcerias negras ao longo da pós-graduação.

Foi extremamente enriquecedor proporcionar e vivenciar a afronarrativa aos sujeitos da pesquisa. Mais que aprender, me reconheci, me fortaleci e me reencontrei negro e agora compreendo que o “Torna-se negro” será algo constante na minha vida. A cada conversa, foi possível verificar que nossas histórias são únicas, mas são cruzadas, os percalços são semelhantes, as virtudes também, mas o mais relevante é que uma vitória nunca é algo isolado, ela alavanca toda uma estrutura, por isso a conquista é sempre coletiva.

Quando um professor duvidou da capacidade de um entrevistado, eu me vi ali,

pois isso já aconteceu comigo. Quando perguntou a relevância e a aderência do tema para a comunicação, retrocedi no tempo. Quando zombou do cabelo de um doutorando, também me identifiquei. Quando esteriotipou um aluno negro, eu também lembrei da minha graduação e do período que trabalhei como jornalista no interior do Rio Grande do Sul. Quando não legitimou o saber afro, não causou espanto, porque é uma postura recorrente, mas que nem sempre conseguimos enfrentar. Afronarrativas são potências e nos tornam potentes, sobretudo por mostrar que não estamos sozinhos e que fazer um doutorado e ser professor universitário pode ser algo distante, mas possível.

À medida que a pesquisa avançou, confirmei que ser negro no Brasil significa transitar em uma sociedade estruturada em uma lógica de privilégios branco e de exclusões sociais. Além disso, como mencionei no corpo da tese, a inserção do sujeito miscigenado nos ambientes brancos é uma ilusão, pois há uma tolerância e não aceitação, inclusive no meio acadêmico. Afinal, como a exemplo de Gayatri Spivak em *Pode o subalterno falar?* (2010), quando os negros podem falar na universidade? Será que quem está no poder quer ouvir ou apenas somos escutados na Semana da Consciência Negra ou em eventos específicos, que pouco ou nada geram de resultados efetivos?

Por fim, em alusão ao título deste capítulo, nosso futuro tem raízes e somos nós mesmos. Embora eu tenha conseguido furar a bolha e entrar no mestrado e no doutorado, houve quase nada de acolhimento por parte das instituições. Por isso, somos nós por nós. Precisamos nos aquilombar e nos reunir para criarmos fortalecimento, formas de sobrevivência e crescimento. Porque, apesar da invisibilidade, nós existimos e resistimos.

Para concluirmos esta tese, é necessário olharmos para trás, focar no passado, reavivar nossas raízes e analisar o contexto que nos trouxe até este momento presente e que incidirá no futuro. Ademais, para alterarmos o panorama de exclusão racial no Brasil, é indispensável percebermos, tal qual o título do livro do filósofo originário de Ailton Krenak intitulado *O futuro é ancestral*. No programa de mesmo nome, veiculado no canal GNT, a filósofa e quilombola Katiúscia Ribeiro reivindica a contribuição da filosofia africana para a história humana. Portanto, o resgate da ancestralidade pode gerar o fortalecimento do indivíduo negro e propiciar instrumentos para a construção do imaginário no qual a negritude terá o valor reconhecido.

Na contramão dos que acreditam que “Quem vive de passado é museu”, a

presente tese tenta mostrar que praticamente tudo o que fomos no passado, o que somos hoje no Brasil e o que seremos no futuro desse país pode ser explicado pela escravização, pois somos resultado de um legado de exclusão, violência e desigualdade social. Na teoria (e um dia será também na prática), é impossível pensar uma sociedade mais justa, uma comunicação antirracista sem mensurar que o Brasil foi o maior território escravista do ocidente, o último a abolir a escravização e a extinguir o tráfico negreiro.

É preciso compreender e valorizar as estratégias que a população negra usou ao longo dos anos para sobreviver. Afinal, ainda na condição de escravizados, sob açoites, organizaram-se coletivamente para reavivar a essência africana existente antes do colonialismo. Porém podemos dizer que, em muitos locais, inclusive na universidade, o racismo é silencioso e tem cúmplices. A maioria das pessoas, talvez por conveniência, nunca se assumiria como criminoso, discriminaria alguém e jamais teria coragem de pronunciar uma injúria racial. Ainda assim, aceitam tudo isso como se fosse algo inato no Brasil. Muitos brasileiros são coniventes com essa realidade em que pobreza e ausência de oportunidade são sinônimos de negritude.

No álbum *AmarElo – É Tudo Pra Ontem*, veiculado na Netflix, Leandro Roque de Oliveira, conhecido artisticamente como Emicida, foi indicado na categoria programação artística no *Emmy International Awards 2021*. O cantor, compositor, produtor musical e desenhista usou a frase “*Exu matou o pássaro ontem com a pedra que só jogou hoje*”. Emicida fez uso do ensinamento exusíaco (RUFINO; SIMAS, 2018), pois está preocupado com a necessidade de a população negra ocupar espaços que historicamente lhes foram negados. Não podemos esquecer que o aforismo nagô “Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje” representa a ação de invenção do tempo. Onde o presente transita para o passado, pois a pedra jogada está no meio de uma ação.

No substrato mítico poética, não se vê nenhuma contradição, mas ontologicamente, o enunciado do provérbio só é concebível se o presente ou o agora funda o tempo (temporaliza) por meio da ação/acontecimento (a pedra mitológica) e assim pode coexistir com o passado, pode tornar simultâneo o que não é contemporâneo. (SODRÉ, 2017, p. 187).

Na mitologia, quando se joga a pedra por trás do ombro e mata o pássaro no dia anterior, Exu reinventa o passado e ensina que as coisas podem ser reinauguradas a qualquer momento. Quando Exu mata um pássaro ontem, entendemos que, no passado, há um recurso a ser resgatado. Ele nos ensina que é importante recuperar

o conhecimento ancestral para a compreensão de nós mesmos no presente. É preciso agir nos caminhos atuais, no que é possível fazer hoje, mas com as condições objetivas que estão em curso desde o passado.

Em outras palavras, é o poder de Exu que encontra os pássaros ontem com as pedras atiradas hoje, faz com que os erros virem acertos e que os acertos possam se tornar erros. Como uma metáfora na qual uma ação no tempo presente poderia causar consequências no passado. Segundo Sodré (2017, p. 188):

[...] com Exu a temporalidade não é constituída, mas constituinte, isto é, uma dimensão da experiência que inventa o tempo por meio da articulação dos eventos seguidos pela origem, isto é, por um proto acontecimento que engendra um destino comum a todos e faz aparecer até mesmo o inexistente. Nessa dimensão, o indivíduo está ao mesmo tempo atrás e diante de si mesmo.

Exú é também orixá da palavra, da comunicação, dos caminhos e das possibilidades. Nessa lógica, a tradição yorùbá tem muito a nos ensinar. A relação entre presente, passado e futuro é fluida, dinâmica e não linear. Sodré (2017, p. 188-190) em *Pensar Nagô* descreve que “A chave do provérbio está, assim, na experiência da reversibilidade (a restituição pelo sacrifício ou pela oferenda), que é maior que a da cronologia dos relógios.”

Sempre podemos retificar nossos erros, e complementar nosso conhecimento. Símbolo da busca de valores culturais africanos para informar a consciência de identidade, o ideograma é uma estilização do pássaro que vira a cabeça para trás, representando o mesmo conceito do bastão do porta-voz do Estado e no banco real da soberania. (NASCIMENTO, 2006, p. 11).

No mesmo álbum *AmarElo – É Tudo Pra Ontem*, Emicida fala que: “Eu não sinto que eu vim, eu sinto que eu voltei. E que, de alguma forma, meus sonhos e minhas lutas começaram muito tempo antes da minha chegada.” Ao exclamar isso dentro do Teatro Municipal de São Paulo, ele tenta fazer uma reparação histórica. Afinal, apesar de construído por mãos negras, o local foi excludente para essas pessoas, inclusive no auge da ditadura civil-militar, quando o Movimento Negro Unificado (MNU) ocupou as escadas desse mesmo teatro para protestar.

No Brasil, não há, sem medo de errar, construção de nenhuma escola, hospital, empresa, universidade, parlamento ou edifício que não tenha suor de uma pessoa preta. E de forma contraditória dificilmente se encontra negros trabalhando em cargos de gestão nestes mesmos locais. Por isso, recorreremos novamente a Almeida (2020) para ensinar que a estrutura social brasileira é racista, pois distribui privilégios política

e historicamente de maneira desigual entre brancos e não brancos. Aliás, o racismo não apenas exclui as pessoas do acesso a bens e recursos, como também forja a “constituição de subjetividades, dos indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais”. (ALMEIDA, 2020, p. 63). Diante disso, os sujeitos não só são privados dos recursos sociais, mas há uma percepção de si como se não fossem merecedores desses recursos.

Rufino (2019, p. 119), na *Pedagogia das encruzilhadas*, nos lembra que “é na linguagem que opera parte das violências cometidas às populações negro-africanas transladadas para as Américas, como também é na linguagem que se praticam as táticas”. Nessas encruzilhadas, é possível fazer com que o equívoco vire acerto, a regra se transforme em exceção e a palavra de morte se torne fonte de manutenção da vida e da memória dos povos subjugados.

É tempo de mudar o que é tido até agora como correto e que se percebe que não é certo. É propício corrigir os erros que prejudicaram uma parcela significativa da população. E a ciência tem papel relevante nessa alteração. É momento, como propõe esta tese, de fazer pesquisa com métodos mistos, juntar dados que são quantitativos, objetivos, brutos e estatísticos, com informações que são de natureza qualitativa e filosófica. Estamos atrasados, sobretudo na comunicação, pois, por muito tempo, nos debruçamos somente no conteúdo, na tecnologia e não focamos em quem faz tudo isso existir: o homem, o ser humano.

O conhecimento gerado na universidade, ao que parece, ficou restrito a um pequeno grupo e contraria o tripé que poderia ser mais harmonioso: ensino, pesquisa e extensão. As dissertações e teses são escritas de forma muito rebuscadas e com muita erudição, o que distancia de grande parte da população. A dificuldade de tratar temas complexos com texto simples sem ser simplista é um grande desafio. As mães e pais de quais pesquisadores conseguem ler e compreender uma tese na íntegra? Embora reconheçamos o valor de uma revista com Qualis A, quem consegue ter acesso a esse conteúdo? Quantas pessoas trabalhadoras têm o privilégio de fazer mestrado e doutorado com aulas no turno da tarde? Qual é o perfil do estudante que pode ir para um congresso de quatro dias fora do Estado?

Enfim, para que(m) serve o nosso conhecimento? As pesquisas, inclusive as comunicacionais, devem entender melhor o que as pessoas pensam, como elas vivem e como se comportam. Assim, é possível aproximar as técnicas de metodologias diferentes e responder melhor as perguntas que são mais complexas.

É essencial, para repensarmos um futuro antirracista, que haja o intuito de fazer muito mais do que somente falar sobre as vivências da população negra. Torna-se necessário revisitar a história de afrodescendentes e compreender quem foram os sujeitos desse contexto. Negros e indígenas somente terão mais acesso quando os brancos restituírem o domínio das subjetividades e romperem com a lógica colonial que, por séculos, os privilegia.

A Pedagogia das Encruzilhadas não exclui as produções centradas nas ciências nas suas tradições como possibilidades creíveis, mas as contesta como modo único ou superior. Assim, essa pedagogia montada por Exu atravessa os modos dominantes de conhecimento como outros modos historicamente subalternizados. Esses cruzos provocam os efeitos mobilizadores para a emergência de processos educativos comprometidos com a diversidade de conhecimentos. No cruzo, marcam-se as zonas de conflito, as zonas fronteiriças, zonas propícias, às relações dialógicas, de inteligibilidade e coexistência. (RUFINO, 2019, p. 80).

Se o futuro é ancestral, ainda é preciso reconhecer o que ocorre no presente. No final de 2022, foi divulgado o *Levantamento Sobre Desigualdade Racial no Rio Grande do Sul*, produzido pelo PUCRS Data Social,¹⁰⁰ da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Com fonte de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estudo não surpreende quem vive ou viveu essa realidade, mas pontua e demonstra que, para os negros, ainda há enormes barreiras à mobilidade social a serem rompidas na sociedade gaúcha.

A parcela da população negra no Rio Grande do Sul que chegou a ingressar no Ensino Superior no último ano é de 16,7%, enquanto para os brancos é de 31,8%. E, apesar de a média de anos de escolaridade apresentar trajetória relativamente alta para ambos os grupos, a vantagem educacional dos brancos em relação aos negros parece constante. Em 2021, brancos tinham em média 11,2 anos de estudo completos, enquanto para os negros essa média era de 9,8.

Conforme o professor André Salata, coordenador do PUCRS Data Social, esses dados enfatizam a manutenção e a estabilidade da desigualdade racial no Rio Grande do Sul ao longo dos últimos anos. Em entrevista ao jornal Zero Hora,¹⁰¹ ele

¹⁰⁰ PUCRS. Boletim do PUCRS Data Social aponta alta desigualdade racial no Rio Grande do Sul.

PUCRS, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/desigualdade-racial/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

¹⁰¹ COSTA, Jhully. Quase um quinto da população gaúcha, negros são apenas 5% entre os mais ricos no RS, aponta levantamento. **GZH**, 12 nov. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2022/11/quase-um-terco-da-populacao-gaucha-negros-sao-5-entre-os-mais-ricos-no-rs-aponta-levantamento->

ênfatiçou que, em função da herança escravista, os negros tendem a nascer em famílias com menos recursos econômicos, culturais e, como consequência, costumam acumular menos escolaridade. “Soma-se a isso um efeito da discriminação racial. Há um processo de discriminação racial no mercado de trabalho. Então, o que se tem, na verdade, é um ciclo de desvantagens que afeta os negros.”

Como proposta de tese, tentamos verificar se a implementação de um conjunto de políticas afirmativas nas universidades gaúchas, na última década, resultou em crescimento de negros nesses espaços e de que forma isso ocasionou reflexos na comunicação, a partir do doutoramento desses sujeitos. Percebe-se que houve aumento de pessoas pretas e pardas tanto na graduação quanto na *pós stricto sensu*. A realidade no meio acadêmico, há uma década, era de um espaço ocupado, majoritariamente, por pessoas brancas e esse panorama segue, mas agora com negros, ainda que poucos, nesses locais. E a (re)existência deles resulta em melhores empregos, impacta a renda, a possibilidade de ascensão social e, para muitos, o ingresso na classe média.

Dentro da universidade, esse grupo, mesmo em menor número, esteve associado à ampliação de grupos de pesquisas, temas de estudos e consolidação de produção de estudos acadêmicos a fim de qualificar o debate público, o planejamento e a avaliação sobre diferentes iniciativas de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade e da inclusão de populações negras e indígenas no ensino superior.

Apesar desse avanço, o maior número de discentes negros não resulta efetivamente em mais profissionais negros nas empresas. Geralmente, os candidatos recebem diversas justificativas dos recrutadores para a não contratação, como aparência não adequada, falta de formação específica ou de uma língua estrangeira. No entanto é possível observar que, muitas vezes, são selecionadas para os cargos pessoas brancas menos qualificadas. Ao olhar para ambientes corporativos, é possível perceber a ausência de profissionais negros nos postos de gestão. Além disso, dificilmente os funcionários negros podem cometer erros, pois os equívocos de um profissional negro são generalizados, como se todos fossem cometer o mesmo deslize. Desse modo, quando um negro erra, é provável que não contratem outro para aquela vaga.

Embora tenha ocorrido acréscimo de negros na graduação, para chegar no

doutoramento há uma longa caminhada e a maioria não consegue alcançar esse patamar. E os poucos que adentram esse espaço se sentem sozinhos. Aliás, solidão é parte inseparável do processo de formação da nossa identidade, a qual, historicamente, o racismo nos impõe de diversas formas.

Para o acesso ao ensino superior, há políticas públicas como o sistema de cotas, o ProUni e o Fies, que viabilizam a inserção de pessoas negras e de baixa renda. Por essa lógica, na pós-graduação (inclusive na iniciativa privada), seria possível criar um sistema que aplicasse essa concepção ao setor corporativo. Isso só será constante quando a diversidade nas empresas e na universidade for encarada como uma meta, como um fator essencial para o desenvolvimento, não somente como uma obrigação.

Como problema de pesquisa, havia o intuito de constatar se a presença negra no doutorado apontava a pluralidade epistemológica, a convivência equitativa e respeitosa entre distintas corporeidades, racionalidades, éticas e estéticas. E, como se percebe ao longo da tese e, sobretudo nos relatos dos sujeitos da pesquisa, a pós-graduação não está preparada para nos receber e talvez não esteja em busca desse acolhimento. O fator acolhimento é fundamental na permanência de qualquer acadêmico na universidade. Entretanto a presença negra pede ações diferenciadas e concretas que permitam traçar uma narrativa negra na instituição.

Temos como referência para a noção de acolhimento as concepções que constam no livro *O Espírito da Intimidade* (2003), da escritora Sobonfu Somé. A burquinense faz reflexões a respeito da importância da conexão entre o indivíduo e a comunidade, na perspectiva de que quando nos fortalecemos individual e coletivamente, atingimos objetivos de vida e compartilhamos o que somos e temos quando caminhamos juntos. Nesse sentido, isso traz visibilidade e empoderamento. “Ouvir um ao outro, escutar um ao outro, é um exercício de reconhecimento.” (HOOKS, 2013, p. 58). Escutar, abrigar e apoiar são sinônimos para acolhimento:

A comunidade é o espírito, a luz-guia da tribo; é onde as pessoas se reúnem para realizar um objetivo específico, para ajudar os outros a realizarem seu propósito e para cuidar umas das outras. O objetivo da comunidade é assegurar que cada membro seja ouvido e consiga contribuir com os dons que trouxe ao mundo, da forma apropriada. [...] A comunidade é a base na qual as pessoas vão compartilhar seus dons e recebem as dádivas uns dos outros. (SOMÉ, 2003, p. 35).

Os benefícios da equidade racial no corpo docente e discente da pós-graduação não são poucos, mas citamos a possibilidade de expandir a variedade de

temas e pontos de vista para a pesquisa, um melhor acolhimento aos diferentes tipos de alunos bem como a criação de ambientes mais diversos. Porém o racismo científico influencia fortemente a academia e o pensamento social brasileiro que tem o negro como objeto (CARDOSO, 2010). Dessa forma, quando um intelectual negro reivindica um saber em que ele possa se enxergar e se sentir contemplado, geralmente, é invisibilizado ou marginalizado no ambiente acadêmico. Por outro lado, é necessário dizer que há uma omissão dos intelectuais brancos em relação aos privilégios na universidade e na sociedade. Torna-se difícil, para as instituições brasileiras e para os indivíduos que historicamente integram uma ordem racializada, que assegura benefícios, aceitar que são beneficiados com esse sistema e abrir um debate que possibilite, mesmo que um pouco, uma repactuação ainda que a médio prazo dessa realidade.

Evocando Carneiro (2005, p. 96), além da invisibilização e da negação dos saberes negros, há a “produção da indigência cultural”.

[...] pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima [sic] pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc.

No livro *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*, Ratts (2007) expõe que pode existir uma política de citação na universidade, na qual os autores promovem a si mesmos, “citam-se mutuamente” e criam ao próprio redor espaços acadêmicos fechados, sem precisar refletir sobre a branquitude que os cercam. Assim, se efetiva o “esquecimento” dos intelectuais negros. Há uma “dificuldade do reconhecimento do sujeito negro, mulher ou homem, como produtor de pensamento por parte de setores hegemônicos da academia brasileira”, que como em outros espaços da vida social se permeia pelo mecanismo da “invisibilidade negra” (RATTS, 2007, p. 13).

Mesmo que seja apenas uma pequena contribuição, tentamos nomear e citar alguns autores negros que não têm espaço reconhecido na academia brasileira, ao mesmo tempo em que evidenciamos a experiência de discentes negros que cursaram

o doutorado em Comunicação no Rio Grande do Sul.

Como objetivo principal desta pesquisa tínhamos a meta de mapear quem eram os acadêmicos pretos e, por meio da afronarrativa, conhecer um pouco da história de vida daqueles que romperam a barreira estrutural e concluíram/ou concluirão a pós-graduação *stricto sensu*, para compreender se essa presença ínfima é produzida ou não pelo racismo. É possível observar, comemorar e reconhecer a presença de mais negros nos espaços universitários. Agora não mais como objetos de pesquisa, mas como pesquisadores, docentes e discentes. Essa (re)existência nos ambientes universitários, todavia, não significa que o modelo colonial já foi rompido. Pelo contrário, permanecer em um espaço marcado pela colonialidade requer coragem e apoio.

Há uma percepção, nem sempre dita, das pessoas brancas com relação à noção de superioridade. Assim, os traços fenotípicos da branquidade são valorizados e, pela mesma ótica, os negros são desqualificados. Não faz muita diferença o conteúdo do *lattes*, pois a cor precede o sujeito, que, no decorrer da trajetória de vida, conforme vimos ao longo dos textos, depara-se com tantas situações racistas que machucam e deixam marcas profundas.

A exemplo das falas dos sujeitos desta tese, a falta de oportunidade, as desigualdades que também atingem a trajetória educacional e profissional e os atos racistas colocam o negro na condição de ter que lutar sempre contra os processos que o desvalorizam. Só que lutar cotidianamente cansa e, também, causa traumas e sofrimentos difíceis de curar. Costa (1983) ensina que a dor produzida pela violência pode ocasionar um sentimento de negação e o desejo de não existir.

Ainda segundo Costa (1983), a tendência é “extinguir o sujeito negro e as características da população negra. [...] A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro.” (COSTA, 1983, p. 2). Nascimento (2017, p. 153) conta que os negros passam por processos de coação, negação, e que tudo que há de cultura africana no Brasil se deve à luta e resistência:

os africanos e seus descendentes, os verdadeiros edificadores da estrutura econômica nacional, são uns verdadeiros coagidos, forçados a alienar a própria identidade pela pressão social, se transformando, cultural e fisicamente, em brancos. (NASCIMENTO, 2017, p. 153).

Tanto os doutores, que já são professores, quanto os doutorandos confessam

que não foi um processo fácil chegar onde estão, justamente por conta do racismo, da colonialidade e da discriminação. Eles seguem lidando com a discriminação perversa nos espaços onde transitam, principalmente no ensino superior, que ainda é um universo bastante arraigado ao colonialismo, embora, muitas vezes, tenha o discurso da diversidade, de novos saberes e da inclusão.

Apesar de estarem em um dos patamares mais altos da vida acadêmica, os poucos negros que chegam no topo da pirâmide ainda precisam provar intelectualidade e mostrar que estão aptos a pertencer a essa camada social. O que demonstra que o processo de desconstrução ainda está longe de ter fim. Enfrentar e romper com o racismo deveria significar que brancos e negros podem caminhar juntos, ocupando os mesmos espaços da sociedade.

[...] cabe aos brancos uma renovada reflexão sobre seu lugar na sociedade brasileira, para proceder a uma ação também de brancos contra o racismo. A tarefa de reflexão e ação é a que os Diálogos Contra o Racismo entre brancos e negros vêm encarando. Pois é necessário encontrar não só formas concretas de combater juntos o racismo, mas de tirar o peso do argumento que, em um país mestiço, está tudo (relativamente) bem. (SOVIK, 2005, p. 171).

Por fim, e em aproximação ao que já estamos relatando neste capítulo, tínhamos como expectativa de resultados demonstrar que há (in)visibilidade dos doutores negros na comunicação gaúcha e que isso ocorre pelo fator estrutural e, também, pela manutenção do racismo no ambiente acadêmico e profissional, hegemonicamente branco. O colonialismo evidenciado no espaço universitário não se restringe ao poder, pois há uma conexão entre ciência, poder, classe, raça, gênero e racismo. Ainda que seja um processo lento, na docência, já temos alguns professores negros e não negros fazendo a discussão sobre educação das relações étnico-raciais. Mesmo que estejamos distantes do sonhado, os sujeitos desta pesquisa e muitos intelectuais negros utilizados nesta tese mostram que ser docente negro é possível, mesmo que os entraves tentem dizer o contrário.

Quando um negro, como os citados, entra e permanece na universidade, passando pela graduação, mestrado e doutorado, possivelmente isso também é resultado dos processos de resistência e lutas contra as atitudes discriminatórias, contra o racismo, que fazem com que o negro seja visto como inferior. Cabe ressaltar que inferioridade não foi produzida pelos negros, foi arquitetada pela visão colonial. Nossa sociedade é tão racista que, pela cor, determina a intelectualidade e deduz a capacidade de produzir algo de forma bem-sucedida.

Foi possível perceber, ainda, que a presença maior de alunos negros nas universidades desestabiliza e forja mudanças curriculares. O impacto que esse processo tem produzido em termos políticos e pedagógicos evidencia o quanto é necessário desconcertar as práticas coloniais e aponta a relevância de introduzi-las nos currículos de formação.

A universidade, também imersa no mito da democracia racial, tenta fingir que não é racista, que o racismo não existe. Obviamente para negros e negras que são vítimas do racismo, as agressões cotidianas não passam despercebidas, mesmo sendo de forma muito velada e conveniente. Os sujeitos desta tese, assim como tantos intelectuais negros e o movimento negro, vêm apontando e comprovando que é possível produzir epistemologias, pedagogias e modos de vida decoloniais.

Ao longo deste estudo, vimos, conhecemos e refletimos sobre as afronarrativas. São, como já nos referimos, histórias cruzadas, que se aproximam da trajetória do autor desta tese e de tantos outros que estão no mestrado ou doutorado ou ainda nem chegaram nesse momento. Se, por vezes, parece que os conteúdos são repetitivos, talvez sejam, pois os métodos de silenciamento e negação são cruéis e reiterados. Porém recorreremos ao afrocentrismo para contar as nossas perspectivas, a partir do nosso olhar.

Se, por muito tempo, fomos deslocados da nossa subjetividade, a proposta epistemológica quer ser um modo de pensamento e ação no qual a centralidade dos interesses, valores e perspectivas africanos predominarão. Ou seja, os pretos e os pardos estarão no centro de qualquer análise de fenômenos africanos; seja na diáspora ou no continente africano.

Pontuamos as consequências atuais da escravização para que saibamos que são muitas: danos permanentes na saúde mental e emocional de pessoas negras. Um país não se assume negro e não reconhece a identidade negra. A escravização é negada e contada como uma versão única da história, quase sempre pelo trauma, não pela potência. A comunicação é marcada pela ausência de sujeitos. Há precarização do trabalho (negros em posições ditas subalternas) e com baixa remuneração. Há ausência de representação e representatividade em espaço de poder. Há objetificação de corpos negros e supressão de subjetividades. Constante processo de favelização e gentrificação e alguns territórios da cidade têm limites determinados pela cor da pele. Perduram os apagamentos de narrativas, símbolos, ritos, personalidades, pressões culturais e da memória. É recorrente a ausência de políticas públicas que

promovam acesso a direitos e serviços básicos. Constantemente, há criminalização dos movimentos de resistência e isso traz permanente insegurança para vidas negras a partir de políticas do medo.

Mas quais seriam as possíveis soluções para tudo isso? Elencamos algumas possibilidades para que possamos produzir a mudança: reconhecer que o racismo existe e que vivemos em um mundo estruturalmente desigual, em que o preconceito, a injúria e a discriminação são reproduzidos cotidianamente e impactam a vida de pretos e pardos há centenas de anos.

O racismo sobrevive da ignorância, por isso, democratizar e disseminar conhecimentos sobre raça e etnia ajudará a diminuir ocorrências discriminatórias, desde que sejam promovidas políticas de equidade. Além disso, as empresas e as universidades precisam abraçar as ações e as ideias afirmativas, com investimento estratégico, contratando pessoas de diversas etnias, retendo e valorizando talentos e estimulando a liderança inclusiva.

Como conclusão desta pesquisa também perguntamos e refletimos: Qual redação, independente da mídia, possui uma agenda com contato de pessoas negras que possam ser entrevistadas? Profissionais da saúde, da economia, pedagogia, zootecnia, tecnologia da informação, enfim, de qualquer área que podem servir de fonte para inúmeras pautas e que não são lembradas apenas no mês de novembro? Da mesma forma, se querem mudar o quadro de exclusão, os gestores universitários devem fazer busca ativa para localizar docentes negros. Comunicação antirracista é também colocar o negro como protagonista e isso é bem difícil de encontrar na mídia.

Na espiral da história, esta tese nos permite refletir sobre o lugar da comunicação na afirmação e na manutenção do racismo. Os dados, somados à discussão teórica, são indicadores consistentes de um cenário no qual estruturas ainda permanecem imóveis, em função de ideologias praticadas ao longo de séculos, afetando o reconhecimento da identidade negra como algo desejável em muitos locais e não seria diferente na universidade.

Há avanços efetivos e significativos rumo a uma comunicação antirracista, no que diz respeito à reivindicação por maior presença de pessoas negras na pós-graduação, especialmente no doutorado ou como docente. Mas as reflexões teóricas acerca do racismo, o pensar sobre a comunicação e seu lugar como elemento sociocultural nos dão a certeza de que estamos longe de sanar os danos feitos à construção de uma identidade negra brasileira. Isso porque a curva de pessoas não

brancas tem trajetória irregular, demonstrando como as estruturas do racismo perduram e se sustentam no desequilíbrio das representações da negritude.

Naturalmente, como toda a pesquisa, inclusive esta tese, não se pretende ter um ponto final, pois o que acaba é o tempo da escrita não o conteúdo. Aqui é apenas o término de um ciclo, no qual fica evidente que precisam surgir novos estudos sobre esse tema, assim como já fizeram as pensadoras Nilma Lino Gomes e Lelia Gonzalez, que propagam produções anti-hegemônicas, tentam democratizar e ampliar as possibilidades de conhecimento nas instituições de ensino.

Mais do que isso, é urgente que haja uma transformação que possa partir da reflexão para a prática em nossa sociedade e que consiga desconstruir o pensamento colonial. Porém isso não ocorrerá de forma natural ou organicamente, mas nosso futuro tem raízes fortes e os frutos já estão sendo colhidos. Nada mais será sobre nós sem nós.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AGÊNCIA IBGE. PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no máximo o ensino fundamental completo. **Agência IBGE**, Rio de Janeiro, 21 dez. 2017, atualizado em 29 abr. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- ALMADA, Sandra. Prefácio. *In*: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane. (orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii ; Brasília: ABPN, 2012. (Coleção negros e negras: pesquisas e debates).
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020. (Feminismos Plurais).
- ANCINE. ANCINE publica Informe sobre Diversidade de Gênero e Raça no cinema 2016. **ANCINE**, 1 jun. 2018, 17:39. Disponível em: <https://antigo.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/ancine-publica-informe-sobre-diversidade-de-g-nero-e-ra-no-cinema-em-2016>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- AO POVO do Rio Grande do Sul. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (9min 08 seg). Publicado pelo canal Seu Jorge. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FzI9-Rwg5nYv>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- APENAS 1 em cada 4 matriculados em programas de mestrado no Brasil é negro. **A Tarde**, Salvador, 22 nov. 2020. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/educacao/noticias/2147277-apenas-1-em-cada-4-matriculados-em-programas-de-mestrado-no-brasil-e-negro>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade**: a Teoria de Mudança Social. Chicago: African American Imagens, 2003.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como um novo paradigma. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: Informação e documentação. – Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS (ABPN). Quem somos. **ABPN**, c2022. Disponível em: <https://abpn.org.br/institucional/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BACELAR, Gabriela. O colorismo e o privilégio que ninguém te deu. **Geledés**, 11 jul. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-colorismo-e-o-privilegio-que-ninguem-te-deu/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BANDEIRA, Gabriel. **A gente não se vê por aqui**: O jornalista negro no maior grupo de comunicação do Rio Grande do Sul. Orientador: Juremir Machado da Silva. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo). Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ysmNWsi6M5hbXX2dF14UR4CRU9P-_G9V/view. Acesso em: 15 jan. 2023.

BANDEIRA, Gabriel. Repórteres e apresentadores negros são menos de 6% no telejornalismo gaúcho. [Entrevista cedida a] **PUCRS**, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/jornalistas-negros-no-telejornalismo-gaucha/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Carla. Marketing e Etnografia: um levantamento em Journals dos anos 80 e 90. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 26., 2002, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPAD, 2002.

BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFUGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, Jan./Abr. 2016.

BERNARDO, Terezinha. **Memória em branco e negro**. São Paulo: UNESP, 1998.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (org.). **Mídia e Racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012.

BORGES, Rosane. Descolonização do olhar, reivindicação política do nosso tempo. *In*: AZEVEDO, Dodô. **Quadro Negro**. São Paulo: 12 set. 2020. Disponível em: <https://quadronegro.blogfolha.uol.com.br/2020/09/12/precisamos-nos-descolonizar/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. **Ação Afirmativa e População Negra na Educação Superior: Acesso e Perfil Discente**. Tatiana Dias Silva (org.). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35893&Itemid=448 Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Resultados do Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2019**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. (Estatuto da Igualdade Racial). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 15 jan. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Censo da Educação Superior 2020**. Brasília: Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Qual a diferença entre pós-graduação lato sensu e stricto sensu? Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13072:qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRUMER, Anita; PAVEI, Katiuci; MOCELIN, Daniel Gustavo. Saindo da “escuridão”: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 11, jan./jun. 2004.

CALVI, Pedro. Mulheres negras, vereadoras, deputadas e prefeitas: vidas ameaçadas pelo machismo e pelo racismo. **Câmara dos Deputados – Comissão de Direitos Humanos e Minorias**, Brasília, DF, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/mulheres-negras-vereadoras-deputadas-e-prefeitas-vidas-ameacadas-pelo-machismo-e-pelo-racismo>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco antirracista. **Revista Latino Americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventude**, v. 8, n. 1, p. 607-630, ene./jun., 2010.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional. A branquitude acadêmica: volume 2. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

CARDOSO FILHO, Jorge; ALMEIDA, Gabriela Machado Ramos; CAMPOS, Deivison. A pauta antirracista na pesquisa em comunicação no Brasil. **Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura**, v. 19, n. 3, p. 5-10, set./dez. 2021.

CARNEIRO, Ava da Silva Carvalho; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Estudantes de origem popular e afiliação institucional. *In*: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.). **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos. Salvador: Edufba, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. Disponível em: <https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2018/07/Racismo-Sexismo-e-Desigualdade-Sueli-Carneiro-1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CARVALHO, José Jorge de. Ações Afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. *In*: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter

Roberto (org.). **Educação e Ações Afirmativas**. Entre a justiça simbólica e a justiça econômica. Brasília: INEP, Ministério da Educação, 2003. p. 47-48

CARVALHO, José Jorge de. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. **Série Antropologia**, Brasília, ed. 358, 2003. p. 1-26.

CHIMAMANDA Adichie: o perigo de uma única história, **TED**, 2009. 1 vídeo (18min 33seg). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br. Acesso em: 15 jan. 2023.

COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *In*: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4). p. 13-42.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA USP. Categoria Institucional – Faculdade Zumbi dos Palmares, 2018. Disponível em: <https://sites.usp.br/direitoshumanos/17%E2%81%B0-edicao-2017/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CORBO, Wallace de Almeida. Resenha: “O que é lugar de fala?” e por que ele importa para o Direito? **Revista Publicum**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 248-251, 2018.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. **Três anos de efetiva presença de negros e indígenas cotistas nas salas de aula da UEMS**: primeiras análises. 2007. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/548.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CORRÊA, Laura G.; BERNARDES, Mayra. “Quem tem um não tem nenhum”: solidão e sub-representação de pessoas negras na mídia brasileira. *In*: CORRÊA, Laura G (org.). **Vozes negras em comunicação**: mídia, racismos e violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 203-219.

COSTA, Jurandir Freire. “**Da cor ao corpo**: a violência do racismo”. *In*: SOUSA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, Jhully. Quase um quinto da população gaúcha, negros são apenas 5% entre os mais ricos no RS, aponta levantamento. **GZH**, 12 nov. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2022/11/quase-um-quinto-da-populacao-gaucha-negros-sao-apenas-5-entre-os-mais-ricos-no-rs-aponta-levantamento-clae4wamb002w0170y26b3ap5.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CUNHA Jr., Henrique. **Metodologia Afrodescendente de Pesquisa**. Revista Brasil, UNESP, 2006-1.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DJOKIC, Aline. Afinal, no Brasil existe colorismo? **Blogueiras Negras**, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/afinal-no-brasil-existe-colorismo/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

DOURADO, Danila; BRAZOLI, André; ROCHA, Teresa. **A presença dos negros nas agências de publicidade**. 2015. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/mobile/daniladou-rado/a-presena-dos-negros-nas-agncias-de-publicidade>. Acesso em: 15 jan. 2023.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. p. 62-83.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Caderno de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 115, 2002.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de Nascimento de minha escrita. *In*: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos-lugares-de-nascimento-de-minha-escrita/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escrevivência em dupla face. *In*: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (org.). **Mulheres no Mundo - etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária, 2005. Livro não paginado

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, Susan. Número de pós-graduandos cresce no Brasil. **Ministério da Educação**, c2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2583-sp-2021081601>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Veronica Toste. Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d'O Globo. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, p. 61-83, 2013.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 92-123, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/k8MczLBctH5xsFDSkkHTQFf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. 5. ed. São Paulo: Globo, 1988.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERREIRA, Jairo. Poder simbólico no campo das mídias: perspectiva de estudo sobre a circulação do discurso das ONGs em dispositivos digitais na Web. **Eptic**, v. 7, n. 5, p. 1-15, 2005. Disponível em: https://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/414/532/cover_issue_74_pt_br/. Acesso em: 15 jan. 2022.

FETTERMAN, David M. **Ethnography Step by Step**. 2. ed. London: Sage Publication, 1998.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não-marcada. *In*: WARE, Vron. (org.). **Branquitude: identidade branca e multiculturalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Tâmara. Assassinato de Marielle Franco completa quatro anos neste 14 de março. **Rádio Agência Nacional**, 14 mar. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2022-03/assassinato-de-marielle-franco-completa-quatro-anos-nesta-segunda>. Acesso em: 15 jan. 2023.

G1. Empresas abrem vagas de trainee e estágio para negros e mulheres; veja lista. **G1**, [s. l.], 21 set. 2020. Atualizado há um ano. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/21/empresas-abrem-vagas-de-trainee-e-estagio-para-negros-e-mulheres-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2023.

G1. TV é o meio preferido de 63% dos brasileiros para se informar, e internet de 26%, diz pesquisa. **G1**, São Paulo: 24 jan. 2017, 11:17. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2023.

G1 RS. Em áudio, presidente de clube de Porto Alegre fala em 'falta de respeito' de Seu Jorge; cantor sofreu ataques racistas. **G1 RS**, 18 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/10/18/audio-presidente-de-clube-de-porto-alegre-seu-jorge-sofreu-ataques-racistas.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação Afirmativa: aspectos jurídicos. *In*: ABONG. **Racismo no Brasil**. São Paulo: 2002.

GOMES, Luís. Mendeski faz declaração racista sobre Marielle no ar; diretor da 'Guaíba' pede desculpas. **Sul21**, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/11/mendeski-faz-declaracao-racista-sobre-marielle-no-ar-diretor-da-guaiba-pede-desculpas>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GOMES, N. L. **Professoras Negras: Trajetória Escolar E Identidade**. Cadernos CESPUC de Pesquisa Série Ensaios, v. 1, n. 5, p. 55-62, 11 maio 2017.

GOMES, Nilma Lino. A universidade pública como direito dos(as) jovens negros(as): a experiência do Programa Ações Afirmativas na UFMG. *In*: SANTOS, Sales Augusto (org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**, Brasília, Ministério da Educação, 2008. p. 251-268. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume5_acoes_afirmativas_e_combate_ao_racismo_nas_americas.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAE**, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino (org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. *In*: CAVALHEIRO, Eliane (org.). **Racismo e antiracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Escola Identidade Étnica e Alteridade. **Revista de Educação**. AEC, Brasília, n. 98, p. 51-57, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 494-516.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: Ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/public/gonzalez-elia-a-categoria-politico-cultural-de-amefricanidade-tempo-brasileiro-rio-de-janeiro-v-92-n-93-p-69-82-jan-jun-1988b-p-69-82/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GREAT PLACE TO WORK (GPTW). **Consultoria**. c2021. Disponível em: <https://gptw.com.br/consultoria/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GREAT PLACE TO WORK (GPTW). Ranking GPTW Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, que comemora 25 anos, será revelado no dia 18 de outubro. **GPTW**, 15 out. 2021. Disponível em: <https://gptw.com.br/conteudo/artigos/ranking-great-place-to-work-2021/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GUENA, Márcia. **Nota à comunidade**. Destinatário: listadaintercom@googlegroups.com. [S. l.], 28 nov. 2022. 1 mensagem eletrônica. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1OgPyofTwQ6ZrBX5cwxszhE2YTmbgeRaL/view?usp=sharing>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Ações afirmativas para a população negra nas universidades brasileiras. *In*: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima. (org.). **Ações afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:capitulo.livro:2003;1000697542>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 43, nov. 1995.

GUSTAVO CORREA PINTO. [POST SOBRE DEMISSÃO DA UNISINOS]. [S. l.], 18 out. 2022. Instagram: @gustavocorreiapinto. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cj2rseBOivz/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, ano 3, segundo semestre, 1995. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p.464-478, 1995.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros**: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. Vivendo de amor. Tradução de Maisa Mendonça. *In*: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (org.). **O Livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006. p 183-214.

HUNT, Vivian; LAYTON, Dennis; PRINCE, Sara. **Diversity Matters**. McKinsey&Company, 2 fev. 2015. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/~media/mckinsey/business%20functions/organization/our%20insights/why%20diversity%20matters/diversity%20matters.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

IANNI, Octavio. Dialética Das Relações Raciais. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 21-30, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/78rQndTBbYLBzHMdc3ygj4w/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2023.

INFANTE, Larissa. Apesar de evolução, publicidade ainda reforça estereótipos sobre população negra, aponta estudo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 jan. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/apesar-de-evolucao-publicidade-ainda-reforca-estereotipos-sobre--populacao-negra-aponta-estudo-23353739>. Acesso em: 15 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Tabela 3175. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175>. Acesso em: 15 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Conheça o Brasil – População – Cor ou Raça. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. São Paulo: Instituto Ethos e Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016. Disponível em: https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Perfil_Social_Tacial_Genero_500empresas.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

INSTITUTO ETHOS. Profissionais negras demandam mais políticas afirmativas no mercado corporativo brasileiro. São Paulo: **Instituto Ethos**, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/profissionais-negras-demandam-mais-politicas-afirmativas-no-mercado-corporativo-brasileiro/#.XWWxupNKhZg>. Acesso em: 15 jan. 2023.

JORDÃO, Patrícia. A Antropologia pós-moderna: uma nova concepção da etnografia e seus sujeitos. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 1, 2004. DOI: <https://doi.org/10.36311/1415-8612.2004.v4n1.69>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/69>. Acesso em: 15 jan. 2023.

JORNAL DO COMMERCIO. Ao falar sobre processo de trainee para negros, Luiza Trajano revela que chorou quando entendeu racismo estrutural. **Jornal do Commercio**, 6 out. 2020. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2020/10/11982209-ao-falar-sobre-processo-de-trainee-para-negros--luiza-trajano-revela-que-chorou-quando-entendeu-racismo-estrutural.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

JESUS, Carolina Maria. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. **O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola – 1999**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LADEIRA, Francisco Fernandes. O negro na mídia. **Observatório da Imprensa**, 18 nov. 2014. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/educacao-e-cidadania/caderno-da-cidadania/_ed825_o_negro_na_midia/. Acesso em: 15 jan. 2023.

LAPLANTINE, François. **A Descrição Etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEÃO, Natalia; CANDIDO, Marcia; CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. **Relatório das desigualdades: Raça, Gênero, Classe**. Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (GEMA), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 1, 2017. Disponível em: http://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/08/Relato%CC%81rio_Corrigido-2.0.pdf. Acesso em: 15 jan.

2023.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica**: métodos e técnicas de pesquisa. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

LEVIN, Teresa. Publicidade brasileira, um retrato da falta de diversidade. **Meio & Mensagem**, São Paulo, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2020/02/18/publicidade-brasileira-um-retrato-da-falta-de-diversidade.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

LIMA, Marcia Regina de; PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: Um desafio persistente. *In*: ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades**. Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2015. p. 163-192.

LIMA, Venício. A grande mídia e a desigualdade racial. **Carta Maior**, [s. l.], 17 nov. 2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-grande-midia-e-adesigualdade-racial/22178>. Acesso em: 15 jan. 2023.

LOPES, Ana Lúcia. A prática Pedagógica e a construção de Identidades. *In*: LOPES, Ana Lúcia. **Educação africanidades Brasil**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação a Distância – CEAD/MEC, 2006. p. 240-279.

LOPES, Tatiane. Árbitro encontra bananas em seu carro e relata racismo no Gaúcho. **GE**, 6 mar. 2014. Disponível em: <https://ge.globo.com/rs/noticia/2014/03/arbitro-encontra-bananas-em-seu-carro-e-relata-racismo-no-gauchao.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MAGAZINE LUIZA S.A. **Relatório da Administração 2019**. São Paulo, 17 fev. 2020. Disponível em: <https://ri.magazineluiza.com.br/Download.aspx?Arquivo=qTATMePHvGGfoIK1vyw6MQ==>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. São Paulo: Editora Autêntica, 2018. Coleção Cultura Negra e Identidades. p. 27-53.

MARTINS, Roberto Borges. **Desigualdades raciais e políticas de inclusão**: um sumário da experiência brasileira recente. Santiago: Naciones Unidas, 2004.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. *In*: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de (org.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MIGNOLO, Walter. **Histórias globais/projetos locais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MILENA, Lilian. Kabengele Munanga, o antropólogo que desmistificou a democracia

racial no Brasil. **Carta Maior**, [s. l.], 15 mai. 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Kabengele-Munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-Brasil/5/44091>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MOITA, Maria da Conceição. Percursos de formação e de transformação. *In*: NÓVOA, António (org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 1995. p. 180-198.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

MOREIRA, Diva. Racismo na escola. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 3, n. 16, jul/ago, 1997.

MOREIRA, Matheus; SALDAÑA, Paulo. De saída, Weintraub revoga portaria que estipulava cotas na pós-graduação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/de-saida-weintraub-revoga-portaria-que-estipulava-cotas-na-pos-graduacao.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MÜLLER, Tânia M.P. e CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude**: Estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. [Entrevista cedida a] **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/MnRkNKRH7Vb8HKWTVtNBFDp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade étnico-cultural: a importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. *In*: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía (org.). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Estratégias e poéticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 6-14, out. 2012. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/246>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra do Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *In*: GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas**: entre injustiças simbólicas e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003. p. 120-138.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília:

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb** – Especial curso EREER, Rio de Janeiro/Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010. Disponível em:
<http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/LIVRO%20PENESB%2012.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

NABUCO, Joaquim. (1883), **O Abolicionismo**. London: Typographia de Abraham Kingdon e Ca.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Abdias Nascimento 90 anos** – Memória Viva. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2006.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O olhar afrocentrado: introdução a uma abordagem polêmica. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 181-196.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NIARACAST: EP01 – Resistência e visibilidade. [Locução de]: Rubia. [S. l.]: Niaracast, abr. 2021. *Podcast*. Disponível em:
https://open.spotify.com/episode/49CjsNSSyy08dNUbfvKcK0?si=9MvKp2vLQJuPzgjECd6ECA&utm_source=copy-link. Acesso em: 15 jan. 2023.

NITAHARA, Akemi. Pela primeira vez, negros são maioria no ensino superior público. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2019. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-no-ensino-superior-publico#:~:text=A%20pesquisa%20mostra%20que%20a,55%2C6%25%20em%202018>. Acesso em: 15 jan. 2023.

NOGUEIRA, O. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NÓVOA, António; FINGER, Matthias (org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

OLIVEIRA, Danielle. Cotista negra desabafa após ter nomeação em concurso suspensa na Justiça e candidato branco assumir cargo: 'Frustração'. **G1 Goiás**, 26 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/11/26/cotista->

negra-desabafa-apos-ter-nomeacao-em-concurso-suspensa-na-justica-e-candidato-branco-assumir-cargo-frustracao.ghml. Acesso em: 15 jan. 2023.

OLIVEIRA, Eduardo David de. **Filosofia da ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da Educação Brasileira. 2005. 353f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

PAVANELLO, Alice. POSCOM recebe professor de Moçambique para desenvolver pesquisas em mídias digitais. **UFSM**, 5 out. 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/poscom/2022/10/05/poscom-recebe-professor-de-mocambique-para-desenvolver-pesquisas-em-midias-digitais%ef%bf%bc/> Acesso em: 15 jan. 2023.

PEREIRA, Marcos Antônio. Meio de comunicação não pode ignorar sociedade. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 23 mai. 2012. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-mai-23/marcos-antonio-pereira-meio-comunicacao-nao-ignorar-sociedade>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu... *In*: GUIMARÃES, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a Máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 97-125.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005. p. 02-22.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In*: POUPART, Jean. *et al.* **A Pesquisa Qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Vozes: Petrópolis, 2010. p. 215-230.

PRESIDÊNCIA COMPÓS. **Compós e as políticas preparatórias**. Destinatário: listacompos@googlegroups.com. [S. l.], 28 nov. 2022. 1 mensagem eletrônica. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ROSweL6iiQWkKYP7FM_WEvoM6IOM5JdQ/view?usp=sharing. Acesso em: 15 jan. 2023.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – CAMPUS SANTA MARIA. **Discentes**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/poscom/discentes>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – CAMPUS SANTA MARIA. **Docentes**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/poscom/docentes>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PUCRS. Boletim do PUCRS Data Social aponta alta desigualdade racial no Rio Grande do Sul. **PUCRS**, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/desigualdade-racial/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PUCRS. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. **Alunos**. Disponível em: <https://www.pucrs.br/comunicacao/programa-de-pos-graduacao-em-comunicacao/informacoes-adicionais/alunos/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PUCRS. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. **Corpo Docente**. Disponível em: <https://www.pucrs.br/comunicacao/programa-de-pos-graduacao-em-comunicacao/corpo-docente/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

QUEIROZ, Rafael Pinto Ferreira de. Descolonizar Mentes, Enegrecer o Pensamento: Epistemologias Negras na Comunicação. **Cadernos da Escola de Comunicação**, v. 17, n. 1, 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernoscomunicacao/article/view/5934>. Acesso em: 15 jan. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005a. p.117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Revista Estudos Avançados USP**, São Paulo, n. 55, set./dez., 2005b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/744>. Acesso em: 15 jan. 2023.

RABAKA, Reiland. Teoria crítica africana. Afrocentricidade como um novo paradigma *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 129-146.

RATTS, Alex. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. **NGUZU: revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos**, Londrina, v. 1, p. 28-39, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/18352>. Acesso em: 15 jan. 2023.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento: Justificando, 2017.

ROESCH, Isabel Cristina Côrrea. **Docentes negros**: imaginários, territórios e fronteiras do ensino universitário. 2014. 253f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSM_3010435a6d2f03e0ddcd6f6af868f1ff. Acesso em: 15 jan. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e Educação Inicial. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 17, p. 25-34, 1991. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1039>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Relações raciais e desigualdades educacionais no Brasil contemporâneo**. Palestra proferida na XXV SEPE – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, 23 set. 2013.

RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antônio. **Fogo no Mato**: a ciência encantada das macumbas. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas** Exu como Educação. Revista Exitus, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 262 - 289, 2019. DOI: 10.24065/2237-9460.2019v9n4ID1012.

Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1012>.

Acesso em: 15 jan. 2023.

SANTANA, Patrícia. **Professor@s Negr@s**: Trajetórias e travessias. Belo Horizonte: Mazza, 2004.

SANTIAGO, Ana (org.). **Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro**. Cruz das Almas: Ed. UFRB, 2017. Disponível em:

<https://docero.com.br/doc/81x11ee>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Gevanilda; SILVA, Maria Palmira. **Racismo no Brasil**: percepções das discriminações e do preconceito no século XXI. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Expansão e financiamento da educação superior privada em Minas Gerais. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 24., Maringá. **Anais** [...]. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016.

Disponível em: http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_1/1-005.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

SANTOS, Neuza Souza. Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

SARAIVA, Adriana. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. **Agência IBGE**, Rio de Janeiro, 24 nov. 2017. Atualizado em 12 fev. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-po-pulacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

SECRETARIA INTERCOM. **Nota à comunidade**. Destinatário:

listadaintercom@googlegroups.com. [S. l.], 28 nov. 2022. 1 mensagem eletrônica.

Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1ml2ahfVqmKBQdvkOZXkCKRUYYjJRXRlJ/view?usp=sharing>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SILVA, Joselina da; EUCLIDES, Maria Simone. Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 51-66, jul./ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.58760>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro**. A abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SILVA, Melina Aparecida dos Santos; SILVA, Juremir Machado da; GUTFREIND, Cristiane Freitas. Um grito de revolta: Notas sobre o discurso midiático afro-pessimista e a narrativa do filme Death Metal Angola. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 03, p. 194-213, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/54454>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Diversidade Étnico-Cultural e Currículos Escolares: Dilemas e Possibilidades. **Cadernos CEDES**, São Paulo, 1993.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. “Vamos acertar os passos? Referências afro-brasileiras para os sistemas de ensino”. In: LIMA, Ivan C. e ROMÃO, Jeruse (org.). *As idéias racistas, os negros e a educação*. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1997. pp.39-57.

SILVA, Priscila Elisabete da. O Conceito de Branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. (org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 19-32.

SILVEIRA, Oliveira. **Roteiros dos Tantãs**. Porto Alegre: Edição do autor, 1981.

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. **Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 23, p. 16-25, 2002. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i23p16-25. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37012>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**. Notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. **As Estratégias Sensíveis, afeto, mídia e política**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 48-52.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar**. São Paulo: Odysseus, 2003.

SOUZA, Eliane Almeida de. **Dez anos de cotas na UFRGS**: um estudo das ações afirmativas na perspectiva do acesso, permanência e empoderamento dos alunos negros diplomados. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169243>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SOUZA, Florentina. Memória e performance nas culturas afro-brasileiras. *In*: ALEXANDRE, Marcos Antonio (org.). **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 30-39.

SOVIK, Liv. Por que tenho razão: branquitude, Estudos Culturais e a vontade de verdade acadêmica. **Contemporânea**, v. 3, n. 2, p. 159-180, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3464>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SOVIK, Liv; ANSEL, Thiago. Nota editorial. **Revista Animus**, UFSM, Santa Maria, v. 14, n. 27, p. 1-2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/19212>. Acesso em 15 jan. 2023.

SOVIK, Liv; MARTINELLI, Fernanda; NEGUAZIN, Lizia. Branquitude e o estudo da mídia brasileira: algumas anotações a partir de Guerreiro Ramos. **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação**. Salvador, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TECNO PUC-TECNA. Descolonização do pensamento. Porto Alegre: **Tecnopuc-Tecna**, 29 set. 2020, 18:13. Disponível em: <https://www.pucrs.br/tecna/evento/descolonizacao-do-pensamento/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UFRGS. Conselho Universitário. **Decisão n. 268/2012**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/decisao-no-268-2012-modificada>. Acesso em: 15 jan. 2023.

UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. **Docentes**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgcom/docentes/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. **Egressos e suas pesquisas**. Disponível em: https://www.ufrgs.br/memorial-ppgcom/egressos_e_suas_pesq/. Acesso em: 15 jan. 2023.

UFRGS. UFRGS altera aplicação da reserva de vagas para negros e pessoas com deficiência em processos seletivos de docentes. **UFRGS**, 14 dez. 2018. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ufrgs-altera-forma-de-aplicacao-da-reserva-de-vagas-para-negros-e-para-pessoas-com-deficiencia-em-concursos-e-processos-seletivos-de-docentes>. Acesso em: 15 jan. 2023.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Histórico**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 15 jan. 2023.

UFSM entre as 10 universidades do mundo com maior produção científica feita por mulheres. **UFSM**, Santa Maria, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2020/01/15/ufsm-entre-as-10-universidades-do-mundo-com-maior-producao-cientifica-feita-por-mulheres/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

UNISINOS. **Doutorado Acadêmico**. Disponível em: <https://www.unisinos.br/pos/doutorado-academico/comunicacao/presencial/sao-leopoldo>. Acesso em: 15 jan. 2023.

VAN DIJK, Teun A. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VENTURA, Zuenir. **Conversa de cego**. Publicado em O Globo, Rio de Janeiro, 3 fev. 2001. Disponível em: <https://www.deficienciavisual.pt/r-ConversaDeCego-Zuenir%20Ventura.htm>. Acesso em: 15 jan. 2023.

VERGNE, Celso de Moraes. *et al.* A palavra...é genocídio: a continuidade de práticas racista no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 516-528, 2015.

VIOTTI; Eduardo Baumgratz; DAHER, Sofia; QUEIROZ; André Silva de; CARRIJO; Tomáz Back. Mestres, doutores e os brasileiros de todos os níveis educacionais: revelações do Censo Demográfico de 2010. *In*: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Mestres 2012**: estudos de demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília: CGEE, 2012. p. 367-428.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/303>. Acesso em: 15 jan. 2023.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram online, tendo em vista o período pandêmico da Covid-19. Nesse sentido, a conversa foi semiestruturada com a possibilidade de inclusão de perguntas adicionais na medida em que novos pensamentos e necessidades de entendimento de determinado tema foram identificados durante a realização das entrevistas.

Perguntas balizadoras

- Qual a tua idade, cidade onde mora, quando se formou na faculdade? Na época, quantos da tua família tinham o diploma de nível superior?
- Lembra de ter colegas negros na graduação?
- Trabalhaste após a formatura? Onde? Quais funções desempenhastes?
- Ao longo da faculdade, lembra de abordar assuntos étnicos nas disciplinas?
- Lembra de ter colegas negros nos teus empregos?
- Lembra de ter professores negros na graduação?
- Como foi tua entrada na pós-graduação? Por que resolveu fazer mestrado?
- Lembra de ter colegas negros no mestrado?
- O que te estimulou a continuar na pós e ingressar no doutorado?
- Achas relevantes ter negros com doutorado? Por quê?
- Qual tema tua tese abordou/abordará?
- Por que achas que ainda há poucos negros no ambiente acadêmico, sobretudo com doutorado. E por que isso é relevante?

APÊNDICE B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A cor do conhecimento: Reflexões sobre a (in)visibilidade dos doutorandos negros brasileiros nos programas de pós-graduação em comunicação do Rio Grande do Sul

Pesquisador: JUREMIR MACHADO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 38275120.4.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.446.353

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1630154.pdf, de 22/10/2020).

O projeto "A cor do conhecimento: Reflexões sobre a (in)visibilidade dos doutorandos negros brasileiros nos programas de pós-graduação em comunicação do Rio Grande do Sul" subsidia a tese de doutorado de Wagner Machado da Silva no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS e busca explicar a realidade em termos de conceito, comportamentos, percepções e avaliações das pessoas que fazem ou fizeram doutorado entre 2015 e 2020 nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação do Rio Grande do Sul (UFRGS, UFSM, UNISINOS e PUCRS). O período será o citado por ser após a criação das políticas públicas e ações afirmativas, como reservas de vagas e Programa Universidade Para todos (ProUni) para a graduação, possibilitando maior acesso à campo acadêmico.

Dessa forma, o investigador pesquisará oito pessoas negras, sendo duas de cada universidade (uma que já conclui o doutorado e outra que ainda está no doutoramento) recolhendo, sobretudo, através de observações e diálogos, descrições e relatos sobre a trajetórias desses sujeitos de

Endereço: Av Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.446.353

pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto tem como objetivo primário analisar como foram tecidas as trajetórias (profissional e acadêmica) dos doutores e doutorandos negros nos programas de pós-graduação em comunicação do Rio Grande do Sul entre 2015 e 2020. E como objetivo secundário investigar se esses doutores conseguiram voltar para as salas de aulas como docentes e se durante o percurso acadêmicos eles tiveram contato com docentes negros. Além deste, verificar se, na avaliação deles, a presença de professores negros na graduação e pós-graduação altera a forma como (e de que maneira) os conteúdos acadêmicos são tratados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A revisão do projeto apresenta riscos e benefícios compatíveis com a proposta.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta é atual e oportuna, ao focar em aspectos de inclusão e diversidade no meio acadêmico e, em um sentido mais amplo, em seu impacto devolutivo à sociedade. A amostra é relativamente pequena, o que abre a possibilidade para entrevistas e análises de comunicação e sociabilidade aprofundadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram ajustados e estão adequados à necessidade desta pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a revisão dos documentos, não identifiquei pendências nem inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012, Resolução nº 510 de 2016 e da Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa A cor do conhecimento: Reflexões sobre a (in)visibilidade dos doutorandos negros brasileiros nos programas de pós-graduação em comunicação do Rio Grande do Sul proposto pelo pesquisador JUREMIR MACHADO DA SILVA com número de CAAE 38275120.4.0000.5336.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703			
Bairro: Partenon	CEP: 90.619-900		
UF: RS	Município: PORTO ALEGRE		
Telefone: (51)3320-3345	Fax: (51)3320-3345	E-mail: cep@puccrs.br	

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.446.353

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Email_Juremir.docx	23/10/2020 10:10:00	CATIA REGIANE DA SILVA ASSINK	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1630154.pdf	22/10/2020 23:07:50		Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	22/10/2020 23:01:31	WAGNER MACHADO DA	Aceito
Outros	DOCUMENTOUNIFICADO_WAGNERM ACHADO_ALTERACOES.pdf	22/10/2020 22:59:04	WAGNER MACHADO DA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_WAGNERMACHADO_ALTERAC OES.pdf	22/10/2020 22:57:30	WAGNER MACHADO DA SILVA	Aceito
Outros	LATTES_WAGNERMACHADO_ALTER ACOES.pdf	22/10/2020 22:57:07	WAGNER MACHADO DA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO_WAGNERMACHAD O_ALTERACOES.pdf	22/10/2020 22:52:54	WAGNER MACHADO DA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	16/09/2020 00:36:45	WAGNER MACHADO DA SILVA	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	15/09/2020 18:48:59	WAGNER MACHADO DA	Aceito
Outros	Apresentaca.pdf	15/09/2020 18:48:31	WAGNER MACHADO DA	Aceito
Outros	Conhecimento.pdf	15/09/2020 18:48:11	WAGNER MACHADO DA	Aceito
Outros	Anuencia.pdf	15/09/2020 18:47:51	WAGNER MACHADO DA	Aceito
Outros	LattesJuremir.pdf	15/09/2020 18:45:59	WAGNER MACHADO DA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	15/09/2020 18:42:58	WAGNER MACHADO DA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	15/09/2020 18:42:01	WAGNER MACHADO DA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 4.446.353

PORTO ALEGRE, 08 de Dezembro de 2020

Assinado por:
Denise Cantarelli Machado
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br